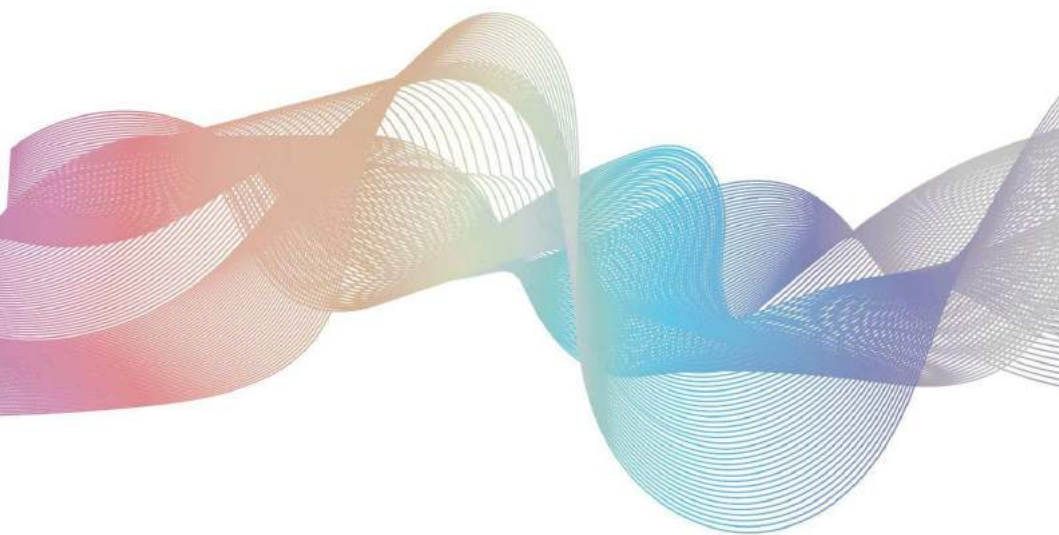


História do Tempo Presente oralidade - memória - mídia



Janice Gonçalves (org.)

casaa**o**berta
editora

Editores Casa Aberta
Ivana Bittencourt dos Santos Severino
José Isaías Venera
José Roberto Severino

Rua Lauro Müller, n. 83, centro | Itajaí | CEP: 88301.400
Fone/Fax: (47) 30455815

H673 História do tempo presente: oralidade, memória, mídia / Janice
Gonçalves, organizadora. - Itajaí, SC: Casa Aberta, 2016.
230 p.; 14 x 21 cm

Vários autores.

Bibliografias.

ISBN: 978-85-62459-60-3 (broch.)

1. História - Tempo presente. 2. Historiografia. 3. Pesquisa
histórica. 4. Memória. 5. Gonçalves, Janice (Org.).

CDU: 351.71

Índices para catálogo sistemático:

1. Historiografia 907.2

Revisão: Ivana B. S. Severino
Projeto Gráfico e Diagramação: José Isaías Venera

Conselho Editorial

Dr. André Luis Ramos Soares (UFSM)

Dr. Antônio Emilio Morga (UFAM)

Dra. Casimira Grandi (UnTn - Universidade de Trento)

Dr. Clara Dornelles (Unipampa)

Dr. José Bento Rosa da Silva (UFPE)

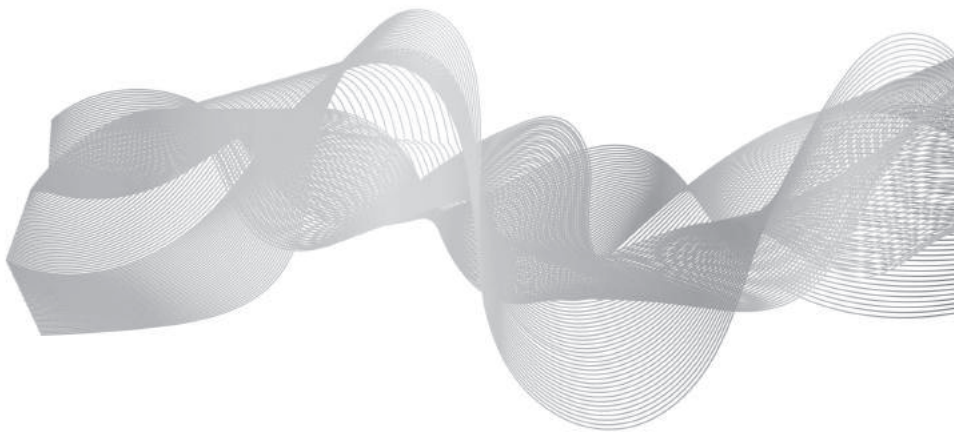
Dr. José Roberto Severino (UFBA)

Dr. Lourival Andrade Jr. (UFRN)

Dr. Pedro de Souza (UFSC)

Dra. Raquel Alvarenga Sena Venera (Univille)

Msc. José Isaías Venera (Univali/Univille)



História do Tempo Presente:

oralidade, memória, mídia

Janice Gonçalves (org.)

1ª edição
Itajaí - 2016

casasAberta
editora

A publicação desse livro foi parcialmente financiada com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES (PAEP 2357/2014).



O capítulo de autoria de Alexander Freund foi originalmente publicado como artigo de periódico:

FREUND, Alexander. Under Storytelling's Spell? Oral History in a Neoliberal Age. *Oral History Review*, v. 42, n. 1, p. 96-132, Winter/Spring 2015. Disponível online desde 11/03/2015.

Copyright © Oxford University Press

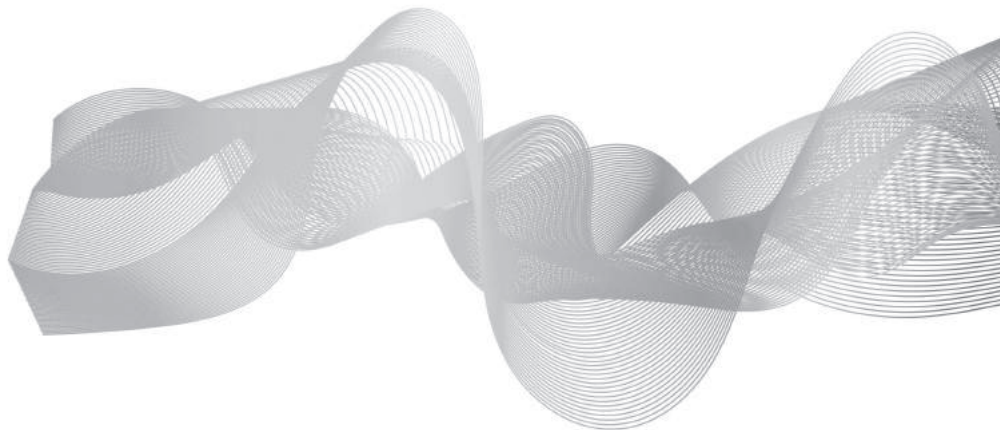
A tradução e a publicação do artigo de Alexander Freund foram autorizadas pela Oxford University Press (editora da *Oral History Review*).



Sumário

Apresentação <i>Janice Gonçalves</i>	07
Historia del presente, historia oral y memoria de la izquierda en México <i>Gerardo Necochea Gracia</i>	17
Argentina 1976-1983: la oposición obrera a la dictadura en la memoria de cinco trabajadores <i>Pablo Alejandro Pozzi</i>	29
História, política e mídia no Brasil em redemocratização <i>Reinaldo Lindolfo Lohn</i>	59
Sobre tempos digitais: Tempo Presente, História e Internet <i>Dilton Cândido Santos Maynard</i>	77
Reflexões sobre o gênero biográfico: literatura, ilusão e disputas de memória <i>Márcia Ramos de Oliveira</i>	101
Que memória? Que história? Usos do passado e o ensino de História a partir do presente <i>Cristiani Bereta da Silva</i>	117
História do Tempo Presente nos programas estaduais para a <i>high school</i> nos Estados Unidos da América: comentários sobre a vulgata histórica nacional e transnacional (1999-2014) <i>Itamar Freitas</i>	141

Sob o encanto da contação de estórias?	159
História oral numa era neoliberal	
<i>Alexander Freund</i>	
Sobre as autoras, os autores	225
e a organizadora	



Apresentação

Janice Gonçalves

Percebida de início, no meio acadêmico brasileiro, como proposta exótica e algo inconsistente, não obstante a historiadora Marieta de Moraes Ferreira buscar demonstrar desde logo, e reiteradamente, suas razões e pertinência (FERREIRA, 1996; FERREIRA, 2000; FERREIRA, 2002), nos últimos vinte anos a História do Tempo Presente multiplicou atenções e deixou de ser objeto de artigos isolados para tornar-se tema privilegiado de revistas acadêmicas, publicações em livro, eventos, grupos de estudo e de pesquisa¹. Como sinal claro de redução da desconfiança inicial, emergiu e foi

¹ Sem pretensão de exaustividade, cabe destacar algumas publicações lançadas em livro no Brasil: entre as coletâneas, as organizadas por Agnès Chauveau e Philippe Tétart (1999), por Gilson Pôrto Jr. (2007), por Flávia Varella, Helena Mollo, Mateus Pereira e Sérgio da Mata (2012) e por Lucília Delgado e Marieta de Moraes Ferreira (2014); entre os capítulos de coletâneas de temática mais ampla, o capítulo de autoria de Márcia Motta (2012), contido no livro *Novos domínios da História*; entre os livros autorais, o de Mateus Pereira (2009). Por iniciativa do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina foi promovida a tradução do livro de Henry Rousso, *La dernière catastrophe*, de modo a ser publicada em 2016, pela Editora da Fundação Getúlio Vargas. Entre os

aprovada pela CAPES, em 2006, a proposta de um programa de pós-graduação tendo a História do Tempo Presente como área de concentração: o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH-UDESC).

Em cenário no qual, portanto, as alusões à História do Tempo Presente acentuam-se, pode-se detectar o aprofundamento do debate a esse respeito? Ou as referências que se avolumam, em artigos, entrevistas e palestras, apontam mais propriamente para a sua banalização? Penso que vivemos simultaneamente as tensões desses dois movimentos, geradores de produções acadêmicas que ora apontam para o denso e profundo, ora para o tênue e raso. O PPGH-UDESC pretende contribuir para a vertente adensada e qualificada do debate.

Até o final de 2015 foram defendidas cento e duas dissertações de mestrado no âmbito do Programa (efetivamente implantado, ressalte-se, em 2007), havendo previsão de defesa das primeiras teses em 2018, uma vez que o Curso de Doutorado foi aprovado em 2013 e iniciado em 2014. Trata-se de número significativo de trabalhos concluídos, disponíveis *online*, e que conformam o principal resultado do esforço integrado de docentes e discentes da UDESC na interpretação da História do Tempo Presente. Ao lado disso, o Programa abre-se ao diálogo com outros pesquisadores – abertura que se faz, sobretudo, por meio da revista *Tempo e Argumento* (editada desde 2009) e de evento realizado a cada três anos: o Seminário Internacional História do Tempo Presente, cuja primeira edição data de 2011. Juntos, dissertações, artigos e entrevistas publicados na *Tempo e Argumento*, bem como trabalhos que compõem os anais do Seminário Internacional (uns e outros disponíveis na *Web*), traduzem, em volume bastante expressivo, uma variedade de concepções e percepções da História do Tempo

periódicos acadêmicos existentes, convém salientar os *Cadernos do Tempo Presente*, periódico vinculado ao Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET) da Universidade Federal de Sergipe, e a revista *Tempo e Argumento*, mantida pelo PPGH-UDESC.

Presente que estão a merecer, aliás, estudo detido.

Este livro vem, assim, se somar às demais publicações diretamente promovidas pelo Programa. Tem origem no II Seminário Internacional História do Tempo Presente, realizado entre 13 e 15 de outubro de 2014, em Florianópolis, no *campus* Itacorubi da UDESC². Como na primeira edição, o evento contou com conferências, mesas redondas e simpósios temáticos. No Seminário Internacional de 2011, as falas dos conferencistas e de alguns dos palestrantes acabaram por se transformar em artigos do dossiê História e Historiografia do Tempo Presente, que integrou o número 1 do volume 4 da revista *Tempo e Argumento*³. Em relação ao evento de 2014, pensou-se em reunir em livro as falas dos dois conferencistas e dos treze palestrantes⁴. Porém, por motivos diversos, apenas oito deles puderam disponibilizar seus textos para a coletânea.

Entre os autores, houve quem preferisse manter seu texto próximo ao registro da fala, nele deixando, por consequência, marcas mais visíveis do momento para o qual fora preparado. Outros optaram por versões revistas das apresentações feitas no Seminário Internacional, tendo, em alguma medida, incorporado elementos

² Apenas a conferência de abertura foi realizada em outro local da capital catarinense (o Teatro Governador Pedro Ivo).

³ Artigos de François Dosse (História do Tempo Presente e Historiografia), Michèle Lagny (Imagens audiovisuais e História do Tempo Presente), Leonor Arfuch (Narrativas del yo y memórias traumáticas), Pablo Alejandro Pozzi (Esencia y práctica de la História Oral) e Hernán Ramirez (Política e tempo presente na historiografia das ditaduras do Cone Sul da América Latina).

⁴ Conferencistas: Henry Rousso e Alexander Freund; palestrantes da mesa redonda *Ensino de História, usos do passado e cultura histórica*: Ana Maria Monteiro, Itamar Freitas e Cristiani Bereta da Silva; palestrantes da mesa redonda *Memória e Tempo Presente*: Gerardo Necochea Gracia, Igor Alexis Goicovic Donoso, Pablo Alejandro Pozzi e Luiz Felipe Falcão; palestrantes da mesa redonda *História Política*: Carlos Fico, Eliana de Freitas Dutra e Reinaldo Lohn; palestrantes da mesa redonda *História do Tempo Presente: perspectivas sobre um campo em expansão*: Francisco Carlos Teixeira da Silva, Dilton Maynard e Márcia Ramos de Oliveira.

das discussões que naquela ocasião foram estimuladas por suas intervenções. Diferenças houve até mesmo no uso da palavra História e das expressões História do Tempo Presente e História Oral: por vezes aparecem com as letras iniciais maiúsculas, outras vezes, minúsculas⁵; quanto a isso, houve atenção à lógica dos textos e às opções dos autores⁶.

No caso específico do texto da conferência final de Alexander Freund, convém salientar que resultou em artigo bastante ampliado, publicado em 2015 no periódico *The Oral History Review*. Fica aqui o registro de agradecimentos à Sra. Emma Thornton, da Oxford University Press (casa publicadora da *The Oral History Review*), pela permissão de publicação do texto de Freund neste livro; estendo os agradecimentos ao próprio autor, por intermediar os contatos feitos a este respeito. Diferentemente dos textos de Gerardo Necochea Gracia e Pablo Pozzi, mantidos na língua em que foram originalmente produzidos (o espanhol), o longo texto de Alexander Freund foi traduzido do inglês para o português por Maria Cristina Itokazu.

Há que levar em conta o intervalo entre o encaminhamento dos textos – todos enviados à organizadora em 2015, à exceção do texto de Alexander Freund, disponibilizado para tradução em 2016 – e o momento de publicação, marcado por expressivas transformações na ordem política nacional e internacional, que obviamente não foram contempladas no livro.

⁵ O mesmo texto pode adotar, por exemplo, História e história, diferenciando o campo disciplinar do processo histórico. Também aí não houve consenso.

⁶ Convém indicar que foram também efetuadas modificações nos textos em decorrência da adoção, em todo o livro, do sistema de referências autor-data, bem como de normas brasileiras para publicação de textos de caráter acadêmico, o que provocou, na maioria dos textos enviados, alterações nas notas de rodapé, na forma de apresentação das citações e na realização das indicações bibliográficas. Acréscimos, com função de esclarecimento, foram igualmente efetuados, e aparecem indicados entre colchetes, no corpo do texto, ou em notas de rodapé (neste último caso indicadas como notas da organizadora ou da tradutora).

Como toda coletânea, esta espelha a diversidade de pontos de vista, interesses, formas de pensar e de se expressar dos autores aqui reunidos. Lançando mão de uma metáfora musical, entendo que o livro se apresenta à maneira de uma partitura com baixo contínuo, que atravessa e condiciona a escrita de ponta a ponta, garantindo uma mesma ambiência à discussão (nesse caso, a História do Tempo Presente); em suas várias partes, sobre essa linha de continuidade sobrepuseram-se outros temas, mas, com mais ênfase, oralidade, memória e mídia, como indicado no subtítulo do livro.

No primeiro capítulo, Gerardo Necochea, embora não oculte certo desconforto com a expressão “História do Tempo Presente”, examina o lugar do presente nas reflexões dos historiadores ao considerar o papel dos testemunhos na produção de memórias tomadas centrais em processos sociais e políticos contemporâneos. Ao tomar como referência dois relatos testemunhais publicados em 1998 e 2003 (de José Woldenberg e de Fernando Pinera Ochoa, respectivamente), Necochea ressalta o caráter simplificador das duas narrativas frente à complexidade dos embates e das interações no interior da esquerda mexicana, sobretudo nos anos 1970. Ao mesmo tempo, aponta que essas narrativas tanto influenciam o cenário político coevo como são influenciadas por ele (Woldenberg e Pinera Ochoa certamente levaram em conta, nos relatos, acontecimentos posteriores àqueles por eles narrados, tais como a emergência do Partido da Revolução Democrática e do Exército Zapatista de Libertação Nacional). A análise desses relatos acaba por indicar que o historiador, segundo Necochea, “não faz unicamente a pergunta clássica sobre como o passado produziu o presente, mas interroga também como o presente produz uma visão do passado”. Inevitável lembrar, a partir desse comentário, de debate iniciado décadas atrás, no âmbito da historiografia brasileira, a partir das contribuições de Edgar de Decca (1988) e Carlos Alberto Vesentini (1997), que, em exercícios de história a contrapelo, buscaram indicar e superar as armadilhas espalhadas pela memória

hegemônica da chamada Revolução de 30⁷.

As relações entre memória e testemunho – especificamente, a memória operária e o relato oral – também são alvo das reflexões contidas no segundo capítulo. A partir de entrevistas feitas na Argentina com cinco operários, nos anos de 1987 e 1988, Pablo Pozzi põe em destaque o “problema entre a articulação dialética da memória, da experiência particular e da preservação de tradições que permitem a identidade de classe”. Enfocando a memória operária relativa ao período da ditadura militar argentina, resalta aspectos que indicam a resistência à repressão e à desagregação da classe, em contraposição a uma narrativa consolidada que afirmava não só ter havido o refluxo da mobilização, a despolitização e a dissolução de relações de solidariedade entre os trabalhadores, como também ter existido a colaboração operária com a ditadura. Similarmente ao que foi observado no texto de Gerardo Necochea, o de Pozzi assinala o quanto os relatos foram influenciados pelo presente do momento em que foram produzidos (presente marcado, no caso enfocado por Pozzi, como acima indicado, pela vigência de uma narrativa hegemônica acerca da submissão ou mesmo colaboração da classe operária em relação à ditadura). A atenção do historiador, em vez de concentrada no inventário (e no cotejo) de acontecimentos, desloca-se para seus significados nos quadros de uma experiência coletiva, o que exige reflexões mais alentadas acerca das dimensões subjetivas da memória. Uma memória que busca ser base da coesão da classe, não somente como construção identitária, mas também como motor de lutas presentes e futuras⁸.

⁷ Os livros em questão são resultantes das teses de doutorado dos autores; a de De Decca foi defendida em 1979 e a de Vesentini, em 1983, ambas na Universidade de São Paulo (USP).

⁸ Vê-se que as considerações do autor desse capítulo podem ser aproximadas às do pesquisador Alessandro Portelli, em seus estudos sobre a memória operária de trabalhadores de Terni (Itália) e, particularmente, sobre a reelaboração de alguns episódios marcantes de sua história (como a morte do líder operário Luigi Trastulli – PORTELLI, 1993).

O terceiro capítulo, de autoria de Reinaldo Lohn, traz continuidades em relação aos dois anteriores no que tange à preocupação com a política e ao período histórico privilegiado na abordagem, bem como quanto ao interesse em examinar formas de produção da memória. O foco passa a ser o Brasil e o (lento) processo de redemocratização brasileiro, durante o qual também começou a ser forjada uma memória pública sobre as características e os agentes fundamentais desse mesmo processo. É destacado o papel cumprido pela imprensa na construção dessa memória, ao criar uma narrativa bastante limitada sobre a redemocratização, no que se refere à compreensão da democracia (quase exclusivamente identificada a eleições) e à identificação dos supostos protagonistas.

O quarto capítulo, de autoria de Dilton Maynard, permite saltar para outro momento das relações com os meios de comunicação, ao interrogar a relação dos historiadores com a cibercultura, quer como tema de estudo, quer como ferramenta de trabalho. No texto, o autor apresenta o que considera desafios no tempo presente particularmente relevantes para os historiadores: selecionar os registros de interesse; preservar tais registros (digitalizando-os ou captando o que se encontra em meio digital); garantir os meios técnicos de acessá-los (considerada a rápida obsolescência de suportes de informação e equipamentos a eles relacionados). Maynard também salienta outras questões complexas: a migração tecnológica, se meramente atenta à preservação dos “conteúdos”, não preservará as condições de fruição e uso dadas anteriormente (como estudá-las?); além disso, a preservação efetuada deverá igualmente preocupar-se com as formas de aferir a qualidade e a autenticidade dos registros. Em meio a tais desafios, como se situam os historiadores? Estamos preparados para utilizar as ferramentas da cibercultura (utilizando as novas fontes por ela geradas e abrindo-nos cada vez mais ao trabalho colaborativo)? Estamos dispostos a participar da formulação de políticas de gestão dos seus registros?

Pensar a cibercultura envolve, assim, refletir sobre a profusão de informações que circulam diariamente, e de forma cada vez

mais rápida e intensa, por meios eletrônicos (sobretudo, redes sociais). E envolve, entre outros aspectos, indagar: como pensar a esfera da intimidade quando a mídia eletrônica, a todo momento, estimula seus usuários a borrar as fronteiras entre o público e o privado, não somente em relação a figuras destacadas do meio político e da indústria de entretenimento? O que resta ainda a proteger, uma vez que o privado é intensa e cotidianamente invadido pela mídia e seus usuários, em todas as suas variantes? O texto do quinto capítulo, escrito por Márcia Ramos de Oliveira, vincula-se, em suas linhas gerais, a esse conjunto de questões, ao abordar a polêmica travada midiaticamente em torno da ação penal movida pelo cantor e compositor brasileiro Roberto Carlos, de modo a impedir a circulação do livro *Roberto Carlos em detalhes*, escrito pelo jornalista e historiador Paulo Cesar de Araújo.

Dois capítulos da coletânea examinam mais detidamente as questões do tempo presente em conexão com o ensino de História. Em um deles, Cristiani Bereta da Silva busca equacionar a produção do conhecimento histórico e, em especial, o lugar desse conhecimento no ensino escolar. A autora tem em vista os significados contemporâneos da História, em meio à crise de regimes de historicidade e à multiplicação de narrativas históricas, difundidas por diferentes veículos midiáticos. Nesses quadros, como pensar o lugar do presente, e em relação a qual passado? Questões que também são pertinentes ao capítulo de autoria de Itamar Freitas, mas em clave mais específica: afinal, como as narrativas históricas são traduzidas em vulgatas, presentes no sistema escolar? Quais os processos históricos e acontecimentos-chave valorizados nessas vulgatas? De que maneira o tempo presente é nelas tematizado e recortado? Ao analisar programas de ensino vigentes nos EUA, Freitas oferece, sinteticamente, algumas respostas a esses questionamentos.

No último capítulo do livro estão fortemente integrados vários dos temas abordados em capítulos anteriores: a singular “intimidade pública” da contemporaneidade, a construção de narrativas hegemônicas, a formação de culturas históricas no embate com a

mídia e no jogo dos testemunhos. Alexander Freund trata do fenômeno contemporâneo do *Storytelling* (ou da “contação de histórias”, como foi aqui traduzido). Como contação de relatos pessoais, o *Storytelling* disseminou-se por distintos campos de conhecimento e profissionais (gestão empresarial, publicidade e propaganda, educação, comunicações, terapia...), em articulação com o crescimento de uma indústria da autoajuda e do pensamento positivo. Dada a sua forte presença, principalmente na América do Norte, em tão diversos âmbitos, estaria a contação pública de relatos pessoais alterando a prática da História Oral nesses países? Suas formas midiaticizadas influenciariam entrevistadores e entrevistados? Interferiria a “contação pública de histórias” na produção de culturas históricas, ao tender a identificar narrativa pessoal (baseada na memória individual) e narrativa de caráter histórico?

Alexander Freund articula esse conjunto de questões à análise de um estudo de caso: a contação pública de relatos pessoais regularmente promovida por um programa de rádio – o StoryCorps, da National Public Radio, nos EUA. Ao centrar-se no estudo do StoryCorps, Freund ressalta seu poder não somente para confirmar e reforçar identidades (individuais e coletivas) como para induzir a uma percepção de mundo em que o indivíduo é totalmente responsável por sua felicidade (que poderá ser alcançada com esforço, disciplina e perseverança). Constrói-se uma narrativa em que os problemas individuais são isolados de seu contexto histórico e social, promovendo-se o apagamento do papel de políticas públicas. O StoryCorps, valorizando o sentimentalismo, reforçaria o hiperindividualismo e proporcionaria a produção de uma narrativa geradora de consensos, silenciadora de tensões e conflitos, distanciada de uma perspectiva histórica crítica.

A riqueza e a relevância das discussões presentes na coletânea foram aqui meramente indicadas, na intenção de instigar à leitura. Caberá a cada leitor reconhecer, nos capítulos, convergências, dissonâncias e desvios no desafio compartilhado pelos autores: refletir sobre os elos entre o tempo presente e a História.

Referências

CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (Orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: Edusc, 1999.

DE DECCA, Edgar Salvadori. *O silêncio dos vencidos*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *História do tempo presente*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. *Cultura Vozes*, Petrópolis, v. 94, n. 3, p. 111-124, 2000.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História Oral e Tempo Presente. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *(Re)Introduzindo a História Oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996. p. 11-21.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 314-332, dez. 2002.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 21-36.

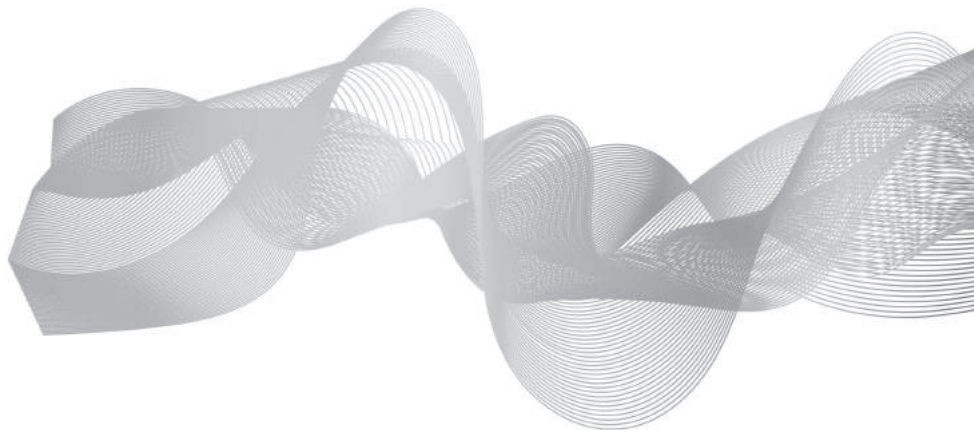
PEREIRA, Mateus. *A máquina da memória/Almanaque Abril: o tempo presente entre a história e o jornalismo*. Bauru, SP: Edusc, 2009.

PORTELLI, Alessandro. Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 41-58, dez. 1993.

PÔRTO Jr., Gilson (Org.). *História do tempo presente*. Bauru, SP: Edusc, 2007.

VARELLA, Flávia et al. (Orgs.). *Tempo presente e usos do passado*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012.

VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato: uma proposta de estudo sobre a memória histórica*. São Paulo: Hucitec, 1997.



Historia del presente, historia oral y memoria de la izquierda en México

Gerardo Necochea Gracia

|

La expresión historia del presente, debo admitir, me incomoda. Si quisiese estudiar el presente, seguramente no habría escogido la historia como disciplina de estudio, y si lo hice fue precisamente por mi interés en el pasado. Al mismo tiempo, creo entender la idea que la expresión, quizás torpemente, trata de nombrar.

En México, los historiadores consideran que el pasado está conformado de aquellos sucesos que ya no afectan el presente. Esta consideración lleva implícita la ingenua suposición de que existe

una barrera que separa y aísla los tiempos, y gracias a ella podemos identificar el inicio del presente. Ahí, el historiador detiene su labor inquisitiva y cede el terreno a otras disciplinas que estudian a la sociedad. La revisión crítica de los estudios acerca del siglo XX mexicano, realizada por el politólogo Medina Peña (1998), comprueba que efectivamente la segunda mitad del siglo es provincia casi exclusiva de politólogos, sociólogos y economistas. Las incursiones de historiadores profesionales en ese periodo, que las hay, son vistas como extravagancias marginales que poco añaden al oficio. Los historiadores, además, desaniman, cuando no prohíben, que los estudiantes investiguen los años posteriores a 1950, límite que por supuesto está bajo asedio por la curiosidad de estudiantes que apenas experimentaron directamente el siglo pasado.

Detrás de esta postura está la idea de que el historiador debe ser neutral frente a los sucesos históricos, y que sólo la distancia temporal asegura esa neutralidad puesto que lo descrito no afecta el presente. No es menester señalar lo imposible e innecesario de la neutralidad, tema ya muy discutido. Pero sí es importante subrayar que la idea frecuentemente va acompañada de un conservadurismo político, que a los ojos de quienes lo enarbolan nunca afecta su neutralidad.

En México, el desarrollo de la profesionalización de las ciencias humanas recorrió un camino particular que es interesante. En las décadas de 1920 y 1930, la antropología adquirió importancia, en particular en su variedad aplicada y puesta al servicio de “forjar patria”, en la frase de Manuel Gamio. En los años cincuenta, Gonzalo Aguirre Beltrán escribió que la antropología había sido instrumento del estado revolucionario para promover la integración del indio e impulsar el progreso material de la nación. Similar papel le confirió Pablo Gonzáles Casanova a la sociología en las décadas de la posguerra, especialmente para guiar el camino hacia la democracia. Así, el indigenismo y la democracia se convirtieron en bandera de científicos sociales progresistas en esas décadas. Los historiadores, en cambio, prefirieron el estudio del pasado colonial y prehispánico, desplegando erudición y despidiendo un tufillo de

nostalgia conservadora expresado por su hispanofilia (GAMIO, 1960; AGUIRRE BELTRÁN, 1982; GONZÁLEZ CASANOVA, 1965; PÉREZ MONFORT, 1998). En este sentido, historia del presente en realidad se refiere a un problema de posiciones políticas y no a una cuestión de límites temporales.

Otra objeción a hacer historia del pasado inmediato, en cambio, expresa una preocupación de método. Si la historia estudia procesos desarrollados en el pasado, entonces resulta necesario que estos tengan su génesis, desarrollo y terminación en el pasado, ya que sólo así el historiador puede discernir lo que es relevante para el desenvolvimiento procesual. Conforme nos acercamos al tiempo presente, es menos fácil distinguir los procesos en curso y los elementos que entran en juego para su movimiento. El señalamiento es válido, pero no es un impedimento para que los historiadores recorran sus investigaciones hacia el tiempo presente; significa, eso sí, que deben hallar preguntas y manera de abordar el tiempo distintas a las acostumbradas. Este es un problema al que regresaré pero primero me desvío para traer la historia oral y el problema de la memoria a la discusión.

En México la historia oral no surgió en la academia de historia sino entre los investigadores del Instituto de Antropología e Historia, precisamente porque ahí era posible conjuntar las visiones de ambas disciplinas. La mezcla disciplinar imprimió una orientación hacia la cultura popular en las primeras investigaciones de historia oral. No sorprende que los primeros proyectos incluyeran investigaciones acerca de los ejércitos campesinos de la revolución de 1910 y del periodo de auge del cine mexicano. La década de 1970 en que apareció la historia oral, además, fue un momento en que surgieron poderosos cuestionamientos al indigenismo en la antropología y a versión homogeneizadora de la historia nacional. La historia oral fue por ello bien acogida entre antropólogos interesados no en integrar a los pueblos indios a la cultura nacional sino en conocer y comprender la diferencia cultural; fue igualmente bien acogida en centros de investigación histórica y universidades estatales, empeñados en mostrar que la historia regional no podía meramente

ser subsumida en la nacional. En ese sentido, la historia oral unió fuerzas con tendencias que cuestionaban las verdades convencionales de una historia y una cultura nacional¹.

Pero en el inicio el afán disidente no cuestionó la convencional concepción positivista de la fuente. La entrevista de historia oral, a pesar de problemas tales como la fragilidad y subjetividad de la memoria, era considerada valiosa porque rescataba (como solía decirse) información imposible de hallar en documentos escritos. Pero el tiempo y la acumulación de historias orales condujeron a cuestionamientos respecto de la fuente misma, obligando a reflexionar sobre la subjetividad. La reflexión condujo a valorar las particularidades de la fuente: la narración oral de la experiencia vivida. Vista de esa manera, la fuente contenía algo más interesante e importante que las ocasionales informaciones novedosas: un atisbo de cómo se forman esas narraciones a través del tiempo. La idea acerca de la fuente misma cambió, en tanto ya no fue considerada como una expresión de la experiencia directa sino como un relato de la percepción de lo vivido mediado por la cultura.

Este cambio de perspectiva permitió expandir las problemáticas de trabajo con historia oral. Aquí quiero señalar sólo uno de los muchos problemas que podríamos tratar. La entrevista de historia oral y la narración testimonial conjunta el tiempo de lo vivido y el tiempo desde el que se recuerda, y por tanto, el relato incluye la experiencia acumulada entre uno y otro momento. Experiencia, en este sentido, se refiere a la sabiduría acumulada de manera que el recuerdo reacomoda el significado de los sucesos desde esta mirada retrospectiva. Comprender las narraciones que provienen de la memoria requiere de nuestro conocimiento de ese tiempo intermedio, no sólo por lo que toca a la vida personal de quien narra sino los cambios habidos en la sociedad de que es parte. Un aspecto que se destaca en particular concierne cómo en el presente ciertos sucesos pasados son valorados, lo cual en consecuencia moldea la forma en que son recordados.

¹ Véase, por ejemplo, el planteamiento de Eugenia Meyer (1978).

||

Esto me lleva, por último, a la producción de la memoria testimonial dentro del amplio campo de investigación acerca de la izquierda en la segunda mitad del siglo XX. Varios de los protagonistas han sentido la necesidad de dejar su testimonio respecto de lo vivido en el periodo. En general, los animan dos propósitos. El primero es el de dar fe de lo acontecido, sobre todo porque piensan que los sucesos en que participaron y los movimientos a los que pertenecieron son poco conocidos, y la finalidad de las escasas menciones públicas ha sido denostar y desprestigiar a esos movimientos u organizaciones. Entretejido en este propósito está el ánimo de hablar por quienes no pueden hacerlo, debido a que fueron asesinados o desaparecidos. El segundo propósito es continuar discusiones de la época, ya bien contra el campo adversario ya bien, dentro del mismo campo de la izquierda, contra quienes seguían la línea política incorrecta, para usar una expresión de época. En ocasiones a esto hay que aunar el deseo de rectificar las posiciones propias, que a la distancia o a la luz de resultados no deseados, se ven ahora como equivocadas aunque justificadas, en particular con respecto a las organizaciones político-militares.

Surge en consecuencia la finalidad de describir a un sujeto de izquierda, haciéndolo por supuesto desde la experiencia personal. Ejemplifico este afán y los problemas que de ahí se desprenden con los testimonios autobiográficos de José Woldenberg (1998) y Fernando Pineda Ochoa (2003). El primero fue activista estudiantil y después integrante de la directiva del sindicato de profesores universitarios en la Universidad Nacional Autónoma de México. Declara que su intención era más ambiciosa pero que este recuento memorístico sólo pudo abarcar la década de 1970. Pineda fue miembro de la Juventud Comunista, la cual abandonó para unirse a la organización política armada Movimiento de Acción Revolucionaria (MAR). Su memoria abarca los orígenes del grupo en la Universidad Lumumba de Moscú y su entrenamiento en Corea

del Norte, en los últimos años sesenta y los primeros setenta, los años de cárcel y una serie de viñetas que relatan acciones del grupo y rinden homenaje a compañeros muertos y desaparecidos.

Es posible pensar que en las dos décadas inmediatas posteriores a la segunda guerra mundial se cierra un ciclo y comienza otro para la izquierda. El ciclo que termina se refiere al dominio de principalmente los partidos comunistas – la vieja izquierda – y el que se abre se refiere a la pluralidad de posiciones, planteamientos, estrategias y organizaciones que caracterizaron a la nueva izquierda que se conformó en las décadas de 1960 y 1970. El rompimiento entre una y otra obedeció, a los ojos de Pineda, a disposición o no a tomar las armas, mientras que para Woldenberg el punto de quiebre tuvo que ver con la necesidad o no de crear un partido y la naturaleza democrática de la organización política. En ambos casos, su recuerdo es evidencia de la complejidad del momento pero en cada narración la tendencia es a simplificar lo sucedido. De la misma manera, y para referirse a la izquierda en formación en esos años, dividen el campo entre los grupos armados y los no armados, con frecuencia usando etiquetas tales como reformismo y violencia para describir y descalificar al otro.

Pineda Ochoa (2003) describe el camino que llevó a la radicalización política y cuenta anecdóticamente cómo la lucha armada se convirtió en el eje de la ruptura. Refiere que un grupo de jóvenes mexicanos, mientras cursaban estudios en la Universidad Patricio Lumumba de Moscú, descubrieron sus afinidades políticas y se convirtieron en el núcleo fundador del MAR. Una de las actividades estudiantiles era organizar debates sobre cuestiones diversas en torno al conflicto social y “la metodología requerida para llegar al socialismo”. La discusión acalorada sobre este último asunto recaía en dos posiciones opuestas para lograr la nueva sociedad: la vía pacífica y la vía armada; la argumentación con frecuencia daba paso a los insultos.

Por su lado, algunos prosoviéticos trataban de imponer una “línea comunista oficial”, claro, contraria a la violencia revolucionaria. Los estudiantes mexicanos ajenos al proyecto subversivo eran mayoría

y no pocos acataban, disciplinados, las posiciones políticas de la URSS; tampoco faltaron actitudes hostiles hacia los becarios considerados radicales o ultras. (PINEDA OCHOA, 2003, p. 121-122)

Con esta alusión a lo que sucedía en la Lumumba – universidad a la que él no asistió – Pineda da cuenta del rompimiento entre vieja y nueva izquierda en México, poniendo al centro la cuestión de la lucha armada.

Lejos estaba José Woldenberg (1998) de defender la línea comunista oficial o de inclinarse a favor de la vía armada. Su posición va apareciendo a través de las anécdotas que narra. En una de ellas encontramos al narrador ocupado, junto con otros compañeros, en la organización de la huelga de profesores universitarios que está a punto de estallar; corre el año de 1977. La discusión en el local sindical es interrumpida por la noticia de que en el Colegio de Ciencias y Humanidades (CCH) de Azcapotzalco acaba de ser asesinado uno de los dirigentes sindicales, Peralta, quien identificó a su asesino como miembro de la Liga Comunista 23 de Septiembre. El acto violento aparece como irracional mientras que los preparativos de huelga, es decir, los actos de la izquierda no armada que participa del movimiento social, tienen motivos y propósitos definidos, públicos y publicitados. Entre una y otra izquierda queda la sociedad, en este caso los estudiantes y profesores del CCH con quienes la izquierda sindical tiene una relación directa, cercana y positiva; la izquierda violenta, en cambio, aparece desvinculada y antagónica a esa sociedad.

El memorista, en ambas anécdotas, no intervino en los hechos relatados. Woldenberg y Pineda cuentan lo que les fue relatado, aunque asumen la voz del testigo presencial. Pueden así aparecer como observadores desde un punto no solo distante, que preserva la objetividad, sino por encima de los sucesos, que garantiza su comprensión total del suceso. Esta postura narrativa logra el esperado efecto de verdad para su versión de los sucesos.

El recuento de la memoria muestra la tajante oposición entre

una y otra postura política. Las trayectorias individuales, empero, sugieren fronteras porosas. Por supuesto en la mayoría de los casos, los militantes de grupos políticos armados primero participaron de movimientos sociales y organizaciones no armadas. También fue común que muchos regresaran a este tipo de organizaciones después de que el movimiento armado fuera derrotado. Igualmente, grupos en la izquierda no armada creían en la revolución violenta pero pensaban que aún no era el momento indicado. En otras palabras, la izquierda no estaba solo conformada por dos polos opuestos sino y sobre todo por la ancha franja entre ambos. Pineda (2003) y Woldenberg (1998), en otros pasajes, hacen alusiones a la variedad de organizaciones y posiciones que reclamaban para sí un lugar en la izquierda política y cultural, variedad que floreció después de que el triunfo de la revolución cubana rompió el monopolio de la vieja izquierda e incitó a la experimentación teórica y práctica. La tensión entre estos dos ejes narrativos, entre una versión unilineal y otra multilineal, desaparecerá en ensayos que pretenden ser análisis político y no memorias de la izquierda; Enrique Semo (2002, p. 9), por ejemplo, habla de una izquierda dividida entre reformistas y revolucionarios hasta mediados de los años ochenta (y por lo mismo la izquierda posterior le parece inédita); varios otros autores describen el camino de la izquierda desde la década de 1970 hasta principios del siglo XXI y ni siquiera mencionan a los grupos políticos armados. Ayudados por recuerdos que aplanan la rugosidad de lo vivido, estos análisis selectivamente construyen una tradición unilineal de lo que fue la izquierda².

Otro ejemplo de cómo los testimonios autobiográficos narran selectivamente y crean una tradición unilineal tiene que ver con la politización de los sujetos. Recorro nuevamente a los dos autores ya citados.

Woldenberg (1998) narra la trayectoria que sigue dentro de la izquierda, primero estudiantil y después sindical. Nos enteramos

² Raymond Williams (2011, p. 61-94) propone que uno de los ejes del análisis cultural es la selectividad que construye una tradición lineal y única.

de su indignación frente a sucesos de represión, de su curiosidad por grupúsculos de la izquierda estudiantil, del activismo que lo llevó a la puerta de alguna fábrica a vender un periódico de izquierda o distribuir un volante. Pero lo que nunca hace es narrar cómo se convirtió en persona de izquierda, qué opciones tuvo y por qué decidió por una y no otra. Los primeros recuerdos que narra son los de su entrada a la universidad, un joven que, como muchos otros de entonces, gusta del rock y está indignado por la represión de estudiantes en 1968. También, un joven que ya se distingue de otros porque busca y sigue a la izquierda. Pero en ningún momento describe que lo llevó a esa preferencia, sino que la da por hecho. Pineda (2003), cuando aparece en la narración, ya es miembro de la Juventud Comunista, y pertenece a la disidencia que se inclina por la lucha armada. Ya antes ha explicado las causas de la radicalización política: por un lado, el ejemplo de las luchas antiimperialistas en Cuba, Vietnam y Argelia, y por otro, la repetida represión de la protesta pacífica en México, que no deja otro camino que la organización armada. Por supuesto lo que refieren es su experiencia, y acerca de ella no hay cuestionamiento posible. Pero es interesante que ambos eviten adentrarse en la subjetividad, o mejor dicho, en la formación de esa subjetividad que percibió al antimperialismo y la protesta como valores positivos. Sus testimonios revelan sus experiencias en la izquierda pero permanecen mudos respecto de por qué experimentaron el mundo de cierta manera, es decir, cómo cada uno se constituyó en sujeto de izquierda.

Los pasajes, de distinta manera, muestran la relación entre el tiempo de contar y el tiempo del que se habla. En los primeros ejemplos es evidente que la discusión entre distintas posturas de la izquierda ha proseguido en el tiempo. Los hechos del presente, al mismo tiempo, han renovado la discusión. En 1988, producto de la movilización para la campaña presidencial y la posterior denuncia de fraude electoral, surgió el Partido de la Revolución Democrática, coalición de importantes sectores de viejas y nuevas izquierdas con vestigios del nacionalismo revolucionario, alineados todos hacia el

centro del espectro político con la intención de participar en elecciones. Seis años después, el Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN) brincó al escenario público y declaró la guerra al estado mexicano. Ambos sucesos han marcado la política en México en las últimas dos décadas, son consecuencia directa de las izquierdas de los setenta, y en cierto modo reavivaron la polémica entre la vía pacífica y la vía armada hacia el cambio. También es de notar que en el presente domina la opinión negativa respecto de la lucha armada; el EZLN, incluso, ha seguido una política de autonomía que se apoya en los acuerdos de paz y el rechazo a la idea de tomar el poder. Posiblemente por esa razón sea más sencillo para Pineda asentar que la decisión por las armas fue la única vía posible que les dejó la represión estatal, aunque la anécdota anterior de hecho afirme la importancia del rompimiento ideológico con la línea oficial comunista de coexistencia pacífica. Así como los sucesos pasados moldean el presente, las discusiones del presente afectan las versiones del pasado.

III

Quizás el tiempo presente en cuestión puede definirse como esa franja temporal en que conviven los relatos de memoria personal con los intentos de análisis histórico. Hacer historia de esa franja temporal implica, para el historiador, hacer preguntas distintas a las que acostumbra respecto de génesis, desarrollo y transformación de procesos sociales. La discusión precedente apunta la dificultad para poder discernir los procesos en desarrollo. La idea de que la izquierda llegaba a su fin, y por ello también un proceso iniciado en el siglo XIX, fue común después de la caída del llamado socialismo realmente existente en la última década del siglo XX. Evidentemente no fue el caso. Ni siquiera la vieja izquierda hizo caravana de despedida y más bien se aprestó para una nueva ronda; ocurrieron fusiones, tanto las anheladas como las temidas, y prosiguieron las escisiones y los experimentos. Las izquierdas de

los setenta, al menos en México, han trascendido con mutaciones varias hasta el momento actual. Los vaticinios de su desaparición y con ello el cierre de un proceso resultaron prematuros.

En este sentido, el historiador no únicamente hace la pregunta clásica acerca de cómo el pasado ha producido el presente, sino que interroga también cómo el presente produce una visión del pasado. Las entrevistas de historia oral nos han hecho particularmente conscientes de cómo la memoria moldea los recuerdos para encajar en el presente, y por lo mismo crea una cierta sensibilidad respecto de cómo ver el pasado. Esta sensibilidad tiene que ver con la cultura en el presente. Los testimonios autobiográficos van creando una convención respecto de cómo percibir ciertos sucesos del pasado – selección de una tradición – que se convierte en una visión natural, y como tal es recibida por el historiador, que asume que los rasgos centrales de esa tradición constituyen las características homogéneas de un determinado periodo, y a partir de ellas es que lee y analiza los documentos históricos. Enfocar la memoria en el presente nos ayuda a entender cómo ocurre la selección y construcción de esa tradición unilineal, a la vez que nos provee de elementos para desmontar los términos y recomponer la complejidad de los sucesos mismos.

Referências

AGUIRRE BELTRÁN, Gonzalo. *El proceso de aculturación*. México DF: Ediciones Casa Chata, 1982. [1ª. edición: 1957]

GAMIO, Manuel. *Forjando patria*. México DF: Porrúa, 1960. [1ª. edición: 1916]

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. *La democracia en México*. México DF: Era, 1965.

MEDINA PEÑA, Luis. Historia contemporánea de México: ¿tema de historiadores? In: WOBESER, Gisela von (Coord.). *Cincuenta años de investigación histórica en México*. México: UNAM- Univ.

de Guanajuato, 1998. p. 295-312.

MEYER, Eugenia. El Archivo de la Palabra: hacia una historia de masas. *Antropología e Historia - Boletín del Instituto Nacional de Antropología e Historia*, n. 23, julio-septiembre, p. 3-5, 1978.

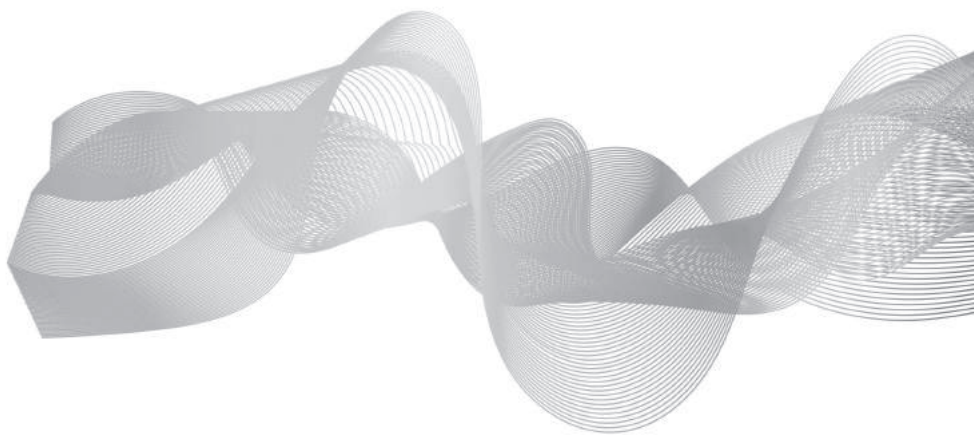
PÉREZ MONFORT, Ricardo. Entre la historia patria y la búsqueda histórica de “lo mexicano”: historiografía mexicana, 1938-1952. In: WOBESER, Gisela von (Coord.). *Cincuenta años de investigación histórica en México*. México: UNAM-Univ. de Guanajuato, 1998. p. 279-294.

PINEDA OCHOA, Fernando. *Desde las profundidades del MAR*. México DF: Plaza y Valdés, 2003.

SEMO, Enrique. Introducción. *Dialéctica* [Edición especial: La Izquierda Hoy], n. 35, p. 9, Primavera 2002.

WILLIAMS, Raymond. *The long Revolution*. Cardigan: Parthian, 2011.

WOLDENBERG, José. *Memoria de la izquierda*. México DF: Cal y Arena, 1998.



Argentina 1976-1983:

la oposición obrera a la dictadura en la memoria de cinco trabajadores¹

Pablo Alejandro Pozzi

Hace ya más de veinte años, los trabajadores ferroviarios argentinos se declararon en huelga en contra de la privatización de las líneas férreas. Sin la colaboración del sindicato, que participaba de la venta de los ferrocarriles, estos trabajadores llevaron adelante una lucha de más de un mes y medio con cualidades heroicas. Sabotajes, actos relámpagos y movilizaciones fueron algunas de sus formas de lucha. La principal consigna del conflicto era “si en el ‘61 no pudieron, en el ‘91 mucho menos”. La consigna hacía referencia a la heroica huelga de 1961 en contra de la reestructuración ferroviaria. Lo notable es que la huelga de 1961

¹ Una primera versión fue presentada en el Encuentro de la Red de Resistencia y Memoria, Universidad Nacional de Lisboa, Portugal, 27 a 29 de junio de 2013.

se perdió. Por ende, si en 1961 si “pudieron”, ¿a qué se estaban refiriendo los obreros de 1991?

Una de las respuestas posibles es que, para los trabajadores, lo que se recuerda no es tanto el resultado concreto de tal o cual lucha, sino más bien la sensación poderosa de haber luchado, de haber participado en un gran movimiento clasista conformando una memoria determinada. En este sentido, la consigna ¿es verdad o es mentira? En realidad es ni una cosa ni otra. La consigna es cómo un grupo social ha construido una memoria a partir de una experiencia concreta. Desde el punto de vista de los hechos, la consigna no es veraz; pero desde el punto de vista de la subjetividad obrera se revela como una “estructura de sentimiento” real (WILLIAMS, 1989). Por ende, para el historiador, el criterio de “veracidad” no depende de un posicionamiento positivista sino más bien del objetivo de su investigación. Así, por ejemplo, uno de los momentos más recordados de la historia obrera argentina fue la toma del frigorífico Lisandro de la Torre en 1959². Si todos trabajadores que testimonian haber participado de esa lucha lo hubieran efectivamente hecho, serían decenas de miles. Una vez más ¿es falso lo que nos cuentan? En términos objetivos puede serlo y tenemos que desarrollar controles que permitan separar la invención de la realidad. Pero desde el punto de vista de la memoria esto dice mucho más que si en realidad hubieran participado; nos sugiere que este hecho fue central en la experiencia y la subjetividad de los trabajadores argentinos.

En la práctica real de los grandes grupos sociales, la construcción de una memoria particular de estas experiencias de lucha cumple dos funciones claves. La primera es como cohesión grupal que define un “nosotros” y un “ellos”, una forma de comportamiento

² Esta fue una lucha emblemática en contra de la privatización del frigorífico testigo en el barrio de Mataderos, en Buenos Aires, enero de 1959. La ocupación de la fábrica por unos cinco mil obreros se convirtió en una batalla campal con las unidades del Ejército enviadas a desalojarlos. Véase SALAS (1990).

entendido como “correcto”, y toda una concepción cultural “clasista” que abarca y subyace elementos ideológicos y políticos. O sea, esta “memoria” es central a la existencia de una identidad determinada. La segunda es que estas prácticas y memorias constituyen la materia prima del acervo de experiencia que permite la continuidad de luchas y actividades en pos de intereses sectoriales. Más allá de su resultado concreto, cada lucha prefigura y contribuye a las luchas posteriores convirtiendo la memoria de haber luchado en un elemento poderoso de la percepción colectiva.

El nexo entre luchas, experiencias y prácticas clasistas lo constituye la memoria. De hecho, la memoria sería la forma en que se recuerdan hechos en un momento (necesidad) determinado. La memoria no es ideología, ni tampoco es un relato del pasado, si bien es cierto que no son excluyentes y que hay una fuerte articulación entre ellos. La historia (en particular la oficial) presenta límites y vectores de fuerza para tratar de moldear la memoria. Pero en general tiene un éxito limitado, y las personas (y los grupos sociales) resignifican la historia para incorporar “su” memoria, o sea, el cómo procesan e interpretan “su” experiencia.

La memoria siempre es selectiva y siempre se hace desde las necesidades y los problemas de hoy. Nadie se acuerda de todo, sino que recurre a aquellos elementos que le son útiles adaptándolos y transformándolos según su necesidad. En este sentido la memoria jamás es “la verdad”, sino que es una especie de reservorio selectivo de experiencias, donde los recuerdos se articulan entre sí a través del prisma de las necesidades actuales. Como tal, la experiencia jamás desaparece, sino que el mismo hecho conforma una memoria distinta según el momento histórico. Sin embargo, el hecho de que la memoria no desaparece no implica que la experiencia siempre exista en la conciencia, sino que puede ser relegada al inconsciente y subsistir como algo no constructivo sino como sensaciones de injusticia y de furia o también de apatía. Así la memoria puede ser modificada, fragmentada, postergada e inclusive relegada, pero nunca es inexistente.

Según Raphael Samuel (2008, p. 12),

la memoria, lejos de ser un mero dispositivo de almacenamiento o un receptáculo pasivo, [...] es una fuerza activa y modeladora que es dinámica [...] y que se relaciona de manera dialéctica con el pensamiento histórico [...] a su manera, se trataba de un modo de construir conocimiento.

Basándose en Maurice Halbwachs, Samuel plantea que la memoria es subjetiva. Pero, al mismo tiempo, la memoria combina una percepción de la experiencia personal con una percepción del conjunto social, para ir definiendo un accionar y una visión particular de la historia. Esto implica también que el registrar la memoria de un grupo social implica adentrarse en su subjetividad.

Lo anterior es sugerente en cuanto a los trabajadores argentinos y su construcción de la memoria de su accionar durante una dictadura represiva como lo fue la de 1976 a 1983. Esta memoria se basa en recuerdos, anécdotas y tradiciones, tanto personales como colectivas, y sirve no para construir una historia sino para establecer una identidad clasista que subyace lo que Tim Mason (1993) denominó “la oposición obrera”³. Mason había encontrado, en su extensa investigación sobre los trabajadores alemanes bajo el nazismo, que la represión absoluta había resultado en un aniquilamiento del activismo y la militancia obrera. Sin embargo, también encontró que esto no había llevado a los obreros alemanes a una apatía y quietud. Por el contrario, Mason descubrió niveles de conflictividad y lucha que aprovechaban las características particulares del régimen. Más aun, lo que encontró Mason, a partir de revisar una extensa documentación disponible sobre la política social nazi, era que la actividad de los trabajadores, a partir de criterios y tradiciones que conformaban una clase social, tenía efectos que se podían percibir en la superestructura política como límites o frenos concretos a los objetivos del nazismo. No es que se plantee que la clase obrera “siempre lucha”, sino más bien que es

³ La obra *Social Policy in the Third Reich - The Working Class and the “National Community* recopila los estudios de Mason sobre el tema que fueron publicados, en alemán, entre 1971 y 1977. Su proyecto de investigación no pudo ser completado antes de su muerte en 1990.

ilógico que una clase movilizadora, con fuertes niveles de organización y tradiciones izquierdistas, simplemente se llamara a la quietud de la noche a la mañana.

Por su parte, el sociólogo James Petras (1981) estudió a los trabajadores argentinos para descubrir que éstos habían desarrollado lo que él definió como “redes familiares, sociales y políticas en torno a las cuales organizan su vida”. En este sentido, Petras notaba que existía una diferencia entre el obrero y sus dirigentes o “clase política”.

Las relaciones, actividades, valores, y posición social [*del obrero común*] son distintos de aquellos de la clase política, aún cuando comparten con esta clase una membresía organizativa en común, un comportamiento electoral, y una oposición a los militares y la clase dominante. Sin embargo, existe una subcultura que une a la clase obrera independientemente de la organización formal, que abarca parentesco, vecindario, lugar de trabajo y clubes sociales. Estas experiencias en común separan a la clase obrera de la “clase política”. Estas diferencias se manifiestan en formas distintas de expresión, y fundamentalmente en la noción de compañerismo, que surge de compartir la vida cotidiana, los eventos sociales, las tragedias, los eventos deportivos. (PETRAS, 1981, p. 259)

La imagen más difundida del comportamiento de la clase obrera argentina durante la dictadura de 1976 a 1983 ha sido sintetizada por el sociólogo Francisco Delich, constituyendo una especie de “historia oficial” (DELICH, 1982, p. 129-151; DELICH, 1983, p. 101-116)⁴. Analizando el período 1976-1981 (los gobiernos de los generales Videla y Viola), Delich planteó que “durante cinco años, la clase obrera argentina y sus sindicatos permanecieron, en conjunto, inmóviles desde el punto de vista social y de la actividad sindical respectivamente, o bien cuando se movilizaron lo hicieron mutando formas de acción” (DELICH, 1983, p. 101). Por lo tanto,

⁴ Otros trabajos lidian más que nada con el rol de las cúpulas sindicales durante el Proceso de Reorganización Nacional (como se autodenominó la dictadura de 1976 a 1983), generalmente ignorando al conjunto de la clase o minimizándola como sujeto de estudio. Un buen ejemplo de esto es el trabajo de Alvaro Abós (1984). Un intento interesante de abarcar ambos niveles es el trabajo de Arturo Fernández (1985).

“o bien no hubo acción sindical o cuando la hubo marcó distancias con el pasado”, llegando a una desmovilización que representa un quiebre con la década anterior. Escribe Delich (1983, p. 147-148):

Este es, desde 1955, el más extenso período de inmovilidad sindical que se registra. No faltaron, como se ha expresado, motivos de agravio como para justificar la reacción obrera organizada; si ella no se produjo en una coyuntura suficientemente prolongada es porque seguramente reconoce razones que están más allá de la dialéctica de agravio-reacción-represión-nueva reacción, y que se instalan en otro nivel del análisis y de la historia: el de las condiciones estructurales de la acción obrera y de su transformación y de sus posibilidades.

El resultado de todo esto sería la ruptura de la solidaridad obrera y el debilitamiento sindical y así “el obrero productor comprobó la transformación de su ámbito de sociabilidad en un ámbito de pura productividad y mecanización” (DELICH, 1983, p. 107)⁵.

Los planteos de Mason y Petras llevan a repensar las conclusiones de Delich sobre la actitud de la clase obrera argentina y reconsiderar lo que todos suponíamos que había sido una quietud frente a una agresión despiadada ante la dictadura de 1976-1983. La reacción de la clase obrera frente a esta agresión incluyó una amplísima gama de actividades y conflictos que abarcaban desde apoyo a familiares de delegados detenidos y desaparecidos, hasta formas de organización clandestinas, sabotajes, huelgas (POZZI, 1987; POZZI, 2010). Esa reacción pudo ser registrada tanto en la documentación y los archivos disponibles como en docenas de entrevistas a trabajadores del conurbano de la ciudad de Buenos Aires. En todos los casos llama la atención que la vasta mayoría de los entrevistados consideraban que “no había pasado nada”, para luego relatar su experiencia de resistencia como si hubiera

⁵ Es de notar que la base de la ofensiva por parte del gobierno radical en contra de los sindicatos peronistas, a principios de 1984, se encontraba en esta apreciación. El fracaso de la gestión del Ministro de Trabajo, Antonio Mucci, ante la unidad obrera en defensa de sus sindicatos muestra a las claras lo errado de este análisis.

sido única. Eso era así aun en aquellos casos donde se repetían las formas de organización y lucha, y donde era evidente que había nexos regionales o zonales. La hipótesis que aquí se desarrolla es que lo que parece ser una forma de esquizofrenia en realidad es una manera de reconciliar la experiencia vivida con lo que es aceptado e impulsado como la verdad histórica, constituyendo una memoria particular que se ancla en estructuras de sentimiento y en un fuerte contenido de “nosotros contra ellos”.

En particular cuatro de las entrevistas revisadas⁶, con cinco obreros, resultan reveladoras del problema entre la articulación dialéctica de la memoria, la experiencia particular, y la preservación de tradiciones que permiten la identidad clasista. Los cinco entrevistados eran todos obreros industriales, pero de generaciones, filiaciones políticas y calificaciones distintas. Ramón y Lolo eran dos obreros “viejos”, mayores de 60 años cuando fueron entrevistados, mientras que Aníbal, Jorge y Pete rondaban los 30 años de edad. Ramón era de nacionalidad paraguaya y había emigrado a la Argentina en la década de 1950, perseguido por la dictadura del general Alfredo Stroessner, y era un obrero de la construcción al igual que Pete. Ambos tenían una alta calificación y oficio ya que uno era *colocador* de obra y el otro cañista de alta presión. Ambos eran miembros del Partido Comunista (PCA), una organización con mucha fuerza en el gremio de la construcción de la época. Aníbal, obrero de la carne, había sido activista de Acción Católica, si bien luego pasó a revistar en las filas del PCA, mientras que Jorge pertenecía al sindicato metalúrgico y militaba en el trotskismo. A su vez Lolo era un obrero “foguista” (o sea, que se dedicaba a la caldera de la fábrica), afiliado a la Unión Cívica Radical⁷, que tenía una alta calificación y el respeto de sus

⁶ Véase el acervo de entrevistas en el Programa de Historia Oral, Instituto Interdisciplinario de Estudios de América Latina (INDEAL), Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires.

⁷ La Unión Cívica Radical fue un partido político que se remonta a 1890, con prédica entre los sectores medios argentinos, cuyo ideario es una adaptación del radicalismo español.

compañeros hasta el punto que recibía el trato de “Don”. A diferencia de los anteriores, Don Lolo jamás había desarrollado una militancia política o un activismo sindical. En cierto sentido, testimoniantes como Don Lolo sirven de control a las interpretaciones que brindaban los obreros con militancia política izquierdista. De ahí que lo importante son los temas recurrentes, o sea, que se repiten en ambas instancias, y que sugieren la posibilidad de constantes en la subjetividad que trascienden la formación política o la educación formal. Esto no quita que estas constantes se deban a influencias externas, como, por ejemplo, criterios derivados de las interpretaciones que se encuentran en los medios de comunicación de masas. Sin embargo, a partir del paradigma indiciario elaborado por los historiadores Carlo Ginzburg y Sidney Chalhoub⁸, las reiteraciones en la subjetividad de distintos individuos sin conexión entre sí sugieren un inmenso rompecabezas donde, una vez descartadas las respuestas imposibles, lo que queda, por improbable que sea, es lo que debe haber ocurrido.

Todos los entrevistados sabían que lo que se buscaba era que contaran cuál había sido su experiencia como obreros durante la dictadura. Asimismo, el contexto y la época de la entrevista es importante: la dictadura había terminado apenas cinco años antes y era tema de debate en todo el conjunto social argentino, particularmente en torno a la existencia, o no, de formas de resistencia o de colaboración con los golpistas. Si Delich señaló que la gran mayoría apoyó al golpe de estado, y los entrevistados lo niegan en la construcción de su memoria, entonces ¿qué significa esto para el esfuerzo de la historia oficial de construir una historia hegemónica colaboracionista?

La contradicción señalada existe inconscientemente en las entrevistas y, al mismo tiempo, es probable que determinara que los entrevistados eligieran comenzar su testimonio estableciendo su posición respecto de esta discusión, que serviría para anclar

⁸ Véase, en particular, la *Introdução. Zadjig e a história* en Chalhoub (1990).

toda su participación en la construcción de la entrevista. Así, por ejemplo, Don Lolo comenzó explicando que: “La gente no hacía nada porque es un establecimiento – ¿cómo te voy a decir? –, no son luchadores de frente. Si el patrón viene y dice ‘hay diez pesos de horas extras’, todo el mundo contento” (Entrevista con Don Lolo, 1988). A su vez Aníbal expresó, en su primera intervención:

Yo trabajaba en una fábrica grandísima, con 1.700 obreros, el frigorífico Pedró Hermanos, aquí en Banfield. Prepararon todas las condiciones, cuando fue el golpe de estado fue el día que hubo mayor presentismo a pesar de la incertidumbre [...]. La gente, con mucho temor, se vino a laburar⁹. Yo creo que no hubo un argentino en ese momento, a no ser un tipo esclarecido, que no decía que eso tenía que terminar, que vinieran los militares. (Entrevista con Aníbal, 1987)

A su vez Pete dijo: “Nosotros estábamos en contra del golpe. La víspera del golpe estábamos en Chingolo, hablando con unos compañeros, creo, y decíamos que era tarde. Porque se veía venir, era como ver una lluvia que viene acercándose. La gran mayoría lo pedía” (Entrevista con Pete, 1987).

En los tres casos es notable lo que señalan y lo que silencian, sobre todo porque dos de ellos eran comunistas mientras que Lolo no sería considerado como un obrero politizado o de izquierda. Por lo pronto los tres opinaron que “nadie hizo nada”. Pero, al mismo tiempo, tomaron distancia personal de esa afirmación. Para Don Lolo fue “la gente” la que no hizo nada, y de hecho no se incluye en el colectivo; para Aníbal la excepción fueron “los esclarecidos”; mientras que Pete hace una clara distinción entre “nosotros” y “la gran mayoría”. No se trata de disputar si el golpe militar de 1976 tuvo apoyo popular o no, lo que interesa aquí es señalar que los entrevistados comienzan su relato a partir de parámetros concretos. En cierto sentido, lo que parecen decir es que aceptan la versión oficial por la cual “todos los argentinos fueron golpistas”, pero

⁹ Laburar: argentinismo por “trabajar”, se deriva de la palabra italiana “lavorare”.

como esto no concuerda con su experiencia personal, entonces se ven obligados a diferenciar al conjunto social (incluyendo a sus compañeros trabajadores) de sus propias vivencias. De esta manera los entrevistados se ubican dentro de los criterios “aceptados”. Sin embargo, la forma de hacerlo es importante y no sólo revela una subjetividad que niega la historia oficial sino que en realidad sienta las bases para generar una contrahistoria.

A partir de establecer su “excepcionalidad”, que parece permitirles reconciliar lo que sería una “historia oficial” y su propia experiencia, los entrevistados comienzan un cuidadoso (aunque inconsciente) proceso de negación al manifestar la construcción de una “memoria resistente”. Esta memoria resistente tiene coordenadas concretas, sobre todo en torno a la percepción de la historia como lucha o guerra de clase, central a la defensa de sus derechos y dignidad. Al decir de Don Lolo: “Porque así tengo mis derechos”.

Un elemento notable en los testimonios analizados es que la construcción de la memoria en apariencia no incluye casi referencia al tema represivo. Es evidente que esto llama la atención del entrevistador que incorpora, casi de repente, preguntas al respecto. Esto no implica que no tuvieran conciencia del problema, o menos aun que no hubiera represión. Por ejemplo, cuando se les preguntaba por el tema explícitamente, la respuesta era concreta pero también con ciertos tonos de naturalidad, por ejemplo:

Pregunta: ¿Había miedo? Ahora, pero este fue un barrio muy golpeado... [*por la represión*]

Aníbal: Ahí fue cuando lo desaparecieron a Rosario, que apareció con 17 tiros en la espalda, ahí en Cañuelas. Esto fue en el '78, por ahí. Era de los nuestros. Dijeron que había sido un ajuste de cuentas entre los mismos Montoneros¹⁰. ¡Qué va a ser! Si lo sacaron de la casa. Estaba con la hija. Era delegado de la Línea 3 de colectivos, de la UTA¹¹. (Entrevista con Aníbal, 1987)

¹⁰ Montoneros: Organización armada político-militar peronista.

¹¹ UTA: Unión de Tranviarios Automotor.

Pregunta: ¿A ustedes la represión en la fábrica cómo los afectó?

Lolo: Y, no. Porque fueron inteligentes que pisaron con pies de plomo. Hubo ese secuestro que pasó esas 24 horas y chau, nada más. Ahí la gente se asustó mucho, se amilanó. Yo se que andaba la Federal dando vueltas alrededor de la fábrica. (Entrevista con Don Lolo, 1988)

Pregunta: Pero ¿había represión en la fábrica?

Jorge: La forma en que se trabajaba no me gustaba, era bastante persecutoria. Y eso fue antes del '76 y después peor todavía. [...] Desaparecidos en esa fábrica no hubo muchos, pero un montón que echaron, redujeron, hicieron un montón de cosas. Gente que empezaba a armarse para hacer algo la echaron. En esa época me acuerdo que venían a la fábrica [...] dos dirigentes. Se reunían o con el dueño o con el jefe de personal. Trataban, acordaban y después se lo daban a la Interna¹². Siempre se trabajaba así¹³. (Entrevista con Jorge, 1988)

Este aspecto es muy interesante, sobre todo por la forma de expresarse. Cuando Jorge concluye “siempre se trabajaba así”, está resumiendo una estructura de sentimiento sobre la vida obrera en general: el trabajador se desempeña normalmente en un ambiente represivo. Al decir de Robert Linhart (1989, p. 108): “La fábrica está pensada para producir objetos y triturar hombres”. Subyacente a esto, los entrevistados estaban expresando una percepción, que sólo puede ser explicada como una vivencia de clase, profundamente diferente a la del entrevistador. Como universitarios pertenecientes a los sectores medios, los investigadores tendían a compartir la opinión que la represión salvaje comenzó con el golpe militar de 1976. Esta no es la realidad de los entrevistados; el “sentido común” de los trabajadores les decía otra cosa. Por ejemplo, Jorge ubicó la represión desde “antes de 1976”; y Ramón, cuando

¹² Interna: Comisión Interna de fábrica, el organismo de base de los sindicatos argentinos.

¹³ Jorge militaba en el Movimiento al Socialismo (MAS), una organización trotskista dirigida por Nahuel Moreno (Hugo Bressano).

se le preguntó si hubo represión en construcción, respondió: “Si, la represión empezó en el ‘59¹⁴. No fue sólo del ‘76. Cuando vino la intervención de julio del ‘59, empezó la lista negra y se mantuvo hasta ahora.” Esto indicaría que, en la percepción de estos obreros, no hay un correlato entre represión y dictadura, ya que las entrevistas indican que esta es permanente. En ese sentido, la represión tiende a naturalizarse como algo objetivo de la realidad, y por lo tanto no hace falta recordarla ya que su excepcionalidad no es tal. Hasta dónde esto es parte de la percepción de los entrevistados y no de la subjetividad obrera en general es un tema complejo de dilucidar. Más aun, si la experiencia individual y/o colectiva marca los límites y los significados de la subjetividad entonces es lógico suponer que la subjetividad obrera no es la misma que la de los sectores medios. Los indicios disponibles, vía autobiografías, relatos y una cantidad de entrevistas sugieren que la represión es una contracara de todo relato obrero. Esto parece indicar que los entrevistados aceptaban la violencia como algo cotidiano y parte del mundo hobbesiano en el que viven, o sea como algo “natural”. Por eso al entrevistador le llama la atención que el tema no se explicitara en las entrevistas a menos que se realizara una pregunta directa, mientras que para los obreros estudiados era innecesario ya que era un supuesto conocido.

Un elemento central a la historia oficial es lo que se puede denominar “quietismo” o despolitización. Es evidente que las entrevistas abarcan este tema específicamente para poder comparar la memoria de los entrevistados con la historia oficial. Por ende las

¹⁴ La referencia es notable ya que Ramón es comunista. El año 1959, durante el gobierno electo de Arturo Frondizi, se aprobó el Plan Connoción Interna del Estado (CONINTES), dirigido en contra del activismo sindical. Ese fue el año de la huelga, ya mencionada, del Frigorífico Lisandro de la Torre, y también el año de las grandes huelgas bancarias. En general los historiadores aceptan ese año como una fecha importante para el sindicalismo peronista. Ramón está sugiriendo que la fecha es importante para el conjunto de los trabajadores, y también indica que un gobierno “democrático” puede ser también represivo.

entrevistas incluyen preguntas específicas sobre el activismo obrero y la militancia política. Las respuestas son tan ilustrativas como aquellas sobre el tema represivo: en todos los casos señalan que, por lo menos en aquella época, la política y en particular la de izquierda, era parte de la vida cotidiana. Por ejemplo:

Pregunta: Usted ¿vio volantes, cosas por el estilo?

Ramón: Aparecía, pero muy poquito. Un largo tiempo después del golpe. El que más trabajaba en el gremio era la fracción en los colocadores. Una fracción trotskista. Eran los primeros que salieron con sus volantes. Denunciaban las condiciones de trabajo y todo eso.

Pregunta: ¿Quién? ¿El PST?

Ramón: Más bien tiraba para el ERP. Y la gente decía que tenían razón¹⁵. (Entrevista con Ramón, 1987)

Pregunta: ¿Problemas con la subversión no tenían adentro?

Lolo: Yo no tuve ninguno.

Pregunta: ¿No se imprimían los volantes de los Montoneros?

Lolo: Se los imprimían. Escúchame, ahí se hacía cualquier cosa. Aparecían volantes por todos lados. Una vez pusieron una bandera comunista arriba de la torre de obras sanitarias que está adentro de la fábrica. ... Después del golpe. El golpe fue en el '76. Y bueno ahí apareció una bandera. ¿Quién la puso? No sé. [*Risas*] Pero le querían cortar el cogote al director de la fábrica. Aparecían volantes pegados... Los volantes, es muy simple en Fabril. Yo sabía que eran todos de Mao¹⁶. Mirá, a mi me pegaban volantes en la caldera. Venía el peronista y me pegaba uno. Venía otro que era comunista y me pegaba uno.

¹⁵ PST - Partido Socialista de los Trabajadores, organización trotskista que luego conforma el MAS. ERP - Ejército Revolucionario del Pueblo, una de las organizaciones guerrilleras argentinas más importantes de la época. Su dirección política era el Partido Revolucionario de los Trabajadores, de orígenes trotskistas y luego de orientación guevarista.

¹⁶ Se refiere al Partido Comunista Revolucionario, de orientación maoísta.

Pregunta: Entonces ¿vos sabías quién era peronista y quién era comunista en la fábrica?

Lolo: Eran todos compañeros. Uno me quería enganchar a toda costa que tenía que ser comunista. Y yo le digo: “Mira, vamos a hacer una cosa, afiliate al radical y yo al comunista”. Y esas cosas. Discutíamos pero de compañeros. [...] Es una gran familia. (Entrevista con Don Lolo, 1988)

Observemos cómo ambos, Ramón y Lolo, establecen que existía una actividad política constante como algo perfectamente natural y cotidiano. Al mismo tiempo no les hace falta decir que nadie denunciaba a los militantes políticos. Más aun, cuando Lolo declara que “no tuve problemas con la subversión”, queda implícito que el problema era para la patronal ya que los militantes estaban del lado de la clase obrera. Inclusive, la expresión de Ramón “la gente dice que tenían razón” es ilustrativa de ello, lo mismo que cuando Lolo señala que “discutíamos, pero de compañeros”. La expresión “una gran familia” abarca a todos los trabajadores dentro de la fábrica y, sin necesidad de decirlo, excluye a la patronal. Inclusive es notable que Lolo insistía a través de la entrevista que a él no le gusta “la política” ya que “somos gente de trabajo”. Sin embargo, toda su memoria se encuentra salpicada con referencias políticas. Por lo tanto ¿a qué se puede estar refiriendo? Lo más probable es que Lolo haya entendido “a la política” como algo que realizan los “políticos profesionales”, mientras que el quehacer político familiar o del activismo fabril es algo entendido como distinto. Asimismo, subyacentemente lo que parece sugerir Lolo es que dedicarse a la política no es trabajar. Tal como señaló Petras, esta percepción o estructura de sentimiento es producto de cuatro características fundamentales de la clase obrera argentina. Estas son: 1) un alto grado de solidaridad y organización de clase; 2) un rechazo generalizado a los valores y la dominación del Estado y de la burguesía; 3) una clara noción de intereses de clase con un bajo nivel de mistificación, que se evidencia en el rechazo a sacrificar su estándar de vida a cambio de un ilusorio “desarrollo nacional”; y 4) poderosos lazos informales, expresados a través de la familia, el

vecindario y el lugar de trabajo, que refuerzan la unidad de la clase en contra de la clase dominante (PETRAS, 1981, p. 260-261).

Todo esto apunta a una subjetividad vibrante basada en la permanente, e inconsciente, resignificación de términos, expresiones y nociones en apariencia compartidos con otros sectores sociales.

Lo anterior contribuye a explicar el surgimiento de nuevos activistas obreros, aun en condiciones de fuerte represión. Por ejemplo:

Pregunta: ¿Cómo surgen los activistas?

Pete: El tema de tomarse un vinito a escondidas, pelar una petaca de ginebra cuando hace frío, es un tema obligado para charlar. Se van conociendo. ¿Sabés cómo se conocen? Fulano es un tipo que va al frente. Fulano es un tipo que sabe, dice otro. Fulano es un tipo que es muy capaz en el laburo, y tiene muy buena parla¹⁷. Fulano sabe lo que vale su trabajo. Pero a su vez lo transmite, y así enseña lo que vale el trabajo de todos. La gente se va conociendo así, va reconociendo determinada gente. Aunque nadie diga si fue o no dirigente gremial, y la gente no comparta su historia personal o política. Y cuando se dan los problemas (económicos, accidentes) necesariamente o salen o la gente misma los saca a relucir. Che, ¿qué hacemos?, les preguntan. Surgen formas organizativas. (Entrevista con Pete, 1987)

Aníbal: Yo te iba a decir... yo vengo desde la otra vereda. En esa época no tenía militancia. Era muy embromado para todos bregando que había que organizarse, porque yo reconozco ahora, con otra visión, que había tanto descreimiento con el que trataba de organizar. Primero porque generalmente, el que trataba de organizar era de tendencia izquierdosa. Había miedo a juntarse con ellos. [...] Yo les tenía miedo a los rojos. Y el día que dije “aquí hay que hacer algo, hay que cambiar la cosa”, miré y para el único lado que miré fue para donde estaban los que estaban todos pintados de rojo. Que eran los que estaban haciendo algo desde el principio. Me guié por ellos porque eran los únicos tipos que se habían estado jugando... (Entrevista con Aníbal, 1987)

¹⁷ Parla: argentinismo para “hablar”, proviene del italiano “parlare”.

Lo que llama la atención es que la politización y el compromiso no están anclados en un convencimiento o en un “despertar” ideológico. En ambos casos la explicación parte de la experiencia personal que combina necesidad con el reconocimiento positivo de la actividad militante, y un criterio por el cual la lucha obrera tiende naturalmente a acercarse a la izquierda. Aníbal parece decir que la realidad obrera, no la ideología, es lo que lo llevó desde Acción Católica al Partido Comunista. Esta realidad se expresa no tanto en propuestas programáticas sino en una praxis que genera lo que se podría denominar “líderes naturales”. Así, para Aníbal es importante que “se la estaban jugando”, mientras que para Pete lo crucial es que “Fulano sabe lo que vale su trabajo” y lo transmite. Por ende los entrevistados, ya sea un obrero que no es “de izquierda” como Lolo, u otro que comienza “con miedo a los rojos” como Aníbal, o un militante como Pete, lo que transmiten es un “sentido común” donde los obreros de izquierda también son considerados parte de “la gran familia” trabajadora.

Todo lo anterior sirve para expresar lo que los entrevistados parecen considerar “el momento clave”, o sea, el relato de su protagonismo histórico. Así, la narración de cada uno tiene una progresión casi lineal: parte de una aparente aceptación de la historia oficial, para luego plantear su carácter de testificante excepcional (o sea, distinto a la media) y no colaboracionista; de ahí pasan a establecer un “nosotros y un ellos” que reafirma su identidad como obreros en contraposición a otros sectores sociales; luego centran su narración en el momento de lucha, o sea, en la “prueba” de que ellos si se opusieron a la dictadura; y, como veremos más tarde, van a concluir con una lección dirigida al conjunto de los trabajadores. En este sentido el criterio clasista construye una memoria de lucha contestataria y opositora a los objetivos dictatoriales y de la burguesía, que al mismo tiempo reafirma una identidad obrera y una centralidad de su protagonismo histórico como sector social.

Todo lo anterior se combina para sugerir la existencia de una

praxis anclada en el “sentido común” implícito en una “cultura ordinaria” obrera, en la acepción de Raymond Williams (1989). Esto invierte nuestra percepción de la conflictividad obrera: en vez de entenderlo como un producto de decisiones “desde arriba” (de liderazgos o de propuestas ideológicas), la combatividad de los obreros argentinos debería ser considerada “desde abajo”, o sea, como algo que emerge de la realidad vivida para gestar prácticas de lucha concretas. Por ejemplo, según Lolo:

[...] les digo a mis compañeros, “vamos a cortar las horas extras porque estos señores nos están sacando la categoría a nosotros”. [...] Y porque, ponele se pedía un aumento, se decía que no, y ahí nos reuníamos. Cortamos las horas extras. En la época del Proceso¹⁸ cortamos las horas extras y todo. Y las cortamos porque nos prometían un 5% de aumento, esperábamos varias fechas y nunca venía. Lo hicimos varias veces. Hemos vivido oprimidos. Mirá yo en la época del Proceso tuve una agarrada muy grande con un tal Pons, jefe de relaciones públicas. Entonces, él nos quería sacar un convenio que yo lo había conquistado. Yo lo había conquistado, de que a los 20 minutos me tenía que retirar. O sea cumplíamos siete horas 40. Trabajábamos 7 horas y media, y ahora ocho horas, y nos pagaban ocho y media. Entonces, cuando yo llego nos mandaba a trabajar los sábados a la tarde normal. Los sábados a la tarde es 100 por 100. Éramos siete u ocho, venimos y nos encontramos que trabajaban ocho horas los sábados a la tarde. En caldera trabajábamos tres foguistas, porque sacaron el turno de noche. [*Esto fue en el* ‘78 sería, más o menos... Y le digo a los compañeros: “Perdónenme que se los diga pero cuando me toque a mi venir de tarde si no me lo pagan el 100 por 100 paro la caldera. [...] Pero un compañero, que sabía mucho de leyes, empezó a pelearla, hasta que cada cual a su turno y tuvieron que pagar lo que correspondía. [...] Yo no tuve miedo, yo hablé. Yo estuve casi seis meses cortándole las horas extras, hasta que me mandaron a lo que me correspondía. (Entrevista con Don Lolo, 1988)

La construcción de una memoria casi mítica es evidente. Lolo se convierte en el protagonista, y por ende en la expresión del

¹⁸ Proceso: Proceso de Reorganización Nacional.

conjunto de la clase. El tema de “no tener miedo” hace a su machismo, pero también a la construcción de una identidad digna en un contexto donde “hemos vivido oprimidos”. Pero, al mismo tiempo, como obrero viejo imbuido en las tradiciones y el sentido común colectivo, siempre regresa a un “nosotros”, donde su relato articula una memoria en función de la construcción de una historia de dignidad y de lucha. Así la expresión “hemos vivido oprimidos” no sólo ubica su relato en la tradición colectiva, sino que implica una crítica al sistema social en su conjunto, y contrapone el “nosotros” a “ellos”, representado por el jefe de relaciones públicas. Claramente, Lolo está presentando una visión política e ideológica, aunque él la perciba no como tal sino como “sentido común” emergente de su realidad como trabajador.

No sabemos hasta dónde es verídico lo que relata Lolo, como no sabemos si su protagonismo fue tal. Pero lo importante, para Lolo, no es la veracidad de lo que dice. Al igual que los ferroviarios que citamos al principio, lo que importa es dejar en claro que no hubo una aceptación pasiva, y si bien Lolo puede no haber sido el protagonista de este conflicto, lo real es que puede haberlo sido, él u otros. La conclusión del relato de Lolo debería ser obvia: en su memoria, y en su aporte a la memoria colectiva y por ende a una “contrahistoria oficial” de la clase obrera, no hubo pasividad obrera ante la dictadura. Lo que hubo, al decir de Tim Mason, fue una “oposición”.

El relato de Lolo es difícil de constatar, porque aun si entrevistáramos a varios de sus compañeros, es factible que el relato de “oposición” se haya sedimentado en una estructura de sentimiento determinada. Lo que le da visos de probabilidad, y gesta indicios que lo hacen creíble, es la cantidad de otras historias de lucha que si se pueden constatar. Jorge relató la suya, y si bien los detalles son propios de esa historia silenciosa y oculta de la clase obrera, los grandes rasgos de la misma se pueden constatar en la prensa de la época y en la documentación disponible en el Archivo de la Memoria de la Provincia de Buenos

Aires¹⁹. Lo notable del testimonio de Jorge es su esfuerzo por ser preciso en lo que relata. Esto lo hace en función de lo que, suponemos, él entiende un deber político como “obrero consciente”: el de transmitir una experiencia de lucha y organización. Con sus recuerdos Jorge parece querer aportar a construir una memoria que contribuya a la historia colectiva de la clase obrera argentina. Así, Jorge recuerda:

La experiencia que voy a contar es la lucha que tuvimos cuando se vino abajo la fábrica. Era Littal S.A. Está ahí en Belgrano y Vélez Sarsfield, en Avellaneda. A dos cuadras del sindicato. Una ferretería. [*Éramos como*] trescientos y pico. Fueron achicando, achicando, achicando. Cuando fue la gran lucha éramos 160. Bueno, ahí dominaba netamente la UOM Avellaneda²⁰. No se hacían asambleas ni nada si no venía un dirigente del gremio. [...] Después siempre que tratabas de hacer algo se acordaban entre el gremio y la patronal y te rajaban²¹. Entonces hicimos un trabajo distinto entre un grupo de compañeros. Nos empezamos a meter junto con la burocracia, nos empezamos a meter en el sindicato. Íbamos allá, nos reuníamos con ellos, tratando de disimular la forma de pensar, hacíamos oídos

¹⁹ El Legajo 133, un dossier elaborado por los agentes de la DIPBA (Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires) después de los primeros años de represión (fecha relativa, marzo de 1979 o 1980), presentaba un balance de la situación laboral en las grandes industrias (100 empresas) donde existieron conflictos obreros antes del golpe militar de 1976 (merma de producción, suspensiones, despidos, sabotajes, ocupaciones, atentados a directivos). El título del documento es: “Principales establecimientos fabril-industriales de la Provincia de Buenos Aires que han sufrido estados conflictivos y posible infiltración subversiva”. A partir de 1980, los legajos confeccionados por la DIPBA en el sector gremial registran una conflictividad obrera en ascenso, y además una preocupación por los datos económicos, las situaciones recesivas en las fábricas y la desocupación. La documentación disponible confirma los numerosos testimonios de las víctimas de la represión, y revela que las conclusiones derivadas a partir de la documentación circunstancial y secundaria son correctas. En particular este informe hace referencia al acceso al material documental del Archivo de la DIPBA que se encuentra en la sede de la Comisión Provincial de la Memoria, en la ciudad de La Plata.

²⁰ UOM: Unión Obrera Metalúrgica.

²¹ Rajaban: argentinismo por “despedir”.

sordos a muchas cosas, reventábamos de bronca pero nos callábamos, y fuimos trabajando así. De esa forma, porque ahí cuando se elegía delegado estaba todo preparado anteriormente. Una vez que estábamos firmes empezamos a dar la cara quiénes éramos. Había compañeros de todo tipo de ideología, había de todo. Pero era una cosa muy tapada por el momento. La dictadura no era joda²². Mayoritariamente eran peronistas los compañeros. Éramos más o menos 12 o 14, casi un 10%. Un grupo bastante fuerte.

Cuando llega este compañero a la Comisión Interna se empieza a polarizar dentro de la Interna. Resulta, claro, que los métodos de unos chocaban con los métodos de otros. No sólo las ideas, sino los métodos. Nosotros en el taller no pasaba una semana que no teníamos una asamblea. Y los otros no hacían nada. Porque querían digitalarlo todo, los delegados con el gremio, y que la gente se entere después. Ya empezaron los choques. Y el grupo fuerte del equipo que tenían de activistas, que estábamos dentro de la agrupación, nos fuimos separando antes de que nos pase algo. Agarramos y empezamos a trabajar en equipo. Y ahí nos hicimos fuertes, por algunas cosas que habíamos conseguido. Trabajás todo el año, pero cuando llega octubre trabajás muy fuerte. Entonces nosotros apretábamos ahí. Inclusive apretamos tan fuerte que inclusive una vez firmaron un acta de compromiso el sindicato con Littal, y nosotros en una asamblea les hicimos romper el acta, y ahí empezaron los grandes choques. Tanto con la burocracia como con la patronal. Ahora, cuando empezamos a dominar la fábrica y se veía que si había elecciones íbamos a barrer toda la Comisión Interna, hacen sondeos a ver si podía hacer rajés y eso. Y al primer síntoma... fa, un paro. Al sólo enterarnos. (Entrevista con Jorge, 1988)

El comienzo de la narración es notable: establece que la lucha “es experiencia” mientras que subyacemente queda claro que ésta es importante. De ahí pasa rápidamente a detallar su conocimiento del tema al brindar una serie de datos sobre el establecimiento. Y luego quiere dejar asentado que la lucha era justa, especificando los agravios sufridos y estableciendo que no actuaron improvisadamente. Aquí hay dos elementos que son

²² Joda: argentinismo por “chiste”.

importantes resaltar. El primero es que, al señalar la peligrosidad de la dictadura, también está resaltando la heroicidad de la lucha y la conciencia de los riesgos. El segundo es que esto fue cosa de obreros en su conjunto, y no de partidos políticos: “había... de todo tipo de ideología” contraponen la noción de compañero a la pertenencia partidaria.

A partir de ahí Jorge continúa su relato, estructurando una dicotomía de dirigentes corruptos, colaboracionistas y burocratizados versus obreros combativos, honestos y solidarios. Esta dicotomía es importante a la luz de que todos los entrevistados parecen aceptar la historia oficial del colaboracionismo con la dictadura. Jorge parece señalar que los que colaboraron fueron los dirigentes (“burócratas”, diría él) y no los trabajadores. Y en eso deja en claro la inventiva de los trabajadores, y el hecho de que no estaban solos, sino que eran acompañados por obreros de otras fábricas:

[...] ‘79. Plena dictadura, estaba Videla²³ todavía. [...] Cuando llega esa recesión empieza a golpear la fábrica. Se cortan las horas extras, empieza el retiro voluntario. Ahí es cuando quedan 160 compañeros. Se fue un montón de gente. Y ya empiezan a correrse las versiones que van a suspender, cerrar... nos debían el aguinaldo porque la crisis ya estaba, estaba el problema de las vacaciones, estaban quincenas adeudadas. Nos debían guita²⁴. Estuvimos todo el mes de mayo luchando, luchando. Íbamos y veníamos. En el sindicato no podíamos reunirnos porque lo teníamos en contra. Empezamos un grupo, primero en bares, y después que vimos que podíamos hacer algo nos reuníamos en la parroquia ahí cerca del cementerio de Avellaneda, dentro de una villa²⁵.

²³ Videla: el general Jorge Rafael Videla, “presidente” de la Junta Militar que gobernaba el país durante la dictadura de 1976-1983. Fue sucedido por el general Roberto Viola en 1981.

²⁴ Guita: argentinismo por “dinero”.

²⁵ Villa: referencia a “villa miseria”, barriada de sectores marginados signada por la inestabilidad laboral.

Nos reunimos un mes. Ya teníamos la promesa de la fábrica de que iba a pagar. A la mañana no pagó. Invitamos a todos los compañeros a venir. Y vinieron un montón de compañeros, no me acuerdo cuantos, pero eran un montón. Y sobre todo compañeras, que son muy lentas para arrancar, pero cuando arrancan no las paran más. Son más fuertes que los compañeros muchas veces. Tenían miedo, pero como nos juntamos en la parroquia se animaron. No tenían más miedo. Fuimos ahí, nos juntamos, propusimos qué hacer. La idea era conseguir la guita y después luchar por la fuente de trabajo. Cuando hacemos esas reuniones vienen los compañeros de la fábrica SERMA, que está en frente de Hidrodinámica Vázquez aquí en la seccional, que habían tenido un problema similar. Y en conjunto la comisión de Littal y la de SERMA fuimos a ver a los compañeros de FAE, una fábrica de SMATA que está en Avellaneda. Estábamos a punto de hacer una mini coordinadora para luchar en conjunto. (Entrevista con Jorge, 1988)

Observemos que esta parte de la entrevista gira en torno a la expresión “luchamos, luchamos”. La repetición del término realza no sólo la importancia si no la constancia y la dureza del conflicto. Al incluir la mención de otras fábricas, Jorge parece indicar que esto era una constante en la realidad colectiva. Así pasa a contar el conflicto en sí:

Nos reuníamos todos esos compañeros. [...] Pero la bronca fue subiendo porque cuando fuimos a cobrar el aumento, no lo habíamos cobrado. Y esa tarde fuimos un montón de compañeros que estábamos ahí, en la puerta de la oficina de personal, todos en la calle. Y la guita no aparecía. Era un día lluvioso.

Un grupo de compañeros nos fuimos a la UOM Avellaneda, a hablar con Fernández, este dirigente que atendía la fábrica. Y medio prepotente a dos compañeras que fueron conmigo – fuimos cinco – y como fue prepotente vinimos para la fábrica y llevamos a todos los compañeros para el sindicato. Hicimos una reunión dentro del gremio, ahí en el salón que tienen. Y tanto fue creciendo la bronca que no mediamos dónde estábamos. Estábamos en una dictadura y en el sindicato dirigido por una de las peores burocracias. Bueno, fue tanta la apretada que se tuvo que disculpar públicamente de haber tratado mal... que estaba nervioso... Y tuvo que ponerse a la cabeza de la lucha; todo porque vio que eso crecía y crecía.

Fuimos a la fábrica, y en un momento, no sé si por fanfarronear o qué, dijo: “bueno si acá, a tal hora, no aparece la guita, vamos a tomar la fábrica”. Fue ahí cuando nosotros le agarramos la lengua y dijimos: “Ta bien, vamos a ver, vamos a esperar hasta esa hora, si la plata no viene la fábrica la tomamos”. Llegó la hora y no apareció nadie. Bueno, dije, “nosotros tomamos la fábrica”. “Bueno, pero, bueno...” “Nosotros la tomamos, estamos podridos ya”. Bueno. Fue él el que hizo una artimaña y se fue para el lado de la portería. Más bien que los porteros no te van a abrir el portón para que entres. Pero había un portón de costado, por donde entraban las cargas, y cuando ocurrió eso nos fuimos corriendo para el otro lado, tiramos el portón abajo y tomamos la fábrica. Cuando tomamos la fábrica aparecen los jefes de la empresa que quieren arreglar todo. Pero la fábrica estaba tomada. Estuvimos toda la noche y todo el otro día. Habíamos puesto carteles, salimos en los diarios, *Diario Popular*, *El Quilmeño*, *Crónica*. Fue una toma importante.

Nos pagaron todo. Pero dijeron que después que nos paguen teníamos que dejar la fábrica porque nos iban a reprimir. No nos dijeron oficialmente pero lo dieron a entender. Entonces, nosotros considerábamos que ante esa situación convenía hacer ver a los compañeros que habíamos conseguido un triunfo porque habíamos conseguido todo eso. No fue una derrota. Nos retiramos. Al otro día salió en el diario “Ganaron la lucha”. (Entrevista con Jorge, 1988)

La memoria de Jorge establece un parámetro de dignidad y lucha aún en una cruel dictadura y “en medio de una de las peores burocracias”. Habiendo dejado en claro una serie de criterios básicos, la narración va creciendo y tomando velocidad. En esa narración vamos encontrando distintas expresiones de ese “sentido común” del obrero argentino. Por ejemplo, ¿cómo sabemos que la UOM era una de las peores burocracias? Porque “prepotearon” a dos compañeras, y pegarle a las mujeres, igual que a los viejos, en su visión es una prueba categórica de maldad. De la misma manera, refrenda su conclusión de que “fue una toma importante” aclarando que la prensa la reconoció como tal; pero lo que hay que dejar en claro es que no es cualquier prensa, sino que son aquellos diarios que leían mayoritariamente los trabajadores de

Buenos Aires²⁶. Asimismo, no sólo enfatiza la combatividad sino también que lo que en apariencia es un quietismo no es tal. Esto es lo que queda claro de la referencia a “las compañeras, que les cuesta arrancar pero cuando lo hacen no paran”. Esto es importante porque lo que sería una valoración machista, debería ser matizada cuando establece que “son más fuertes que los compañeros”. También queda clara la inventiva en desarrollar “la oposición”, cuando relata que utilizan la parroquia para reunirse clandestinamente. De hecho, la cantidad de anécdotas en los múltiples testimonios recogidos, que dejan en claro una capacidad creativa para luchar, es notable. Basta como ejemplo una anécdota de la fábrica Ford que produjo una cantidad de móviles para la Policía Federal, todos con desperfectos. Una vez desmontado el motor de algunos de estos patrulleros, la Policía de la dictadura encontró en el bloque del motor pequeños balines con cartelitos pequeños que decían “Por fin lo encontraste, hijo de puta”.

De repente lo que declaran los entrevistados en un principio, que la dictadura contaba con apoyo y había apatía, no debe ser tomado al pie de la letra. De hecho, lo más probable es que esto haya sido una concesión a la “historia oficial”, particularmente porque a continuación todos se esfuerzan por señalar numerosas formas de oposición y de preservar la dignidad obrera frente a la opresión. Esto es más que meros “recuerdos” y conforma la construcción de una memoria que articula un comportamiento colectivo que debería quedar claro por la conclusión que hizo Pete en su entrevista. Señaló:

[La resistencia] me parece que surge en buena parte de la gente que empezó a hacer trabajo de hormiga, de los bolsones, ¿no? Nace un

²⁶ *El Quilmeño* es el periódico zonal de Quilmes, leído sobre todo por los vecinos de la zona. *Diario Popular y Crónica* son los dos periódicos cuyos lectores son mayoritariamente trabajadores. Sus artículos son relativamente cortos, traen muchas noticias sindicales, además de las consabidas páginas policiales de “nota roja”.

poco de la necesidad de los activistas que quedaron descolgados de hacer un trabajo más organizado, de organizarse. Los partidos políticos, todos, desinflan. “Desensillar hasta que pare la lluvia”, en mayor o menor grado eso pasó con todos. Los activistas no tienen retaguardia, se tienen que acostumbrar a lo nuevo. Pero llega un momento que vos, como activista social, necesitás un grado mínimo de organización y de trabajo. No es organizado, no hay instrucción del Partido... Mejor dicho, no es centralizado. [...] No es solamente el activismo ese de los bolsones, de los activistas, sino todo el aprendizaje de las experiencias vividas en el anterior gobierno y de la historia que queda grabado en alguna gente y se expresa de alguna manera o de otra en el resto. [...] Por eso no es insólito; para esa gente es insólito; para nosotros es natural. [...] Ahí se abre un potencial humano terrible. Que lleva a los pueblos, cuando se dan los cambios sociales, a dar la vida. Sin llegar a tener la súper conciencia. (Entrevista con Pete, 1987)

Lo notable del planteo de Pete es que reúne recuerdos para articular una memoria y desarrollar una perspectiva histórica. En cierto sentido, lo que él expone es una especie de síntesis de los criterios que subyacen a las distintas entrevistas consideradas. De ahí que señale que lo que puede ser “insólito” para el entrevistador, para él es normal y parte de la vida cotidiana. Inclusive hay que destacar que Pete es un obrero comunista, pero que lejos de centrarse en su partido político lo hace en la clase obrera como agente de cambio histórico. Esta es la comprobación práctica de lo que planteó Raphael Samuel (2008, p. 12): “la memoria [...] es una fuerza activa y modeladora que es dinámica [...] y que se relaciona de manera dialéctica con el pensamiento histórico [...]”.

La actitud de la clase obrera argentina frente a la dictadura militar que se inició en 1976 ha sido objeto de numerosas discusiones, donde la mayoría de las opiniones académicas coinciden en que se caracterizó por la apatía. La investigación disponible plantea que eso es una conclusión impresionista sin sustento empírico. De hecho, las investigaciones disponibles revelan que hubo una resistencia capilar y constante anclada en lo que Raymond Williams (1989) ha denominado una “estructura de sentimientos”. Esto se visualiza en las entrevistas consideradas. La

estructura de la narración, la adjetivación utilizada para transmitir una experiencia, las imágenes a las que se recurren, todo conforma una visión clasista de articular la memoria obrera. En la misma, las tradiciones, el lenguaje, y el imaginario conforman no sólo una forma de transmisión de una experiencia opositora, sino también lo que podríamos denominar una “memoria clasista” y por ende marcada por la guerra de clases.

Como señalamos al principio, las respuestas de nuestros entrevistados se ven fuertemente determinadas por el contexto y la época en que fueron entrevistados. ¿Dirían lo mismo hoy? La investigación disponible revela que, diez años más tarde, a mediados de la década de 1990, esa memoria de oposición obrera a la dictadura se habría modificado, donde se fusionaba casi indistintamente con otra construida a partir de recuerdos casi míticos de algunas experiencias anteriores como, por ejemplo, aspectos de la Resistencia peronista (1956-1962) o de las luchas de los obreros en la década de 1960. Es probable que los cambios en el contexto, que las nuevas necesidades surgidas a partir de la ofensiva neoliberal de la década de 1990 hayan determinado la necesidad de una memoria con nuevas características y lecciones. Pero también es importante que tomemos en cuenta que el crecimiento de la inestabilidad laboral y del desempleo hayan dificultado (o quizás imposibilitado) la transmisión de experiencia a través de recuerdos que articulen una memoria de organización y lucha.

El resultado de lo anterior para la memoria ha sido profundo. En la clase obrera argentina esta se transmitió, históricamente, por varias vías. La primera y principal era la transmisión oral en la familia, en el barrio y en el lugar de trabajo. Eran los familiares y compañeros de trabajo los que enseñaban el oficio, la tradición obrera y lo que era considerado un comportamiento digno y correcto. La fragmentación de la vida, de las barriadas, y de los lugares de trabajo, a través de todo lo que ha generado la recomposición de la clase obrera, ha dificultado la transmisión de la memoria. Otra vía de esta transmisión era el sindicato. Tanto el activismo como

las escuelas sindicales forjaban una tradición que marcaba a los trabajadores de tal o cual gremio. La decadencia del sindicalismo y la transformación de muchos dirigentes en sindicalistas empresarios implican que el sindicato ya no cumple el papel de transmisor de la experiencia obrera como lo hizo en otras épocas. Todo esto implica que la memoria obrera actual no puede ser la misma que cuando fueron entrevistados estos obreros.

Cuando un ser humano cuenta su historia recurre a recuerdos y se basa en la memoria construida en ese momento para desarrollar un proceso/progresión que intenta explicar y dar a conocer el porqué de su presente cargado de significaciones (o sea, su historia) y que de alguna manera va señalando un posible futuro. La historia es mucho más que la memoria, los recuerdos o las experiencias: en realidad es la forma en que todos estos se articulan (a veces dejando unos de lado para realzar otros) en una explicación coherente del pasado desde el presente y con intención de servir como lección del futuro. De hecho, todo relato histórico encuentra resignificaciones/ oposiciones/negaciones que van desde la memoria de un sector social hasta la propia historia que construyen. Así cada uno hace su historia en base a las inquietudes (y prejuicios) y sus perspectivas (ideología) y su memoria (también modificada por época y momento). Pero sólo en algunos casos esto logra constituirse en la historia oficial. Lo central es nunca independizar la experiencia del recuerdo, de la memoria, de la historia. El problema es cómo realizar una articulación dialéctica entre todos estos que sirva de explicación. Claramente la historia oficial tiene un gran peso, es más, hasta puede ser un peso determinante en cómo construimos la memoria. Pero lo que hay que tratar de ver es aquello que señaló E. P. Thompson (1981): “el marinero se puede equivocar de lo que pasa en la Corte de Versalles” (y por ende, diría yo, aceptar la explicación/historia oficial), “pero conoce sus mares” (o sea, tiene una experiencia concreta). La memoria se forja, cambia, se recompone, se resignifica y casi siempre está “en solución” y pocas veces “se sedimenta” en la misma forma en que el marinero, que acepta lo que le dicen sobre Versalles, lo acomoda a lo que él

siente que ha vivido (que puede no ser lo que realmente vivió). Como bien señaló Pete, nunca hay desmemoria y la experiencia de la clase obrera no se pierde sino que se resignifica, de manera que “se abre un potencial humano terrible. Que lleva a los pueblos, cuando se dan los cambios sociales, a dar la vida. Sin llegar a tener la súper conciencia.”

Referências

ABÓS, Alvaro. *Las organizaciones sindicales y el poder militar*. Buenos Aires: CEAL, 1984.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DELICH, Francisco. Desmovilización social, reestructuración obrera y cambio sindical, In: WALDMANN, Peter; GARZÓN VALDÉS, Ernesto. *El poder militar en la Argentina, 1976-1981*. Buenos Aires: Editorial Galerna, 1983. p. 101-116.

DELICH, Francisco. Después del diluvio, la clase obrera. In: ROUQUIÉ, Alain (Comp.). *Argentina, hoy*. México: Siglo XXI, 1982. p. 129-150.

ENTREVISTA con Aníbal, obrero electricista del Frigorífico Pedró Hermanos, y con Ramón, obrero de la construcción (“colocador” de obra) en provincia de Buenos Aires. Realizada por Pablo Pozzi, el 3 de mayo de 1987, en la casa del entrevistador en la ciudad de Buenos Aires. Acervo de entrevistas del Programa de Historia Oral, Instituto Interdisciplinario de Estudios de América Latina (INDEAL), Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires.

ENTREVISTA con Don Lolo, obrero de la fábrica Fabril Financiera, en el barrio de Barracas, ciudad de Buenos Aires. Realizada por Pablo Pozzi, el 7 de junio de 1988, en la casa del entrevistado en Villa Obrera, Lanús Oeste, Provincia de Buenos Aires. Acervo de entrevistas del Programa de Historia Oral, Instituto

Interdisciplinario de Estudios de América Latina (INDEAL), Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires.

ENTREVISTA con Jorge, obrero metalúrgico de la fábrica Littal, en Avellaneda, provincia de Buenos Aires. Realizada por Pablo Pozzi, el 8 de agosto de 1988, en la sede de la Unión Obrera Metalúrgica, seccional Quilmes, Provincia de Buenos Aires. Acervo de entrevista del Programa de Historia Oral, Instituto Interdisciplinarios de Estudios de América Latina (INDEAL), Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires.

ENTREVISTA con Pete, obrero cañista de la construcción, de la sección mantenimiento de la fábrica Shell. Realizada por Pablo Pozzi, el 3 de mayo de 1987, en la casa del entrevistado en Monte Chingolo, Provincia de Buenos Aires. Acervo de entrevistas del Programa de Historia Oral, Instituto Interdisciplinario de Estudios de América Latina (INDEAL), Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires.

FERNÁNDEZ, Arturo. *Las prácticas sociales del sindicalismo*. Buenos Aires: CEAL, 1985.

LINHART, Robert. *De cadenas y de hombres (L'Établi)*. México: Siglo XXI editores, 1989.

MASON, Tim. *Social Policy in the Third Reich - The Working Class and the "National Community"*. New York: Berg, 1993.

PETRAS, James. Terror and the Hydra: The Resurgence of the Argentine Working Class. In: PETRAS, James et al. *Class, State and Power in the Third World*. New Jersey: Rowman and Littlefield, 1981.

POZZI, Pablo. *Oposición obrera a la dictadura 1976-1982*. Buenos Aires: Editorial Contrapunto, 1987.

POZZI, Pablo. *Oposición obrera a la dictadura 1976-1982*. Reed.ampl. y revis. Buenos Aires: Editorial Imago Mundi, 2010.

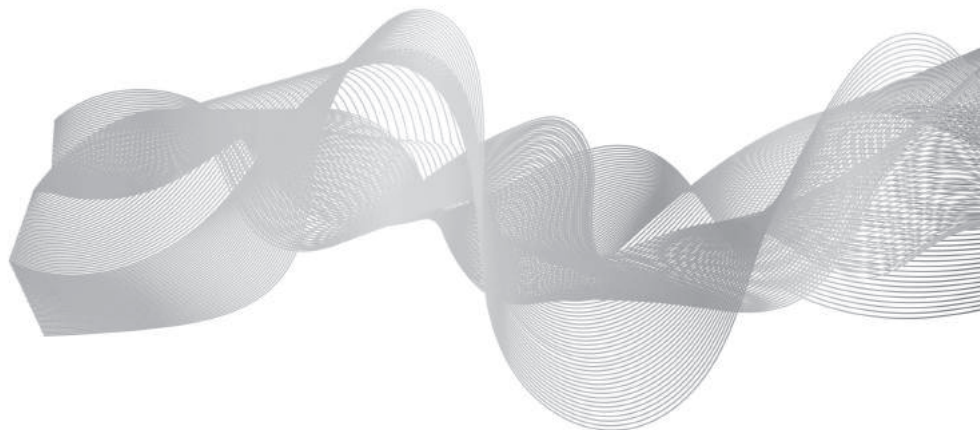
SALAS, Ernesto. *La resistencia peronista: la toma del frigorífico*

Lisandro de la Torre. Buenos Aires: CEAL, 1990. 2 v.

SAMUEL, Raphael. *Teatros de la memoria: pasado y presente de la cultura contemporánea*. Valencia: Universitat de Valencia, 2008.

THOMPSON, E. P. *Miseria de la teoría*. Barcelona: Crítica, 1981.

WILLIAMS, Raymond. Culture is Ordinary (1958). In: _____. *Resources of Hope*. London: Verso Books, 1989.



História, política e mídia no Brasil em redemocratização

Reinaldo Lindolfo Lohn

Este texto pretende contribuir com uma discussão sobre a mídia e sua interface com a política no Brasil durante o processo de redemocratização, situado a partir de meados da década de 1970.

Sabe-se que os estudos sobre a mídia são necessários para o conhecimento aprofundado das dinâmicas históricas do tempo presente. Nesse sentido, integrantes da linha de pesquisa Culturas Políticas e Sociabilidades, da qual faço parte, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, estão envolvidos no projeto de pesquisa intitulado *Um país impresso*, que tem como foco de estudo as revistas semanais de informação geral publicadas no Brasil a partir da década de 1960¹.

¹ Como resultado da primeira etapa do projeto de pesquisa mencionado, foi publicado o livro *Um país impresso: história do tempo presente e revistas*

O objetivo da investigação é o de problematizar representações e memórias em disputa sobre a sociedade brasileira, desde o período que marca o início do regime ditatorial no país, em 1964, até a redemocratização, ao final da década de 1980. Entendemos que esta longa trajetória marcou experiências individuais e coletivas por meio de rupturas e tensões em relação aos marcos e processos históricos que atuaram até a primeira metade do século XX.

A difusão dos meios de comunicação de massa é parte constitutiva dos fenômenos que marcam as memórias sociais e as narrativas históricas de nosso tempo presente, ao assumir o papel de destaque na formação de códigos que vieram a fazer parte de culturas políticas, novas ou já existentes. Contudo, os estudos sobre a mídia e a imprensa ainda são pouco frequentes ou têm uma presença muito discreta nos trabalhos sobre a história política no Brasil, a não ser como aspecto menor.

Diante disso, é necessário questionar: como é possível que escape aos historiadores o peso fundamental em nossa democracia de aparatos editoriais e midiáticos de grande porte como os Diários Associados, as Organizações Globo ou a Editora Abril?

A imprensa exerceu importante papel como construtora de um repertório discursivo e de uma memória pública que acentuou o protagonismo de determinados agentes sociais e políticos, num processo de elaboração de uma narrativa histórica sobre a redemocratização brasileira, a partir de meados da década de 1970, o que repercutiu no arcabouço legal que definiu noções de cidadania e na conquista de direitos sociais. É necessário, assim, ampliar o domínio da História do tempo presente, particularmente com a emergência do campo político como um dos domínios privilegiados

semanais no Brasil (1960-1980), organizado por Sílvia Maria Fávero Arend e com capítulos escritos por Cristiani Bereta da Silva, Luciana Rossato, Marlene de Fáveri, Paulino de Jesus Francisco Cardoso e Reinaldo Lindolfo Lohn, além de orientandos, orientandas e bolsistas. O presente texto é resultado das reflexões contidas em capítulo publicado naquele livro, mas com abordagem diversa.

para a compreensão dos fenômenos sociais que marcam a sociedade brasileira atual.

Sabe-se que, em pelo menos duas dimensões fundamentais para a escrita de uma História do tempo presente, as mídias apresentam-se como elementos de relevo.

É preciso referir-se, em primeiro lugar, ao seu papel enquanto estruturadoras do tempo histórico. Pierre Nora (1988, p. 181-188), em texto hoje clássico, chamou a atenção para o “retorno do fato” como uma problemática necessária para uma historiografia renovada. Para o autor, o tempo histórico ganhou contornos e dinâmica novos a partir da intervenção dos meios de comunicação de massa e da presença constante de acontecimentos em nossas experiências.

As mídias conduzem uma fabricação permanente de novidades, na forma de acontecimentos, que contribuem para organizar a vivência da temporalidade. Nora acentua que não se refere ao acontecimento que fora subsumido pela historiografia que predominou em boa parte do século XX, mas a outro tipo de acontecimento, construído nos marcos da sociedade de massas e de seus meios de comunicação.

Como segunda dimensão a ser destacada, deve-se observar que, ao imporem imediatamente o vivido como História, os meios de comunicação de massa também atuam na elaboração de uma escrita própria da História, que antecede a elaboração historiográfica e lhe estabelece, inclusive, limites e possibilidades. Quantos foram os momentos em que coube às próprias mídias nos afirmar que vivíamos uma situação digna de registro histórico? Quantos foram os momentos em que coube às mídias afirmar marcos que diferenciaram tempo passado e tempo presente? Nesse sentido, os meios de comunicação organizam a temporalidade vivida por meio da oferta de uma narrativa que é diariamente compartilhada, simultaneamente, por diferentes estratos da sociedade, individual ou coletivamente. Cada jornal, cada telejornal ou cada revista propõem uma coleção de eventos dignos de registro e que serão memoráveis e constroem imediatamente um acervo de notícias

que conformam acontecimentos.

Essa organização da temporalidade e de sua narrativa opera por meio de uma fragmentação sistemática do real, reduzido ao acontecimento, e sua recomposição em temáticas específicas, nas quais política, economia, cotidiano, comportamento, relações internacionais, entre outras, ganham cada qual um espaço próprio e restrito, o que faz com que suas interdependências e relações sejam raramente perceptíveis e, no mais das vezes, simplificadas. Para as situações em que é necessário amarrar e garantir uma visão de conjunto de temas mais vastos recorre-se aos especialistas ou aos grandes articulistas que, em suas colunas, apresentam ao leitor um rearranjo desses fragmentos num todo verossimilhante.

Isso ocorre, segundo Nora, porque a enorme quantidade de fragmentos na forma de notícias gera uma “superinformação perpétua”, o que tem como contraface a “subinformação crônica”. A quantidade e a fragmentação afetam a capacidade de conhecer o que ocorre e ocorreu. É neste par inseparável (superinformação e subinformação) que reside a importância de produtos dos *mass media* como as revistas semanais nas sociedades contemporâneas. As revistas semanais apresentam-se como as portadoras da capacidade de dar conta da superinformação do dia a dia, ao organizar e classificar os acontecimentos e, pretensamente, minorar a subinformação crônica de seus leitores.

No caso da esfera das relações políticas, essas constatações são de fundamental importância. Os acontecimentos políticos tradicionais assumiram as características de que lhes dotaram os meios de comunicação de massa e conjugaram-se a uma “teatralidade” imposta pelas novas formas de apreensão do vivido e do imediato.

Um agenciamento ordenador dos acontecimentos ocorre por meio da elaboração constante de discursos narrativos que produzem efeitos de real e são geradores de significado. Um de seus fatores distintivos está na condição “preditiva” de que são capazes, ao operarem as narrativas contemporâneas. O discurso narrativo prediz. Para Roland Barthes (1972, p. 35-44), é como se afirmasse todo o

tempo: “se você agir de tal maneira, se você escolher tal alternativa, eis o que vai obter”. Há então um conjunto de prescrições implícito em instruções e padrões, que servem como guias para a atribuição de sentido às experiências sociais de coletividades e indivíduos.

As narrativas jornalísticas são, assim, participantes da ordenação da temporalidade contemporânea. A comunicação de massas e a instantaneidade possibilitaram à imprensa a participação na trama narrativa do tempo presente.

Ao considerar a junção dessas duas grandes dimensões – o pretense papel de intermediárias entre a superinformação e a subinformação, e a elaboração de um discurso narrativo preditivo e ordenador da temporalidade – encontraremos nas revistas semanais brasileiras, a partir de meados da década de 1970, uma intensa atividade no sentido de constituir-se como parte dos acontecimentos que marcaram o processo que ficaria conhecido como de redemocratização de nosso sistema político.

Sabe-se que a longa transição brasileira obedeceu a limites estabelecidos por uma ampla negociação. Diferente da queda de regimes congêneres, a redemocratização brasileira não foi um processo abrupto e pareceu muito mais com uma institucionalização, passo a passo, de acordos que estabeleceram a agenda, o calendário e o ritmo das mudanças adotadas, em relação aos quais o processo político amoldou-se.

Um dos personagens políticos atuantes nesse processo foi a própria grande imprensa que, ao longo das décadas de 1970 e 1980, acentuou sua importância sociocultural no Brasil, tanto pelas mudanças tecnológicas, então ocorridas no campo das comunicações, quanto pelas configurações da sociedade brasileira, que passou por um processo de urbanização acelerado, com destaque para as camadas médias no conjunto da população e a disseminação de estilos de vida ajustados ao consumo de bens e serviços modernos.

A mediação entre os agentes políticos e o público de leitores envolveu a construção de um repertório interpretativo que acentuou o protagonismo de determinados agentes sociais e políticos, num

processo de elaboração de uma memória histórica sobre a democratização brasileira e a superação da ditadura militar. Este repertório era composto por uma terminologia política que alcançou valor simbólico ao longo do período e que alimentou os oponentes ao regime: democracia, voto, justiça eleitoral, cidadania, direitos, liberdade de imprensa, entre outros.

A transição, assim montada, procurou limitar o processo de democratização brasileiro às disputas eleitorais e aos mecanismos institucionais derivados dos acordos conduzidos entre o governo, representado politicamente pela ARENA (Aliança Renovadora Nacional — posteriormente, PDS: Partido Democrático Social) e a maior parte da oposição, que se abrigava sob a legenda do MDB (Movimento Democrático Brasileiro — posteriormente, PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro), além de outros partidos políticos criados depois de 1979. Sabe-se que a mídia jornalística se apresenta como uma das instâncias organizadoras do social e, ao narrar e atribuir significados, angaria legitimidade como uma das estruturas definidoras do que deve ser lembrado ou esquecido.

Há uma renovada discussão acerca das interpretações predominantes sobre a transição para um sistema político democrático no Brasil, até aqui concentradas basicamente em torno de três eixos: o retorno aos valores liberais-democráticos que estariam em disputa no momento do golpe civil-militar de 1964; a ruptura com o autoritarismo que marcara o regime, como um contraponto aos seus relativos êxitos econômicos; por fim, o pacto que teria sido firmado entre governo e oposição, com a atuação de um amplo conjunto de forças sociais (ABREU; LATMAN-WELTMAN, 2006, p. 69).

Para os fins deste texto, será tomado o caso de uma revista semanal que surgiu exatamente durante este período histórico. Trata-se de uma revista ainda em circulação e que já passou por diversas fases. Em certos momentos, especialmente no início de suas atividades, chegou a ser uma publicação influente, condição que perdeu, ao menos em parte, ao longo do tempo: a revista *Isto É*.

Publicada pela Editora Três, empresa fundada em 1972 pelo argentino naturalizado brasileiro Domingo Alzugaray, a revista veio a público em 1976, sob a editoria do jornalista Mino Carta, que recentemente havia deixado, em meio a controvérsias, a revista *Veja*. É possível identificar, nas páginas das primeiras edições da revista, a construção de elementos da narrativa que comporia a compreensão do processo de redemocratização e que deveria ser apresentada ao “público”. *Isto É* foi inicialmente uma revista de colunistas e de especialistas e, dada sua condição de circular entre jornalistas e os assim chamados “formadores de opinião”, as posições da revista, naquele momento, são relevantes para uma interpretação histórica das ideias políticas que moldaram o repertório comum que mediou as negociações entre regime autoritário e oposição.

A redemocratização brasileira situou-se no estreito caminho imposto por uma ditadura militar, limitada a um calendário de resultados eleitorais que, sendo progressivamente favoráveis a uma oposição consentida, deveriam ser aceitos pelas partes envolvidas de modo a assegurar legitimidade a um jogo político que não ameaçasse a ordem. Coube reduzir ao máximo o alcance das possíveis demandas advindas de um processo de democratização social e restringi-lo a determinados momentos demarcados pelas negociações. Associar democracia, tão só, a eleições regulares para todos os níveis do Executivo e do Legislativo, foi uma operação a que governo e oposição dedicaram-se e cujos tramados podem ser detectados nas páginas de jornais e revistas semanais.

Naquele momento é possível identificar a construção de elementos da narrativa que compôs e organizou a compreensão do processo de redemocratização por parte do “público”, entendido como uma imagem ideal do que seria o conjunto da população interessada nas negociações políticas em curso e, assim, participante da esfera de circulação de informações circunscrita entre o governo, o sistema partidário e a grande imprensa.

É necessário atentar para um processo histórico de grande amplitude e que interfere nos mecanismos sociais que estou

analisando. Entendo ser importante compreender mais detidamente o fenômeno sociocultural da conversão do “público” em “opinião pública”, para melhor situar o papel assumido pela imprensa. Cabe indicar que Jürgen Habermas (1984, p. 29-33) localiza, entre os séculos XVIII e XIX, a emergência de uma esfera pública pretensamente autônoma em relação ao poder público, na “trilha da troca de mercadorias”, quando uma série de atividades, antes restritas ao privado, tornaram-se “publicamente relevantes”. Como momento decisivo dos desdobramentos desse processo, a massificação da produção industrial levaria uma cultura impressa a se transformar rapidamente numa indústria cultural abrangente. Nesse processo, o público ganhou a condição de “opinião pública”, como um novo e tangível agente dos jogos de poder. Em 1922, nos Estados Unidos, Walter Lippmann identificou a opinião pública como motor principal da democracia e sua condição de existência seria a imprensa, capaz de suprir as informações que as políticas do Estado tendem a restringir.

Em torno destas duas bandeiras, defesa da opinião pública e da liberdade de imprensa, ao longo do século XX a grande imprensa brasileira, aos poucos, construiu uma narrativa própria que a localizou como parte necessária nos avanços e recuos de nossa democracia, bem como moldou um programa de ação que influenciaria tomadas de posição política.

Em contraposição à massa desinformada, a “opinião pública” aparece como uma dimensão da sociedade formada por um círculo de leitores bem informados e dotados de ação política racional, mas geralmente minoritários.

Na defesa da autonomia da opinião pública, grandes companhias empresariais do ramo das comunicações e da produção de noticiário arrogaram-se o papel de porta vozes privilegiados da sociedade, na contraposição a certos governantes.

No Brasil, a expansão e diversificação de um amplo público consumidor de bens culturais e o acesso à informação por meio de impressos, ofertados em grande escala a um mercado dinâmico, ocorreram em paralelo, e sob influências recíprocas, com os conflitos

em torno da estruturação de um sistema político que fosse mais ou menos refratário ou submetido às demandas populares.

Grandes empresários do setor compreenderam a extensão de seu papel político, não apenas como integrantes de coalizões partidárias: investiram na defesa de sua atuação como parte indispensável na estruturação daquela que seria chamada de sociedade civil. Alguns episódios marcaram essa atuação.

Em primeiro lugar, destaque-se certa narrativa histórica acerca do desmantelamento do Estado Novo, que acentua o papel da imprensa, em particular o episódio da célebre entrevista do liberal paraibano José Américo de Almeida a Carlos Lacerda, no início de 1945, publicada no jornal *Correio da Manhã* (22 fev. 1945, p. 14). O entrevistado proclamou que “todos devem intervir da vida pública”, defender a “opinião democrática” e a “iniciativa particular” contra a intervenção do Estado e, assim, combater uma possível continuidade de Getúlio Vargas no poder.

Outro momento marcante foi a reação a uma proposta de Lei de Imprensa apresentada durante o governo de Juscelino Kubitschek, em 1956. Grandes jornais defenderam a “unidade da imprensa livre”, em favor da liberdade de imprensa como pilar para a democracia. Em nome da “opinião pública”, aquela efetivamente informada e consciente, como aponta Flávia Biroli (2004), pretendiam se opor à ação das massas pretensamente manipuladas pelo Estado e, no caso em particular, pelo varguismo.

A estrita vinculação entre imprensa autônoma, liberdade, democracia e mercado de opiniões, movida contra a proposta de Lei de Imprensa de 1956, estaria presente, praticamente com os mesmos personagens, no crescente processo de desestabilização e de contumaz defesa da deposição de João Goulart em 1964.

Na sequência do golpe, a ditadura militar não interrompeu, pelo contrário, tomou medidas que intensificaram as possibilidades de um mercado de bens culturais no Brasil e, assim, ensejou a melhoria do desempenho dos grandes empresários do setor. Em vários ramos da indústria cultural houve a exploração de possibilidades inovadoras, e as políticas oficiais de estímulo e

financiamento à produção cultural não cessaram, mas obviamente adquiriram o sentido de um dirigismo que pretendia acentuar traços e valores que estivessem de acordo com os ditames do regime.

Durante a ditadura, no âmbito específico da imprensa de informação, a circulação dos grandes jornais continuou a aumentar, em conformidade à própria dinâmica da sociedade, bem como apareceram novas oportunidades de negócio, como as revistas semanais de informação geral. Tais publicações, diferentes dos periódicos ilustrados até então comuns, eram voltadas prioritariamente para o exercício do jornalismo, com a construção de um noticiário seletivo e aprofundado em comparação ao dos jornais diários.

Tampouco a ditadura fechou completamente as possibilidades de exercício político, posto que deveria assegurar, na administração pública, os espaços e cargos necessários para suprir as demandas dos agentes civis que lhe davam sustentação. Por mais restrito que fosse, o regime procurava mover-se segundo uma “lógica liberal” (TRINDADE, 1985), com a manutenção limitada de instituições pretensamente representativas da sociedade, especialmente o parlamento, o judiciário e a imprensa, as quais, ainda que precariamente, funcionaram mesmo sob a vigência do Ato Institucional Número 5 (AI-5), imposto em 1968, quando se defender do arbítrio dos militares tornou-se impraticável para os que se opunham abertamente. Mantinha-se a possibilidade de certo âmbito de discussões políticas, que não punham em questão a existência da ditadura, mas que eram alvo da cobertura da imprensa e atraíam a atenção de um público leitor mobilizado a participar de eleições parlamentares, cujos resultados, em princípio, pouco deveriam surpreender.

A imprensa veio a transformar-se num dos vértices do triângulo que era ainda composto pelo regime e pelo sistema partidário. Estava, assim, delimitado o campo no interior do qual deveriam atuar os agentes políticos com legitimidade para ocupar uma esfera pública e os interlocutores das relações políticas que tramariam a redemocratização: o regime, por meio da fala dos Generais, o

sistema partidário e a “opinião pública”, cujo representante era a grande imprensa, com foco no calendário eleitoral, cuja relevância acentuou-se depois daqueles resultados. Iniciava-se ali um processo que dotaria os processos eleitorais de relevância, com a reabilitação da política e do voto popular. De certo modo, em resposta ao regime e à supressão de liberdades próprias da cidadania (civil, política e social), os processos eleitorais apareceram não mais apenas como mecanismos formais de uma democracia de fachada, mas como meios de expressão consciente da população e de elaboração de uma cultura política democrática. A política de massas e o voto popular foram reabilitados, pois mesmo o partido oficial do regime militar, a ARENA, viu-se na necessidade de moldar sua atuação em função das pressões eleitorais (GRINBERG, 2009).

Isto É começou a circular quase dois anos depois do célebre anúncio, por parte do General Ernesto Geisel, em 1974, de que não aceitaria “pressões indevidas” dos que pensavam “poder apressar” as alterações no regime por meio de um “jogo de pressões manipuladas sobre a opinião pública e, através desta, contra o governo”. Ameaçara que tais pressões apenas serviriam para “provocar contrapressões de igual ou maior intensidade, invertendo-se o processo de lenta, gradual e segura distensão”. Assim, foi sob a condição de que quaisquer pressões consideradas inaceitáveis poderiam fazê-lo retroceder, que houve a proposição, por parte do regime, de relações políticas que visavam a “institucionalização do ideário da Revolução de 64” (*Folha de S. Paulo*, 30 ago. 1974, p. 1).

O primeiro número de *Isto É*, em maio de 1976, trouxe um artigo de Marcos Sá Corrêa que destacava: as eleições de 1974, quando o MDB havia obtido uma surpreendente vitória na composição do Congresso Nacional, tornaram “todas as próximas [eleições] definitivamente mais estimulantes”. Se, até então, a única emoção despertada no “público” dizia respeito à expectativa sobre se os sufrágios efetivamente ocorreriam, depois daquele resultado surpreendente, “mudou tudo”. Derrotas eleitorais da ARENA, a partir dali, poderiam significar interrogações no “programa político” de Geisel e seu compromisso com a distensão e a “normalidade”.

Com as eleições, o General desejava “manter em suas mãos as rédeas” do processo político. Percebe-se, assim, a consciência de que a redemocratização pela via das eleições pressupunha um processo lento e controlado de transição, interpretação corrente na época entre analistas como Bolívar Lamounier e Fernando Henrique Cardoso, citados pelo articulista. Estava posto que as eleições não deveriam apontar para rupturas: caso contrário, poderiam indicar riscos ao tramado da redemocratização.

O artigo de Marcos Sá Corrêa mobiliza um conjunto de informações e ordena um tramado argumentativo que é revelador da construção da narrativa da redemocratização construída pela imprensa e que sobreviveria ao passar do tempo. A centralidade da figura de Geisel como elemento-chave da distensão e comandante do processo de redemocratização estaria presente em diversos relatos posteriores, a ponto de tornar-se personagem principal de obras de grande repercussão, como as escritas pelo jornalista Élio Gaspari (2002). Contudo, Celso Castro e Maria Celina D’Araújo, que organizaram o *Dossiê Geisel* (CASTRO; D’ARAÚJO, 2002, p. 23-30), com parte do acervo documental deixado pelo General-Presidente, afirmam que “a imagem do governo Geisel que sai desses papéis é a que enfatiza o controle político, a repressão à esquerda e à oposição e a censura à imprensa”, contraposta à representação fixada pelos órgãos de imprensa, que “mostra um Brasil mais aberto”.

Na edição seguinte (*Isto É*, jun. 1976), Tão Gomes Pinto destacou o debate entre estatização e privatização, um tema que ganhou relevância no governo Geisel, dadas as propensões nacionalistas do General. O artigo mencionou as preocupações do Senador Magalhães Pinto, um dos principais conspiradores que atuaram no golpe de 1964. O Senador via, na expansão do Estado, “perigosos germens totalitários”. Nessa discussão, era acompanhado por um contingente de empresários que se manifestaram publicamente contra o intervencionismo estatal e chegariam mesmo a referir-se criticamente ao “modelo político autoritário”, num momento de desaceleração do crescimento econômico.

A estatização da economia e o AI-5 apareciam nessas narrativas como elementos inter-relacionados; Estado e sociedade civil, esta representada por entidades autônomas, são descritos como elementos antitéticos no conjunto das frágeis condições de “institucionalização política da sociedade brasileira”. Estava em jogo “a consolidação da hegemonia liberal no processo imediato de transição”, conforme aponta Marcos Napolitano (2002, p. 154-158), e o jornalista Villas-Bôas Corrêa não deixou de notar que, quanto à inexistência de transparência, pouco mudara nas relações entre o regime e a sociedade desde o anúncio da distensão: o projeto político de Geisel seguia como “o mais bem guardado segredo do país”. Mas, mesmo em condições tão precárias, Villas-Bôas Corrêa (*Isto É*, ago. 1976) notava que a imprensa contribuía para tornar a distensão “um fato, uma realidade acima da dúvida, abstração transmudada pelo passe de mágica das esperanças, no concreto e no palpável”. O articulista afirmava que apenas a “imaginação criadora” poderia perscrutar o porvir, “suprir os vazios e fincar as estacas do provável”. Com muito esforço, havia sido possível, “agregando, somando, juntando, costurando, amalgamando os materiais recolhidos”, levantar intenções e “colocar de pé, um tanto troncho e desengonçado, o boneco da distensão”. Advertia que este se tratava apenas de uma “silhueta recortada ao lusco fusco” e sem “traços nítidos”.

Villas-Bôas Corrêa parece descrever a junção de um conjunto de fragmentos esparsos com os quais a imprensa, e o conjunto das mídias, formavam conjuntos na forma de fatos noticiosos, que viriam a configurar o acontecimento distensão e, de modo mais abrangente, a abertura e a redemocratização. Está aí o novo tipo de acontecimento a que se refere Pierre Nora, configurado pelos meios de comunicação de massa de nosso tempo.

O articulista acreditava, contudo, que depois das eleições municipais de 1976 “o projeto político [seria] lançado ao mar, velas pandas, rumo ao porto de regime novo”. Portanto, regime, imprensa, sistema partidário, todos mantidos na condicionalidade do resultado das urnas. As eleições ganhavam a dimensão de

calendário e medidor do pulso da redemocratização e o eleitor, “tão desacostumado do exercício do dever cívico” estaria “deliberando sobre o futuro do país”.

A organização da temporalidade e da agenda da redemocratização brasileira ganhava uma forma coerente, na forma de um projeto que agiu sobre a temporalidade política então vivida. Uma narrativa preditiva indicava o caminho: eleições após eleições, que não deveriam indicar rupturas, um novo regime político seria construído.

Gestos e movimentos de governo e oposição formavam uma trama passível de interpretação, sendo que à imprensa coube a posição de identificar e autenticar os passos dos agentes considerados fundamentais para a abertura. Um círculo pequeno de atores ganhava relevância e a estes as atenções deveriam estar voltadas. As indiscrições e as informações esparsas dotavam a imprensa do papel de decifradora do tramado político e dos códigos distinguíveis, num “jogo sutil e pleno de negaças e escaramuças”. Daí o “recurso da hipótese”, e o testar hipóteses passava a ser o meio para fazer chegar ao público a interpretação do processo político e a narrativa de seus desdobramentos (*Isto É*, out. 1976).

Uma das características do papel exercido pelas revistas semanais nesse processo foi sua decisiva contribuição no sentido de fixar marcos de narrativas que concertaram ações e ordenaram interpretações acerca do ciclo histórico iniciado em 1974.

Ao longo do processo de abertura, paralelamente ao campo político, a grande imprensa assegurou condições para constituir uma “visão legítima do mundo social”. O poder político por excelência “é o poder de fazer grupos, de manipular a estrutura objetiva da sociedade”, conforme Bourdieu (1990, p. 161-167). Os dispersos e nem sempre coerentes pronunciamentos e ações do governo autoritário passavam a ganhar sentido e interlocutores autorizados para interpretá-los.

Governo e oposição encaminhavam um lento consenso sobre o futuro a ser trilhado, o que impactou na constituição da memória histórica do processo. Para Carlos Fico (2010), “as etapas do

processo de ‘abertura’ foram planejadas para atender ao ritmo cauteloso estabelecido por Ernesto Geisel”. A imprensa assumiu uma posição central, portadora de elementos considerados fundamentais para uma cultura política democrática, como a liberdade de expressão e a defesa da opinião pública.

Os meios de comunicação atuam, conforme Luís Felipe Miguel (2002), como uma “esfera da representação política”. Com tal configuração, são capazes de “formular as preocupações públicas” ao passo em que fornecem os “esquemas narrativos que permitem interpretar os acontecimentos”, além de mostrar-se como “representantes das vozes da sociedade”. É importante levar tal característica em consideração ao observar o processo de constituição dos agentes que debatiam em público a abertura política em meados da década de 1970.

O sistema partidário brasileiro havia sido rearticulado pela ação de força da ditadura, quando da imposição do bipartidarismo, a partir de 1965. Dado que MDB e ARENA eram agremiações partidárias recentes, com pouca consistência interna e tênues relações com a sociedade, a grande imprensa assumiu posição destacada no interior do campo político. Empresas jornalísticas que atuavam há décadas, além de outras mais recentes, haviam atingido razoável êxito em sua profissionalização administrativa e editorial, favorecidas pela ampliação do mercado de bens culturais brasileiro, o que se aprofundou justamente ao longo da ditadura.

Em sua condição de intérprete, a imprensa mostrava-se como parte de um sistema de representação política que pretendia definir a agenda da democratização. Tal condição adviria do aprofundamento das liberdades democráticas, como ocorria em países que serviam de exemplo a ser alcançado. Diante da crescente rejeição à censura, empresas e uma parte dos jornalistas com mais destaque perceberam-se como integrantes de um mesmo campo e desenvolveram noções próprias que acentuavam sua influência e importância no âmbito político.

Com a possibilidade de acompanhar com menores restrições o processo político a partir da segunda metade da década de 1970,

a grande imprensa brasileira passará a identificar e, de certo modo, legitimar o círculo daqueles agentes capazes de conduzir a abertura. *Isto É* listou os nomes dos que formavam o restrito círculo dos negociadores da transição. Além de Geisel, figura proeminente do processo, estava Ulysses Guimarães, que se destacara por sua antecandidatura à Presidência, em 1974. Mas ainda foram citados Paulo Brossard, Teotônio Vilela, José Sarney, Tancredo Neves, Petrônio Portela, Magalhães Pinto, Dinarte Mariz, Amaral Peixoto, Daniel Krieger e mais alguns poucos que poderiam fazer parte deste seleto grupo de “grandes ruminadores da política” (*Isto É*, out. 1976). Além desses nomes, o articulista Bolívar Lamounier listou os temas em torno dos quais girariam a redemocratização: eleições, predomínio da gestão econômica sobre a direção política, constitucionalização do país, necessidade de ordem, direitos humanos, uma “voga neoliberal no mundo” e a promissora “moderação da revolução portuguesa”.

A grande imprensa converteu-se numa das vozes privilegiadas da redemocratização e construtora de uma narrativa histórica que consagrou determinados agentes políticos e estabeleceu uma agenda.

Naqueles anos, mesmo entre marchas e contramarchas, como se dizia na época, e aqui deve ser referido o Pacote de Abril de 1977, *Isto É* acompanhou detidamente as iniciativas e arranjos das invectivas do governo ditatorial para moldar um processo de transição que não pusesse em risco as bases do poder estabelecido. Enquanto isso, a oposição ganharia legitimidade nas páginas de jornais e revistas, a partir de um programa de ação comum entre a maior parte da oposição e setores cada vez mais amplos da grande imprensa.

A grande imprensa empresarial, na condição de cronista e elaboradora dos registros políticos de então, contribuiu para a definição de marcos divisórios entre passado e presente e para apontar o futuro, além de sublinhar interlocutores e analistas do processo, por meio de um agenciamento narrativo junto à chamada oposição liberal à ditadura militar e, mesmo, aos governantes que,

embora sob um regime autoritário, buscaram legitimidade social.

Por fim, é possível sugerir que esta capacidade para intervir na agenda do processo de redemocratização e de, pretensamente, suprir a subinformação da chamada opinião pública, não seria abandonada pela grande imprensa brasileira. Além de atuar no mercado da informação, grandes jornais, revistas e emissoras de televisão reiterariam, a partir da legitimidade adquirida durante a redemocratização, ao longo dos anos seguintes até nossos dias, sua participação, às vezes decisiva, na estruturação de um sistema democrático restrito à representação política, pouco permeável à participação popular e, mais diretamente, na afirmação de personagens e grupos políticos favorecidos pelas narrativas que constroem.

Referências

ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Uma instituição ausente nos estudos de transição: a mídia brasileira. In: ABREU, Alzira Alves de (Org.) *A democratização no Brasil: atores e contextos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 67-93.

BARTHES, Roland. O efeito de real. In: GENETTE, Gérard et al. *Literatura e semiologia: pesquisas semiológicas*. Petrópolis: Vozes, 1972. p. 35-44.

BIROLI, Flávia. Liberdade de imprensa: margens e definições para a democracia durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 213-240, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CASTRO, Celso; D'ARAÚJO, Maria Celina (Orgs.). *Dossiê Geisel*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 22 fev. 1945.

FICO, Carlos. A negociação parlamentar da anistia de 1979 e o

chamado “perdão aos torturadores”. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição* [Ministério da Justiça], Brasília, n. 4, p. 318-333, jul./dez. 2010.

Folha de S. Paulo, São Paulo, 30 ago. 1974.

GASPARI, Élio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GRINBERG, Lúcia. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural na esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

Isto É, São Paulo, (maio, jun., ago., out.) 1976.

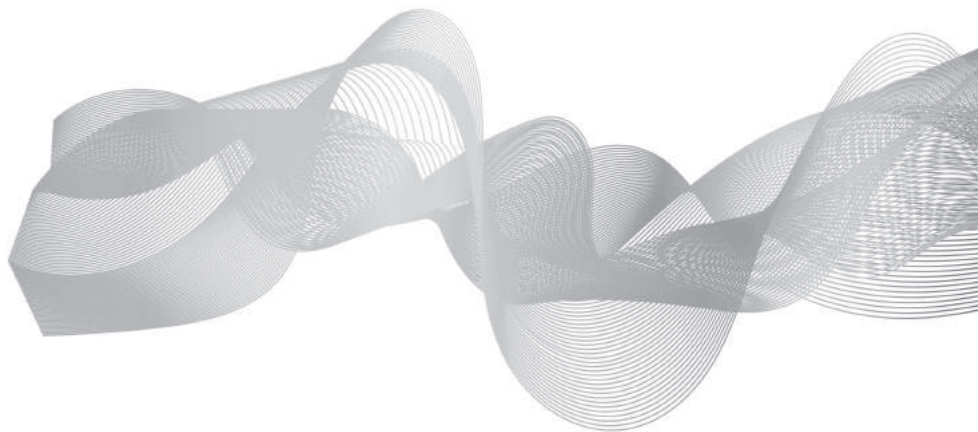
LIPPMANN, Walter. *Public Opinion*. New York: Harcourt, Brace and Company, 1922.

MIGUEL, Luís Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. *Lua Nova*, São Paulo, n. 55-56, p. 155-184, 2002.

NAPOLITANO, Marcos. *Cultura e poder no Brasil contemporâneo*. Curitiba: Juruá, 2002.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 179-193.

TRINDADE, Hélió. Bases da democracia brasileira: lógica liberal e práxis autoritária (1822/1945). In: ROUQUIÉ, Alain; LAMOUNIER, Bolívar; SCHWARZER, Jorge (Orgs.). *Assim renascem as democracias*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 46-72.



Sobre tempos digitais:

Tempo Presente, História e Internet

Dilton Cândido Santos Maynard

O historiador precisa mesmo ser um *expert* em computadores para explorar a Internet? Neste texto apresentamos algumas observações sobre este “falso dilema”, sugerindo uma concepção do historiador como uma figura mais próxima do ogro, o temido ser de lendas infantis, personagem da cultura europeia imortalizado no conto *O pequeno polegar*, de Charles Perrault (1628-1703), e nas ilustrações de Gustave Doré (1832-1883), distanciando-a tanto da imagem de um *hacker* ou *nerd*, profundo conhecedor dos segredos das novas tecnologias, quanto do *geek*, que nos últimos anos apareceu como o típico usuário das novas tecnologias. Defendemos a ideia de que, para aventurar-se pela História do Tempo Presente, o pesquisador não necessita ser uma espécie de maestro de computadores, um autômato insensível aos seus dias e aos acontecimentos.

De início, precisamos reconhecer que o nosso convívio com as tecnologias digitais e com a Internet é relativamente recente. É certo, temos muito a aprender com elas. Como já nos foi lembrado,

se toda história humana fosse condensada em 24 horas, as mídias, como nós conhecemos hoje, teriam aparecido nos 2 minutos antes da meia-noite (COHEN, 2011, p. 38). Mas, desde que começaram a se popularizar entre os acadêmicos, elas não deixaram de seduzir e provocar o surgimento de “neoluditas” ou “tecnocéticos”, por um lado, e “ciberentusiastas”, de outro.

Os primeiros denunciavam a todo custo os riscos apocalípticos dos computadores e da Internet. Na verdade, os neoluditas já nos acompanham há certo tempo. O que dizer dos críticos do cinema, do rádio e do ensino a distância, por exemplo? Para eles, estas novas tecnologias da comunicação, cada uma em seus primeiros dias de uso, seriam um engodo, uma fraude, uma ferramenta de potencial limitado, principalmente quando concebida para fins educacionais. Marc Ferro (1992, p. 83) mencionou as referências ao cinematógrafo como passatempo de iletrados, *media* dos idiotas. Evgeny Morozov (2010, p. 207), por sua vez, aponta as muitas críticas recebidas pelo telégrafo por sua aparente capacidade de divulgar assuntos banais no século XIX. Para alguns, este invento seria capaz até mesmo de acabar com as guerras. Com um aparelho que podia fazer qualquer mensagem correr o mundo e tocar os pontos mais extremos da Terra a uma velocidade inimaginável, possibilitada pela eletricidade, não havia razão para a descrença na paz, na capacidade de produzir consensos ou para os avanços diplomáticos. A ideia era a de que o diálogo entre os homens ganharia, com o telégrafo, um poderoso aliado. O novo invento apresentava potencial para aproximar o mundo. Mas o influxo da popularização dos computadores sobre os historiadores parece ter sido ainda maior.

Talvez o melhor exemplo do segundo grupo – aquele dos otimistas – seja a previsão feita por Emmanuel Le Roy Ladurie num artigo publicado no *Le Nouvel Observateur*, em 8 de maio de 1968. Nele o autor afirmava: “o historiador do futuro será programador ou não será” (LADURIE, 2011, p. 207-210)¹. Ainda que tendo o

¹ O artigo foi publicado originalmente em 08 de maio de 1968. Depois teve versão em livro em *Le Territoire de l'historien* (Paris: Gallimard, 1973).

cuidado de restringir a sua observação ao campo da História Quantitativa, Ladurie esboça certa tecnofilia que parece ter tomado os trabalhadores de Clio por um tempo. O quanto isto alterou nosso modo de pensar? Provavelmente seja ainda muito cedo para que tenhamos uma resposta. Porém, evitar o debate não nos parece a estratégia acertada. Propomos o contrário: vamos a ele. Ensaieemos reflexões sobre o ofício do historiador diante das novas mídias, em dias de Internet.

Deste modo, quais as ressonâncias das novas tecnologias na prática histórica? Esta pergunta põe em relevo a necessidade de aprofundarmos a discussão sobre o fazer história na era digital. Ela encontra mais força ainda no fato de que os nossos alunos, em sua maioria, são agora do tipo *digital born* (nativos digitais): devotados ao repetitivo exercício de responder, sempre rapidamente, a dezenas de mensagens de textos e *e-mails* durante as aulas, atualizar redes sociais, encontrar informações sobre eventos, mas também sobre a vida privada dos seus professores na Internet. Os estudantes, jovens em sua maioria, dispensam muito tempo “cutucando”, curtindo, postando, comentando e principalmente compartilhando. Mesmo assim, o ciberespaço ainda é um país estrangeiro para parte significativa dos historiadores que, em lugar de nativos, são antes imigrantes digitais e, por mais que se esforcem para dominar a linguagem, sempre falarão com certo sotaque.

É, pois, um distanciamento inquietante. Um silêncio sem sentido. A era digital tem afetado todos aqueles que praticam e estudam a história profissionalmente. Todavia, o mais correto seria considerar que historiadores não necessitam aprender novas tecnologias ou dominar os intrincados códigos de computadores; não precisam se tornar cientistas de computadores; não precisam obrigatoriamente ser *hackers* ou *geeks*. Talvez resida aí um primeiro erro, como explica Toni Weller (2013, p. 1): parte considerável do problema reside nesta ênfase em discussões técnicas, distantes dos debates sobre as habilidades realmente imprescindíveis ao historiador. Tamanha exigência, tamanha distorção, acabou antes por afastar os historiadores em lugar de aproximá-los de aliados

como os computadores, as novas mídias e a Internet. Tentemos entender como este quadro se desenhou.

Resultante de um processo iniciado ainda ao final da década de 1950, a Internet se tornou comercial por volta de setembro de 1993 (março de 1994, para outros). Portanto, já experimentamos duas décadas de convivência. De lá para cá, a rede deixou de ser um reduto de *nerds* e militares e foi colonizada pela gente comum, por não especialistas (BRIGGS; BURKE, 2004). As palavras de Marc Zuckerberg, um dos fundadores do *Facebook*, afirmando que “um esquilo morrendo na porta da tua casa pode ser mais importante para os seus interesses agora do que pessoas morrendo na África” (*apud* PARISIER, 2011, p. 1), dão a dimensão da banalidade e do olhar para o presente contínuo que a rede adotou. Tudo está na Internet agora ou, ao menos, é esta a nossa impressão. Certa vez, Norbert Elias nos lembrou que “o aparecimento mais ou menos súbito de palavras e línguas quase sempre indica mudanças na vida do próprio povo, sobretudo quando os novos conceitos estão destinados a se tornarem fundamentais e de longa duração como esses” (ELIAS, 1994, p. 68). Ora, a Internet gerou verbos próprios (*google me, twitt me, mail me*, por exemplo), criou as suas próprias palavras, suas próprias doenças, rearranjou a esfera pública, as relações pessoais, a economia e até mesmo a política.

Historiadores como Carlo Ginzburg, Roger Chartier, Peter Burke e Robert Darnton abordaram as influências da Internet. Para Ginzburg (2010), a Internet, mais especificamente o Google, é um poderoso instrumento de pesquisa histórica e, ao mesmo tempo, um poderoso instrumento de cancelamento da História. Enquanto para Roger Chartier (2009, p. 60-61) os expedientes clássicos do ofício parecem inalterados, Darnton (2005, p. 40-89) chama a atenção para possíveis riscos de uma privatização da Internet. Este último, inclusive, enquanto diretor da Biblioteca da Harvard University, bateu-se contra o Google e seu projeto de digitalização das obras com *copyright* daquela instituição, propondo algo mais democrático e gratuito. Mas os trabalhos destes pesquisadores não constituem estudos exaustivos, e pesquisas de fôlego ainda são

pouco conhecidas em língua portuguesa. As reflexões de autores como Ginzburg e Burke são principalmente impressões que não se pretendem como coordenadas para a pesquisa. Apesar disto, o desafio do estudo dos usos da Internet entre historiadores continua relegado a conversas, aos cafés, a breves artigos – como também lembrou Toni Weller (2013). O quadro tem sido transformado numa velocidade bem abaixo do esperado. Todos concordamos que algo precisa ser feito, mas, de fato, sabemos o quê?

Se nos voltarmos à paisagem nacional, a imagem não é lá muito diferente. Nossas vulgatas mais conhecidas têm evitado abordagens aprofundadas sobre o tema. Pouco se avançou. Se tomarmos alguns dos mais conhecidos manuais, quase nada encontraremos sobre computadores, novas tecnologias da informação ou a Internet. Por exemplo, em *Os métodos da História* (BRIGNOLI; CARDOSO, 1983), obra basilar de Ciro Flamarion Cardoso escrita em parceria com Héctor Pérez Brignoli, percebe-se certo encantamento pelos computadores como colaboradores das pesquisas históricas. Por sua vez, os dois volumes dos *Domínios da História* (CARDOSO; VAINFAS, 1997; CARDOSO; VAINFAS, 2012), também organizados pelo mesmo Cardoso em parceria com Ronaldo Vainfas, pouco espaço dedicam ao mundo digital. Se no primeiro livro, de 1997, podemos explicar a defasagem no texto de Luciano Figueiredo (1997, p. 419-440) pela experiência recente, haja vista que a Internet ainda engatinhava entre os pesquisadores brasileiros (o próprio autor nos avisa disto no capítulo que escreveu), o mesmo não se pode dizer do volume dois, lançado após quinze anos do primeiro. Lamentavelmente o único capítulo a se debruçar sobre o assunto, assinado por Célia Tavares (2012, p. 301-317), que reflete sobre a informática e sua relação com a produção e divulgação do conhecimento histórico, limita-se a menções de autores que abordaram a *web* de modo ocasional, deixando de lado investigações mais recentes, articuladas e densas.

Ao que parece, experimentamos um curioso paradoxo. A constatação se dá porque, embora a maioria dos historiadores utilize cotidianamente a Internet e seus recursos em suas pesquisas

(*e-mails*, listas de discussão, *sites* oficiais, sistemas de editoração eletrônica, divulgação nas redes sociais), e até mesmo a maior associação brasileira de professores e pesquisadores de História – a ANPUH – disponha de um *site* (www.anpuh.org) para apontar seleções, lançamentos e eventos, os docentes não costumam se envolver com reflexões sobre recursos digitais. Consequentemente, estudantes não são instigados a pensar sobre o digital, não são motivados a aplicar as metodologias tradicionais da História ao seu cotidiano digital e a experiências *online*.

No entanto, é sempre conveniente lembrar que a mudança é uma marca da História enquanto campo do conhecimento. Ela precisa ser pensada como uma prática social (PROST, 2009); como algo construído, mediatizado, comunicado e que responde a determinados anseios no tempo e no espaço. Indubitavelmente, a História – enquanto um campo de saber, com regras próprias para a sua produção – mudou no tempo. Mas a chegada de novas mídias, da Internet, e o olhar apurado para o tempo presente não retiram de nós a preocupação típica do historiador. Marc Bloch (2001, p. 51) nos lembra que:

Se as ciências tivessem, a cada uma de suas conquistas, que buscar por uma nova denominação para elas, que batismos e que perdas de tempo no reino das academias! Mesmo permanecendo pacificamente fiel a seu glorioso nome helênico, nossa história não será absolutamente, por isso, aquela que escreveu Hecateu de Mileto; assim como a física de Lord Kelvin ou de Longevin não é a de Aristóteles.

É, portanto, História o que fazemos e nela deve residir a nossa preocupação. É deste lugar que emitimos o nosso discurso. É da História que elaboraremos as nossas questões. A inclusão de novas mídias não deve exercer, no caso da História do Tempo Presente, o papel de fiel da balança, embora seja inegável o seu influxo sobre o campo (NORA, 1976, p. 179-193).

O observatório mais rico para pensarmos o tempo presente é sempre aquele instalado nas produções culturais de cada época. É isto que nos lembra a poesia de Drummond (1902-1987), que se

empolga na ânsia de entender o tempo vivido: “O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes, a vida presente”². Conforme nos ensina Bloch (2001, p. 66), “o erudito que não tem o gosto de olhar a seu redor nem os homens, nem as coisas, nem os acontecimentos, merecerá talvez, como dizia Pirenne, o título de um útil antiquário. E agirá sensatamente renunciando ao de historiador”. E qualquer um que olhe ao seu redor verá um mundo cada vez mais digital, cada vez imerso em cliques e alavancado pela velocidade, estruturado entre *bites* e profundamente dependente das trilhas eletrônicas da Internet (LÉVY, 1999).

Por falar em mudanças, um dos primeiros aspectos a serem considerados no caso da *web* provavelmente é o tipo de prática que ela implica e potencialmente amplifica. A cultura de compartilhamento e participação baseia as normas deste novo ambiente desde os seus primeiros dias, como nos mostraram Manuel Castells, em sua *Galáxia da Internet* (2003), e Richard Barbrook, em *Futuros Imaginários* (2009). Neste sentido, é importante considerar quais as ressonâncias desta cultura para os historiadores. Vejamos algumas delas.

Uma primeira constatação encontra-se no potencial democratizador que a rede possui. Para aqueles que pesquisam e ensinam História, certamente esta é uma tendência a ser considerada. Um exemplo pode ser observado no Arquivo Nacional britânico, por meio de iniciativas como a digitalização e disponibilização de diários escritos por soldados que participaram da Primeira Guerra Mundial (1914-1918)³. Onde está a diferença?

² Trecho final do poema “Mãos dadas”, de Carlos Drummond de Andrade (1999, p. 118). (Nota da organizadora)

³ Conforme William Spencer, pesquisador ligado ao Arquivo Nacional britânico: “Disponibilizar as páginas dos diários da Primeira Guerra Mundial *online* permite que pessoas de todo o mundo descubram as atividades diárias, histórias e batalhas de cada grupo. A iniciativa também oferece a oportunidade de o público, dos interessados em História, familiares dos soldados e historiadores explorarem informações que podem levar a novas descobertas e perspectivas acerca desse importante período da história”. (ARQUIVO, 2014). Consultar: <<http://www.nationalarchives.gov.uk>>.

É possível identificar alguma mudança substancial? O que distinguiu grupos como aquele do *Invisible College* (surgido no século XVII) dos alquimistas foi provavelmente a cultura de compartilhamento. Ambos usavam as mesmas ferramentas e tinham acesso ao mesmo tipo de formação. Mas enquanto os alquimistas envolviam seus procedimentos e descobertas em uma névoa de segredos, em chaves e mais chaves de leitura, os participantes do *Invisible College* trocavam informações, compartilhavam seus resultados e inquietações. Os resultados deste segundo grupo reforçam a ideia de que precisamos considerar que a ciência é feita por meio de operações solidárias, em trabalhos coletivos em rede, em cooperação. É assim que ela dá saltos.

Olhando por esta ótica, a preservação e a privatização dos arquivos merecem, ambas, estudos cuidadosos, mas parece-nos que, no segundo caso, ficou mais difícil monopolizar registros, não impossível. Isto implica em uma quebra de centro, em um poderoso deslocamento de forças nas Academias. E possivelmente esta modificação encontre-se relacionada a novas dinâmicas culturais. Se considerarmos as dimensões continentais de um país como o Brasil, por exemplo, esta mudança possui um efeito democratizador sem precedentes.

Indubitavelmente a mudança de uma cultura de escassez para uma cultura de abundância é uma marca destes tempos digitais. Em lugar de relíquias, temos uma riqueza atordoante de fontes. O caso *Wikileaks*, pelo embate de forças envolvidas nele, é possivelmente o exemplo mais representativo desta mudança: 251 mil documentos roubados em um CD, numa operação que antes dos tempos digitais não poderia ser suscitada sem considerar o uso de alguns caminhões (MAYNARD, 2011). E tal metamorfose faz emergir uma pergunta fundamental: quem é o responsável por preservar o registro histórico na era digital? Afinal de contas, digitalização e preservação não são baratos. E, ao mesmo tempo, o presente eletrônico, conforme advertiu Ginzburg, pode apagar o passado. O quadro pode ficar ainda mais angustiante se considerarmos que, além disto tudo, também precisamos atentar

para o fato de que muito do que hoje está sendo feito simplesmente será perdido para sempre. De um modo ou de outro os historiadores enfrentarão desafios na era digital. A seguir, alguns deles são sumariamente colocados.

Um primeiro desafio diz respeito à preservação de material digitalizado. Há décadas, diferentes documentos têm sido digitalizados sob o argumento central de que a preservação deles é necessária. Iniciativas resultantes de importantes missões de estudos, intercâmbios acadêmicos, dispendiosos projetos de pesquisa ofereceram como produtos principais rolos e rolos de microfimes, CDs e mais recentemente DVDs com uma infinidade de registros, alocados em prestigiosos lugares de memória do mundo. A questão mais preocupante não é como navegar nesta maré de dados, mas como se dará a preservação daquilo que suporta tais documentos, que os exhibe, que os faz visíveis para o pesquisador. Ou seja, além de preservar, precisamos refletir sobre e planejar o acesso e o uso destes registros.

Mas, se os problemas são grandes com o material convertido para o formato digital, não são menores para aqueles que já nascem assim. Como arquivar *blogs*, reportagens ou vídeos produzidos na Internet? A quem caberá tal função? O debate sobre a conservação precisa levar em conta as exigências da preservação de material nascido digital.

Outro importante desafio está na migração para novos formatos diante da rápida obsolescência de *hardwares* e *softwares*. Devido à dinâmica em suas transformações, registros digitais necessitarão de ferramentas que possibilitem o acesso às informações neles contidas, embora os suportes para leituras muito provavelmente já tenham se tornado obsoletos. Deste modo, como ler as mensagens deixadas nos velhos disquetes de 5,25 polegadas? Ou como fazer um *site* criado em 1998, idealizado para ser o mais interativo do seu tempo, comportar-se dentro do que era esperado naquele ano? Como aproximar o pesquisador da experiência de usar uma página eletrônica em versão 1.0 da *web*? Como emular o passado cibernético?

Finalmente, a tarefa de ensinar por intermédio da rede talvez seja o desafio mais admirável e inquietante. Se é certo que a rede mundial de computadores apresenta um inegável potencial democratizador, ela também pode limitar, ludibriar e colaborar para o esquecimento do passado. Podemos tomar o exemplo usado por Carlo Ginzburg, da jovem russa chamada por ele de “Diana”. Quando a moça passou a sofrer ataques epiléticos, usou o Google para encontrar uma resposta e viu-se como uma *benandante*, (GINZBURG, 2001), tal qual aqueles mencionados em obras do historiador italiano: em poucos minutos e graças ao Google, Diana transitou por cinco séculos e diversos territórios (GINZBURG, 2010). É justamente esta imensa capacidade de dissolver o passado, fragilizar o presente, que exige atenção quanto ao ensino da História em tempos de Internet.

Tais desafios certamente exigem dos historiadores muita destreza. Ao mesmo tempo, nos colocam algumas tendências. Uma delas está no fato de que historiadores do futuro que desejem utilizar documentos nascidos digitais terão que desenvolver novas formas de pesquisa e mesmo novas habilidades (WELLER, 2013, p. 12). A consulta a *sites* fora de funcionamento, a jogos eletrônicos que já não possuirão facilmente os seus consoles originais, a *blogs* e redes sociais que caíram em desuso (pensemos, por exemplo, na relação dos brasileiros com o Orkut), somente será viabilizada a partir da utilização de suportes que talvez não sejam popularizados, justamente por lidarem com registros que não mais interessarão. Precisamos lembrar que certos programas foram e são criados para serem lidos em versões específicas de máquinas, como jogos para consoles do tipo *Playstation 2*, *Atari 2600* ou *X-Box*. Ou CD-ROMs interativos produzidos para serem lidos em plataformas que trabalhavam com os limites da tecnologia dos anos 1990, em termos de som, imagem e velocidade. Desta forma, arquivos gerados em computadores com *Windows 98* tendem a não ser lidos por aqueles produzidos em 1995, por ambientes MS-DOS e assim por diante. As dificuldades para aqueles que trabalham com registros que foram guardados em disquetes, em fitas cassetes e, em certos casos, em

CDs, já são grandes. O que ocorrerá quando as máquinas leitoras se tornarem ainda mais raras? Experimentamos, por outro lado, por meio de redes como o *Facebook*, a musealização da vida cotidiana, como afirmou Andreas Huyssen (2014). E tal metamorfose traz consigo uma pergunta fundamental: quem é o responsável por preservar o registro histórico na era digital?

Outra percepção a ser adotada é a de que, embora a preservação não seja possível quando tratamos da experiência original, podemos e devemos explorar aquelas implicações que de fato fazem a diferença (WELLER, 2013, p. 11). A ideia de que não se pode pesquisar a Internet por não se poder dar conta dela integralmente é ingênua, remetendo a um positivismo rasteiro. Ora, o historiador lida com registros do passado, com evidências de um tempo que não é mais o seu. A própria existência deste ofício resulta da incapacidade de retermos tudo, da impossibilidade de imobilizarmos o passado. Cientes desta dinâmica, não temos como criticar a ausência de uma capacidade infinita da Internet ou das novas mídias de tudo guardar. Não pudemos preservar as tropas de Napoleão, mas nem por isto se deixa de estudar Waterloo, tampouco se aponta o fim de pesquisas sobre a Amazônia porque parte significativa dos seus historiadores sequer percorreu 5% daquele território. Em diversos lugares, parte da história do rádio tem sido feita sem registros sonoros disponíveis simplesmente porque eles não existem. Em que medida tais casos se diferenciam dos problemas enfrentados pela Internet?

Por outro lado, a existência de falsificações também não pode servir como argumento para que os trabalhos em torno da *web* sejam desaconselhados. Basta uma rápida consulta aos manuais e relembremos que os problemas em torno dos falsos documentos ocupam os historiadores há tempos. Confrontar registros, verificar a sua autenticidade, é parte do nosso ofício. Como utilizá-los agora para imobilizar possíveis pesquisas? Assim sendo, como Weller (2013, p. 12) reforça, diante de desafios e problemas é mais proveitoso que consideremos a necessidade de domínio de habilidades básicas.

As ferramentas digitais têm alterado a produção e a disseminação do conhecimento. O seu uso adequado implica a compreensão, mas não necessariamente o profundo entendimento das mesmas. Não precisamos mais dominar enormes fórmulas para operar computadores. E isto é algo muito bom. Contudo, além desta importante constatação, é pertinente atentarmos para pontos centrais da arquitetura das novas tecnologias, em especial a Internet, considerando as suas potencialidades e os riscos que elas podem implicar.

Evidentemente muitas das promessas em torno do universo digital não se cumpriram. Graças a isto, o Apocalipse sugerido por William Gibson (2008), em seu *Neuromancer*, não se realizou. E para o espanto de alguns, os professores não desapareceram. A História não teve fim. Ao contrário, acontecimentos como o 11 de setembro de 2001, a crise econômica de 2008, as eleições de governantes de esquerda na América do Sul e a Primavera Árabe são exemplos de como uma forte demanda social se formou em torno não apenas da pesquisa histórica, mas do seu ensino. A necessidade de pensar como celulares, *tablets*, computadores, *e-mails* e *twitts* influenciaram tais processos históricos empurrou os historiadores contra a parede.

Em meio a tudo isto, conforme Daniel Cohen e Roy Rosenzweig, a história sofreu importantes transformações. As tais novas tecnologias, com participação destacada da Internet, obrigaram os historiadores – ainda que a contragosto – a considerarem as implicações destas inovações nas formas de pesquisar, escrever, difundir e ensinar acerca do passado (COHEN; ROSENZWEIG, 2006, p. 2). Mas historiadores – e aqui entramos no delicado terreno que envolve a profissionalização – ainda podem ser definidos de maneira ampla. Sob esta “rubrica” podem ser encontrados diletantes, jornalistas, professores da educação básica, memorialistas, cineastas, literatos, acadêmicos das mais diversas áreas (COHEN; ROSENZWEIG, 2006, p. 3). Sendo assim, uma pergunta adequada seria: de que modos os tempos digitais influenciam o ofício do historiador?

Acompanhamos aqui os professores Daniel Cohen e Roy Rosenzweig, que delimitam *7 qualidades* na produção da História em tempos digitais. São elas: capacidade, acessibilidade, flexibilidade, diversidade, manipulabilidade, interatividade e hipertextualidade. Entre tais traços, é possível identificar mudanças de ordem “aditiva” ou quantitativa e mudanças de ordem qualitativa ou “expressiva”. Vejamos, ainda que sinteticamente, cada uma delas.

Uma primeira qualidade apontada por Cohen e Rosenzweig, e dita acima, é a *capacidade*. Em tempos de novas mídias, os historiadores se veem diante da possibilidade de trabalhar com muitos dados em pouco espaço e, em grande maioria, a baixo custo (COHEN; ROSENZWEIG, 2006, p. 228). Com as novas tecnologias, os arquivos tiveram ampliadas as possibilidades de armazenamento. Evidentemente a mera condição de estocar registros não constitui um arquivo, mas é inegável o horizonte que suportes tanto físicos quanto virtuais abriram para a conservação de dados das mais diferentes naturezas, isto é, de uma *diversidade* antes impensável: áudios, vídeos, infográficos, imagens digitalizadas, animações, jogos eletrônicos etc. As mídias digitais podem condensar uma quantidade sem precedentes de dados. Em contrapartida, como se produz uma história se toda a evidência possível estiver disponível ao historiador?

A questão acima abre espaço para o debate sobre a *acessibilidade*, pois de nada adianta guardar material se ele não estiver disponibilizado. Cohen e Rosenzweig observam que a obtenção de um público mais amplo é uma das preocupações frequentes entre os historiadores. E esta pretensão ganha, com a Internet e as novas tecnologias da informação, um importante auxiliar para concretizar-se. Por outro lado, o acesso instantâneo a fontes primárias e secundárias, bem como a habilidade para muito rapidamente produzir conexões, provocam mudanças significativas na forma de pesquisar e de escrever a história (COHEN; ROSENZWEIG, 2006, p. 4). Consequentemente, a Internet permite aos historiadores falar a um público mais vasto, mais disperso,

sem que os custos para isto sejam ampliados. Importantes iniciativas têm possibilitado a democratização de acervos⁴.

Outra característica que novas mídias e principalmente a Internet permitiram aos registros refere-se à *flexibilidade* – o passado pode se tornar mais rico quando o registro assume diferentes formas. A flexibilidade conferida aos registros digitais, marcante na Internet, possibilita que um mesmo dado seja rearranjado, servindo a comparações, contrastes, complementações (COHEN; ROSENZWEIG, 2006, p. 5). E assim ela transforma a experiência de consumir a História e as circunstâncias para a produção da História. Por exemplo: a Internet não apenas se tornou mais aberta para novos leitores, como também se abriu para novos narradores de história. Como resultado, o número de autores de páginas dedicadas à História tende hoje a ser muito superior ao número de autores de livros de História. Tais autores, é preciso que se lembre, formam um público diversificado (e assim a hierarquia é quebrada). As críticas e as reclamações são grandes por parte dos historiadores profissionais, por aqueles assentados em respeitadas instituições de pesquisa, diante da constatação de que parte considerável dos *best-sellers* escritos sobre temas históricos não são obras de membros da corporação.

Sendo assim, o que podemos aprender com tais mudanças quantitativas? Nós podemos chegar a mais pessoas, obter e produzir mais material histórico para as salas de aulas, oferecer aos estudantes mais acesso a documentos antes enclausurados, ouvir diferentes perspectivas. Mas, se tais transformações afetam o aspecto quantitativo, também atingem substancialmente a qualidade dos registros. As mudanças nesse aspecto podem ser

⁴ Exemplo pode ser conferido em projetos como o Open The Archives, desenvolvido por meio de uma parceria entre a Brown University e a Universidade Estadual de Maringá. O projeto foi lançado com 2.000 documentos digitalizados, produzidos de 1963 a 1977. Tais documentos são digitalizações de material do Departamento de Estado dos EUA. O *site* disponibiliza digitalizações com endereços disponíveis nas páginas da UEL e da Brown.

pensadas a partir do conceito de *manipulabilidade*, entendido como a possibilidade de engendrar dados por meio do uso de ferramentas eletrônicas, conduzindo a descobertas que antes não estavam evidentes. *Softwares* podem permitir a ampliação e a distorção de imagens. Para o estudo de documentos, por exemplo, a possibilidade de aplicar o *zoom* ao registro, recortar a parte que imediatamente interessa, girá-la, criar a partir dela uma galeria, compará-la, melhorar a sua resolução, são processos proveitosos no andamento de qualquer pesquisa. Porém, esta capacidade de manipular a fonte pode promover experimentos de diferentes fins e tipos⁵.

A relação com o público ganha na preocupação com a *interatividade* um destaque importante. Afinal de contas, ela estabelece diferentes e múltiplas formas de diálogo histórico. Temos aí uma imensa possibilidade de transformação da prática histórica, de ampliar as formas de levantamento de fontes, de troca de informação, de redução nos custos das pesquisas e na ampliação no compartilhamento de trabalhos. A rede trouxe consigo um leitor que se encontra em posição diferenciada. Se o texto chega ao ciberespaço, este novo público pode colaborar com o envio de dados, divulgar e até corrigir a pesquisa.

Por fim, temos a *hipertextualidade*, uma espécie de princípio constitucional da *web*. Ela exige refletir sobre um paradigma antes pautado nas ideias de centro, hierarquia e linearidade. Entram em cena multilinearidade, nós, *links*, redes de trabalho. Embora permaneça ainda claro que a História, em sua narrativa, para ser comunicada precisa ter uma estrutura que mantenha o circuito começo, meio e fim, a forma clássica e linear de exposição tende

⁵ Exemplo pode ser visto na campanha publicitária do jornal sul-africano *The Cape Times*, realizada em 2013. Uma série de registros fotográficos históricos, como o beijo de Times Square, ou Winston Churchill e sua clássica foto com um charuto, por exemplo, foram transformados em *selfies* na campanha do jornal. A chamada era “You can’t get any closer to the news” ou “você não pode ficar mais perto da notícia”. Sobre isto ver KIEFABER (2013).

a se modificar em ambientes digitais. Esta nova forma, que certamente atordoará a muitos, permite ao leitor acompanhar a produção do conhecimento histórico: ler as fontes que foram utilizadas, talvez ouvir a música que se menciona, assistir ao vídeo que foi criticado e, deste modo, realizar ele mesmo a crítica ao trabalho lido. Tudo isto sem que a estrutura básica da arquitetura argumentativa seja perdida. E também sem uma inflação nos custos. O que é o hipertexto, senão a pretensão de oferecer a experiência da leitura do registro em três dimensões?

Apesar da paisagem de avanços e vantagens, é preciso salientar que os empecilhos também não são poucos. Por isto, gostaria de tocar em apenas alguns dos estorvos no horizonte da pesquisa e do ensino da História quando o assunto são vestígios eletrônicos.

O primeiro deles diz respeito a algo que tira o sono de qualquer historiador: a qualidade do registro. Neste novo universo, os tradicionais repositórios de informação irão manter o seu *status*? Como avaliar as fronteiras da qualidade histórica e da autenticidade na *web*? Uma coisa a se considerar é que a discussão em torno da qualidade, autenticidade e autoridade pré-data à Internet. Consequentemente, nossos debates sobre fontes históricas, sobre heurística, sobre os procedimentos de crítica não podem ser postos de lado. Porém, eles precisam ser, em certos casos, atualizados. Concordamos com o argumento de Weller (2013) de que, se a mídia digital abalou a confiança e a autoridade de certos registros, já que agora tudo pode ser manipulado e postado na Internet, cabe a nós, como historiadores, restabelecer os procedimentos de legitimação, discernimento e autoridade. Afinal de contas, os historiadores já fizeram isto outras vezes, quando enfrentaram os desafios provocados, por exemplo, pelos filmes (FERRO, 1992).

Outro problema é a durabilidade, já que os tempos digitais abrem generosamente as portas ao sonho de tudo preservar. No entanto, a preservação e o arquivamento de material histórico são problemas que nos impelem a pensar *o que deve ser preservado e quem deve preservar*. Experiências como as do *Internet Archive* (www.archive.org) revelam o esforço de permitir pesquisas em

versões “antigas” de *sites*. No nascente século XXI, uma questão fundamental gira em torno dos custos de manutenção e da responsabilidade por arquivar e organizar estes registros.

O debate acima colocado se mostra estratégico, haja vista que os historiadores já enfrentam o problema da inacessibilidade. E tal dificuldade se dá por diferentes razões, sendo possível destacar duas delas: a) Há um problema de letramento digital, já que nem todos dominam os procedimentos básicos para a navegação em alguns ambientes ou mesmo o uso de um computador; b) E, ainda, os custos do acesso à Internet. Todavia, ambas as variáveis tendem a cair. No caso do acesso, a expansão de experiências de Internet livre em praças, escolas, bibliotecas, universidades e outros locais de pesquisa certamente colaborará para que os usos dos ambientes digitais sejam ampliados. No que se refere ao domínio das novas tecnologias, da capacidade de navegação da Internet, as contínuas atualizações que máquinas e programas experimentaram nos últimos anos, a preocupação com a criação de diferentes recursos de acessibilidade – comandos por voz, telas em contraste, ampliação de fontes etc. – sinaliza os ganhos no sentido de transformar usuários originalmente analógicos em legítimos imigrantes digitais.

Considerações finais

Diante deste cenário desafiador, vale lembrar que, no final das contas, o ganho considerável diante da capacidade de reunir diferentes tipos de registros merece celebração, não desespero e temor, pois como observaram Jean Boutier e Dominique Julia, “não pode haver História senão erudita; a coleta metódica dos dados repousa sobre o recurso, frequente ainda que variável, segundo as épocas e os lugares” (BOUTIER; JULIA, 1998, p. 37). Evidentemente, é importante salientar que, embora seja possível falar em uma história digital, as perguntas que tradicionalmente surgem para o historiador permanecem as mesmas – *quem, o quê, quando, onde e por quê?* –, continuam a nos inquietar e a

movimentar nossas investigações. Ou seja, as antigas bases metodológicas permanecem importantes, mas há novos aportes. No caso da História do Tempo Presente e dos registros digitais, o segredo é entender que eles são complementares, mas não excludentes.

As ferramentas digitais têm alterado a produção e a disseminação do conhecimento. Entretanto, é preciso ter consciência de que o uso adequado de tais recursos implica a *compreensão*, mas não necessariamente o *domínio* das mesmas. Temos aí problemas importantes, complexos. Quem regulará a ideia de autoria ou autenticidade? O acervo disponibilizado *online* será livre ou, ao contrário, ficará à mercê de megacorporações?

Enfrentamos indubitavelmente o desafio de lidar com “novas percepções do tempo e do espaço nas sociedades midiáticas contemporâneas” (HUYSSSEN, 2014, p. 16). Consequentemente, fazer história digital é estabelecer uma nova estrutura por meio da tecnologia, para que as pessoas experimentem, leiam e possam seguir um argumento sobre um problema histórico. E, para colocar o passado *online*, devemos lembrar do conselho de Marc Bloch: no fim das contas, “são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça” (BLOCH, 2001, p. 54).

Por fim, se for possível fazer um diagnóstico das ressonâncias das novas tecnologias na pesquisa e no ensino da História, poderíamos dizer:

- 1) Tais tecnologias, reforçamos, já não são assim tão novas;
- 2) A partir da emergência de suportes digitais temos problemas de hierarquia, de autoria, de acesso, de arquivamento e preservação que precisam ser enfrentados;
- 3) O historiador do presente envolve-se com uma tarefa em que, quanto mais se compreende, mais se tem a necessidade de procurar.

Como um lago que nunca se enche.... Portanto, o historiador

deve se aproximar da Internet e dos tempos digitais dominando as habilidades básicas do seu ofício, sem necessariamente ter que ser um programador. O historiador precisa enfrentar estes desafios, sem deixá-los aos colegas de outras áreas. Ele não precisa ser um *hacker*, um *expert* em informática. Mais vale permanecer inspirado pelo ogro e buscar carne humana. Afinal de contas, é disto que trata a história, qualquer história, digital ou analógica, que mereça assim ser chamada.

Referências

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Antologia poética*. 42 ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

ARQUIVO britânico coloca na Internet cerca de 2 mil relatos de soldados da 1ª. guerra. *O Estado de S. Paulo*, 14 jan. 2014. Disponível em: <<http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,arquivo-britanico-coloca-na-internet-cerca-de-2-mil-relatos-de-soldados-da-1-guerra,1118456>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

BARBROOK, Richard. *Futuros imaginários: das máquinas pensantes à aldeia global*. Rio de Janeiro: Peirópolis, 2009.

BLOCH. A História, os homens e o tempo. In: _____. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. p. 51-68.

BOUTIER, Jean, JULIA, Dominique (Orgs.). *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/FGV, 1998.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2004.

BRIGNOLI, Héctor P., CARDOSO, Ciro Flamarion. *Os métodos da História*. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

BROCKMAN, John (Org.). *Is the Internet changing the way you*

*think?*New York: Harper Perennial, 2011.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CASTELLS, Manuel. *A galáxia Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Trad. Maria Luiza X. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

COHEN, Daniel J., ROSENZWEIG, Roy. *Digital History: a guide to gathering, preserving, and presenting the past on the web*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2006.

COHEN, June. The rise of social media is really a reprise. In: BROCKMAN, John (Org.). *Is the Internet changing the way you think?*New York: Harper Perennial, 2011. p. 38-40.

DARNTON, Robert. As notícias em Paris: uma pioneira sociedade da informação. In: _____. *Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII*. Trad. José Geraldo Couto. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 40-89.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. v. 1.

FERRO, Marc. *Cinema e História*. Trad. Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FIGUEIREDO, Luciano R. História e Informática: o uso do computador. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p. 419-440.

GIBSON, William. *Neuromancer*. 4 ed. São Paulo: Aleph, 2008.

GINZBURG, Carlo. História na era Google. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wSSHnqAbd7E>>. Acesso em: 04 set. 2014.

GINZBURG, Carlo. *Os andarilhos do bem: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. Trad. Jônatas Batista Neto. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

HUYSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente*. Rio de Janeiro: Contraponto, Museu de Arte do Rio, 2014.

INTERNET ARCHIVE [Sítio eletrônico]: <www.archive.org>. Acesso em: 20 nov. 2014.

KIEFABER, David. Famous Photos Reimagined as Selfies in Newspaper's Wonderful Print Ads 'You can't get any closer to the news'. *Adweek*, 13 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.adweek.com/adfreak/famous-photos-reimagined-selfies-newspapers-wonderful-print-ads-153815>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. O historiador e o computador. In: NOVAIS, Fernando, SILVA, Rogério F. Da. *Nova História em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011. v. 1, p. 207-210.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

MAYNARD, Dilton. *Escritos sobre História e Internet*. Rio de Janeiro: FAPITEC, Luminárias, 2011.

MOROZOV, Evgeny. *The Net Delusion: the dark side of Internet freedom*. New York: Public Affairs, 2010.

NATIONAL ARCHIVES, United Kingdom [sítio eletrônico]. Disponível em: <<http://www.nationalarchives.gov.uk>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, J.; NORA, P. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1976. p. 179-193.

OPEN THE ARCHIVES [Sítio eletrônico]. Disponível em: (<<http://library.brown.edu/openingthearchives>> . Acesso em: 20 nov. 2014.

PARISIER, Eli. *The Filter Bubble: what the internet is hiding from you*. New York: Penguin Press, 2011.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre história*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

TAVARES, Célia Cristina da Silva. História e Informática. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 301-317.

WELLER, Toni (Org.). *History in the Digital Age*. New York: Routledge, 2013.

Bibliografia complementar

CARR, Nicholas. The Bookless Library. In: BROCKMAN, John. *Is the Internet changing the way you think?* New York: Harper Perennial, 2011. p. 1-3.

NEGROPONTE, Nicholas. *A vida digital*. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

OTMAN, Gabriel. *Dicionário da cibercultura*. Trad. Carlos Aboim de Brito. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

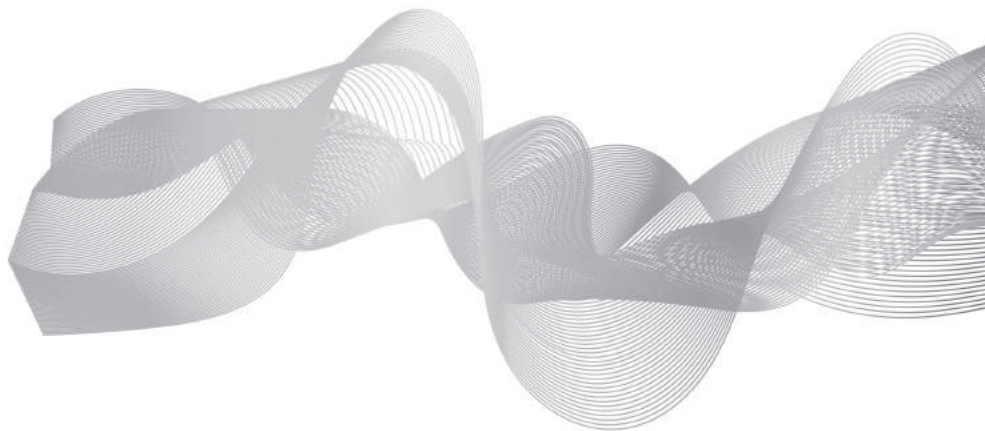
PRENSKY, Max. *Aprendizagem baseada em jogos digitais*. São Paulo: SENAC, 2012.

ROSENZWEIG, Roy. Scarcity or Abundance? Preserving the past. In: _____. *Clio Wired: the future of the past in the digital age*. New York: Columbia University Press, 2011. p. 3-27.

ROSENZWEIG, Roy. Wizards, Bureaucrats, Warriors & Hackers: Writing the History of the Internet. Disponível em: <<http://chnm.gmu.edu/resources/essays/d/25>> . Acesso em: 15 mar. 2006.

SHIRKY, Clay. The invisible College. In: BROCKMAN, John (Org.). *Is the Internet changing the way you think?* The net's impact on our minds and future. NY: Harper Collins, 2011. p. 4-7

SMITH, Carl. Can You Do Serious History on the Web? Disponível em: <<http://chnm.gmu.edu/resources/essays/essay.php?id=12>>. Acesso em: 18 jun. 2009.



Reflexões sobre o gênero biográfico:

literatura, ilusão e disputas de memória

Márcia Ramos de Oliveira

Esta comunicação¹ é resultado parcial de algumas reflexões sobre o gênero biográfico, percebido enquanto possibilidade de narrativa histórica, dialogando com outras formas de discurso e observando sua inserção como proposta relacionada à história do tempo presente. Tal perspectiva encontra-se vinculada, como via de interpretação, à minha inserção na linha de pesquisa Linguagens e Identificações, no Programa de Pós-Graduação em História da

¹ Fala apresentada na mesa redonda *História do Tempo Presente: perspectivas sobre um campo em expansão*, composta também pelos professores doutores Francisco Carlos Teixeira da Silva (UFRJ) e Dilton Cândido Maynard (UFS), durante o II Seminário Internacional História do Tempo Presente, promovido pelo PPGH-UDESC (Florianópolis, SC, UDESC, 13 a 15 de outubro de 2014).

UDESC, e tendo por parâmetro pesquisas anteriores, resultantes da minha formação, que tiveram a biografia por referência quando da análise de trajetórias de músicos, grupos e movimentos musicais do cancionário brasileiro².

Pretende-se, diante disso, esboçar algumas definições sobre a biografia enquanto gênero e possibilidade metodológica, finalizando com uma breve apresentação de estudo de caso, a exemplo de prática de investigação possível no estudo do tempo presente, tendo por referência a polêmica desencadeada acerca da publicação da biografia do cantor e compositor Roberto Carlos.

* * *

Ao escrever o artigo *A ilusão biográfica*, Pierre Bourdieu (2006) definiu como sentença a impossibilidade de desenvolvimento da biografia como uma forma narrativa que pudesse ser considerada enquanto produção crítica, acadêmica, científica. A imediata associação do uso deste termo ao senso comum, provocativamente apresentada nesse texto, provavelmente desencorajou um considerável número de pesquisadores a seguir essa perspectiva de análise como forma de compreensão sobre o sujeito inserido em uma determinada realidade histórica e/ou sociológica. A atuação social, segundo tal perspectiva, seria desprovida de qualquer forma de intencionalidade que pudesse conduzir esse indivíduo no percurso do que imaginou ser sua história de vida. Diante dessa constatação, brindou com a descrença o pesquisador interessado e o sujeito-tema da investigação. No modelo apresentado por Bourdieu, pode-se entrever o ceticismo revelado pelo século XX, associado ao final das utopias. Como, então, explicar o acentuado número de

² Destaco, como principais trabalhos desenvolvidos, dissertação e tese defendidas no PPG em História/UFRGS, tematizadas pela biografia do compositor popular Lupicínio Rodrigues e sua produção musical. Outros trabalhos vieram a somar-se, entre os quais destaco os estudos de caso que analisam a atuação do artista catarinense Mozart Régis e o compositor Jards Macalé.

biografias que atualmente avolumam-se, na forma de publicações, nas produções de cinema, nas narrativas dramáticas, midiáticas e literárias?

Todo esse conjunto de manifestações trouxe à tona o caráter ficcional da biografia, entendida desta forma como um gênero literário, contrastando com a posição apresentada por Bourdieu e, direta ou indiretamente, com algumas aproximações da historiografia, no sentido de buscar sua compreensão e, até mesmo, sua instrumentalização como uma metodologia possível de ser aplicada neste campo de análise. Uma rápida revisão sobre o tema entreviu a aproximação de historiadores, sociólogos, antropólogos, filósofos, entre outros, que, ao abordarem o assunto, revelaram aproximações e diferenças.

Paul Ricoeur (1994), ao ocupar-se da reflexão sobre a afirmação da consciência, da vontade pessoal como forma de perceber e interagir no mundo, de certa maneira recoloca a questão sobre a possibilidade da construção biográfica. Nada que lembre um modelo a ser seguido, como aquele que outrora dera vazão aos grandes vultos e heróis da *historia magistra*, porém revitalizando outra presença e forma de interação no mundo, entre a ficção e a razão.

Aproximando-se dessa perspectiva, que enfatiza a importância da presença do indivíduo na história, Sabina Loriga (2011) trouxe o tema à tona quando apresentou o seu “pequeno x”, também contrapondo a história individual à afirmação do *gênio* biografado e aos usos públicos do passado e da construção do tempo histórico. Com relação à afirmação dos grandes modelos estruturais e do relativismo na história, marcados pela ausência dos indivíduos, afirma que “O preço ético e político dessa desertificação do passado é muito alto” (LORIGA, 2011, p. 13).

Outro exemplo desta linha de abordagem pode ser percebido nos trabalhos de Peter Gay (1999) e Norbert Elias (1995), ao observarem, na conflitante trajetória de Mozart, também o viés psicológico na construção e representação do biografado. O texto de Peter Gay principia com a frase “A vida de Mozart é o triunfo do gênio sobre a precocidade” (GAY, 1999, p. 9). Michael Schröter,

como organizador da publicação póstuma dos escritos de Norbert Elias sobre Mozart, revela sua própria presença como personagem:

Do lado de Elias, a colaboração implicava, acima de tudo, um grau único de confiança, que cresceu à medida que ele foi se convencendo, por uma série de pequenos fatos, de que eu era capaz de realizar a tarefa da maneira que ele desejava. [...] No trabalho de Mozart, continuei a usar o mesmo método, como se a morte do autor nada tivesse mudado. Hoje em dia, acho que foi uma tentativa de negar a morte de um velho amigo muito querido. [...] O presente ensaio sobre a “sociologia de um gênio”, que fala de maneira tão comovente de uma relação pai-filho e do entrelaçamento antagônico entre as necessidades de realização de ambos, é o meu epitáfio para um reverenciado professor e amigo. (ELIAS, 1995, p. 144)

Nas palavras de Schröter, a relação pai-filho na biografia de Mozart aproxima-se da que teve com o autor, Norbert Elias.

Na produção brasileira, a elaboração de biografias atingiu em boa parte o período colonial, como definiu Maria da Glória de Oliveira, ao apresentar seu livro *Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*, no qual desenvolveu uma metodologia específica dessa forma de representação do período. Todo um conjunto de vultos representativos do período monárquico no país, alvo da curiosidade de boa parte de público – e por que não dizer, também de pesquisadores –, na compreensão entre o perfil exótico e histórico destes governantes e associados.

Ainda como abordagem teórica e metodológica no campo da historiografia, vale salientar a afirmação de Benito Schmidt (2012), ao declarar que a intensa procura por esta proposta de literatura pode ser percebida como fenômeno de público, especialmente quando “o impulso de valorização da biografia como forma de se (re)escrever a história brasileira partiu especialmente de jornalistas” (SCHMIDT, 2012, p. 202).

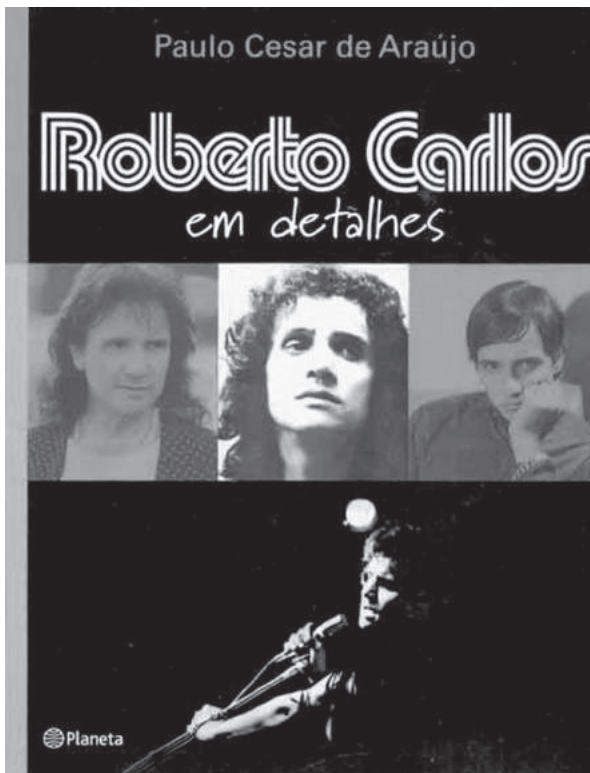
O grande sucesso editorial de vendas associado às biografias escritas desencadeou um intenso debate no campo da história, acompanhado de muitos questionamentos, especialmente com

relação à esfera de atuação do historiador enquanto profissional da história, de ofício, e com formação institucional acadêmica. A discussão ganhou força, especialmente em vista das deliberações envolvendo a questão dos direitos autorais – a partir da legislação em vigor –, o interesse de autores e editoras, os embates de memória e as publicações autorizadas e não autorizadas.

Dito isso, acrescento que esta comunicação se encaminha para a sintética apresentação de um estudo de caso, que revelou, em parte, os conflitos decorrentes das biografias produzidas e publicizadas na história recente, como na mencionada polêmica que envolveu autor – o jornalista e historiador Paulo Cesar de Araújo – e biografado – o cantor e compositor popular Roberto Carlos.

O livro *Roberto Carlos em detalhes* (ARAÚJO, 2006), lançado pela Editora Planeta, teve a circulação e a venda proibidas a partir de uma decisão judicial, diante de ação penal movida pelo biografado, por intermédio de sua equipe jurídica. O motivo que deu origem à ação judicial movida por Roberto Carlos não chegou a ser explicitado ao público naquele momento, o que gerou, por parte da imprensa falada e escrita, diversas especulações. Comentários de público e de imprensa apontavam como causa da ação e solicitação de medida restritiva a referência ao acidente sofrido pelo artista, que teria ocasionado a amputação de uma das pernas. É fato conhecido que Roberto Carlos é portador de uma perna mecânica, porém o compositor não fala sobre o assunto em entrevistas. Seu silenciamento sobre o episódio que causou a perda deste membro encontra-se também associado a outros “mistérios” da época em que se tornou conhecido como ícone da juventude brasileira no trio do iê-iê-iê. Neste contexto, Roberto Carlos, a cantora Vanderléa e o parceiro Erasmo Carlos são mencionados como parte de um suposto triângulo amoroso, excedente à *performance* artística e musical.

Figura 1: Imagem da capa de *Roberto Carlos em detalhes*



Fonte: Acervo da autora.

Em defesa de sua posição de autor, Paulo Cesar de Araújo declarou-se surpreso com a reação de impedimento à divulgação e circulação do livro que escrevera, afirmando-se como um admirador do artista, um fã de seu trabalho, ao mesmo tempo em que destacava o aspecto público das fontes utilizadas no trabalho de pesquisa, documentação resultante da investigação em revistas e jornais de ampla circulação. Para espanto do autor, o desfecho deste primeiro episódio resultou em acordo pelo qual a editora deixava de defender seu interesse na publicação, devolvendo os direitos do texto ao autor, assim como os exemplares não distribuídos/vendidos ao biografado.

A polêmica sobre o caso reacendeu em 2011, com o projeto de

lei do deputado Newton Lima, na Câmara Federal, que propunha alterações no artigo 20 da Lei 10.406, para garantir “a divulgação de informações biográficas sobre pessoas de notoriedade pública, cuja trajetória pessoal tenha dimensão pública ou cuja vida esteja inserida em acontecimentos de interesse da coletividade” (PROJETO, 2011). Na prática, o projeto liberaria de autorização prévia a publicação de obras biográficas dos personagens citados acima, em concordância com a Constituição brasileira, que diz, em seu artigo 5º, que é livre e independente de censura ou licença a manifestação intelectual, artística e científica.

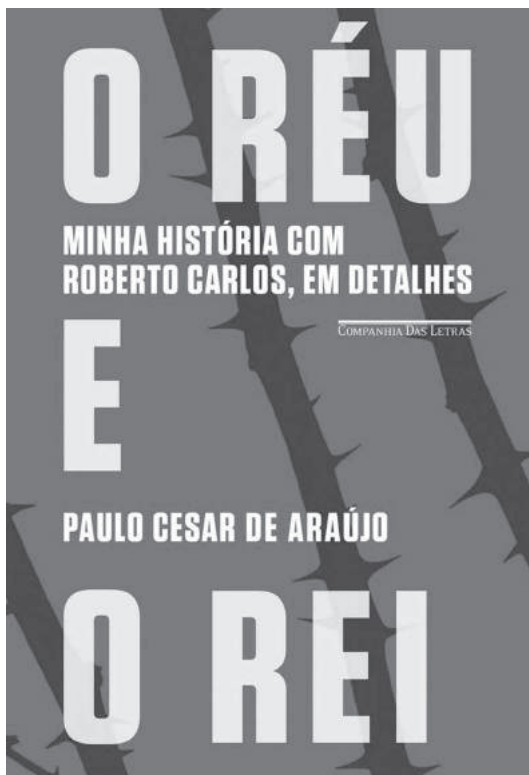
Ainda que esta situação esteja em suspenso, deixa explícito o interesse editorial e midiático por publicações do gênero biográfico dos mais diversos personagens e temas, de ídolos do futebol a consagrados escritores brasileiros, envolvendo autores de diferentes formações e práticas profissionais, porém com maior incidência entre jornalistas e editoras.

Sobre tal aspecto, a presidenta do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL), Sônia Machado Jardim, em 2013 disse acreditar que a aprovação parcial do projeto de lei na Câmara foi uma grande conquista, e declarou que o sindicato iria manter contato com os parlamentares para tentar derrubar o recurso e manter a tramitação original, diretamente para o Senado. Afirmou, então:

Quando há restrição de publicação das histórias de pessoas públicas, a preservação do conhecimento se perde. É uma questão maior do que angariar divisas financeiras e buscar o lucro. Trata-se de garantir para as futuras gerações o conhecimento da história do Brasil (*apud* CHIARELLI, 2013)

Em compasso com esta nova perspectiva e contexto surgiu, em 2014, o livro de Paulo Cesar de Araújo intitulado *O réu e o rei: minha história com Roberto Carlos, em detalhes* (num claro trocadilho com o título da biografia proibida), editado pela prestigiada, e por que não dizer cobiçada, editora Companhia das Letras. A capa do livro brinca com a afirmação de identidade, alternando, na diagramação, o nome do autor, que se aproxima do rei, e o do artista, que se aproxima do réu.

Figura 2: Imagem da capa de *O réu e o rei*



Fonte: Acervo da autora.

Se no primeiro livro Araújo evocava o termo “detalhes” numa alusão ao nome da canção de enorme sucesso de Roberto Carlos, como exemplar da notoriedade deste compositor, neste segundo momento a referência soa como advertência, e até mesmo ameaça ao conteúdo do texto³: propõe-se a explicitar os bastidores do

³ A letra da canção *Detalhes*: “Não adianta nem tentar /Me esquecer /Durante muito tempo em sua vida /Eu vou viver /Detalhes tão pequenos de nós dois /São coisas muito grandes pra esquecer /E a toda hora vão estar presentes / Você vai ver /Se um outro cabeludo aparecer na sua rua /E isto lhe trazer saudades minhas /A culpa é sua /O ronco barulhento do seu carro /A velha calça desbotada ou coisa assim /Imediatamente você vai lembrar de mim /

processo judicial que teve por conclusão a censura ao livro anterior, ao mesmo tempo em que exacerba o tratamento desigual a que foi submetido, em caráter de Justiça, em função da figura pública e sacralizada do “rei” Roberto Carlos, tendo em vista o tratamento midiático dispensado ao cantor e compositor. Citando a introdução de Paulo Cesar de Araújo (2014, p. 9):

[...] Um esquema especial de segurança tinha sido montado para garantir a tranquilidade do cantor no fórum da Barra Funda. Desde o meio-dia, grades e faixas de proteção eram vistas ao redor da área interna onde ele iria circular. Além disso, um destacamento de doze policiais militares foi requisitado para acompanhá-lo ao local. Roberto Carlos se dirigiu ao fórum a bordo de um Escort preto, um dos carros de sua coleção que mais usa, especialmente em São Paulo. “Máquinas fotográficas e celulares com câmera estão nas mãos de quase todos os funcionários-fãs que abandonaram o trabalho para tentar ver o ‘Rei’”, relatou o site G1. Ele chegou acompanhado da secretária Maria Carmosina da Silva, a Carminha, e de seus seguranças pessoais, e foi recepcionado pelos policiais no estacionamento. Dali foi direto para uma entrada pelos fundos do prédio, evitando os fãs e jornalistas que já o aguardavam na porta principal. Sorridente, acenava para as pessoas, enquanto era conduzido a um dos elevadores que, por dez minutos, ficou reservado exclusivamente para ele.

Eu sei que um outro deve estar falando ao seu ouvido / Palavras de amor como eu falei, mas eu duvido! / Duvido que ele tenha tanto amor / E até os erros do meu português ruim / E nessa hora você vai lembrar de mim / A noite envolvida no silêncio / Do seu quarto / Antes de dormir você procura / O meu retrato / Mas da moldura não sou eu quem lhe sorri / Mas você vê o meu sorriso mesmo assim / E tudo isso vai fazer você lembrar de mim / Se alguém tocar seu corpo como eu / Não diga nada / Não vá dizer meu nome sem querer / À pessoa errada / Pensando ter amor nesse momento / Desesperada você tenta até o fim / E até nesse momento você vai / Lembrar de mim / Eu sei que esses detalhes vão sumir / Na longa estrada / Do tempo que transforma todo amor / Em quase nada / Mas “quase” também é mais um detalhe / Um grande amor não vai morrer assim / Por isso, de vez em quando você vai / Vai lembrar de mim / Não adianta nem tentar me esquecer / Durante muito tempo em sua vida / Eu vou viver / Não, não adianta nem tentar / Me esquecer.” (LETRAS, 2014).

Logo depois, eu entrei no outro elevador, que subiu com lotação máxima. Um dos passageiros, um moreno alto, usava algemas e, segundo comentários, estava ali porque participara de uma chacina na periferia de São Paulo. Também me contaram que naquele mesmo fórum o Coronel Ubiratan Guimarães tinha sido julgado pela morte dos 111 presos no tenebroso episódio do massacre do Carandiru. E que anos depois ali também estiveram Suzane von Richthofen e os irmãos Cravinhos, autores do bárbaro assassinato do casal Von Richthofen. Só aí tive a dimensão do que estava acontecendo comigo. Eu nunca tinha sido processado por alguém e jamais havia frequentado fóruns de Justiça, muito menos criminal. (...)

Encaminhando para a conclusão desta comunicação, quero destacar aqui aspectos do perfil do biógrafo/historiador/jornalista Paulo Cesar de Araújo, e do biografado/cantor/compositor Roberto Carlos. Sobre Paulo Cesar de Araújo, cito o texto informado pelo próprio, na identificação do Currículo Lattes; destaco os trechos da descrição que, conforme o texto consultado, foram apresentados em caixa alta.

PAULO CESAR DE ARAÚJO É HISTORIADOR, JORNALISTA, MESTRE EM MEMÓRIA SOCIAL E DOUTORANDO EM CIÊNCIA POLÍTICA. ESTUDIOSO DA HISTÓRIA DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA, COLABORA COM OS PRINCIPAIS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO DO PAÍS E ATUA COMO PALESTRANTE NO BRASIL E EXTERIOR. É AUTOR DA BIOGRAFIA ROBERTO CARLOS EM DETALHES (EDITORA PLANETA, 2006), E DO LIVRO EU NÃO SOU CACHORRO NÃO – MÚSICA POPULAR CAFONA E DITADURA MILITAR (EDITORA RECORD, 2002), OBRAS CONSIDERADAS REFERÊNCIA NA HISTORIOGRAFIA DA MPB. PROFESSOR DO DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PUC-Rio. (CURRÍCULO LATTES, 2014)

Sobre Roberto Carlos, pode-se afirmar que é considerado um ícone da música popular brasileira, tendo iniciado sua carreira musical ao final da década de 1950, no estertor do movimento bossa-novista, logo se encaminhando para as primeiras manifestações de *rock* autoral no Brasil. Um dos precursores deste gênero musical no país, tornou-se muito conhecido a partir do Programa Jovem Guarda, da televisão Record, no qual se

apresentava como integrante – junto com Vanderléa e Erasmo Carlos – do trio “da Jovem Guarda”. O sucesso no disco, no rádio e na televisão teve repercussão no cinema, tendo estrelado três filmes, nos quais deu vazão à *performance* criativa e à expressão da canção, definindo sua participação no meio musical e mercadológico enquanto intérprete e compositor. A partir dos anos 70, reformulou seu repertório, assumindo em definitivo a carreira solo e tomando-se um cantor e compositor de música essencialmente romântica, ainda com algumas canções de evocação religiosa, católica. Em 2010, completou 50 anos de carreira artística, recebendo as mais variadas homenagens, de diferentes gerações de fãs, especialmente do público feminino. Continua trabalhando ativamente, principalmente realizando *shows* com sua própria orquestra, em turnês pelo país e fora dele.

O longo período de sua atuação no mercado musical e na cena midiática reitera sua inserção na indústria cultural e no estreito vínculo com a tradição e a memória musical do país, justificando, em parte, o título de “rei da música popular brasileira”, como é lembrado. Neste sentido, acho importante observar o peso que sua presença assume enquanto figura pública e em referência à identidade cultural brasileira, especialmente quando é lembrada a centralidade da oralidade nesta sociedade e, neste caso, associada à manifestação da canção popular.

Diante do exposto, venho colocar algumas considerações, a título de finalização, quanto aos acontecimentos que cercaram a censura ao texto biográfico sobre Roberto Carlos escrito por Paulo Cesar de Araújo, apontando para a possibilidade de que tal tema possa e deva ser tratado sob a perspectiva da história do tempo presente.

A partir da construção biográfica e dos acontecimentos associados à publicação *Roberto Carlos em detalhes*, existe, exemplarmente, um embate sobre a imagem do artista diante do público, assim como sobre a representação do historiador/jornalista/

biógrafo diante da interdição à publicação de seu texto, o que implica, em última instância, tornar esta narrativa pública e, por meio dela, outra construção sobre o artista biografado.

À medida que constrói o biografado/personagem, o historiador torna-se parte do processo, legitimando/autorizando representações, desvelando ou criando os fatos que dão contorno aos personagens por sua atuação, diante da base documental. Junto a isso, a figura do historiador, para além do expectador e/ou observador/ investigador distanciado, também pode tornar-se alvo de polêmica acerca do que descreve, assumindo a condição de sujeito e personagem na história. O embate de memórias que assim se apresenta traz à tona a discussão também sobre a presença do historiador na esfera pública – neste caso, tendo em vista que o trabalho de pesquisa foi resultado da dupla formação e atuação de Paulo Cesar de Araújo, enquanto historiador e enquanto jornalista.

Ao realizar a publicação de 2014, Araújo definiu como título a expressão “o réu e o rei”, numa clara alusão ao signo, ou mesmo à função social e política que o título de “rei” carrega. Tal expressão mescla ironia e reconhecimento ao termo utilizado, especialmente quanto ao seu aspecto conservador, pouco irreverente, muito diferente do artista em início de carreira. Em entrevista editada na matéria *Editoras param as máquinas à espera da Lei das Biografias* (CHIARELLI, 2013), publicada no Portal PUC-Rio Digital, Araújo declarou:

Posso dizer que, em termos de censura, conheço na prática e na teoria. No primeiro livro, analiso e revelo a censura na música brasileira⁴; com o segundo livro, fui vítima da censura em pleno Estado democrático de direito. Mas acredito que o meu caso está contribuindo positivamente para a mudança da lei.

A publicação do livro pela editora Companhia das Letras também pode ser associada a outros projetos cerceados desta

⁴ Refere-se ao livro e à pesquisa sobre a música brega e a censura musical durante a ditadura, resultado de sua dissertação em História.

mesma editora; a fala de Paulo Cesar de Araújo soa como um manifesto em repúdio à restrição daquelas publicações, como em outro caso exemplar de biografia proibida: *Garrincha, a estrela solitária*, de autoria de Ruy Castro (1995).

Todo este relato revela aspectos interessantes quando pensamos o episódio sob o prisma da história do tempo presente. Temos aqui a disputa das narrativas produzidas pela pesquisa, mas voltada à circulação midiática; e ainda, a figura do autor, que se divide em sua formação como historiador e jornalista. A disputa de memória entre o autor e o biografado. A imagem pública, e comercial, assumida pelo artista, enquanto noção de *persona*, fragilizada pela nova representação, surgida da narrativa não autorizada. Exemplificando essa relação tão controversa, vale referir a declaração dada por Paulo Cesar de Araújo, disponível na matéria *Paulo Cesar Araújo: 'Fui tratado como criminoso'*, publicada em 2014 no *Blog do Galeno*, iniciativa associada ao Observatório do Livro e da Leitura e mantida pelo jornalista Galeno Amorim:

[...] Sou um profissional da memória. A Constituição cidadã de 1988 me ampara no seu artigo 5º. Então, ao escrever o livro do RC [Roberto Carlos] e mesmo o *Eu Não Sou Cachorro, Não* (2002), eu estou amparado. Sou um profissional e fui tratado como criminoso pelo Roberto [Carlos]. Claro que com ele se agarrando numa aberração que são aqueles artigos (20 e 21 do Código Civil), que vão contra a Constituição. Eles negam o que a Constituição garante⁵.

A biografia na área de música assume características mais específicas quanto à descrição do gênero biográfico, pois concentra fortes tendências a evidenciar aspectos ligados a traços de identidade regionais ou nacionais, implicando também na imagem do artista biografado, que por si mesma envolve, além do valor simbólico, o valor econômico associado à mesma. Neste sentido, a imagem do artista encontra-se associada à remuneração e à

⁵ O *Blog do Galeno* também apresentou matéria anterior sobre Paulo Cesar de Araújo, a partir de sua participação no Programa Roda Viva, da TV Cultura, realizado dia 28 de outubro de 2013 (AMORIM, 2013).

interpretação sobre a legislação e o direito autoral, que divide tantas posições quanto a dimensionar monetariamente o ato de criação, a autoria musical e literária, sem falar nos lucros empresariais de gravadoras e editoras de música e livros⁶.

Deste embate, cumpre perguntar, sobre a biografia: a quem pertence? Ao biografado? Ao autor (biógrafo)? Ao público/leitor? Aparentemente, a intervenção midiática como parte deste processo de construção tornou efêmero o valor da pesquisa e reinseriu no tempo a presença do biografado e do autor.

Referências

AMORIM, Galeno. Autor de biografia de Roberto Carlos declara: Há 45 anos ele controla tudo a sua volta. *Blog do Galeno* [Com base em texto publicado em *R7*, 29 out. 2013]. Disponível em: <<http://www.blogdogaleno.com.br/2013/10/31/autor-de-biografia-de-roberto-carlos-declara-ha-45-anos-ele-controla-tudo-a-sua-volta>>. Acesso em: 13 set. 2014.

ARAÚJO, Paulo Cesar de. *Oréu e o rei*: minha história com Roberto Carlos, em detalhes. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

ARAÚJO, Paulo Cesar de. *Roberto Carlos em detalhes*. São Paulo: Ed. Planeta do Brasil, 2006.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica [1986]. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (Orgs). *Usos e abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 183-191.

⁶ Grande parte desta polêmica está vinculada à atuação do grupo Procure Saber, que integra um considerável número de artistas e músicos, além de escritores, na defesa e observação da legislação do direito autoral no Brasil. Por ocasião da ação penal movida por Roberto Carlos, este era integrante do grupo. Mais informações sobre o grupo Procure Saber podem ser obtidas na página de divulgação no Facebook, criada em 2013 (PROCURE SABER, 2014).

CASTRO, Ruy. *Garrincha, a estrela solitária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CHIARELLI, Marina. Editoras param as máquinas à espera da Lei das Biografias. *Portal PUC-Rio Digital*, 6 set. 2013. Disponível em: <<http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/Jornal/Cultura/Editoras-param-as-maquinas-a-espera-da-Lei-das-Biografias-22930.html#.VQ2yflfdXHU>>. Acesso em: 13 set. 2014.

CURRÍCULO LATTES de Paulo Cesar de Araújo. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/0783980588146405>>. Acesso em: 13 set. 2014.

ELIAS, Norbert. *Mozart, sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

GAY, Peter. *Mozart*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999. (Breves Biografias)

LETRAS [Sítio eletrônico]. Disponível em: <<http://letras.mus.br/roberto-carlos/6971>>. Acesso em: 13 set. 2014.

LORIGA, Sabina. *O pequeno X: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011.

PAULO Cesar Araújo: Fui tratado como criminoso. *Blog do Galeno* [Entrevista originalmente publicada em *A Tarde*, 9 jun. 2014]. Disponível em: <<http://www.blogdogaleno.com.br/2014/06/09/paulo-cesar-de-araujo-fui-tratado-como-criminoso>>. Acesso em: 13 set. 2014.

PROCURE SABER [página no Facebook]. Disponível em: <<https://www.facebook.com/procuresabermusica?fref=ts>>. Acesso em: 13 set. 2014.

PROJETO de lei do deputado Newton Lima (na Câmara de Deputados) – PL 393/2011: Dispõe sobre a alteração do art. 20

da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, para ampliar a liberdade de expressão, informação e acesso à cultura. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=491955>>. Acesso em: 13 set. 2014.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

SCHMIDT, Benito B. História e Biografia. In: CARDOSO, Ciro F., VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 187-205.

Bibliografia complementar

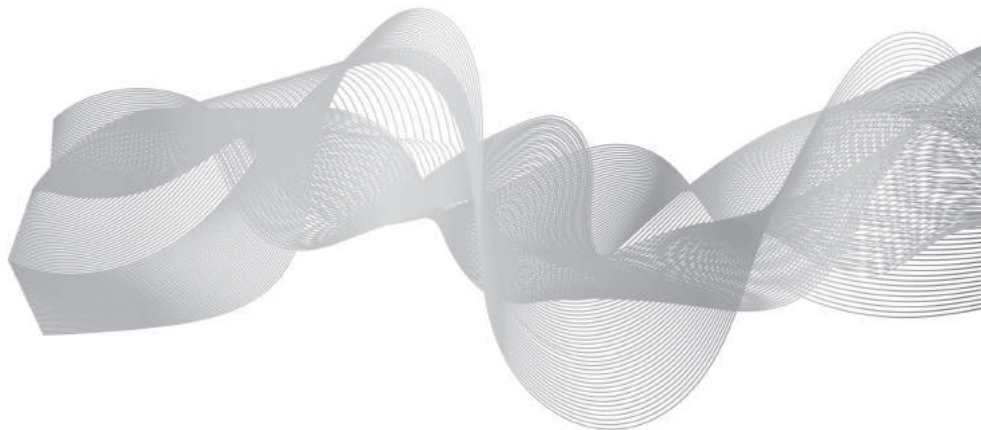
ALBERTI, Verena. *Indivíduo e biografia na história oral*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MENESES, Sônia. A mídia, a memória e a história: a escrita do novo acontecimento histórico no tempo presente. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 19, n. 36, p. 35-65, dez. 2012.

RIOUX, Jean-Pierre. Entre história e jornalismo. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe. (Orgs.) *Questões para a história do tempo presente*. Bauru (SP): EDUSC, 1999. p.119-126.

SCHMIDT, Benito B. A pós-modernidade e o conhecimento histórico: considerações sobre a volta da biografia. *Cadernos de Estudos do CPG em História da UFRGS*, Porto Alegre, v.10, p. 31-56, 1994.



Que memória? Que história?

Usos do passado e o ensino de História
a partir do presente

Cristiani Bereta da Silva

Introdução

Telles sont nos hypothèses concernant les élèves d'aujourd'hui et leur conscience de soi, inséparable d'une conscience du temps centrée au tour du présent et orientée vers l'avenir¹

(Krzysztof Pomian, 2013, p. 81)

Em 2013, a revista francesa *Le Débat* publicou um dossiê intitulado “Difficile enseignement de l’histoire”. A apresentação, feita por Pierre Nora (2013), justificava a escolha do tema do dossiê em razão da dificuldade de se ensinar história nas escolas, para

¹ “Estas são as nossas suposições sobre o estudante de hoje e sua consciência de, si inseparável, de uma consciência do tempo centrada em torno do presente e orientada para o futuro”. Tradução livre da autora.

crianças e jovens. Segundo ele, na França essa dificuldade teria se acentuado nos últimos trinta ou quarenta anos, parecendo repousar em dois conjuntos de motivos: a desvalorização da história nacional, por um lado, e por outro a emergência, especialmente entre os jovens, de um novo tipo de passado, construído sob uma “ditadura do presente”. O historiador franco-polonês Krzysztof Pomian (2013, p. 83-84) analisa que a consciência temporal mudou significativamente nas últimas décadas, no sentido de que o futuro não é mais orientado pelo passado distante. Não que o passado não exista; ao contrário, é onipresente. Mas, para toda uma geração de jovens, esse passado acaba sendo depósito de eventos exóticos, estranhos. Ele é interessante e atrativo como conteúdo de filmes, novelas, romances, mas não como orientação temporal para um futuro coletivo. Assim, o ensino de História só seria relevante se o futuro fosse significado no presente, pois o passado distante não faria mais sentido para os jovens.

Acredito que nem seja necessário citar o vasto campo de estudos e discussões realizados em diferentes países² para afirmar que essa dificuldade não se restringe à França, muito embora cada país viva essas dificuldades e seus respectivos motivos de modo distinto e singular. Ao mesmo tempo, certamente os contextos educacionais de cada país possuem diferenças que impedem qualquer comparação minimamente razoável dos motivos nelas implicados. De todo modo, ainda que a comparação não seja um caminho desejado, considero haver mais elementos em comum nessas questões do que diferenças inconciliáveis. Não se trata de transpor problemas europeus para a realidade brasileira, mas sim de perceber

² Mesmo assim, apenas como ilustração (e certamente incorrendo em injustiças ao deixar de citar trabalhos importantes), cito algumas reflexões relacionadas ao ensino de História advindas do México, do Canadá, do Reino Unido, da Espanha, da França, de Portugal e do Brasil: Sebastian Plá (2005); Peter Lee (2004); Joaquim Prats (2000); Christian Delacroix; Patrick Garcia (1998), Christian Laville (2005); Isabel Barca (2007); Maria Auxiliadora Schmidt (2009); Marlene Cainelli (2009); Flávia Caimi (2009); Marieta de Moraes Ferreira; Renato Franco (2008), Júnia Sales Pereira (2008), Helenice Rocha et al. (2014).

que, mesmo em contextos tão distintos, existem aproximações no que diz respeito ao ensino de História nas escolas. Se inicio o artigo por este dossiê, é porque ele trata de um conjunto de problemas que me permite refletir sobre dificuldades e desafios que julgo como meus, que compartilho com meus alunos e observo nas aulas de História nas escolas e na universidade em que trabalho. Tal conjunto refere-se, pelo menos, a três ordens de questões que se articulam: a erosão das grandes narrativas históricas, notadamente aquelas que sustentavam o projeto de Estado-Nação; o dever de memória articulado a usos do passado e à história de grande circulação; e os deslocamentos em relação à percepção das temporalidades, observados nas últimas décadas.

A partir da década de 1970, a falência do modelo de narrativa elaborado com o objetivo de construir um passado nacional comum daria lugar ao surgimento de múltiplas memórias de diferentes sujeitos individuais e coletivos. Memórias heterogêneas e que não possuem a necessidade de serem compatíveis entre si. Memórias que interditam determinados esquecimentos e que, conseqüentemente, aumentam ainda mais os desafios colocados ao ensino de História, ao levar à sala de aula tanto o dever de memória quanto as disputas pela memória e os usos políticos do passado (LAVILLE, 2005; RAMOS, 2010; DELACROIX; GARCIA, 1998).

As sucessivas crises a partir da segunda metade do século XX, destacando-se as rupturas sociais dos anos 1980 e 1990, como a queda do muro de Berlim em 1989, e somando-se aos atentados de 11 de setembro de 2001, resultaram num pessimismo em relação à história ou mesmo numa descrença na ideia de progresso contínuo. Na análise de François Dosse (2001), advém daí uma relação temporal totalmente nova, o presente tanto seria alargado quanto iria fechar-se em si mesmo, produzindo um “presenteísmo dominante”. É esse fenômeno que sugere a efervescência das comemorações, do interdito do esquecimento, da importância da memória.

Na historiografia, a passagem do século XX para o XXI foi marcada pelas reflexões sobre a temporalidade ou sobre as relações

entre passado, presente e futuro. Para alguns historiadores (VARELLA et al., 2012), essa “obsessão” trouxe a memória, bem como a suposta “crise” da temporalidade moderna, para o centro dos debates. Também a passagem do século XIX para o XX foi marcada pelo interesse sobre o tempo e a aceleração do tempo, o que indica que parece haver alguma relação intrínseca entre o início de um novo século e a redescoberta da temática do tempo. Contudo, mesmo que cada início de século seja marcado pela temática do tempo, a questão é que não apenas os historiadores e a escrita da história são afetados por essas mudanças. As pessoas em geral são afetadas em maior ou menor grau por essas questões transpostas em filmes, em programas de TV, na Internet etc., logo, a cultura escolar, o ensino de História – seus sujeitos e seus objetos – também o são.

Sobre a percepção temporal e o ensino de História, também há de se considerar de modo importante os deslocamentos gerados pela interatividade e conectividade. Estudos de diferentes áreas têm chamado a atenção para os efeitos das tecnologias disponibilizadas pela Web 2.0 nos sujeitos contemporâneos, apontando questões como crise de identidade ou de identificações (ESPARZA, 2012). Ou ainda, como prefere Paula Sibilia (2008, p. 31), deslocamentos em relação à “experiência de si como eu”, ou melhor, “à condição de narrador do sujeito”. Essas reflexões colocam desafios sobre a significação e interpretação do tempo pelos sujeitos do presente, da significação da sua existência, logo, da orientação temporal. Não há como negar que essas mudanças afetaram nossa relação com o passado, com a história, principalmente se concordarmos com Paul Ricoeur (2010), quando afirma que é a narrativa que torna acessível a experiência humana do tempo, e o tempo, por sua vez, só se torna humano por meio da narrativa.

A memória coletiva, a história pública ou de massa passaram a fazer parte do repertório midiático. Elementos da cultura histórica circulam por meio de diferentes veículos e suportes e, assim, também ensinam história, produzem uma dada consciência

histórica. Trata-se de obstáculo difícil de ultrapassar em sala de aula, pois a história que circula na mídia quase sempre é marcada pela recusa da historicidade; não favorece, portanto, a construção de uma consciência temporal voltada para um futuro comum. O passado acaba constituindo-se como um grande espaço em que a cronologia desaparece e os marcadores se confundem. Nos filmes, na TV, na Internet, nos livros, o passado vende, mas quase nunca é histórico: é um passado prático (OAKESHOTT, 1966 e 2003); o mesmo passado que é usado e abusado nas disputas pela memória de grupos com interesses distintos, que o mobilizam na construção de novos passados.

A emergência da memória como problema histórico deu-se a partir da segunda metade da década de 1970. A partir de então, questões como memória coletiva, consciência histórica, disputas pelas memórias, dever de memória etc. surgiram como seus desdobramentos. Christian Lavielle (2005) observa que o conceito de consciência histórica parece ter acompanhado o de memória coletiva, migrando para fora do mundo germânico e se introduzindo nas preocupações históricas de então. Contudo, se essas questões foram ocupando lugar cada vez maior no repertório de trabalho dos historiadores, o mesmo não aconteceu em relação às pesquisas relacionadas ao ensino de História. Ainda são esparsas e lacunares as investigações que tratam das ressonâncias desses deslizamentos e deslocamentos nas salas de aula. Ainda necessitamos de estudos mais adensados e que nos permitam responder a algumas questões importantes: Como ensinar história a partir do presente? O objeto privilegiado do ensino de História no presente é história ou é memória? Como o dever de memória tem feito parte da sempre difícil seleção de conteúdos a ensinar? Na sala de aula, o passado, objeto de nossa reflexão, é histórico ou tem se convertido num passado apenas prático?

Este artigo pretende refletir sobre as especificidades e finalidades do ensino de História no presente, considerando essa ordem de questões. Claro está que não pretendo dar conta delas, não só por sua complexidade, mas também por estarem assentadas em

análises ainda pontuais produzidas a partir de observações e de pesquisa que carecem de maior aprofundamento³. São preocupações com o ensino de História, mas passam primeiro pelo processo de formação inicial de professores de História, portanto passam pelo meu cotidiano de trabalho antes de tudo. Esclareço, ainda, que muitas das questões trazidas aqui, além de pontuais, são bastante pessoais e contêm traços da oralidade não totalmente eliminados na transformação do texto inicialmente preparado para uma mesa redonda e agora transformado em artigo⁴. Por essa razão advirto que devem ser compreendidas no interior de um determinado quadro de referências, que incluem espaço, tempo e sujeitos específicos. Sendo assim, são análises que possuem limites claros, não servindo a generalizações e ainda abertas a revisões. Não obstante, certamente podem contribuir para o debate sobre a história, seu ensino e a formação docente, pois tocam em questões comuns, essas sim, mais abrangentes e relacionadas aos desafios de se ensinar História em tempos de disputas pela memória e de deslizamentos das noções temporais.

³ Há alguns anos o trabalho relacionado ao ensino de História nas escolas tem sido objeto também de investigação das professoras que atuam na disciplina de Estágio Curricular Supervisionado e em projetos como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). O projeto intitulado O pensamento histórico e o ensino de História na Educação Básica, aprovado em 2014, com duração de três anos e financiado pela CAPES (Bolsas) e pela FAPESC (custeio e capital), é coordenado pela Profa. Dra. Nucia Alexandra Silva Oliveira, com a minha participação, além da Profa. Dra. Luciana Rossato, professores da Educação Básica (supervisores do PIBID) e estudantes do curso de História – alguns são alunos da disciplina de Estágio e outros bolsistas do PIBID.

⁴ Mesa redonda *Ensino de História, usos do passado e cultura histórica*, composta também pelos professores doutores Ana Maria Monteiro (UERJ) e Itamar Freitas de Oliveira (UnB), que teve lugar no II Seminário Internacional História do Tempo Presente, promovido pelo PPGH-UDESC e realizado em Florianópolis, SC, na UDESC, nos dias 13 a 15 de outubro de 2014.

Ensino de História e os desafios das temporalidades recompostas em tempos de memória

Cerca de 25 meninos e meninas, com idade em torno de 12 anos, prestam atenção nas cenas recortadas dos filmes *Amistad* (1997) e *12 anos de escravidão* (2013), que três estagiárias, estudantes do Curso de História da UDESC⁵, separaram e organizaram para a aula do dia. O tema da aula diz respeito à história das populações de origem africana no Brasil e o propósito de usar os excertos dos filmes, segundo consta no plano de ensino feito por elas, é “estabelecer algumas comparações com o processo de escravização dos sujeitos e a travessia do Atlântico”. As cenas dos filmes são passadas em sequência (tudo com a ajuda do projetor multimídia da escola e de um notebook de uma delas) e algumas pausas para dar espaço a perguntas feitas à classe, que giram mais ou menos em torno das seguintes questões: “Do que trata o filme?”; “Qual história está sendo contada?”; “Onde aconteceu?”; “Que relação tem com o conteúdo que estão estudando?”. Os estudantes interagem, parecem saber do que trata a história ali narrada, alguns já viram os filmes, um deles ou, ao menos, outros similares. Na sala ecoam respostas como: “É sobre a escravidão!”; “Sobre o tempo em que os negros eram escravos”... As falas se misturam, alguns dispersam e passam a falar de outros assuntos, poucos ficam quietos. Em algum momento, não lembro se partiu de uma das estagiárias ou de um dos alunos, há uma referência ao racismo. Inicia-se um debate sobre o tema. Alguns se lembram de histórias vistas na televisão ou vividas por conhecidos, um estudante cita o episódio do goleiro Aranha⁶...

⁵ Alunas sob minha orientação e acompanhamento, matriculadas na disciplina de Estágio Curricular Supervisionado III, em 2014-2. O estágio docente do Curso de Licenciatura em História da UDESC se organiza em torno de três disciplinas que se articulam, inclusive e, particularmente, no que se relaciona à continuidade das atividades desenvolvidas nas escolas, a saber: Estágio Curricular Supervisionado I, Estágio Curricular Supervisionado II e Estágio Curricular Supervisionado III.

⁶ Episódio de grande repercussão na mídia nacional. Ocorreu em uma partida válida pela Copa do Brasil entre Grêmio e Santos, em Porto Alegre, no dia 28 de agosto de 2014. Ao final da partida, vencida pelo time santista por 2 a 0, o goleiro Aranha (Santos) foi insultado por alguns torcedores gremistas, que o chamaram de macaco e/ou faziam gestos imitando o animal.

Todos passam a falar do que aconteceu com o goleiro do time do Santos. O passado não existe mais, nem a escravidão, os filmes ou a proposta da aula imaginada. O tema é o presente, é a mídia, é a história vivida⁷.

Essa descrição repete situações observadas em muitas das aulas de História ministradas por estagiários e estagiárias, nos últimos anos, as quais acompanhei na condição de professora da disciplina de Estágio Curricular Supervisionado. Destaco que a aula não foi descrita como crítica, como exemplo de fracasso. Ao contrário, de modo geral os estudantes do curso demonstram muita responsabilidade, vontade de acertar. Há de se destacar inclusive que temos tido sorte, porque muitos deles também não deixam de expressar o entusiasmo necessário pela docência, pelo ensino de História. Planejam o uso de filmes, histórias em quadrinhos, canções, narrativas literárias etc., com o objetivo de melhor articular os conteúdos históricos selecionados a uma aula mais interessante para crianças e jovens. Estão atentos às demandas sociais e a um ensino voltado para a formação e promoção da cidadania, que inclua temas relacionados à produção de desigualdades históricas, a gênero e a questões étnico-raciais, especialmente. Portanto, a aula não é exemplo de fracasso, mas exemplo contundente de alguns dos desafios de se ensinar história nas escolas, no presente, bem como da própria formação docente inicial. Destaco aqui três desses desafios que têm interpelado a mim e aos meus alunos de modo mais frequente, justamente porque se entrelaçam, se articulam e se complementam. A seguir tento separá-los apenas como estratégia, a fim de dar um pouco mais de clareza à escrita.

- Primeiro desafio: orientação temporal

Se a pesquisa histórica não pode prescindir do passado, do acontecido, tampouco o ensino de História pode. Claro está que é

⁷ Excerto de “Diário de anotações de aula”, de Cristiani Bereta da Silva, setembro de 2014. Turma do 7º. ano matutino do Ensino Fundamental de escola da rede municipal de Florianópolis, Santa Catarina.

o presente que se volta ao passado, com seus interesses e perguntas. As ideias de mudanças e permanências produzidas nesse movimento orientam a narrativa da história, conectam o presente ao passado e geram expectativas em relação ao futuro. Para Rüsen (2009), a história pode ser entendida como configuradora de uma relação de sentido entre passado e presente, num movimento dinâmico de representação e interpretação de experiências, do tempo, do sujeito e da própria história. Quando a dimensão do passado escapa, escapa também a possibilidade de configuração do sentido da história.

De acordo com Rüsen (2001), a constituição do sentido histórico não é privilégio dos historiadores; todos os seres humanos são capazes de perceber a historicidade de sua existência, do mundo em que habitam, de reconhecer suas possibilidades de ação nesse mundo. Seriam, portanto, essas situações genéricas e elementares da vida prática, do cotidiano dos sujeitos (suas experiências e modos de interpretações do tempo), que constituem o que Rüsen chama de “consciência histórica”. O conceito de consciência histórica está intrinsecamente ligado à necessidade de o ser humano se orientar temporalmente, ou melhor, de atribuir sentido a sua existência. Isso é feito tanto a partir do tempo da história vivida quanto do tempo da história-conhecimento. Nesse sentido, para Rüsen (2009, p. 165-168), a consciência histórica, assim como a memória, seria uma forma de discurso histórico, mas, apesar de ambos os conceitos cobrirem o mesmo campo, tematizam-no de forma diferente. Consciência histórica, assim, seria uma forma específica de memória histórica e cognitivamente poderia ser descrita como uma forma de significar a experiência do tempo a partir da interpretação do passado, de modo a possibilitar a compreensão do presente e projetar o futuro. A questão é que, se o passado não possui mais a força capaz de resultar numa vontade coletiva de construção de um futuro, mas sim a expressão de uma descrença e até dissolução do futuro, a orientação temporal dos sujeitos individuais e coletivos se altera significativamente.

A orientação temporal centrada no presente é o mais difícil de

superar como desafio, pois vai além do entendimento do tempo como histórico, cobrindo aspectos filosóficos e de constituição e significação da existência. Como tempo histórico, o presente se constrói em contraposição ao passado, e o passado é sempre reconstruído no presente. A diferença entre um e outro está no contraste, que é também uma operação mental, intelectual, emocional e, ao mesmo tempo, puramente arbitrária e subjetiva. Isso porque presente e passado são intervalos de tempo com comprimentos variáveis, ou seja, são durações que variam segundo escalas próprias e irredutivelmente plurais (POMIAN, 2013). Depreende-se que qualquer alteração na percepção de um desses tempos implica imediatamente a alteração da significação do outro. Ensinar história é irrenunciavelmente pensar nessa relação.

- Segundo desafio: dever de memória

No presente, tanto a formação de novos professores de História quanto o ensino de História nas escolas precisam lidar com memórias em disputas, sobretudo aquelas relacionadas às questões étnico-raciais, cujo dever de memória também se encontra enquadrado nas leis 10639/03 e 11645/08, que obrigam o ensino de história e cultura africana, afro-brasileira, indígena e uma educação das relações étnico-raciais no Brasil⁸. Francisco Régis Lopes Ramos (2010, p. 403) analisa que o dever de incluir e valorizar as chamadas culturas afro-brasileiras e indígenas no ensino de História nas escolas vem produzindo tensões, justamente porque é capaz de “gerar outros autoritarismos e simplificações, que reproduzem estereótipos e preconceitos que insistem em permanecer”. Outro ponto levantado por esse historiador é a

⁸ A Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática da história e da cultura afro-brasileira e africana. A Lei n. 11.645/2008 altera novamente a Lei n. 9.394/1996 (já modificada pela Lei n. 10.639/2003) para incluir também a obrigatoriedade da temática indígena.

ambiguidade do objeto de ensino propriamente nas escolas, que por vezes parece ser “ensino de memória”, e não necessariamente ensino de História.

A pesquisa *Enseñanza de la Historia y Memoria Colectiva*, coordenada pelo pesquisador espanhol Mário Carretero e realizada por um grupo de pesquisadores europeus e latino-americanos na primeira metade da década de 2000, explora essas questões de modo muito pertinente. O grupo postula a existência de uma crise da escola como espaço privilegiado da gestão da memória social e de transmissão de identidades e saberes legitimados. Chama a atenção para o fato de que a escola “es justamente un ámbito donde las sociedades se disputan las memorias posibles sobre si mismas” (CARRETERO; ROSA; GONZÁLEZ, 2006, p. 12). Ao argumento segue-se uma série de exemplos, como a reescrita drástica dos manuais escolares da extinta União Soviética e países sob sua influência entre 1992 e 1994; as críticas feitas pela elite neoconservadora dos Estados Unidos ao ensino de História do país, nos anos 2000; mudanças de programas escolares em países como o México, em 1992, na gestão do presidente Salinas de Gortari, e a Espanha, em 1997, em razão de projetos de reforma impulsionados pelo Partido Popular; revisão de datas comemorativas em diferentes países latino-americanos, com críticas contundentes a efemérides que destacam acontecimentos e heróis espanhóis; as diferentes narrativas ou ocultamentos em manuais didáticos de países como Alemanha, Estados Unidos e Japão sobre a Segunda Guerra Mundial. Esses acontecimentos geraram uma série de debates intensos entre diferentes grupos e seriam exemplos que, segundo os autores, assinalam a existência de uma revisão profunda das histórias nacionais e locais, uma reconstrução do passado que supõe mudanças importantes na história escolar (CARRETERO; ROSA; GONZÁLEZ, 2006, p. 15).

No Brasil, os exemplos mais recentes e contundentes relativos a disputas por memórias e revisões de passado resultam de conquistas importantes de movimentos sociais de mulheres, sem-terra, indígenas, negros etc., que tiveram grande visibilidade no

período de transição democrática entre as décadas de 1980 e 1990. Nas escolas, e para o que interessa aqui, a face mais visível dessas transformações no cenário nacional pode ser percebida nos programas de ensino, nos livros didáticos e nas próprias datas comemorativas. Algumas datas revisadas após esse período foram quase *esquecidas* no âmbito escolar – por exemplo, o dia 13 de maio –, e outras passaram a constar do calendário oficial – como o dia 20 de novembro (Dia da Consciência Negra, feriado em muitas cidades no Brasil), data comemorativa criada em 2003 por pressão dos movimentos sociais e instituída pela Lei n. 12.519, de 10 de novembro de 2011.

Essas mudanças resultantes de pressões dispersas impuseram revisões profundas ao ensino de História. Não apenas em relação a conteúdos históricos, manuais didáticos, metodologias de ensino, mas também quanto a suas finalidades (BITTENCOURT, 2004 e 2007; CAIMI, 2009). As diretrizes curriculares nacionais que orientam o ensino de História, tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio, reforçam a necessidade de que o ensino de História atue na formação e promoção da cidadania, reforçando a necessidade de se estabelecer relações entre identidades individuais, sociais e coletivas. Por si mesma, essa orientação não apresenta problema; ao contrário, acompanha demandas que fazem parte da agenda internacional no tocante à educação escolar de modo geral e ao ensino de História em particular. O problema é justamente quando se crê que o fim último do ensino de História seja promover a cidadania e reparar, ou mesmo compensar, injustiças cometidas contra sujeitos coletivos e individuais. Como bem lembra Peter Lee (2012, p. 225), o ensino de História não pode ser um “instrumento para criar certos tipos de cidadãos, não importa o quão nobre tais objetivos pretendam ser”. A relação entre história e cidadania, história e justiça social, deve se dar no nível da compreensão dos processos históricos; tal compreensão deve ser capaz de subsidiar argumentos que defendam tanto o funcionamento bem sucedido de uma sociedade fundada em direitos e deveres, quanto de relações justas, baseadas em respeito e

igualdade na diferença.

A obrigatoriedade da temática da história e da cultura afro-brasileira, africana e indígena na rede de ensino impactou, entre outras dimensões, a formação docente, a elaboração dos manuais didáticos, a seleção dos conteúdos de História e a própria forma como questões subjacentes a esses temas estão sendo pautadas em sala de aula. Não se trata aqui de criticar a inclusão desses ou de quaisquer outros temas que privilegiem abordagens mais plurais relativas às diferentes identidades, aos combates às desigualdades, especialmente no que diz respeito ao racismo. A questão é pensar em como estamos respondendo a esses desafios. Júnia Sales Pereira (2008, p. 23-24), de modo muito pertinente, observa que, se por um lado a nova legislação referendou a necessidade de valorização de temáticas até então sub-representadas ou abordadas de maneira equívoca no ensino de História, bem como alertou para a necessidade de rompimento com narrativas etnocêntricas, por outro lado potencializou alguns dilemas com os quais o ensino de História vem lidando há algum tempo, por exemplo, a mitificação de personagens, o privilégio de determinadas datas e eventos, a vinculação de conteúdos históricos à causa de políticas compensatórias.

Nos últimos anos, não foram poucas as aulas de História ministradas por estagiários/as sob minha orientação que, mesmo preparadas privilegiando a compreensão dos processos históricos e suas transformações, na prática caíram nessas armadilhas apontadas por Júnia Sales Pereira (2008). Numa fração de segundo, num lapso de tempo, a ênfase recai na mitificação de um ou outro personagem ou acontecimento, que fortalece certo discurso que ora vitimiza, ora heroiciza a população africana ou afrodescendente. No segundo semestre de 2014, eu e os/as estagiários/as discutimos muito sobre a dificuldade de abordar temas como racismo sob o ponto de vista histórico, da sua construção, das mudanças, das continuidades. Certa vez, uma das estagiárias, ótima aluna inclusive, evidenciou ressentimento por eu ter chamado sua atenção para o fato de que a aula daquele dia apenas havia trocado os heróis

brancos por heróis negros, e que sob esse ponto de vista o ensino de História, naquele dia, havia reiterado fórmula antiga e ultrapassada. Parece que alguns dos futuros professores de História têm acreditado – na dispersão dos debates sobre uma educação voltada para a pluralidade cultural – que é seu dever atuar como mediadores de políticas afirmativas a partir de uma lógica compensatória ou um dever de justiça.

De alguma forma nosso trabalho nos cursos de História não tem conseguido problematizar essa questão, de modo a corrigir esses desvios de percurso. Sobre esse desafio em especial, entendo que, ao fim e ao cabo, o que precisamos é compreender melhor também como os professores que formam professores e como os estudantes dos cursos de História têm compreendido essas políticas públicas. Faltam pesquisas sobre a recepção dessa legislação também nos cursos de formação de professores, a exemplo da pesquisa realizada por Júnia Pereira Sales (2011) com os professores da Educação Básica.

- Terceiro desafio: usos do passado e a história de grande circulação

Tenho observado o quanto é difícil avançar, na sala de aula, da história pública e/ou memória e/ou passados práticos em direção à história escolar, especialmente no que se relaciona à compreensão dos processos históricos. Numa análise que ainda carece de aprofundamento, percebo que a história escolar parece estar respondendo às questões do tempo presente por meio de referências da história pública ou de grande circulação, ou por passados práticos veiculados em diferentes suportes culturais – filmes, histórias em quadrinhos, literatura, canções etc. –, para tratar de questões relacionadas ao dever da memória ou das disputas pela memória.

Para Michael Oakeshott (1966; 2003), o passado histórico não é o único existente; haveria outras formas de experiências temporais relacionadas ao passado, que diferem do que ele compreende como

experiência histórica. O autor chama de “passado prático” a experiência mais importante para se distinguir daquilo que é histórico. Para esse pensador britânico, sempre que o passado for apenas o que precede o presente, ou é o presente que o cultiva; quando seu significado se ancora no poder de influenciar decisões de determinados grupos (políticos, religiosos etc.) no presente e no futuro; ou sempre que o passado se torna um mero refúgio no presente, o passado envolvido é o prático, e não o histórico. Buscar, no passado, justificativas para determinados projetos políticos ou religiosos, ou usar o respeito pelas gerações passadas como gesto ufanista de reificação do patriotismo, seriam exemplos de passado prático e não histórico. Sem história o passado serve meramente a interesses práticos, implicando assim na destituição da nossa própria experiência.

Parece que estamos respondendo aos desafios relacionados ao dever de memória e à emergência singular do presente como orientação temporal levando à sala de aula questões do presente vivido e explorando recursos como filmes, canções e histórias em quadrinhos, a fim de exemplificar ou introduzir questões relativas aos conteúdos históricos. Claro está que esses recursos não são novos, a questão é a dificuldade de avançar para além desse presente e dos passados contidos nesses suportes culturais, os quais, não sendo produções propriamente históricas, são escolhidos por suas potencialidades de fazer referência ao passado. Mas que histórias e que passados estamos acionando nessas aulas?

Na sala de aula temos recaído na armadilha dos usos anfibológicos do termo “história”. O historiador espanhol Júlio Aróstegui (2006, p. 24) escreve que os historiadores não possuem o hábito de refletir sobre os fundamentos profundos a respeito da natureza do histórico e sobre o alcance explicativo de seu próprio trabalho. Pensar a respeito desses fundamentos, ainda acompanhando esse historiador, implica pensar nos usos anfibológicos da palavra “história”, mais que do que se dedicar a definir o que é história, pois para ele (com o que concordo) trata-se “de um esforço inteiramente inútil e que não esclarece o

fundamental” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 25). Dos usos anfibológicos ele destaca aquele que remete à aplicação de duas entidades diferentes: a *realidade do histórico* e a *disciplina* que estuda a História (2006, p. 26, grifo no original).

Mas há outros usos anfibológicos do termo, e é sobre algum desses que gostaria de tratar aqui, justamente porque percebo que usos do passado e de referencialidades históricas em diferentes meios e suportes apontam para os muitos significados que a história pode assumir na vida das pessoas, como:

a) História como uma forma pública de conhecimento, ou como prefere Beatriz Sarlo (2007, p. 13), “uma história de grande circulação”. O passado nessa história de massas estaria mais sensível a responder aos interesses da esfera pública no presente; para tanto, “escuta os sentidos comuns do presente, atende às crenças de seu público e orienta-se em função delas” (SARLO, 2007, p. 13). Essa história é divulgada na imprensa, no cinema, na televisão, nas instituições públicas, na publicidade, no mercado editorial, na política etc.;

b) História como forma de pensar, como uma orientação temporal. O alemão Jörn Rüsen (2001, p. 29) articula operações inerentes à vida humana com procedimentos típicos da ciência especializada e, no que se relaciona à história vivida, ressalta que a história teria “funções orientadoras”, suprimindo a necessidade de orientação temporal dos sujeitos. Retomo aqui a ideia de Ricoeur (2007) de que a narrativa torna acessível a experiência humana do tempo. Aqui a história possui relações com a história vivida, ou seja:

- c) História como a realidade na qual estamos inseridos como sujeitos de ações, disputas etc.
- d) E, por fim, a História como campo disciplinar, campo de produção de conhecimento.

Imbricados, esses sentidos ensinam sobre o passado, contribuem para a construção de ideias históricas e operam na elaboração de uma dada cultura histórica. Esses diferentes sentidos da história não são sinônimos, mas seus usos produzem percepções sobre o

tempo e a História, produzem formas de ver o mundo e a ele pertencer. Nessa direção, enfatiza-se que a história escolar dialoga em maior ou menor escala com todas essas dimensões, por isso a importância de saber tanto distinguir quanto operar com diferentes sentidos de história.

Algumas questões à guisa de considerações finais ou de abandono

Em tempos de usos de histórias e passados que circulam em filmes, músicas, notícias etc., a compreensão da cultura histórica é irrenunciável. Cultura histórica aqui compreendida, a partir de Jörn Rüsen (2009; 2012), como uma forma de se abordar o lugar da memória histórica no espaço público. Ou melhor, uma forma de se perceber os usos de argumentos históricos para fins políticos. Trata-se do interesse público pelo histórico, mas um interesse que não o orientado, principalmente, pela ciência histórica e seu papel no Estado e na sociedade, tampouco pelas instituições de ensino, ou do significado histórico para a cultura política. Não se trata especificamente de circulação e apropriação de produção historiográfica – ou melhor, de trabalhos históricos produzidos por especialistas –, e sim de usos de referencialidade histórica, de usos do passado que não se referem a passados históricos propriamente. A “cultura histórica não é mais do que a consciência histórica no nexos prático da vida” (RÜSEN, 2012). Vista dessa perspectiva, a cultura histórica seria uma forma de perceber a consciência histórica na vida prática, ou melhor, ela poderia manifestar o trabalho interpretativo da consciência histórica, construída a partir das relações estabelecidas por uma sociedade com o passado, o presente e o futuro.

As relações entre passado, presente e futuro foram deslocadas nas últimas décadas, o que afetou sobremaneira não apenas a escrita, mas também o ensino da história. Num presente saturado de passados, também o futuro em curso necessita de revisão; a História e seu ensino não podem prescindir do tempo, das suas

articulações, mesmo considerando que são construções que obedecem a durações de escalas variadas, que se deslocam dependendo da época e lugar. Se é correta a proposição de Krzysztof Pomian (2013), de que é necessário ensinar história a partir do presente, esse presente não pode ser confundido com um tempo sem historicidade; é necessário investir na compreensão de que o passado persiste no presente. Do mesmo modo que é absolutamente necessário que não haja confusão entre os tipos de história e de passados que marcam presença na sala de aula.

Memória e história são esferas distintas, mas irremediavelmente entrecruzadas, a começar porque compartilham um objeto comum: o passado. Desse modo, constituem-se em representações sobre o passado, mas o fazem por regimes diferentes (RICOEUR, 2007). Não são pares de opostos, em suas diferenças se remetem mutuamente. Em nosso cotidiano temos acesso a diferentes sentidos de história e também às dimensões que a memória assume, tanto como experimento estritamente individual e subjetivo de lembrar e esquecer, quanto como em operações coletivas e intersubjetivas de vinculação ao passado. Para Paul Ricoeur (2007, p. 107), a memória é matriz da história, e a tentativa da história de abolir tal estatuto abre duas ordens que se cruzam e concorrem entre si. De um lado, a pretensão de dissolver o campo da memória no da História, por meio do desenvolvimento de uma história da memória, e, por outro lado, a resistência da memória a tal diluição, “graças a sua capacidade de se historicizar sob uma diversidade de figuras culturais” (RICOEUR, 2007, p. 397). Não faz sentido lidar com essas dimensões como pares de opostos, nem na operação historiográfica e nem no ensino de História. Não é tarefa do professor de História suprimir a memória – pessoal, individual, coletiva. A questão, mais uma vez, reside em observar em que medida o ensino de História escolar é capaz de abordar as dimensões da memória sem perder a historicidade dos temas que se quer abordar. A perspectiva histórica é capaz de estabelecer relações com contextos mais abrangentes e assim evidenciar as contradições e armadilhas da memória.

Do mesmo modo, compreendo que histórico é o temporal e não o passado (ARÓSTEGUI, 2006), e que a história é uma maneira particular de pensar e não propriamente um conjunto de conhecimentos (BERGMANN, 1989-1990, p. 35); defendo que ensinar História nas escolas não é (ou não deveria ser) sinônimo de transmissão (oral ou não) de conjunto de datas e fatos. Mas de nada adianta introduzir narrativas plurais, conteúdos de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena, educação para a promoção da cidadania, se não forem superadas tradições de pensamentos dicotômicos, idealizados ou que contrapõem um grupo social a outro. Porém, tampouco se deve ensinar por meio de usos de filmes, canções ou quadrinhos etc. sem ultrapassar abordagens unidimensionais sobre o passado ou o presente, sem o estabelecimento de relações temporais que enfatizem mudanças e permanências, sem a preocupação de desenvolver narrativas a partir de determinado problema ou conjunto de problemas. As dinâmicas sociais, as violências e os embates do passado e do presente, as possíveis armadilhas da memória reivindicam o trabalho com perspectivas relacionais, que são inerentes a toda e qualquer abordagem histórica.

Referências

- ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Trad. André Dore. Bauru (SP): Edusc, 2006.
- BARCA, Isabel. A educação histórica numa sociedade aberta. *Currículo sem Fronteiras*, v.7, n.1, p.5-9, jan.-jun. 2007. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol7iss1articles/introbarca.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2015.
- BERGMANN, Klaus. A História na reflexão didática [Dossiê História em Quadro-Negro: escola, ensino e aprendizagem]. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: v.9, n. 19, p. 29-42, set. 1989-fev. 1990.
- BITTENCOURT, Circe. *Ensino de História: fundamentos e*

métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

BITTENCOURT, Circe. Identidades e ensino de história no Brasil. In: CARRETERO, Mario et al. (Org.). *Ensino da História e Memória Coletiva*. Trad. Valério Campos. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 33-52.

CAIMI, Flávia Eloisa. História escolar e memória coletiva: como se ensina? Como se aprende? In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos et al. (Orgs.). *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009. p. 65-79.

CAINELLI, Marlene. Educação histórica: o desafio de ensinar História no ensino fundamental. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel (Orgs.). *Aprender história: perspectivas da educação histórica*. Ijuí (RS): Ed. Unijuí, 2009. p. 117-137.

CARRETERO, Mário; ROSA, Albert; GONZÁLEZ, María Fernanda (Comps.). *Enseñanza de la historia y memoria colectiva*. Buenos Aires: Paidós, 2006.

DELACROIX, Christian; GARCIA, Patrick. L'inflexion patrimoniale: l'enseignement de l'histoire au risque de l'identité? *Espaces Temps*, v. 66-67, 1998, p. 111-136. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/espato_0339-3267_1998_num_66_1_4045>. Acesso em: 25 fev. 2015.

DOSSE, François. *A História à prova do tempo: da História em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.

ESPARZA, Daniel. Crisis de identidad y revolución digital: caracteres. *Estudios culturales y críticos de la esfera digital*, v. 1, n. 1, p. 77-85, mayo 2012.

FERREIRA, Marieta de Moraes Ferreira; FRANCO, Renato. Desafios do ensino de história. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, jan.-jun. 2008, p. 79-93. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1295>>. Acesso em: 25 fev. 2015.

LAVILLE, Christian. Em educação histórica e memória não vale a razão! *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 41, p. 13-41, jun. 2005. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982005000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 fev. 2015.

LEE, Peter. O ensino de história - algumas reflexões do Reino Unido [entrevista concedida a Cristiani Bereta da Silva]. *Tempo e Argumento* [Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UDESC], Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 216-250, jul.-dez. 2012. Disponível em: <<http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180304022012216/2166>>. Acesso em: 14 ago. 2014.

LEE, Peter. “Walking backwards into tomorrow’: Historical consciousness and understanding History. *International Journal of Historical Learning, Teaching and Research*, v.4, n.1, p. 1-46, jan. 2004. Disponível em: <<http://centres.exeter.ac.uk/historyresource/journal7/lee.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2015.

NORA, Pierre. Difficile enseignement de l’histoire. *Le Débat*, n. 175, p. 3-6, mai.-août. 2013. Disponível em: <<http://www.ledebat.gallimard.fr/articles/2013-3-partir-du-present>>. Acesso em: 14 ago. 2014.

OAKESHOTT, Michael. *Experience and its modes*. Cambridge: University Press, 1966. [Reprinted. first published 1933]

OAKESHOTT, Michael. *Sobre a História e outros ensaios*. Trad. Renato Rezende. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

PEREIRA, Júnia Sales. Diálogos sobre o exercício da Docência: recepção das leis 10.639/03 e 11.645/08. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 147-172, jan.-abr. 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/15073/11515>>. Acesso em: 25 fev. 2015.

PEREIRA, Júnia Sales. Reconhecendo ou construindo uma polaridade étnico-identitária? Desafios do ensino de história no imediato contexto pós-Lei n. 10.639. *Estudos Históricos*, Rio de

Janeiro, n. 41, p. 21-43, 2008. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/1292/713>>. Acesso em: 25 fev. 2015.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; DA MATA, Sérgio. Introdução: transformações da experiência do tempo e pluralização do presente. In: VARELLA, Flávia F. et al. (Orgs.). *Tempo presente & usos do passado*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012. p. 9-30.

PLÁ, Sebastián. *Aprender a pensar historicamente: la escritura de la historia en el bachillerato*. México: Plaza y Valdés-Colegio Madrid, 2005.

POMIAN, Krzysztof. Partir du Présent. *Le Débat*, n. 175 p. 79-92, mai.-août. 2013. Disponível em: <<http://www.le-debat.gallimard.fr/articles/2013-3-partir-du-present>>. Acesso em: 14 ago. 2014.

PRATS, Joaquim. Dificultades para la enseñanza de la Historia en la Educación Secundaria: reflexiones ante la situación española. *Revista de Teoría y Didáctica de las Ciencias Sociales*, v. 5, n. 5, p. 71-98, ene.-dec. 2000. Disponível em: <http://www.saber.ula.ve/bitstream/123456789/23950/1/joaquin_prats.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2015.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. Uma questão de tempo: os usos da memória nas aulas de História. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 30, n. 82, p. 397-411, set.-dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v30n82/09.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2014.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas (SP): Ed. Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa: a intriga e a narrativa histórica – v.1*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

ROCHA, Helenice; MAGALHAES, Marcelo S.; RIBEIRO, Jayme. F.; CIAMBARELLA, Alessandra (Orgs.). *Ensino de História: usos do passado, memória e mídia*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2014.

RÜSEN, Jörn. ¿Qué es la cultura histórica?: Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia. *Cultura histórica* [Sítio eletrônico]. [Trad. F. Sánchez Costa e Ib Schumacher; texto original contido em FÜSSMANN, K. ; GRÜTTER, H.T.; RÜSEN, J, (eds.). *Historische Faszination: Geschichtskultur heute*. Keulen: Böhlau, 1994. p. 3-26]. Disponível em: <www.culturahistorica.es/ruesen.castellano.html>. Acesso em: 12 jul. 2012.

RÜSEN, Jörn. *Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas*. Trad. Peter Horst Rautmann et al. Curitiba: W.A. Editores, 2012.

RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-his-tória. *História da Historiografia*, n. 2, p. 163-209, mar. 2009. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/rhh>>. Acesso em: 20 maio 2012.

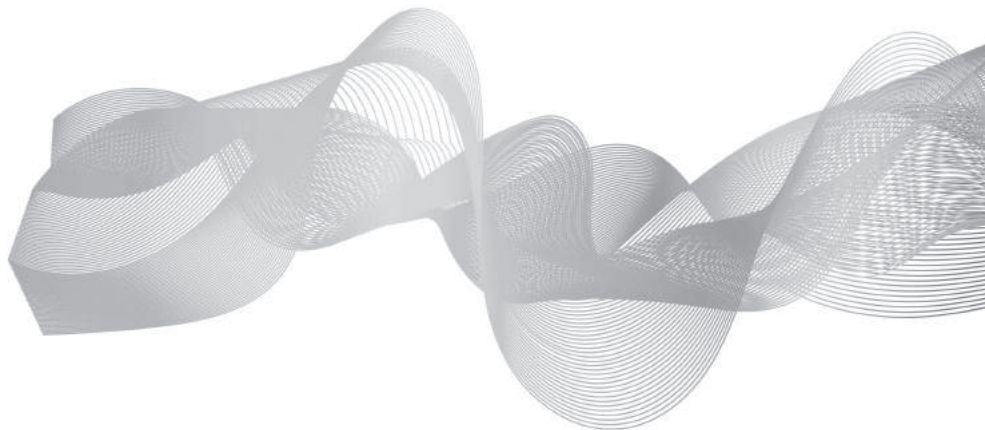
RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica: teoria da história – os fundamentos da ciência histórica*. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UNB, 2001.

SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Literacia histórica: um desafio para a educação histórica no século XXI. *História & Ensino* [Universidade Estadual de Londrina], v.15, p. 9-22, ago.2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/11424/10102>>. Acesso em: 25 fev. 2015.

SIBILIA, Paula. *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

VARELLA, Flávia F. et al. (Orgs.). *Tempo presente & usos do passado*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.



História do Tempo Presente nos programas estaduais para a *high school* nos Estados Unidos da América:

comentários sobre a vulgata histórica
nacional e transnacional (1999-2014)

Itamar Freitas

Neste texto, apresentamos alguns resultados da pesquisa empreendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, intitulada *História do tempo presente na formação de pessoas: prescrições brasileiras, francesas e estadunidenses para o ensino secundário (1999-*

2014)¹, cujo objetivo é explorar os usos públicos da história, as distinções entre passado e presente operadas por várias culturas e historiografias (BEVERNAGE; LORENZ, 2013), bem como as relações entre política, história, Estado e produção do conhecimento histórico (MARTINS, 2006), em perspectiva transnacional (MARTINS, 2011).

Aqui, o tempo presente ideal típico corresponde à experiência dos séculos XX e XXI. A temática, entretanto, adequável às circunstâncias dessa mesa redonda², está restrita a uma questão, respondida mediante a análise dos cinquenta programas estaduais para o ensino de história no secundário superior dos EUA: qual a natureza dos conteúdos substantivos, no que diz respeito à experiência transnacional?

O predomínio do contemporâneo

Antes de apresentar o sentido de História do Tempo Presente (HTP) no secundário estadunidense, digamos algumas palavras sobre o espaço ocupado pela mesma nos programas da *high school*. Iniciemos rememorando que a produção de currículos nos EUA é descentralizada, variando, portanto, em termos de critérios de distribuição e de quantidade de expectativas de aprendizagem. Os programas podem apresentar apenas seis expectativas, como em Delaware e Maine, ou chegar a oitocentas, no caso da Virgínia. A maioria deles (82%) anuncia até cem expectativas. O restante dos Estados apresenta entre 100 e 200 (10%), entre 200 e 500 (4%) e entre 500 e 800 expectativas (4%).

¹ Pesquisa financiada pelo Programa Nacional de Pós-Doutorado, da Coordenação de Pessoal de Nível Superior (PNPD/CAPES), sob a supervisão do Prof. Dr. Arthur Alfaix Assis.

² Mesa redonda *Ensino de História, usos do passado e cultura histórica*, composta pelos professores doutores Ana Maria Monteiro, Itamar Freitas de Oliveira e Cristiani Bereta da Silva, que integrou o II Seminário Internacional História do Tempo Presente, promovido pelo PPGH-UDESC e realizado em Florianópolis, SC, entre 13 e 15 de outubro de 2014. (Nota da organizadora)

Pelo primeiro indicador que informa sobre o lugar da HTP nesses dispositivos – o recorte temporal –, podemos perceber, em termos gerais, o predomínio do tempo presente, principalmente quando excluímos as expectativas atemporais, que chegam a 100% nos estados de Connecticut, Montana, Nebraska e Vermont. No conjunto dos demais Estados, as expectativas reservadas à HTP e ao contemporâneo são, respectivamente, 49% e 29%, restando 22% para os períodos moderno e pré-histórico/antigo/moderno. Em uma análise caso a caso, tal frequência é confirmada. São 34 os Estados que reservam maior espaço ao exame dos séculos XX e XXI. A proporção, contudo, é bastante desigual. Enquanto Maryland e Wisconsin são totalmente “presentistas”, Texas, New York, Minnesota, Kentucky e Illinois, na outra ponta, reservam apenas um terço do espaço para a HTP.

Outra nota importante, além da variedade entre os currículos, diz respeito a uma ideia muito difundida entre os historiadores, de que a ênfase no aprendizado da história nacional teria declinado, sobretudo, em países que comandaram (ou que mais auferiram lucros com) os processos de globalização. A resposta a esse quase senso comum é não, se considerarmos o que expressam os números das expectativas de aprendizagem de cada elemento da federação. Para chegar a esta afirmação, tipificamos as expectativas em cinco categorias, que representam as escalas mais recorrentes: (1) mundo, (2) país, (3) localidade, (4) mundo/estado, (5) mundo/estado/localidade e (6) país/localidade.

A análise e a classificação demonstram que 50% dos Estados dedicam maior espaço à história dos EUA, enquanto em outros 40% vence a história mundial. A história local, com 7%, e as histórias de escalas cruzadas (4, 5 e 6), com 3%, completam o quadro. Considerem que reunimos todas as expectativas datadas e excluímos os Estados que não possibilitam tal mensuração (Connecticut, Georgia, Montana, Nebraska e Vermont). Quando isolamos apenas as expectativas destinadas à HTP, a experiência nacional é ainda mais destacada. Os números apontam: história dos EUA – 59%, história mundial – 32%, história local – 5% e

história com escalas cruzadas – 3%.

Analisados um por um, os Estados também apresentam diferenças de ênfase: Idaho, Maryland, Carolina do Sul são plenamente nacionalistas, posto que reservam 100% do currículo à história dos EUA, enquanto Michigan e Dakota do Norte fazem o extremo contrário, em benefício da história do mundo. Oklahoma e Rhode Island, relativamente, distribuem de forma equilibrada as expectativas entre as histórias do mundo, dos EUA e local. Os que privilegiam as escalas cruzadas são Nevada (67%) e Wisconsin (40%). Detenhamo-nos agora sobre a natureza da HTP.

Os grandes temas da historiografia estadunidense

Nos EUA, portanto, história nacional e história extranacional têm espaços reservados, em detrimento da história local e daquelas que misturam as três escalas. A partir desta singularidade, uma pergunta nos norteia: existe, como no Brasil e na França, uma vulgata para as histórias dos EUA e do mundo?

Buscando respostas, como poderão acompanhar, privilegiamos a literatura sobre a história da historiografia, sobretudo a que não esteve preocupada com o que se passava nos currículos da escolarização básica dos EUA. Nosso objetivo foi inventariar os temas destacados e selecionar alguns deles, para aferir o grau de correspondência entre as grandes questões enfrentadas pela pesquisa acadêmica e as prescrições para a escolarização básica.

Examinando recentes trabalhos panorâmicos sobre a historiografia contemporânea, que têm o século XX como objeto e que foram publicados no período imediatamente anterior ao estabelecimento do primeiro programa estadual de história aqui analisado, observamos que eles divergem e se assemelham, obviamente, em alguns pontos, acerca das maiores preocupações dos historiadores dos EUA. Gerald N. Grob e George Athan Billias, que editam, desde 1962, o clássico *Interpretações da história americana: padrões e perspectivas*, reservam espaço, em sua sexta

edição (1992), para as divergentes visões sobre o movimento social das mulheres e dos negros, imperialismo americano, progressivismo, *New Deal*, II Guerra Mundial, Guerra Fria, ascensão do Estado de segurança nacional e a política interna e externa pós-1989³. Gerard Alexander (1996), por sua vez, denuncia a baixa frequência das disputas e de explicitação de pontos de vista. Contudo, destaca prevalência da ideologia liberal (*centre-left “liberal” – in social democratic sense*) sobre os conservadores, em número de historiadores e em prestígio. Ambas as correntes disputam a interpretação de cinco temas prioritários: política externa, política interna (estudos sobre os presidentes), Guerra do Vietnã, movimento pelos direitos civis e Estado de Bem-Estar Social.

Outros textos escritos na primeira década do século XXI também nos convidam a observar algumas recorrências. Robert Harrison (2004) e Georg Iggers (2005) confirmam a prevalência (ou o retorno) da ideologia de centro-esquerda entre os historiadores estadunidenses a partir dos anos 1960, superando o período do consenso reinante na primeira fase da Guerra Fria (1945-1965). Com esse objetivo, apontam as temáticas de cunho social (no sentido de econômico e cultural) como imigração, família, crescimento urbano, trabalho, lazer e, em menor número, educação e religião. Antes desse período (e do consenso dos tempos da Guerra Fria), entretanto, afirma Harrison, os temas do progressivismo e do *New Deal* dominaram a cena historiográfica. Harrison, por fim, anuncia a fragmentação do campo em uma miríade de especialidades e lamenta que não se tenha escrito uma síntese (história dos EUA) a partir dessas novas perspectivas temáticas.

Tal fragmentação, bem como a expansão do espaço universitário para os estudos históricos, também são demonstradas em *A educação dos historiadores para o século XXI*, de Thomas Bender, Philip M. Katz, Colin Palmer e do AHA Committee on Graduate

³ Os autores iniciam a obra com o tema do industrialismo. No entanto, ele aqui foi desconsiderado por estar situado, majoritariamente, na segunda metade do século XIX.

Education (2004). Mas isso não os impossibilita de citar um rol de temas recorrentes nos EUA, mediante o inventário efetuado por *The Journal of American History*, nos anos 1980: intelectuais, religião, mulheres, negócios e economia, afroamericanos, política externa, experiência social e experiência do político (PALMER; BENDER; KATZ; AHA, 2004).

Para fechar esse breve inventário, incluímos um clássico brasileiro, *História de uma história*, do saudoso Gerson Moura (1995), e o *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*, misto de história e historiografia, escrito por Leandro Karnal, Sean Purdy, Luiz Estevam Fernandes e Marcus Vinícius de Moraes (2010)⁴.

O texto de Gerson Moura (1995) foi produzido na década de 1980, mas registra uma periodização da história da historiografia estadunidense ainda hoje conservada nos EUA: “história científica”, “história progressista”, “consenso” e “tendências recentes”. Considerando que alguns temas são retomados em novas abordagens, inventariamos apenas o que Moura listou como típico dessa última tendência, ou seja, da produção relativa às décadas de 1960, 1970 e 1980: migrações, industrialização, trabalhadores e vida urbana. Isso em relação à história social. Para a história intelectual, minoritária, Moura destaca, como objetos: filosofia, movimento intelectual, ideologias e mentalidades coletivas (MOURA, 1995).

Quanto ao trabalho capitaneado por Leandro Karnal, chama atenção a periodização da obra que, por si só, já nos revela os temas considerados fundamentais para o conhecimento da experiência dos EUA no século XX: “a era progressista” (1900-1920) – progressivismo; “décadas da discordância” (1920-1940) – que inclui o *Crash* de 1929, Grande Depressão, *New Deal* e II Guerra Mundial; “a Segunda Guerra e os EUA como ‘*World Cop*’” – II Guerra Mundial e Guerra Fria; “rupturas do consenso” (1960-

⁴ A primeira edição veio a público em 2007.

1980) – anticomunismo (Cuba, Vietnã, América do Sul e Oriente Médio), direitos civis e contracultura; encerrando-se como “Globalização e nova direita” (1980-2000) – neoliberalismo, neoimperialismo, nova direita e movimentos sociais, mídia, cultura pop e guerras culturais.

Por essa pequena amostra, é fácil encontrar recorrências e certos marcos cronológicos. Evidentemente, as expectativas de aprendizagem são abertas e gerais, explorando causas, cursos, consequências, ideias, atores e importância etc., mas é possível perceber a manutenção de temas clássicos instituídos pelas tendências objetivista e progressivista, citadas por Moura (1995) e Novick (1998), junto às preocupações dominantes entre historiadores liberais e conservadores, como exploram Iggers (2005) e Alexander (1996), por exemplo. Vejamos agora a vulgata histórica proclamada pelos currículos, respeitando as distinções escalares de história dos EUA, história do mundo e história local, e o quanto esta última se incorpora à primeira.

A vulgata da história transnacional

Considerado o acontecimento como “o que, ao acontecer, faz a ação avançar”, ou seja, como uma “variável da intriga” (RICOEUR, 2007, p. 255), e contabilizadas as recorrências nos programas de trinta e dois Estados, que permitem a extração dos conteúdos substantivos, chegamos ao resultado expresso no Quadro 1. Em primeiro lugar, há, sim, uma vulgata histórica para a história transnacional, ou seja, um conjunto de acontecimentos considerados fundamentais ao aprendizado histórico da escolarização básica. O nosso maior problema não foi, entretanto, encontrar os acontecimentos, mas arbitrar o ponto de corte. Se entendermos por vulgata o que está presente em $\frac{1}{4}$ dos Estados (insuficientes estatisticamente), serão dezesseis os acontecimentos. Entretanto, levando em conta a presença em 50% dos Estados ou mais, como arbitramos ser mais seguro, a vulgata histórica transnacional reduz-se a quatro acontecimentos.

Quadro 1 - Vulgata histórica transnacional nos currículos prescritos dos EUA



Obs.: Produzido pelo autor a partir dos programas estaduais para o ensino de história nos EUA.

O mais representativo é a II Guerra Mundial, presente em 75% dos estados. Mas *o que*, da II Guerra, deve ser conhecido, segundo os programas?

Causa e efeito são os constituintes do acontecimento mais explorados. O glossário é variado – causa, efeito, objetivo, curso, importância, líderes – mas a “explicação” mediante causa-efeito, ou causa-curso-efeito, é a relação mais valorizada. Tais elementos – causa e efeito –, isolados ou relacionados, também nos permitem concluir que a II Guerra constitui vulgata apenas na menção ao acontecimento. A abordagem e a interpretação variam. Há, por exemplo, Estados que incluem a descrição das principais batalhas (Pearl Harbor e Okinawa, por exemplo – Massachusetts e Louisiana) e a ação dos grandes líderes (Churchill, Roosevelt, Mussolini – Louisiana e Texas). Outros abordam o evento por meio de explicações concorrentes, por exemplo, sobre o lançamento das bombas atômicas no Japão: teoria tecnológica, teoria do “grande homem” e teoria do maquiavelismo (Arkansas). Outros, ainda, exploram as ideologias políticas (totalitarismo, democracia) e as estratégias militares – guerra aérea, campos de concentração,

bombas atômicas (Arizona).

As expectativas sugerem interpretações também conciliadoras e/ou concorrentes, por exemplo, sobre as causas da guerra: as “metas do Eixo para conquistar o mundo” (Alabama); o imperialismo ou o “expansionismo” da Alemanha, Itália e Japão (Califórnia e New Jersey); as ideias de “raça”, “nação” e o “antisemitismo cristão” (Massachusetts e Flórida); as diferenças entre valores “cívico-políticos dos EUA” e “nazistas” da Alemanha e Japão (Michigan); a política de “pureza racial” dos nazistas (Califórnia); a Grande Depressão (Arkansas) e, sobretudo, os fracassos do Tratado de Versalhes e da Liga das Nações (Arkansas, Michigan e Novo México).

Em termos de consequências, a variação é mais restrita. A II Guerra, segundo os programas, foi responsável pela criação da ONU e da OTAN (Arkansas), pela Guerra Fria, pelos julgamentos de Nuremberg (Flórida), pela destruição física e econômica (Massachusetts), pela Declaração dos Direitos do Homem (Minnesota) e pelo início de uma “nova era” (Carolina do Norte). Uma observação importante: Holocausto é citado ora como causa ora como efeito da II Guerra Mundial, por vários Estados.

Sobre a I Guerra Mundial, presente em 72% dos programas estaduais, a sofisticação e a diversidade são reduzidas. O binômio causa-consequência, porém, permanece. Como causas são recorrentemente apontados: imperialismo, militarismo, nacionalismo, alianças secretas (Alabama, Arkansas, Flórida, New Jersey, Dakota do Norte e Texas), conflitos étnicos, ideológicos e políticos, violação dos direitos humanos, genocídio (Califórnia e Novo México). No que diz respeito às consequências, são mais abrangentes; o comum é apontar o Tratado de Versalhes e a fundação da Liga das Nações como principais desdobramentos (Alabama, Arkansas, Califórnia, New Jersey e Texas). Contudo, são também citados acontecimentos de várias naturezas, como as “desilusões culturais dos anos 1920” (Alabama), a Revolução Russa (Arizona), os “*Fourteen Points* de Woodrow Wilson” (Califórnia), as mudanças de posição entre as potências mundiais (Nevada), o

genocídio armênio na Turquia (Massachusetts), a expansão de “oportunidades para as mulheres” (Minnesota) e a mudança das características da guerra (Texas).

Guerra Fria é acontecimento citado que engloba vários outros acontecimentos de renome, a exemplo das guerras do Vietnã, Coréia e dos “confrontos” no Chile, Angola, Irã e Guatemala (Michigan). Entretanto, a relação de causa-efeito é pouco sugerida pelos programas, que optam, em maior número, pela “descrição” ou “compreensão” do(s) evento(s). As causas anunciadas estão relacionadas às diferenças entre valores cívicos, políticos e ideologias (Louisiana, Michigan), à expansão e contenção do comunismo de origem soviética (New York e Michigan) e às políticas externas dos EUA e da URSS (Michigan). A mesma economia notamos em relação às consequências da Guerra Fria: corrida armamentista, emergência de superpotências – EUA, URSS e China (Arizona, Arkansas e Massachusetts) e o reordenamento das instituições de Segurança Nacional nos EUA (Michigan).

Por fim, aparece a independência de ex-colônias na África, Ásia, América Latina, Caribe e Oriente Médio. Presente em 50% dos programas, esse evento – referido como “movimentos de independência”, “movimentos nacionalistas” ou os dois, simultaneamente, na mesma expectativa –, é tratado de modo ainda mais amplo (sem comprometimento) que o acontecimento da Guerra Fria. Assim, são comuns: “analise”, “compare”, “caracterize” os objetivos, os atores, os “sucessos e fracassos” e as “mudanças”. Poucos programas explicitam posição, como nos exemplos que se seguem, respectivamente dos programas de 2006 da Carolina do Norte e de Oklahoma:

Avalie as causas e a eficácia dos movimentos nacionalistas dos séculos XIX e XX que desafiaram a dominação europeia na África, Ásia e América Latina.

Avalie o impacto dos movimentos de independência na África nos movimentos pelos direitos humanos e na expansão global da democracia, incluindo os efeitos do Pan-Africanismo na mudança de fronteiras políticas [...]

A vulgata da história nacional

Empregando os mesmos critérios, isto é, os acontecimentos nomeados pelas fontes e os pontos de corte em 25% e 50% (de Estados que a eles fazem referência), constatamos que a dispersão é muito maior em termos de experiência nacional. A dispersão é tão expressiva que o número de acontecimentos presentes em $\frac{1}{4}$ dos programas cai de doze, na vulgata transnacional, para seis, na vulgata nacional. Aqui já admitimos, também, a existência de um conjunto de acontecimentos considerados fundamentais ao aprendizado histórico para os alunos da *high school*.

Grosso modo, poderíamos classificar os conteúdos substantivos referentes ao nacional por meio de duas categorias presentes em 50% ou mais dos trinta e dois Estados que possibilitaram a análise. No entanto, a dispersão dos exemplos de “política interna” e de “política externa” empregados pelos autores dos currículos impossibilita a extração da vulgata, que é o nosso grande objetivo neste texto. Assim, eliminadas tais categorias, sobram os dez acontecimentos diretamente referidos nos programas, entre os quais: Movimentos por Direitos Civis, Grande Depressão, I Guerra Mundial, II Guerra Mundial e Guerra Fria, que frequentam as expectativas de mais de 50% dos Estados.

Quadro 2 – Vulgata histórica nacional nos currículos prescritos dos EUA



Obs.: Produzido pelo autor a partir dos programas estaduais para o ensino de história nos EUA.

Observem a coincidência em relação à vulgata da história transnacional, no que diz respeito aos acontecimentos: I Guerra Mundial, II Guerra Mundial e Guerra Fria. A diferença está no reduzido prestígio dos Movimentos de Independência (reduzido em relação ao ponto de corte de 50%, pois eles são abordados, principalmente, sob as categorias “política interna” e “política externa”) e na ascensão da Grande Depressão e dos Movimentos pelos Direitos Civis/Humanos (também presentes na vulgata transnacional). Assim, à primeira vista, podemos afirmar que os principais acontecimentos que balizam a história nacional também são a espinha dorsal da história transnacional. Mas em que medida o tratamento desta espinha dorsal, nas expectativas sobre o nacional, convergem ou divergem das expectativas que os abordam como experiência transnacional?

A I Guerra Mundial, presente em 50% dos Estados, praticamente não tem suas causas exploradas. São as consequências internas dos eventos que preenchem a experiência da grande conflagração. Alguns, como o Tratado de Versalhes e a instituição da Liga das Nações, atravessam a maioria dos Estados. Os mesmos, porém, apresentam uma série de desdobramentos que explicam os conturbados anos 1920: as políticas internas de controle do comunismo, do uso de bebidas alcólicas (Massachusetts), a ampliação da democracia, o crescimento da Ku Klux Klan (Kansas), a mudança de *status* de asiáticos, hispânicos, judeus, indígenas, mulheres e dissidentes nos EUA (Flórida) e os conflitos entre “tradicionalismo” e “modernidade”, em termos políticos, científicos e morais (Massachusetts). A I Guerra Mundial também é marco da transformação dos EUA em superpotência (Virgínia) e exemplo do empenho nacional para “salvar a democracia no mundo” (Kansas), mas é também motivo de questionamentos: o país foi realmente um agente neutro no início da guerra? (Virgínia).

A Grande Depressão (69%), da mesma forma, parece um assunto liquidado em termo de explicações. Salvo Dakota do Sul e Califórnia, que a justificam, por exemplo, pelas crises climáticas provocadas por ineficiente emprego dos recursos naturais (*Dust*

Bowl), e Virgínia e Nova Iorque, que citam a especulação econômica do final da década de 1920, os demais se ocupam dos sujeitos (presidentes, sobretudo), das políticas (cultural, de emprego e de seguridade social – o *New Deal* é o grande citado) e dos desdobramentos nas famílias americanas (New Jersey) e na economia de outros países. O evento é também referido como marco na positivação dos papéis das mulheres e dos afroamericanos (Kansas).

A II Guerra Mundial (81%) também não tem suas causas exploradas para além de alguns termos da vulgata transnacional, já anunciados: Pearl Harbor, *Crash* de 1929, Grande Depressão (Indiana e Nova Iorque), invasões alemãs na Europa (Massachusetts) e dos japoneses na Ásia (Massachusetts e Virgínia), fascismo e militarismo no mundo (Utah) e instabilidade econômica resultante da I Guerra Mundial (Virgínia). Do evento, são recorrentemente explorados: a ação dos estadunidenses – demonstrações de patriotismo (Texas); sacrifícios individuais, de indígenas, negros, mulheres (Alaska e Califórnia); o impulso à indústria nacional – aviação, armamento, comunicação e medicina (Califórnia); a abertura do mercado de trabalho para as mulheres e negros (Massachusetts, Minnesota e Virgínia). Também são referidos os efeitos negativos internos: os ataques internos às liberdades civis de nipo-americanos, italianos e alemães (Califórnia, Louisiana, Minnesota, Nova Iorque e Texas) e os desdobramentos transnacionais como “a aceitação do papel de superpotência”, o Holocausto (Virgínia) e a Guerra Fria (Louisiana).

Se a II Guerra Mundial praticamente não tem as causas exploradas, muito mais profunda é a ausência de explicações sobre a Guerra Fria (75%). As poucas expectativas que tratam deste elemento registram-na como “resposta dos EUA à agressão soviética após a II Guerra Mundial” (Texas), “resposta americana às políticas expansionistas soviéticas”, característica da política externa dos presidentes Eisenhower, Kennedy, Johnson e Nixon (Massachusetts), além das genéricas “diferenças entre metas e ideologias” estadunidenses e soviéticas (Virgínia). Apenas duas expectativas

parecem colocar o protagonismo dos EUA em situação constrangedora: os “atrasos na abertura da segunda frente na Europa” (Carolina do Sul) e o pernicioso impacto do “Macarthismo [...] nas liberdades individuais” (New Jersey). Mais fecundas são as que tratam dos desdobramentos externos (com seus respectivos cenários e atores) – a ação militar dos EUA na Coréia, Vietnã, Cuba, Afeganistão, Irã, Iraque, entre outros –, bem como os raros e constrangedores efeitos internos: o “pânico vermelho” e as “reações” à Guerra do Vietnã (Tennessee e Indiana).

O evento caracterizado pelo emprego da locução “direitos civis” ou, em menor quantidade, “direitos humanos”, presente em 81% dos Estados, é abordado mediante as sugestões de análise, descrição e busca da importância de sujeitos individuais, instituições e episódios relacionados à conquista de direitos por parte de mulheres, afroamericanos, asiáticos e indígenas, no que diz respeito ao voto e à igualdade de oportunidades educacionais, trabalhistas, de ir e vir. As causas, entretanto, não são sugeridas. Os eventos, como o Boicote de ônibus de Montgomery, a Marcha de Washington, a crise na Escola *Little Rock* e o Protesto de Birman, abundam, assim como os nomes dos principais protagonistas, sobretudo afroamericanos. Os movimentos de resistência à ampliação dos direitos, como a Ku Klux Klan, todavia, raramente são citados.

Esses foram, por fim, os mais recorrentes acontecimentos e os seus clássicos tratamentos nos programas estaduais de ensino de história para a *high school* dos EUA. Como afirmamos no início, são apenas a vulgata e o que é possível exemplificar, em termos de similaridades e diferenciações, nessa mesa redonda. Resta-nos rememorar os principais resultados aqui discutidos e apontar algumas tendências estrangeiras que podem auxiliar os pesquisadores brasileiros em sua prática de criticar e construir currículos de história.

Conclusões

A primeira delas, limitada, evidentemente, ao breve recorte efetuado no projeto *História do tempo presente na formação de*

peessoas, foi a assertiva de que a experiência do século XX é majoritária em 70% dos programas estaduais dos EUA, variando entre 100% e um terço a taxa de ocupação do período, nos programas.

Sobre a natureza desse presente, esperamos ter ficado claro que existe uma vulgata, tanto em termos nacionais quanto no que diz respeito à experiência transnacional. Sobre esta última, afirmamos que ela está inscrita (corresponde e é abonada) nas histórias da historiografia sobre o século XX, produzidas, principalmente, nas décadas de 80 e 90 do século passado. Assim, I Guerra Mundial, II Guerra Mundial, Guerra Fria e Movimentos de Independência são os acontecimentos mais recorrentes, estando presentes em 50% ou mais dos programas estaduais. A abordagem e as sugestões de interpretação variam em ideologia e níveis de comprometimento. É até possível estabelecer uma progressão: 1) quanto mais recuados no tempo os acontecimentos (I Guerra Mundial), maior o consenso; 2) quanto mais próximos à experiência estadunidense (Guerra Fria) e também menos ameaçadores a ela (Movimentos de Independência), menor o grau de comprometimento das expectativas. Por fim, 3) quanto mais geral a experiência (II Guerra Mundial), maior a oportunidade de análise de interpretações divergentes sugeridas aos alunos.

No que diz respeito à experiência nacional estadunidense, a vivência do século XX é mais difusa, destacando-se, como vulgata, os semelhantes eventos do passado transnacional, além das experiências da Grande Depressão e da ampliação dos direitos civis. Aqui, na vulgata histórica nacional, a presença da vulgata acadêmica é mais visível. Mulheres, afroamericanos, direitos civis, progressivismo, *New Deal*, anticomunismo são fartamente citados e apresentados como conteúdos para formação dos alunos. Contudo, o tratamento dos eventos (em parte e no todo) evidentemente difere, haja vista a explicável ênfase nos desdobramentos da I Guerra Mundial, II Guerra Mundial e Guerra Fria nas políticas governamentais internas, que moldaram comportamentos e alteraram a distribuição da riqueza e a noção

de liberdades civis. Mas diferem também pelo frágil comprometimento dos autores na formulação das expectativas. As habilidades de alta complexidade – explique, critique interpretações, elabore hipóteses, tome posição etc. – e o requerimento das causas e consequências pouco são acompanhados da devida indução, ou seja, do posicionamento ou das opções de posicionamento dos autores dos currículos. Neste sentido, podemos afirmar que as expectativas da vulgata transnacional são mais críticas que as expectativas da vulgata nacional.

Evidentemente, o tempo não permite que façamos comparações nessa fala, embora seja um dos principais objetivos do projeto já referido. Espero, porém, que a apresentação desses resultados possa animar nossa discussão sobre dois pontos que consideramos fundamentais e oportunos nesse evento, e que estão diretamente relacionados à experiência brasileira. O primeiro é a discussão sobre a natureza da História do Tempo Presente e, conseqüentemente, dos seus usos potenciais na escolarização básica. O segundo e último é a reflexão sobre os nossos programas de história, dos ensinos fundamental, médio e das licenciaturas em história, frente às suas reformulações em âmbito federal.

Referências

ALEXANDER, Gerard. Contemporary Conservatism and Contemporary History in the United States. In: BRIVATI, Brian; BUXTON, Julia; SELDON, Anthony. *The Contemporary History Handbook*. Manchester: Manchester University Press, 1996. p.185-197.

BENDER, Thomas; KATZ, Philip M.; PALMER, Colin; AHA. *The Education of Historians for the Twenty-first Century*. Illinois: American Historical Association; University of Illinois Press Urbana and Chicago, 2004.

BEVERNAGE, Berber; LORENZ, Chriz. Breaking Up Time – Negotiating the Borders Between Present, Past and Future. *Storia della Storiografia*, Pisa/Roma, v. 63, n. 1, p. 31-50, 2013.

GROB, Gerald N.; BILLIAS, George Athan. *Interpretations of American History: Patterns and Perspectives - Volume II: Since 1877*. 6 ed. New York: The Free Press, 1992.

HARRISON, Robert. The “New Social History” in America. In: LAMBERT, Peter; SCHOFIELD, Philipp. *Making History: an Introduction to the History and Practices of a Discipline*. New York: Routledge, 2004. p. 109-119.

IGGERS, Georg G. American Traditions of Social History. In: _____. *Historiography in Twentieth Century: from scientific objectivity to postmodern challenge*. Hanover: Wesleyan; University Press of New England, 2005. p. 41-47.

KARNAL, Leandro et al. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XIX*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2010.

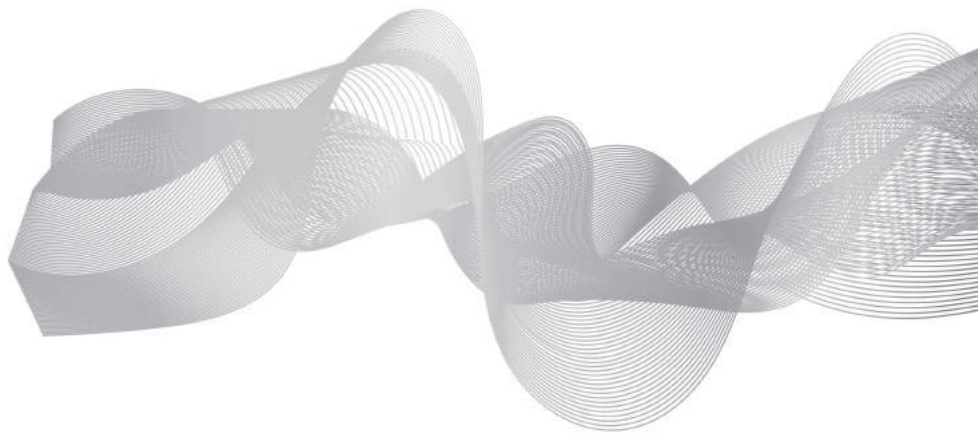
MARTINS, Estevão de Rezende. Conhecimento histórico e historiografia brasileira contemporânea. *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, v. 42, p. 197-210, 2011.

MARTINS, Estevão de Rezende. História e teoria na era dos extremos. *Fenix - Revista de História e Estudos Culturais*, Uberlândia, v. 3, n. 2, p. 1-19, 2006.

MOURA, Gerson. *História de uma história*. São Paulo: Editora da USP, 1995.

NOVICK, Peter. *That noble dream: the “objectivity question” and the American historical profession*. Cambridge: Cambridge University, 1998.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.



Sob o encanto da contação de estórias?

História oral numa era neoliberal¹

Alexander Freund [Tradução: Maria Cristina Itokazu]

O fenômeno da contação de estórias ²

Nas manhãs de sexta-feira, milhões de americanos sintonizam a National Public Radio (NPR) a caminho do trabalho, e seus

¹ FREUND, Alexander. Under Storytelling's Spell? Oral History in a Neoliberal Age. *Oral History Review*, v. 42, n. 1, p. 96-132, Winter/Spring 2015. Copyright © Oxford University Press. Primeiramente publicado, *online*, em 11 de março de 2015.

A tradução e a publicação do artigo de Alexander Freund, neste livro, foram autorizadas pela Oxford University Press (editora da *Oral History Review*). Cabe informar que versão preliminar do texto foi apresentada na conferência final do II Seminário Internacional História do Tempo Presente, realizado na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), em Florianópolis, SC, de 13 a 15 de outubro de 2014; o evento foi promovido pelo PPGH-UDESC. (Nota da organizadora)

² Traduzimos os termos “story” e “history” do original em inglês como “estória” e “história”, respectivamente. Esperamos com isso evitar confusões

corações se enternecem quando ouvem o apresentador anunciar: “É hora de StoryCorps. Pessoas de todo país vêm ao StoryCorps para gravar entrevistas com os amigos e as pessoas que amam”. Ficam com os olhos marejados e podem mesmo ter que encostar o carro para chorar um pouco enquanto saboreiam mais uma estória *tipicamente* americana de sofrimento e eventual triunfo. Num dia, Ida Cortez, dez anos de idade, de São Francisco, diz à sua mãe o quanto adora ler, apesar da dislexia; no outro, três irmãos cegos falam de um benfeitor, também cego, que deu a eles o que a mãe não conseguiu prover. Desde 2003, o StoryCorps e a NPR produziram e veicularam mais de 500 dessas estórias de três minutos³. Elas fazem parte de um fenômeno novo no Ocidente: a contação de estórias. Este artigo examina esse fenômeno e suas implicações para os pesquisadores de história oral.

A contação de estórias se tornou um modismo nas sociedades ocidentais, especialmente na América do Norte. Este artigo se concentra na contação pública de estórias autobiográficas – falar publicamente sobre a própria vida. A contação pública de estórias autobiográficas – contação de estórias, para abreviar – é um fenômeno social novo que emergiu durante o último quarto de século. Esse novo fenômeno compreende: a prática individual de tornar pública uma parte da própria vida na forma de estória, muitas vezes em tom confessional; uma indústria de apoio que inclui tanto a academia quanto as organizações com e sem fins lucrativos; e uma cultura e *mentalité* mais amplas que incentivam as práticas individuais, a indústria e o público em geral a produzir, divulgar, vender, comprar e consumir estórias confessionais. O fenômeno da contação de estórias está fundamentado em certos processos das sociedades ocidentais: por um lado, a democratização e a maior igualdade social e legal e, por outro, a maior desigualdade

desnecessárias que dificultariam a compreensão do texto. Também optamos por traduzir “oral historians” como “pesquisadores de história oral”. (Nota da tradutora)

³ Todas as estórias estão disponíveis nos *sites* das duas organizações: <<http://storycorps.org/listen/>> e <<http://www.npr.org/series/4516989/storycorps>>.

econômica, a falência do Estado de Bem-Estar Social e a emergência de um hiperindividualismo crasso, na esteira do neoliberalismo. Além disso, a contação de estórias é moldada pelos discursos da emoção, da terapia, da sobrevivência e do trauma que emergiram na década de 1970, nas sociedades ocidentais, e tem raízes numa história secular de práticas de entrevista confessionais e psicologizantes que fornecem um modelo para o automonitoramento e o autorrelato.

Afirmo que esse tipo de contação pública de estórias autobiográficas é uma tecnologia de si. Como tal, é um modo eficaz de formar identidades individuais e coletivas por meio de narrativas unificadoras. Com foco no que é individual, o novo tipo de contação de estórias tende a atomizar a sociedade, apresentando o narrador como um protagonista que vence desafios aparentemente pessoais num mundo de circunstâncias inexplicáveis como a pobreza, a discriminação e a opressão. É motivado pela crença liberal na autonomia, na liberdade e nos direitos individuais. Inadvertidamente, no entanto, sustenta os valores neoliberais do consumismo, da competição e das soluções do livre mercado para todos os problemas econômicos, sociais e culturais. A indústria da contação de estórias se alimenta da simpatia, mas não é capaz de criar empatia ou compreensão. A ascensão da contação de estórias levou a uma despolitização da narrativa e do discurso público - substituindo a política por nostalgia, culto do herói, nacionalismo, fabricação de mitos e mantras de autoajuda como a crença no pensamento positivo, na autossuficiência e no autoempoderamento.

Devo esclarecer que não estou falando de todas as práticas de contação de estórias. A contação de estórias sempre existiu; é “um dos nossos atos sociais básicos” (JACKSON, 2007, p. X)⁴. Ao contrário, falo de um novo discurso a respeito da contação de estórias que apareceu no Ocidente durante o último quarto de século. Uma simples busca no Google por “contação de estórias”

⁴ Sobre o papel fundamental da contação de estórias na sociedade, ver: BOYD (2009); GOTTSCHALL (2013); JACKSON (2007).

deixa claro que ela é assunto em todos os setores da sociedade e é discutida sempre do mesmo modo, na medicina e na atenção à saúde, nos negócios e na publicidade, na pedagogia e na terapia: contar uma estória, especialmente sobre si mesmo e principalmente se ela revela detalhes íntimos da sua vida, é sempre positivo e normalmente soluciona problemas de outra forma intratáveis. Essa visão unilateralmente positiva é muitas vezes ou ingênua ou calculada (para explorar a ingenuidade dos outros a respeito da “magia” da contação de estórias).

Ao invés de abraçar esse novo discurso sobre a contação de estórias, os pesquisadores de história oral precisam investigá-la como um fenômeno social historicamente situado. Precisamos perguntar: Por que e como esse tipo de contação de estórias emergiu como um novo movimento social e uma nova indústria, no final do século XX? Como ele ganhou poder cultural, social e econômico durante o último quarto de século? Quais são os seus efeitos sociais, políticos, culturais, econômicos e mentais sobre a sociedade? E, finalmente, quais as implicações metodológicas, interpretativas, éticas e políticas para a prática da história oral? Estudar a contação de estórias como um fenômeno social faz parte de uma tarefa maior que os pesquisadores de história oral devem enfrentar: posicionar esse campo de conhecimento em uma história de *longue durée* da entrevista, que se ocupe tanto das suas tecnologias específicas quanto das forças sociais, econômicas e culturais mais abrangentes (FREUND, 2014). Neste artigo, persisto na tarefa de historicizar a história oral, focalizando o período mais recente.

A seguir, descrevo rapidamente o extraordinário crescimento da contação de estórias comercial e não comercial nas últimas décadas. Considero o desenvolvimento do StoryCorps e a resposta do público e dos historiadores aos seus produtos como um estudo de caso. Contextualizo o fenômeno da contação de estórias, relacionando-o com as mudanças econômicas e sociais que ocorreram nos EUA desde a década de 1970, em particular o crescente hiato entre a igualdade política e a desigualdade econômica. Dedico especial atenção a desenvolvimentos

socioculturais concomitantes, como o surgimento de uma cultura terapêutica e de uma obsessão dirigida à emoção, à sobrevivência, ao trauma e à lembrança, e a ascensão do movimento de pensamento positivo e de autoajuda. Concluo examinando o que está em jogo nessa discussão a respeito da contação de estórias e da história oral e sugiro algumas questões para investigação futura, questões que os pesquisadores de história oral, como estudiosos da narrativa, da comunicação interativa, da história e da política, estão especialmente bem equipados para enfrentar.

O novo fenômeno da contação de estórias que descrevo a seguir é mais evidente nos EUA, mas também está presente em outras sociedades ocidentais como o Canadá, a Austrália e o Reino Unido. Uma descrição exaustiva desse fenômeno está além das possibilidades deste artigo e, o que é mais importante, além dos limites do nosso conhecimento atual. Até onde posso dizer, as ciências sociais e as humanidades ainda não identificaram essa mania recente como um fenômeno que peça maior escrutínio. Na falta de qualquer pesquisa substantiva, no ponto em que estamos hoje podemos apenas descrever algumas das suas características mais visíveis.

Uma busca na Internet por “contação de estórias” revela o escopo e a diversidade dessa expressão. A Wikipedia descreve a contação de estórias em termos genéricos como “a comunicação de eventos através de palavras e imagens, muitas vezes usando improvisação e ornamentos. Estórias ou narrativas têm sido compartilhadas em todas as culturas como forma de entretenimento, educação, preservação da cultura e transmissão de valores morais”. Os autores da Wikipedia também nos dizem que “a contação de estórias antecede a escrita” e que “a contação de estórias contemporânea” extrapola a tradição oral e os gêneros tradicionais como o conto de fadas para incluir “história, narrativa pessoal, comentário político e normas culturais em desenvolvimento”. É usada na educação, na terapia, nos jogos, na ficção interativa e nos documentários (WIKIPEDIA, 2014b). Nessa definição, as estórias contadas podem falar de qualquer coisa,

adotar qualquer forma e ser usadas para tudo. Claramente, então, a contação de estórias permeia nossa vida cotidiana. Esse é também o argumento do intelectual americano Jonathan Gottschall; ele chama o ser humano de “animal que conta estórias” (GOTTSCHALL, 2013)⁵.

Uma busca por “contação de estórias” no Google leva a dezenas de milhões de resultados; eles reforçam a afirmação da Wikipedia de que o contar estórias se tornou um método bem aceito e popular nos campos da terapia, da educação, da gestão do conhecimento, da comunicação e da estratégia empresariais, da resolução de conflitos, da publicidade, da música e do cinema, referindo-se às vezes, ainda que implicitamente, à contação de estórias antiga e tradicional dos povos da África e das Américas. Mais do que qualquer coisa, a contação de estórias se tornou uma nova ferramenta gerencial. A contação de estórias, aprendemos na Wikipedia, é hoje amplamente utilizada nas empresas como “uma via mais convincente e efetiva para a transmissão de informações do que a utilização dos fatos a seco”. A contação de estórias é usada para resolver conflitos no local de trabalho, fomentar o espírito de equipe, elaborar estratégias de negócios e fazer a propaganda de produtos e serviços. A “contação de estórias organizacional” é considerada uma “competência-chave para os líderes do século XXI” (WIKIPEDIA, 2014a). Realmente, o mercado do livro foi inundado por títulos que apresentam a contação de estórias como uma estratégia poderosa no gerenciamento da reorganização corporativa, das demissões e da “diversidade”. Os administradores aprendem que “fatos contam, estórias vendem” e que *vence quem contar a melhor estória*⁶ (a respeito, ver BROWN;

⁵ Esse autor argumenta a favor de uma definição abrangente de estória – dos sonhos e da propaganda até as canções e os esportes televisionados. Ver GOTTSCHALL, 2013, p. 1-20.

⁶ Em itálico, alusão ao livro de Annette Simmons, *Whoever Tells the Best Story Wins*, publicado em 2007, que o autor comentará em seguida. (Nota da organizadora).

DENNING; GROH; PRUSAK, 2004; DENNING, 2007; GARGIULO, 2006 e 2011; SIMMONS, 2002 e, com um novo subtítulo, 2006; SIMMONS, 2007; LIPMAN, 1999; BENNETT; YAEGER, 2013; MAZZOCCHI, 2013; MEYER, 2014)⁷.

Em *Vence quem contar a melhor estória*, a autora Annette Simmons encoraja os seus leitores a usar uma estória pessoal para ganhar a confiança das pessoas. Outros manuais encorajam os leitores a utilizar a contação de estórias para (re)conquistar a confiança em si mesmos. Os manuais de autoajuda por meio da contação de estórias são pensados para ajudar os leitores a enfrentar vários problemas pessoais, ou de relacionamento, usando a contação de estórias autobiográficas. Esses manuais fazem parte de uma indústria muito maior, o chamado movimento de autoajuda e realização, identificado pelo jornalista Steve Salerno, em 2005, como uma indústria de muitos bilhões de dólares que, só em 2003, produziu de 3.500 a 4.000 livros e em 2005 arrecadou 8,56 bilhões de dólares (SALERNO, 2005). A contação de estórias é vendida hoje como uma estratégia de treinamento para melhorar os relacionamentos pessoais e a vida em geral. Da confissão clássica – *Contar a minha estória* (Passo 5 do programa de 12 passos dos Alcoólicos Anônimos, de 1939) – até a novíssima “solução da contação de estórias para a baixa autoestima”, diz-se a um grande público que “mudar a sua estória [significa] mudar a sua vida” e que contar estórias é um “modo de curar” e de “vivenciar a espiritualidade” (STEP 5, 2010; JOHNSON, 2014; TOLAN, 2011; LOEHR, 2008; DESALVO, 1999; COX; ALBERTS, 2003; O’KEEFE; O’KEEFE, 2013; KURTZ; KETCHAM, 2014). Juntos, esses livros, DVDs, oficinas, seminários, retiros e sessões de treinamento pessoal mostram o quanto cresce a crença popular no “poder da narrativa” para quem quer se transformar e influenciar outros. São parte do mantra dessa indústria, que celebra o

⁷ Também o conjunto de 4 DVDs de Ty Bennett, *Facts Tell - Stories Sell*, anunciado em <<http://tybennett.com/product/facts-tell-stories-sell-4-dvd-set/>>.

empoderamento por intermédio da autoajuda e do pensamento positivo (SALERNO, 2005, p. 32-34; EHRENREICH, 2009).

A abordagem confessional da contação de histórias é modelada e reproduzida nos meios de comunicação populares, incluindo os jornais, as revistas, o rádio e a televisão, as plataformas *online* e as campanhas de arrecadação de fundos. Quase todos os relatos da indústria do entretenimento, uma grande parte dos relatos do esporte profissional, assim como dos relatos a respeito de políticos, são baseados na exposição pública de vidas privadas e na busca de confissões escandalosas⁸. Precisamos apenas nos lembrar das inúmeras confissões públicas que acontecem no sofá de Oprah Winfrey – “um lugar que mistura terapia com comércio na produção da ‘conversa’” (GILMORE, 2010, p. 662) – para reconhecer a prevalência e o poder desse novo fenômeno de contação de histórias⁹. Esse tipo de contação é às vezes vendido na embalagem da história oral – seja na *Vanity Fair*, no *Washington Post*, na *Rolling Stone*, na *Buzz Feed*, na *The Wire* ou em qualquer mídia, um pastiche de excertos de entrevista sobre uma peça, um programa de TV, uma banda de rock ou evento musical é hoje comumente chamado de história oral. Isso é irritante para os pesquisadores de história oral, mas o mais importante é que uma parte crescente da população tem aprendido a pensar e a falar sobre si da mesma forma que as estrelas tornam públicos os detalhes mais íntimos de suas vidas.

Fora do circuito comercial, o movimento da contação de histórias é mais evidente nos setores sem fins lucrativos e no acadêmico, onde muitos contadores de histórias se opõem ao movimento de autoajuda ou às outras aplicações voltadas para o mercado. No

⁸ Para mais exemplos, ver FREUND; JESSEE (2014, p. 317). Ver também a campanha de arrecadação *Feel no shame* [Não se envergonhe], da Sentebale, que inclui a revelação de segredos por parte de celebridades como o príncipe Harry, cofundador da entidade (SENTEBALE, 2014).

⁹ Oprah Winfrey é conhecida por seu programa de entrevistas *The Oprah Winfrey Show*, na TV estadunidense. (Nota da organizadora)

setor sem fins lucrativos, os *websites*, projetos, circuitos e festivais de contação de histórias abrangem um vasto leque de práticas e gêneros, dos contos de fadas às narrativas autobiográficas. Os contadores podem ser profissionais ou amadores, podem fazer carreira ou se apresentar apenas uma vez. O Center for Digital Storytelling, em Berkeley, Califórnia, fundado pelo produtor teatral Joe Lambert, entre outros, oferece “serviços de projeto personalizados” para ajudar as pessoas a usar a “contação de histórias para o desenvolvimento profissional, como uma prática de reflexão, uma estratégia pedagógica ou um veículo para a educação, a mobilização comunitária ou o *advocacy*”¹⁰ (CENTER FOR DIGITAL STORYTELLING, 2014a). No seu *website*, o centro afirma ter trabalhado com “aproximadamente mil organizações de todo o mundo e capacitado mais de quinze mil pessoas em centenas de oficinas, que ensinam a compartilhar histórias a respeito de suas vidas” (CENTER FOR DIGITAL STORYTELLING, 2014b). Muitas outras organizações sem fins lucrativos, além de empresas comerciais, oferecem serviços similares. Outros indivíduos e grupos estabeleceram projetos para registrar histórias e apresentar *online* as versões editadas. Entre eles estão o Interview Project, The Kitchen Sisters e The Moth (INTERVIEW PROJECT, 2014; BRYAN, 2010; THE KITCHEN SISTERS, 2014; THE MOTH, 2014). Desde o começo da década de 1970, os festivais de contação de histórias reúnem contadores de contos de fadas e de outras histórias tradicionais. A celebração global das histórias e da contação de histórias produziu o Dia Mundial de Contação de Histórias, que é comemorado com festivais e eventos no mundo todo. Em muitos desses encontros e nas diversas práticas discutidas, a contação de histórias autobiográficas está misturada, interligada e integrada a outros gêneros. Novamente, o ponto aqui não é que eu queira

¹⁰ O termo *advocacy* remete a um conjunto de ações voltadas para a defesa de causas que sejam de interesse coletivo, de modo que venham a obter apoio social bem como tradução em leis e/ou políticas públicas. (Nota da organizadora)

submeter todas as diferentes práticas ao rótulo da “contação de estórias”. O ponto que quero defender é o oposto: que um número crescente de praticantes – incluindo os pesquisadores de história oral – chamam seu trabalho de contação de estórias e o fazem muitas vezes sem refletir o suficiente a respeito das implicações mais amplas dessa mudança de terminologia. Ainda que os contadores tradicionais, incluindo os pesquisadores de história oral, existam há muito mais tempo, a popularização e o impacto dos projetos de contação de estórias com base na Internet, além de outros jogos, aplicativos e produtos comerciais mais recentes, são muito maiores.

Na academia, a contação de estórias parece ter surgido inicialmente na educação, como ferramenta pedagógica. Uma busca no WorldCat por livros, artigos e outros meios com o título “contação de estórias” chegou a quase 16.000 resultados (quase todos não ficção e literatura não juvenil). Pairando abaixo dos 10 resultados por ano até 1959, as publicações aumentaram gradativamente no final da década de 1960, alcançando cem resultados em 1979, crescendo mais rápido depois de meados da década de 1980 e novamente depois de 1990 (245 títulos), depois de 2000 (524 títulos) e depois de 2010 (1.056 títulos). As maiores categorias foram “linguagem, linguística e literatura” (1.012 títulos), “educação” (873) e “antropologia” (373). Houve mais publicações sobre contação de estórias em “negócios e economia” (218) do que no tópico tradicionalmente narrativo “história e ciências auxiliares” (188). Muito do interesse acadêmico na contação de estórias pode ser explicado pela virada linguística da década de 1960 e pela subsequente virada narrativa da década de 1980. Existem hoje subcampos narrativos em quase todas as disciplinas das humanidades e das ciências sociais (HERMAN, 2007). Em história, para além da história oral, houve um retorno à narrativa. A filosofia descobriu a narrativa como um campo de pesquisa. Depois da psicologia cognitiva, a psicologia clínica concentrou sua atenção na terapia narrativa (BRUNER, 1990; BRUNER, 1996; BRUNER, 2002; POLKINGHORNE, 1988). Antropologia,

etnografia, estudos folclóricos, literatura e linguística têm, é claro, um interesse antigo na contação de estórias. A contação de estórias é também um dos focos principais de disciplinas recém-surgidas, como os estudos culturais, os estudos de cinema e mídia e as humanidades digitais¹¹.

De modo geral, existe hoje um imenso mercado, tanto *online* quanto *offline*, nos setores com e sem fins lucrativos e acadêmico, para a produção, a difusão e o consumo de estórias e de contação de estórias, que é peculiar e diferente da história prévia da contação de estórias. Uma das grandes defensoras da contação de estórias, Barbara Ganley, escreveu, em 2012: “Realmente, estamos imersos nessas estórias”. Há uma inundação de estórias de todos os naipes, produzidas e divulgadas por museus, bibliotecas, rádio, televisão, fóruns na Internet “e centros de história oral em todo o planeta” (GANLEY, 2013, p. X). A diferença com relação aos períodos precedentes consiste no fato de que agora todos querem “praticar” a contação de estórias, e ela adquiriu uma aura quase mágica, parecendo capaz de oferecer soluções efetivas e poderosas para todos os tipos de problema individual, social e econômico. Ganley explicita o poder de transformar o mundo que tem a contação de estórias:

Escolas de medicina, administração e direito estão prestando atenção no poder que as estórias têm de curar e de desenvolver líderes corporativos éticos e eficientes. O jornalismo cidadão, como se viu na Primavera Árabe e no movimento Occupy, tem ancorado cada grande momento no mural da experiência individual. Estamos contando a estória como ela é. Como a experimentamos. Estamos formando comunidades em torno das nossas estórias. (GANLEY, 2013, p. X)

¹¹ Humanidades digitais: referência à área de estudos que, no meio acadêmico (em especial em países de língua inglesa), dedica-se tanto a pensar o digital com o aparato teórico-metodológico das ciências humanas como a desenvolver pesquisas próprias do âmbito das ciências humanas em imbricação com as ferramentas teóricas e metodológicas do mundo digital. (Nota da organizadora)

São reivindicações grandiosas e ambiciosas que estimulam os pesquisadores de história oral, reafirmando a sua crença de que, com a contação de estórias, estão no caminho certo. Por mais que essa estória da contação de estórias seja motivadora, os pesquisadores de história oral deveriam se manter em alerta – ou, pelo menos, céticos.

No começo do século XXI, a contação privada e a disponibilização pública de estórias autobiográficas (e muitas vezes confessionais) está sendo gerada, motivada, incorporada, produzida e consumida num contexto socioeconômico e cultural mais amplo. Existe hoje um movimento multinacional, social e cultural levado a cabo por um amplo leque de indivíduos, além de organizações acadêmicas, sem fins lucrativos e não governamentais, que acreditam na (ou pelo menos proclamam a) contação de estórias como um meio poderoso de mudar os indivíduos e a sociedade. A contação de estórias também é uma indústria internacional de muitos bilhões de dólares, que inclui agências governamentais e não governamentais, a economia privada e todos os níveis da educação; está profundamente entrelaçada com uma economia digital de vários bilhões de dólares que visa lucrar com a venda de produtos que aparentemente possibilitam e aprimoram a habilidade que as pessoas têm de produzir, difundir, preservar e consumir estórias. De fato, a contação de estórias é um novo credo de massa que se apresenta como panaceia para todos os males do mundo e da vida das pessoas.

Antes de continuar tentando descobrir onde o nosso pequeno bando de pesquisadores de história oral se encaixa nesse fenômeno biliardário, multinacional e transcultural, vamos examinar uma organização que tem capturado a atenção dos pesquisadores de história oral por afirmar que está criando nada menos do que “Uma História Oral da América” (NATIONAL PUBLIC RADIO, 2003): o StoryCorps.

Contando a estória da América: StoryCorps e a “História Oral da América”

Quando se fala de contação de estórias, humanidades digitais e história oral, o StoryCorps é a própria estória do início do século XXI. Tal como é descrito no começo de muitos dos segmentos de três minutos regularmente veiculados pela National Public Radio (NPR), StoryCorps é “o projeto que registra conversas entre pessoas que se amam”¹². Em seu *website*, a NPR declara que o objetivo do projeto é “compartilhar e preservar as estórias das nossas vidas” (NATIONAL PUBLIC RADIO, 2014a). O StoryCorps afirma que “é um dos maiores projetos de história oral da sua categoria, e milhões de pessoas ouvem as transmissões semanais na Edição da Manhã da NPR e na nossa página” (STORYCORPS, 2014a). O projeto quer dar a todos os americanos “a oportunidade de registrar, compartilhar e preservar as estórias das nossas vidas” (STORYCORPS, 2014b). Onde quer que o projeto estabeleça seu estúdio, as pessoas podem gravar uma sessão de quarenta minutos; elas são encorajadas a doar US\$25 e recebem um CD com a cópia da sua conversa. Desde 2003, o StoryCorps reuniu 50.000 entrevistas com 100.000 participantes. As gravações são arquivadas no American Folklife Center, na Biblioteca do Congresso. A missão e o escopo do projeto são grandiosos: “Fazemos isso para nos lembrarmos da nossa humanidade compartilhada, para fortalecer e construir conexões entre as pessoas, ensinar o valor da escuta e incorporar no tecido da nossa cultura um arquivo inestimável de vozes americanas e de sabedoria para as gerações futuras”. Mais: “Nos próximos anos, vamos transformar o StoryCorps numa instituição permanente que irá tocar as vidas de todas as famílias americanas” (STORYCORPS, 2014a).

¹² Para um exemplo, ver/ouvir, na National Public Radio: *The Lives of Blind Brothers Changed When ‘Dad’ Came Knocking*, February 21, 2014. (NATIONAL PUBLIC RADIO, 2014b).

O StoryCorps encontrou amplo e disseminado apoio e entusiasmo nos EUA e em outros países do Ocidente. A organização recebeu o Peabody Award e os três livros de estórias reunidos pelo fundador do StoryCorps, David Isay, são *best-sellers*¹³. Projetos similares, ainda que de menor visibilidade, têm surgido nos EUA nas últimas décadas. O Center for Digital Storytelling, sediado em Berkeley, afirma em seu *website*: “Através de seu trabalho abrangente, o Center for Digital Storytelling transformou a maneira como ativistas comunitários, educadores, agências de serviços humanitários e de saúde, profissionais e artistas pensam o poder da voz individual na construção da mudança” (CENTER FOR DIGITAL STORYTELLING, 2014b). A Community Expressions Ltda., fundada em 2008, depois que seus diretores frequentaram oficinas com Joe Lambert, oferece “oficinas e consultas sobre contação de estórias, diálogo, facilitação, mapeamento da comunidade e mídia social comunitária”, com o objetivo de “ajudar comunidades de todos os tipos a alcançar um futuro saudável e sustentável” (COMMUNITY EXPRESSIONS, 2014).

Projetos inspirados no StoryCorps foram estabelecidos em outros países. No Reino Unido, a BBC iniciou recentemente o Listening Project, que arquiva todas as gravações da coleção de história oral da British Library. Seu objetivo: “Capturar a nação em diálogo para construir uma imagem única das nossas vidas hoje e preservá-la para as futuras gerações” (BBC, 2014). Na Austrália, The Story Project, “uma organização cultural independente sem fins lucrativos” inspirada no StoryCorps, “reúne as pessoas para gravar e compartilhar as suas estórias de vida”. Trechos dessas estórias são divulgados por estações locais de rádio e *online* (THE STORY PROJECT, 2014). No Canadá, The Tale of a Town descreve-se como “uma iniciativa nacional de história oral e teatro que visa capturar a memória comunitária coletiva das ruas do nosso país, uma estória de cada vez” (THE TALE OF A TOWN, 2014).

¹³ Isay também ganhou o Prêmio TED 2015 (COHEN, 2014).

Para quase todos os apoiadores desses projetos de contação de histórias, no cerne de tudo está a convicção de que contar e escutar histórias é positivo, medicinal e empoderador, e pode levar a transformações pessoais e até à mudança social. Nas palavras de Isay: “Escutar é um ato de amor... Se gastássemos menos tempo ouvindo o barulho das rádios fomentadoras de divisões e dos *talk shows* e mais tempo escutando uns aos outros, seríamos uma nação melhor, mais previdente e solidária” (ISAY, 2007, p. 269)¹⁴. O australiano The Story Project afirma: “Acreditamos que o simples ato de compartilhar histórias ajuda a unir as pessoas” (THE STORY PROJECT, 2014). O Center for Digital Storytelling vê a contação de histórias como “uma ferramenta para a mudança” e por isso tem como missão “promover a valorização da história como um caminho para a ação comunitária solidária” (CENTER FOR DIGITAL STORYTELLING, 2014a). O Community Expressions se “dedica a ajudar as comunidades rurais, as organizações sem fins lucrativos e os indivíduos a entrelaçar o velho e o novo, o lento e o rápido, para criar mundos melhores” (COMMUNITY EXPRESSIONS, 2014). Nas palavras (não humorísticas) do humorista político Stephen Colbert, na cerimônia do décimo aniversário do StoryCorps, em Nova York, em 30 de outubro de 2003: “Existe na realidade apenas um enredo: a necessidade de dar e receber amor. E esse é o verdadeiro tema de todas as histórias humanas” (STORYCORPS, 2013).

Tais sentimentos são familiares para os historiadores sociais que têm utilizado a história oral para escrever uma história mais inclusiva e para os praticantes que veem na história oral uma ferramenta poderosa para o ativismo. Coletando as narrativas de vítimas e criminosos, de oprimidos e opressores, eles submeteram suas evidências ao escrutínio histórico ao invés de confiar simplesmente no poder da história. Assim, as práticas da contação de histórias e da história oral diferem bastante, da mesma forma

¹⁴ Ver também FILENE (2011, p. 181).

que os seus resultados e seus modos de publicização. Como ficará claro mais tarde, a história social e o StoryCorps estão em polos opostos da política da história. Enquanto os historiadores sociais enfatizam a diversidade e as diferenças e questionam as causas econômicas, sociais e culturais e os efeitos das hierarquias e da opressão, o StoryCorps está inequivocamente no campo da história consensual que é construída sobre os temas da excepcionalidade americana, da ideia de “uma nação, um povo” e de “uma nostalgia por um passado menos complexo em que éramos um só”. Como demonstrou Roger D. Launius, curador sênior do National Air and Space Museum do Smithsonian, essa história consensual é particularmente popular entre os partidários da direita política e social (LAUNIUS, 2013, p. 31 e 33)¹⁵.

Antes de prosseguir examinando a resposta dos pesquisadores de história oral ao StoryCorps e ao fenômeno mais abrangente da contação de histórias, gostaria de descrever brevemente uma história típica do StoryCorps e a resposta *online* típica por parte do público ouvinte¹⁶. A história “A vida dos irmãos cegos mudou quando ‘papai’ bateu na porta” foi ao ar na NPR na manhã do dia 21 de fevereiro de 2014 e foi divulgada no perfil da rádio no Facebook (NATIONAL PUBLIC RADIO, 2014b)¹⁷. Em pouco menos de três minutos, Ollie Cantos e os trigêmeos de catorze anos de Arlington, Virgínia, contam a história de como conseguiram superar grandes adversidades. Os três garotos nasceram cegos e lutaram, na infância e na

¹⁵ Sobre as políticas antidemocráticas, antipartidárias, pró-consenso dos neoliberais, ver AMABLE (2011, p. 18-21).

¹⁶ Uma ressalva: as conversas de 40 minutos são arquivadas e não estão acessíveis ainda. O principal meio pelo qual o público americano ouve as histórias do StoryCorps é a National Public Radio. O StoryCorps e a NPR têm editores profissionais que elaboram uma história de três minutos a partir do “melhor” das entrevistas gravadas em áudio.

¹⁷ No *site* do StoryCorps, a história recebeu o seguinte título: “I didn’t know that there were other blind people except me and my brothers” (STORYCORPS, 2014c).

adolescência, contra a discriminação sistemática e a pobreza. De acordo com o narrador da NPR, “a sua mãe, solteira, encontrou muitas dificuldades para cuidar deles”. Leo, um dos irmãos, lembra: “Todo dia era, então, acordar, ir pra escola, voltar pra casa, e aí você fica lá pelo resto do dia”. A mãe deles não deixava que saíssem para brincar. O ponto alto da infância dos irmãos foi uma visita ao McDonald’s, quando eles tinham sete anos. Nick, outro irmão, diz que, em certo momento, as coisas eram tão ruins que ele queria cometer suicídio. “Tudo mudou quando eles estavam com dez anos”, explica o locutor da NPR/StoryCorps, quando um homem mais velho da comunidade, Ollie, “ouviu falar da situação da família e bateu na porta”. Ele também tinha nascido cego e lutado contra as dificuldades. Lentamente, Ollie ganhou a confiança dos irmãos. Hoje, eles o chamam de pai. De acordo com o StoryCorps, “Ele está agora a ponto de adotar formalmente os irmãos”¹⁸. Quando Ollie narra como foi ser chamado de pai pela primeira vez, sua voz treme de emoção.

Os ouvintes e leitores podiam deixar comentários no *website* no perfil da NPR no Facebook. Em poucas horas, havia 29 comentários no *site* e 276 no Facebook, além de 6.500 curtidas no Facebook. Depois de três dias, havia 56 comentários no *site* da NPR e 1.675 comentários e mais de 14.000 curtidas no Facebook. Quase todos os comentários eram solidários e positivos, descrevendo a estória como “ótima”, “de aquecer o coração”, “bela”, “incrível”, “emocionante” e “inspiradora”. Muitos mencionaram que tinham ficado com os olhos marejados ou que se sentiam comovidos até as lágrimas. Essa resposta unânime parecia sugerir que a estória era um exemplo do que se poderia chamar o “espírito americano” ou “a humanidade no que ela tem de melhor”. A resposta do público a essa e muitas outras estórias do StoryCorps/NPR faz lembrar, na verdade, as respostas que Michael Frisch identificou nas resenhas de *Hard Times*, livro de Studs Terkel, em 1970

¹⁸ A transcrição da estória está em NATIONAL PUBLIC RADIO (2014c).

(FRISCH, 1972; repr. em FRISCH, 1979).

De certa forma, essa uniformidade das respostas não surpreende. Analisei dúzias de estórias do StoryCorps/NPR e centenas de comentários deixados por ouvintes nos *websites* das duas organizações. A maioria das estórias se concentra na superação das adversidades, que assumem diversas formas: um câncer, a perda de uma pessoa querida, uma lesão desfigurante, uma doença mental, a pobreza, a situação de rua, as deficiências físicas ou mentais, as dificuldades de aprendizagem, a síndrome do *stress* pós-traumático, o abuso sexual, a violência doméstica, o *bullying*, o preconceito, o racismo, o adoecimento ou morte de uma criança, a separação dos pais, um naufrágio, ou mesmo a homossexualidade ou a identidade transgênero. Um bom número dessas dificuldades é resultado das guerras americanas no Iraque e no Afeganistão, nos últimos treze anos, quase todas concentradas em membros das Forças Armadas americanas que foram feridos, ficaram aleijados ou mentalmente prejudicados. Também existem estórias de inspiração e agradecimento: um neurocirurgião que agradece ao professor de ciências do ginásio, um homem de vinte anos que agradece à sua peculiar avó, um morador de rua que agradece a uma imigrante sem documentos por alimentá-lo, dois irmãos agradecidos pelo nascimento de um bebê que transformou a família. Às vezes, aparece uma estória de testemunho histórico: a viúva e a enteada de Spalding Gray, que relembram o dia em que ele desapareceu¹⁹; as enfermeiras que cuidaram de Jackie Kennedy no dia em que seu marido foi assassinado; um criador de cavalos que narra seus dias como dublê de Hollywood em numerosos faroestes;

¹⁹ Spalding Gray: Ator estadunidense famoso pelos monólogos autobiográficos que escreveu e encenou no teatro nos anos 1980 e 1990. Em 2001, sofreu um acidente de automóvel que deixou sequelas graves, incluindo episódios de depressão. Desapareceu de sua casa em Nova York em 11 de janeiro de 2004; em 7 de março, seu corpo foi encontrado no East River. As difíceis condições de vida após o acidente, além de outros eventos biográficos, tornam forte a hipótese de suicídio. (Nota da tradutora)

ou um jovem que lembra a sua participação na marcha de 1963 em Washington²⁰.

Na maioria das vezes, os excertos da NPR/StoryCorps contam histórias de sobrevivência, quase sempre com a ajuda de outra pessoa. Um garoto em situação de rua é acolhido por seu professor; o filho de uma mulher é salvo pela sua melhor amiga; uma família cuida do filho que voltou da guerra no Iraque com danos cerebrais; um pai ajuda seu filho a passar por “um período difícil”; uma mãe solteira protege seu filho da realidade da pobreza; uma mãe ajuda sua filha a vencer a dislexia. Estão ausentes dessas histórias: as instituições estatais, sociais e culturais; o sistema econômico; a religião e qualquer crítica social, econômica ou cultural. Isso, em certa medida, se deve à estética do StoryCorps, que tende a podar as histórias, eliminando as complexidades mais espinhosas, e que, mantendo todos os aspectos potencialmente controversos à distância, permite que “nós, ouvintes, nos projetemos na história: poderia ser eu; pessoas são pessoas” (FILENE, 2011, p. 188). E, o que é mais importante, é também, como procuro demonstrar a seguir, resultado de recentes correntes sociais e culturais subterrâneas que prendem todas as histórias confessionais, autobiográficas e contadas publicamente na camisa de força interpretativa da crença neoliberal de que as pessoas têm seu destino em suas próprias mãos.

É isso, então, que o StoryCorps e projetos similares fazem: produção em massa, difusão e consumo de histórias de amor, generosidade, superação de adversidades e sobrevivência. São muitas vezes comoventes e quase sempre parecem ser apolíticas. Baseiam-se na suposição explícita de que contar e escutar histórias cura os indivíduos e a sociedade. Baseiam-se na suposição implícita

²⁰ Um dos revisores anônimos deste artigo [quando publicado na *Oral History Review*] sugeriu que, conforme os ouvintes foram se familiarizando com o gênero das histórias do NPR/StoryCorps, podem ter feito adaptações no seu estilo de contação; dessa forma, as conversas teriam ficado ainda mais homogêneas. Esse é um excelente ponto, cuja comprovação aguarda uma pesquisa mais detalhada nas histórias arquivadas.

de que as adversidades podem afetar todos os americanos igualmente, de que as dificuldades são uma questão de destino e são, portanto, imprevisíveis, e de que a sobrevivência depende do indivíduo (e talvez de um ou dois ajudantes). A ideologia por trás dessas histórias é a noção neoliberal de um hiperindividualismo que não vê nenhum papel a ser desempenhado pelo Estado ou pela solidariedade nas vidas dos indivíduos americanos. Se falharmos, não podemos culpar a ninguém senão a nós mesmos. Tais histórias excluem e rejeitam qualquer análise política da desigualdade e da injustiça. Tomadas em conjunto, essas histórias de sobreviventes silenciam a crítica cidadã. Esse efeito da contação de histórias não resulta apenas de uma estética do StoryCorps ou da NPR. De um ponto de vista mais abrangente, é o efeito de como a contação de histórias acontece no Ocidente moderno. A menos que investiguemos criticamente a política subjacente à contação de histórias e seus efeitos na sociedade e na democracia, seremos varridos por suas correntes ideológicas subterrâneas. Podemos investigar mais efetivamente esse fenômeno contextualizando-o historicamente e fundamentando a investigação sobre a nossa compreensão a respeito da narrativa e das construções dialógicas da história e da memória nas entrevistas.

Como já disse em outro lugar, o ponto dessa investigação não é descobrir se o StoryCorps e outros projetos similares produzem história oral de boa ou de má qualidade, ou mesmo narrativas históricas de qualquer tipo. Não pretendo desacreditar o StoryCorps ou qualquer outro projeto bem-intencionado. Ao contrário, o ponto é convocar os pesquisadores de história oral para que usem suas ferramentas e habilidades para examinar criticamente e situar historicamente o StoryCorps, a contação de histórias digital e outras formas do que se pode chamar de produção e consumo “*fast food*” de histórias (FREUND, 2009, p. 3, 6).

Queremos mesmo nos sentar de novo em torno da fogueira? A confusão dos pesquisadores de história oral a respeito do StoryCorps

Os pesquisadores de história oral, pelo menos na América do Norte, parecem ter respondido positivamente ao StoryCorps e à onda mais abrangente da contação de estórias. O StoryCorps foi discutido pela primeira vez na *Oral History Review* em 2005, numa resenha de Elisabeth Pozzi-Thanner, que chamava a atenção para a ambição do projeto: “Um *release* para a imprensa espera até 250.000 entrevistas gravadas nos próximos dez anos” (POZZI-THANNER, 2005, p. 103). Um ano depois, Peter Lamothe e Andrew Horowitz escreveram uma resenha sobre o StoryCorps para a seção de resenhas de exposições no *Journal of American History* (LAMOTHE; HOROWITZ, 2006, p. 171). Ainda que questionassem alguns aspectos do projeto, ambas as resenhas eram favoráveis. Ao mesmo tempo, grandes antologias incluíram o StoryCorps e projetos similares como exemplos de produções sonoras hospedadas na *Webe* como modelos para a história pública (HARDY III; DEAN, 2006, p. 553-554; FILENE, 2011). A resposta positiva dos pesquisadores de história oral ao StoryCorps também ficou evidente em 2008, quando a Oral History Association escalou Isay para a palestra de abertura do seu encontro anual. O título da fala era *Escutar é um ato de amor*, que é também o título de seu livro de 2007, cujo subtítulo é *Uma celebração da vida americana pelo Projeto StoryCorps*. No ano seguinte, quatro pesquisadoras de história oral escreveram uma extensa resenha sobre esse livro e sobre o projeto como um todo. Novamente, ainda que questionassem aspectos do projeto, as autoras eram fundamentalmente favoráveis a ele (ABELMANN et al., 2009, p. 255-260).

Apesar de terem aceitado o StoryCorps e empreendimentos similares, os pesquisadores de história oral também formularam perguntas e preocupações, questionando principalmente se o

StoryCorps realmente faz história oral e se é viável como arquivo histórico (POZZI-THANNER, 2005, p. 104; LAMOTHE; HOROWITZ, 2006, p. 173-174). Nancy Abelman, Susan Davis, Cara Finnegan e Peggy Miller sugeriram cautelosamente que a alegação de que o StoryCorps fazia história oral podia estar indo um pouco longe demais; pelo menos as suas “técnicas”, escreveram elas, “diferem das práticas correntes da história oral” (ABELMANN et al., 2009, p. 256). As autoras sustentaram que as histórias eram elaboradas como “momentos pungentes”, que se ajustavam aos “gostos do projeto e à sua ligação com programas da NPR, como o ‘All Things Considered’” (ABELMANN et al., 2009, p. 257). As autoras também questionaram a alegação de que o StoryCorps seguia a tradição do Federal Writers Project (FWP), da década de 1930. Mencionaram que o StoryCorps produzia “fragmentos de emoção a partir de vidas aparentemente individualizadas” e não, como o FWP, documentação histórica sobre grupos sociais específicos (ABELMANN et al., 2009, p. 257). De fato, concluíram, as narrativas produzidas pelo StoryCorps não são história oral, mas um processo pelo qual as pessoas usam uma fórmula específica para produzir “uma jóia permanente” de autodocumentação, no contexto mais amplo de uma “cultura de autodocumentação” (ABELMANN et al., 2009, p. 260). Muitas das preocupações dos críticos também foram explicitadas nas discussões que se seguiram à palestra de abertura de Isay no encontro de pesquisadores de história oral em 2008, alguns dos quais “viam na força emocional do programa do StoryCorps evidência de uma sensibilidade altamente problemática, manipulativa e até mesmo voyeurística, ainda mais distante dos padrões da história oral” (FRISCH, 2011, p. 134-135).

Todas essas críticas foram úteis para estabelecer que o StoryCorps na realidade não fazia história oral. Mas o elefante branco continuava no recinto: Por que o StoryCorps era tão mais bem sucedido – em escopo, financiamento e popularidade – do que qualquer projeto de história oral? Um esboço de resposta pode ser encontrado na calorosa aceitação com que os pesquisadores

de história oral – a despeito de todas as reservas – receberam o StoryCorps e o fenômeno mais amplo da contação de estórias. Ainda que tenham registrado a grande diversidade na contação de estórias e até mesmo explicitado as diferenças fundamentais entre a contação de estórias *à la* StoryCorps/NPR e as estórias produzidas em seus próprios projetos, os pesquisadores de história oral se mostraram ansiosos para embarcar no bonde da contação de estórias, sugerindo que não seria problemático chamar todos os tipos de prática, incluindo a história oral, de contação de estórias, e dessa forma apagar, pelo menos na superfície, todas as diferenças em termos de epistemologia, método, ética e política. Esse deslocamento fica evidente nos títulos que aparecem nos programas dos encontros anuais da Oral History Association, onde, nos últimos anos, “estória” e “contação de estórias” substituíram “voz”, “memória” e “história oral” na lista das principais palavras-chave.

Os pesquisadores de história oral aceitaram a contação de estórias e o fizeram com grande emoção. Essa emoção foi alimentada por suposições nostálgicas a respeito de um passado melhor e por uma romantização da contação de estórias como uma panaceia para os problemas do nosso mundo. Pozzi-Thanner aderiu ao objetivo mais amplo do projeto, que é nos ajudar a escutar uns aos outros: “Em nosso tempo eletrônico, com que frequência as pessoas se sentam juntas e escutam as estórias umas das outras?” O StoryCorps, argumentou ela, “pode encorajar as pessoas a formular questões mais profundas a respeito umas das outras, a escutar com mais cuidado, ainda que apenas durante aquela hora” (POZZI-THANNER, 2005, p. 104). Abelmann et al. (2009, p. 258) concordam:

As estórias também falam da necessidade de diminuir a velocidade e prestar atenção. Concordamos com Isay [quando diz] que as nossas aceleradas vidas são dirigidas pela hipermediação e pela hiper mobilidade e que raramente reservamos tempo para honrar as estórias daqueles que amamos: para ir mais devagar, conversar e, o mais importante, escutar.

A premissa desse argumento é a de que houve um tempo em

que nós nos sentávamos para escutar uns aos outros e hoje já não o fazemos.

Essa nostalgia é o mantra de grande parte do circuito da contação de estórias. Para Lambert, trata-se de “encontrar o caminho de volta até o entorno da fogueira. Por intermédio da contação de estórias digital, todos nós podemos nos tornar contadores de estórias *mais uma vez*” (LAMBERT, 2013, p. 5 – grifos meus). Abelmann et al. (2009, p. 258) veem nisso a “comunicação perfeita”:

Enquanto a vida cotidiana oferece apenas fragmentação, divisão e distração, o StoryCorps cria um universo paralelo que é justamente o oposto: um espaço íntimo e ainda assim semipúblico no qual podemos compartilhar a nós mesmos. No mundo do StoryCorps, o sonho impossível de uma comunicação perfeita pode afinal não ser tão impossível: tudo que precisamos é de um parceiro, um espaço silencioso, suavemente iluminado, um microfone e quarenta minutos. (LAMOTHE; HOROWITZ, 2006, p. 172-173)

Essa premissa – a de que o StoryCorps e outras propostas de contação de estórias nos oferecem uma trilha há muito perdida para um mundo melhor – é mito e faz-de-conta, não história ou política. Implícita nessa premissa está a suposição de que, se encontrarmos nosso caminho de volta até o entorno da fogueira, se pararmos para escutar mais profundamente as estórias uns dos outros, se alcançarmos o “sonho da comunicação perfeita”, então tudo será melhor – vidas individuais e sociedade como um todo. E podemos alcançar tudo isso em quarenta minutos numa sala de estar de mentira com um microfone. Como defendo a seguir, esse mito é operado pelo hiperindividualismo neoliberal e por seus discursos sociais concomitantes: sobrevivência, terapia e trauma.

Os comentários deixados pelos ouvintes da NPR mostram que essa crença na virtude do compartilhar estórias deitou raízes profundas na cultura e na sociedade americanas. Os pesquisadores de história oral, em suas resenhas a respeito do StoryCorps, são afetados de maneira semelhante. Lamothe e Horowitz (2006, p. 172-173) descreveram a experiência da entrevista que fizeram um com o outro na cabine de gravação do StoryCorps. Foram

[...] recebidos por dois membros muito animados da equipe. O pequeno espaço, desenhado para se parecer com uma confortável sala de estar, nos deixou à vontade apesar do imponente equipamento de gravação. Ouvimos algumas instruções simples, assinamos um formulário de autorização... e então um de nós (Andrew Horowitz) começou a entrevistar o outro (Peter Lamothe). Ficamos surpresos com a rapidez com que os quarenta minutos reservados transcorreram.

Eles ficaram “tremendamente impressionados” com a experiência:

Como entrevistado, Peter falou de experiências pessoais que não revisitava há anos. A intimidade do ambiente fez com que ele desejasse ser sincero, e opiniões, tendências e algumas emoções pessoais fortes vieram à tona rapidamente. Ao final, Peter levou consigo a sensação de que para ele o benefício mais significativo do StoryCorps era emocional: a chance de refletir sobre o passado acordou nele de uma só vez a consciência e a alma, a mente e o coração. Da sua parte, Andrew se sentiu privilegiado pela oportunidade de conhecer Peter de uma maneira muito mais pessoal do que o relacionamento deles jamais teria permitido. Se chegamos lá como colegas, saímos como amigos.

Os fãs da contação de estórias aceitariam sem quaisquer reservas essas respostas e sentimentos. Os autores descrevem o efeito quase terapêutico e profundamente transformador da contação de estórias. Ambos sabiam que estavam produzindo uma gravação que poderia ser disponibilizada para uma audiência de milhões de pessoas. Os pesquisadores de história oral sabem que se trata de uma experiência pouco usual, não um evento cotidiano. A maior parte dos nossos momentos são muito mais privativos; nossas conversas em torno da mesa da cozinha ou do refrigerador podem ser escutadas por não mais do que meia dúzia de pessoas. Ainda assim, foi na mais pública das circunstâncias que os dois homens sentiram tal nível de intimidade e privacidade que puderam “ser sinceros” e compartilhar estórias e emoções, presumivelmente não compartilháveis na privacidade de seus escritórios, num jantar, numa viagem de automóvel ou durante um jogo de golfe. Os efeitos que

Horowitz e Lamothe descrevem nos fazem lembrar da catarse ocasionada pela confissão ou pela psicanálise. A diferença, no entanto, é que a confissão de Lamothe poderia potencialmente ser veiculada para o mundo de forma instantânea e ambos os pesquisadores estavam plenamente conscientes disso, tendo cedido seus direitos ao StoryCorps e à NPR. E ainda assim, a única coisa que acharam “intimidante” foi o equipamento de gravação, não o fato de que seu “eu interior” seria divulgado para o mundo. Foi uma experiência de confiança ou de autoengano? Como chegamos a esse lugar – nem sempre estivemos aqui e essa situação tem se prolongado por um bom tempo –, onde achamos completamente normal e até mesmo medicinal compartilhar com o público os aspectos mais íntimos das nossas vidas? Quais as implicações disso para a história oral?

Abelmann *et al.* (2009, p. 255) viram o StoryCorps de forma mais crítica, mas também mostraram um apoio carregado de emoção ao projeto. Compartilharam um “fascínio pelo StoryCorps”:

Nossas discussões foram inspiradas pelos momentos emocionalmente eletrizantes do programa radiofônico semanal, pela dedicação dos facilitadores do Corps, que reconhecíamos, pela participação ativa do público nas cabines itinerantes de gravação e pelo anúncio de que as entrevistas do StoryCorps seriam arquivadas na Biblioteca do Congresso.

Ainda que não vissem o StoryCorps como história oral, queriam “pensar no lugar que essa atividade ocupa na genealogia da história oral” (ABELMANN *et al.*, 2009, p. 255). As autoras compararam as estórias do StoryCorps com “instantâneos num álbum de recortes” ou “breves tributos públicos ao poder da estória”. Também viam essas estórias como “parte de um legado americano de celebração do ‘comum’”, sem especificar o que seria essa tradição. Descreveram as estórias como “ternas celebrações da intimidade, comunicadas de forma paradoxal através da grande rede midiática do StoryCorps”. Não elaboraram esse paradoxo, ainda que ele pareça estar no centro de uma explicação para o fenômeno da contação de estórias. Ao invés disso, concentraram-se na

emotividade das estórias e o fizeram de forma pessoal e solidária.

Realmente, a emoção guia boa parte da resposta do público e dos pesquisadores de história oral ao StoryCorps e ao fenômeno da contação de estórias. “O que torna o StoryCorps tão influente?”, pergunta o historiador público americano Benjamin Filene. “Por que milhões de pessoas percorrem soluçando o trajeto de casa até o trabalho e voltam [a sintonizar] para ouvir mais?” (FILENE, 2011, p. 175). São importantes questões que Filene responde apenas com outra pergunta: “O projeto ilustra o alcance [da atitude] de deixar que as pessoas contem suas próprias estórias?” Mas é claro, como aponta o próprio Filene (2011), que essas não são suas próprias estórias. A maioria das pessoas não é capaz de contar suas estórias em três minutos e levar milhões de pessoas às lágrimas. Como Abelmann et al. (2009) e Filene (2011) mostram, as lágrimas de sexta de manhã são produto de uma edição profissional, não de algum misterioso poder inerente à contação de estórias. O StoryCorps e a NPR escolhem cuidadosamente trechos do material bruto e elaboram estórias selecionando, reorganizando e produzindo um arco narrativo cujo propósito é fazer com que os ouvintes chorem. Assim como as estórias, o efeito provocado é homogêneo. Abelmann et al. (2009, p. 259) escrevem:

O que unifica as entrevistas do StoryCorps como celebrações, rituais ou instantâneos é a maneira semelhante, quase uniforme, com que elas evocam as emoções do ouvinte/leitor. O ouvinte, como proclama o título, vai amar escutar e, acrescentaríamos, vai se emocionar (até as lágrimas). O leitor pode experimentar a mesma fisgada emocional... Essas são, parece, as conversas que gostaríamos de ter (ou que gostaríamos de ter tido) com uma pessoa amada que está morrendo.

Emocionar-se até as lágrimas é a reação mais frequente a essas estórias nas respostas *online* do público ouvinte. E os acadêmicos não têm vergonha de começar seus artigos admitindo: “Posso contar com as manhãs de sexta para chorar bastante” (FILENE, 2011, p. 174). Chorar parece ser parte integrante do fenômeno da contação de estórias. O apresentador da Edição da Manhã da NPR, Steve

Inskip, se deleita com o fato de que chorava regularmente ouvindo as vinhetas do StoryCorps (NATIONAL PUBLIC RADIO, 2013a; 2013b).

Será que os pesquisadores de história oral “compraram” a emotividade da contação de histórias, mesmo sabendo que as histórias da NPR, como os dramas hollywoodianos, são editados com o propósito de nos fazer chorar? Será que eles compraram a ideia de que a contação de histórias sempre compartilha e empodera, mesmo sabendo que os participantes do StoryCorps não têm controle algum sobre o trabalho de edição? Eles concordam que a experiência seja reduzida à emoção, especialmente quando o leque de emoções permitido no StoryCorps é estreito e parece excluir emoções desconfortáveis para o público consumidor, como a revolta contra injustiças políticas e desigualdades econômicas ou o ódio nascido do nacionalismo ou da pobreza? É difícil resistir à “figada emocional” da contação de histórias enquanto cura e empoderamento. Muitos daqueles que escrevem sobre o StoryCorps parecem concordar com Filene (2011), quando ele argumenta que “o projeto mostra que a emoção transmite significado de forma poderosa e é significativa em si mesma”. Se a história oral nos ensinou alguma coisa, no entanto, foi que a emoção é enganadora, ilusória, nunca autoexplicativa. Não sabemos porque as pessoas choram quando contam uma história, mas podemos ter certeza de que elas o fazem por outras razões que não as nossas quando choramos com elas. Além disso, ainda que o movimento de contação de histórias reduza as emoções ao amor e às lágrimas (normalmente por causa de um final feliz), nossos entrevistados nos falam também de outras emoções, incluindo raiva, ódio, revolta e medo²¹. Finalmente, a emoção particular nos engana e nos faz

²¹ Ainda que outras emoções estejam ausentes das histórias editadas, seria interessante ver com que frequência elas aparecem nas conversas de 40 minutos. Esse *corpus* de fontes nos ajudará a escrever uma história da mentalidade da sociedade americana no começo do século XXI, mas seu uso para uma história das emoções pode ser limitado.

confundir simpatia com empatia. Com frequência, acreditamos ter alcançado a empatia quando tudo o que fizemos foi sentir simpatia. Mas apenas um desses dois, como enfatiza Allison Landsberg, demanda trabalho intelectual: a empatia (LANDSBERG, 2009, p.222-223). É por isso que os historiadores não lidam com a simpatia; lidam com a empatia. No entanto, é difícil resistir à fisgada emocional porque ela tem raízes em forças sociais profundas: a confissão pública (cultura de massas do início do século XXI), a ascensão de um hiperindividualismo neoliberal e a emergência da cultura terapêutica e de uma obsessão com o trauma e a sobrevivência, desde a década de 1970 (FREUND, 2014). Todas essas forças sociais devem ser consideradas quando da contextualização do fenômeno da contação de histórias.

Por que falamos de nós mesmos? Neoliberalismo, hiperindividualismo e cultura da terapia

Existe uma crença amplamente difundida de que a contação de histórias faz parte do conjunto das forças sociais democratizantes que emergiram depois da Segunda Guerra Mundial e que incluem a ascensão da classe média, o movimento pelos direitos civis, o movimento feminista, a expansão da educação superior e o movimento estudantil e, de forma mais geral, o fortalecimento da esquerda e do liberalismo. Na academia, a história social e a escrita de uma história mais inclusiva foram expressões dos anos 1960 (ADAIR; FILENE; KOLOSKI, 2011, p. 11). A história oral se vê normalmente dentro dessa tradição, fornecendo uma metodologia que revela a voz do passado e um campo de pesquisa que discute criticamente os métodos e a ética da entrevista e da interpretação. Os curadores dos museus e outros historiadores públicos, que se viram sob grande pressão para fazer o público participar ativamente e contribuir para as suas exposições, entraram na conversa: “Depois de trabalhar por uma geração contando histórias que

des-centralizam as elites, os museus agora estão des-centralizando os contadores de estórias das elites, também” (ADAIR; FILENE; KOLOSKI, 2011, p. 11). Realmente, a contação de estórias por todos e para todos, amplamente compartilhada *online*, é vista cada vez mais como uma ferramenta de democratização para o empoderamento individual e a mudança social. Mas isso é apenas parte da estória. A tentativa de democratizar a sociedade por meio da contação de estórias também tem sido moldada pelo individualismo crasso do neoliberalismo e pelo concomitante crescimento da cultura da terapia. Precisamos olhar tanto para a democratização quanto para o hiperindividualismo do livre mercado para entender por que, apenas uma geração depois que os pesquisadores de história oral se queixaram de que os americanos comuns relutavam em contar suas estórias, eles agora mal conseguem refrear o impulso de disponibilizar os detalhes mais íntimos de suas vidas na *World Wide Web*²².

O historiador americano Thomas Borstelmann identificou os anos 1970 como uma década crucial na história dos EUA. Duas grandes correntes subterrâneas emergiram nessa época: foi uma era de crescente igualdade social e crescente desigualdade econômica (BORSTELMANN, 2012, p. 3-4, 17, 21-22, 153-62, 175, 214). Na primeira metade do século XX, os americanos abraçaram cada vez mais um espírito igualitário, que via todas as pessoas como iguais e rejeitava as hierarquias tradicionais e as autoridades. Depois da Segunda Guerra Mundial, e em meio à abundância econômica do pós-guerra, a democratização social e jurídica estendeu ainda mais esse movimento na direção de uma maior igualdade. Na esteira dos movimentos progressistas dos anos 1960 e 1970, as mulheres, as minorias raciais e étnicas e outras minorias ganharam maior acesso à proteção das leis, à educação, ao emprego, à moradia e à assistência à saúde. A segregação racial foi abolida;

²² Sobre o deslocamento geracional do esquecimento dos sobreviventes do Holocausto para a lembrança da segunda geração, ver STEIN (2009, p. 37-38).

os afro-americanos podiam agora frequentar escolas melhores e, cada vez mais, ir à faculdade e à universidade. O sexismo e o patriarcado foram pelo menos reconhecidos, se não enfrentados, pelas políticas de ação afirmativa. Ao mesmo tempo, as normas sociais e os valores morais relativos à sexualidade, à família, ao uso recreativo de drogas, ao vestuário ou ao estar em público, todos se tornaram mais brandos (BORSTELMANN, 2012, p. 53-63, 123).

As dramáticas mudanças, crises e choques da década de 1970 deixaram uma grande parte da população americana profundamente inquieta. Na esteira da crise do petróleo, em 1973, as bolsas de valores despencaram, uma recessão sucedeu à outra, houve uma inflação maciça, uma desindustrialização e uma transferência da indústria manufatureira para a indústria de serviços; todas essas mudanças resultaram na diminuição dos salários reais, no aumento do desemprego e da pobreza e na concentração da riqueza na classe mais alta (STEGER; ROY, 2010, p. 9; BORSTELMANN, 2012, p. 133-134). A situação da classe média, recentemente expandida, se tornou precária e os seus membros ansiosos. A inflação atingiu mais fortemente os mais pobres e os níveis de pobreza aumentaram de forma constante depois de 1973 (BORSTELMANN, 2012, p. 134-135). Os choques políticos dessa época, particularmente a Guerra do Vietnã e o Caso Watergate, também foram grandes. Muitos americanos perderam a confiança no efeito positivo do governo sobre as suas vidas. Houve também uma reação contra a cultura *hippie*, que uma Direita Cristã emergente culpava pelo declínio dos valores familiares, pelo aumento no número de divórcios e de lares desfeitos e pelas crescentes taxas de uso de drogas e de criminalidade (BORSTELMANN, 2012, p. 8, 53-63, 123). Abalados por todos esses choques, os americanos se voltaram para dentro e concentraram sua atenção em si mesmos. Depositaram toda sua confiança na economia privada, acreditando no dogma segundo o qual a competição individual forneceria as melhores soluções para todos os aspectos da vida. Isso abriu caminho para ideias

neoliberais como a competição sem restrições do livre mercado, a desregulamentação e o individualismo a qualquer custo, que, a princípio lentamente, e de maneira mais enérgica da década de 1980 em diante, substituíram a regulamentação governamental e o bem-estar social. O neoliberalismo provocou um deslocamento da cidadania para o consumismo e do bem comum para a escolha individual. Levou também a uma crescente desigualdade econômica (BORSTELMANN, 2012, p. 126-133, 153-55; STEGER; ROY, 2010, p. 12, 14, 27-8, 47; AMABLE, 2011)²³.

Essas duas contracorrentes – o aumento da democratização social e da igualdade jurídica por um lado e o aumento da desigualdade econômica e a ética liberal da autoconfiança por outro – têm crescido nas últimas décadas (AMABLE, 2011, p. 6). Mas ainda que as duas tendências se contradigam com respeito à noção de igualdade, ambas apoiam e reforçam um hiperindividualismo crasso (BORSTELMANN, 2012, p. 21-22, 175, 214). O individualismo tem uma longa história nos EUA e uma ligação ainda mais antiga com o capitalismo, que se baseia “numa ética individualista de trabalho intensivo” (AMABLE, 2011, p.14; a esse respeito ver também CALLERO, 2013, p. VIII). Veio à tona nas entrevistas de história oral muito antes dos anos 1970. Na década de 1960, como argumenta Frisch (1979, p. 77), aqueles que falavam das suas experiências durante a Grande Depressão

[...] tendiam a ver seus problemas de forma atomizada, alienada. Vergonha, um senso de fracasso pessoal, uma obsessão inevitável pelas preocupações pessoais, uma insegurança paralisante em várias

²³ Tim Flannery argumenta que a ascensão do neodarwinismo e a popularidade de seus expoentes, como Richard Dawkins, coincidiu com o crescimento do neoliberalismo: “Tendemos a usar ideias como a do gene egoísta para justificar nossas práticas egoístas e socialmente destrutivas. É significativo, eu acho, que os livros de Dawkins tenham recebido tantos aplausos na véspera da década de 1980 – a era em que a ganância era percebida como algo bom e o livre mercado era venerado” (FLANNERY, 2010, p. 18).

dimensões – tudo isso é descrito repetidamente como a resposta pessoal predominante²⁴.

As pessoas viam a história através de suas experiências individuais; de fato, elas misturavam história e memória individual. As consequências, de acordo com Frisch, foram pessoais – incluindo “cicatrizes psíquicas, memórias dolorosas e um senso de responsabilidade excruciante” – e políticas:

Qualquer um que tenha se perguntado por que a crise da Depressão não produziu críticas mais focadas na cultura e no capitalismo americano, mais esforços duradouros na direção de mudanças estruturais fundamentais, encontrará mais evidências nesses testemunhos do que em qualquer outra fonte que eu conheça. Vendo as pessoas transformarem a história em memória biográfica, o geral em particular, vemos como elas tentaram preservar uma validação profunda da sua vida e da sua sociedade, e como adiaram o julgamento cultural mais profundo sugerido pela crise da Depressão (FRISCH, 1979, p. 77).

Apesar da brutal edição, as histórias da NPR/StoryCorps e outros produtos similares revelam a “memória dolorosa” do “capitalismo do desastre” do início do século XXI. (KLEIN, 2007; PIKETTY, 2014)

Os efeitos ocultos do individualismo, incluindo o “senso de responsabilidade excruciante”, não abrandaram durante a década de 1970, mas diversos fatores levaram a uma reinterpretação que deu a essas experiências um impulso positivo, deslocando-as da vergonha em direção à sobrevivência e à vitória. O foco no eu e na

²⁴ ROSENFELD (1995, p. 35-40) descreve a resposta do público americano à história de Anne Frank de modo similar; desde os anos 1950, as audiências americanas e os críticos se sentiam “elevados” e “inspirados” pela “humanidade triunfante”. A história muitas vezes desencadeou identificação e mesmo “fantasias de sobrevivência” (p. 37). Rosenfeld argumenta que todos os grandes monumentos americanos sobre o Holocausto – das montagens de Anne Frank na Broadway até o US Holocaust Memorial Museum e os filmes de Hollywood – permitem que as audiências desviem o olhar da escuridão da história para se concentrar na (às vezes imaginada) sobrevivência do indivíduo (p. 38).

sua expressão pública foram cada vez mais celebrados. Alguns observadores ficaram consternados diante do que percebiam como um narcisismo hedonista. O jornalista Tom Wolfe (1976) chamou os anos 1970 de a “Década do Eu”. O historiador e crítico cultural Christopher Lasch (1979) descreveu essa nova cultura americana em 1979 como uma “cultura do narcisismo”. No mesmo ano, o sociólogo americano Charles Derber identificou uma crescente demanda por atenção na sociedade americana (DERBER, 2000). Até o presidente Jimmy Carter entrou na conversa, repreendendo seus pares americanos: “Numa nação que se orgulhava do trabalho duro, das famílias fortes, das comunidades unidas e da fé em Deus, hoje muitos de nós tendem a cultivar a autoindulgência e o consumo” (BORSTELMANN, 2012, p. 12; ver também p. 125, 146). Certamente, nos anos 1970, o engajamento cívico diminuiu de forma constante, desde o seu auge nos anos 1950 e 1960. Os americanos se concentraram no autoaperfeiçoamento, na autoexpressão, na autogratificação e na autoindulgência (BORSTELMANN, 2012, p. 125, 146; VEROFF; DOUVAN; KULKA, 1981). Voltaram-se *en masse* para “a esfera privada do consumismo”, num movimento facilitado pelo comércio 24 horas, pela indústria do crédito em expansão e pelo surgimento dos cartões de crédito pessoais (BORSTELMANN, 2012, p. 144-145).

Nas últimas três décadas, essa crítica foi se tornando mais rigorosa. Em 2000, Derber revisitou seu estudo anterior a respeito do americano sedento de atenção e descobriu que o problema tinha se aprofundado e ampliado. Ele argumenta que

[...] a busca por atenção hoje está disseminada e institucionalizada, foi incorporada ao nosso ser através dos novos sistemas de mídia, negócios e tecnologia, e é alimentada pelas novas e dolorosas privações que atormentam a nossa psique. O resultado é o vírus altamente transmissível de um comportamento prosaico, mas desumanizante, que sutilmente nos afasta uns dos outros e transforma as interações cotidianas numa competição velada por reconhecimento e respeito. (DERBER, 2000, p. XXV)

Entre as tendências identificadas, ele registra “a ascensão da

autoexposição da intimidade como gênero artístico e midiático elegante”, que inclui os romances confessionais e os *trash talk shows* que contaminam a vida cotidiana:

A maioria das pessoas nunca aparece nos *talk shows*, mas muitas adotam práticas parecidas em sua vida social e buscam chamar a atenção dos amigos e colegas de trabalho falando sem parar sobre seus problemas íntimos. Seja o trauma que sobrou de uma infância difícil, os problemas conjugais ou simplesmente as obsessões neuróticas que perturbam o nosso estado de espírito todos os dias, tais tópicos se tornaram assunto de conversas comuns... [que] muitas vezes evoluem para desabafo desinibidos acerca de problemas pessoais e se transformam em apelo ou numa disputa por apoio. (DERBER, 2000, p. XVIII)

Esse comportamento foi facilitado pelas novas tecnologias, que permitem explorar “formas de chamar a atenção nunca antes imaginadas” (DERBER, 2000, p. XVIII). Derber nota secamente: “Uma era de ensimesmamento não é propícia nem para a democracia nem para a comunidade” (DERBER, 2000, p. XXV).

Outros críticos sociais foram igualmente mordazes em sua avaliação da psique americana. Na sombria visão de Chris Hedges, em 2009, os americanos são em sua maioria semianalfabetos e anulados por um sistema político corrupto e um sistema econômico explorador. Escapam para mundos de fantasia, narrativas de vitimização e autopiedade (HEDGES, 2009). Outros concordam, mas afirmam que os americanos estão sob a pressão cada vez maior da necessidade de ser bem sucedido. O psicólogo Jean M. Twenge (2006) identificou o grande grupo dos americanos de classe média nascidos nos anos 70, 80 e 90 do século XX como a “Geração Eu” – uma geração que foi convencida pela televisão, pela escola e pelos pais a se colocar sempre em primeiro lugar. Considerando os problemas econômicos da época, não se trata de uma geração mimada ou egoísta, mas uma geração com expectativas altas – expectativas cada vez mais difíceis de alcançar. A Geração Eu era sintoma de uma “epidemia” de narcisismo. Twenge e seu colega W. Keith Campbell escreveram: “O foco da cultura americana na

autoadmiração causou uma evasão da realidade em direção à terra dos sonhos de grandeza” (TWENGE; CAMPBELL, 2009, p. 4). Mesmo que não concordemos com o excesso e o conservadorismo moral do diagnóstico que esses críticos sociais fazem do individualismo ocidental, podemos situar a contação de histórias no âmbito do conceito de “modernidade líquida” de Zygmunt Bauman, modernidade essa que “faz emergir uma ‘identidade privada’ – de fabricações de curto prazo, voltadas para o mercado, episódicas, do eu” (ELLIOTT, 2007, p. 14).

Por se concentrarem no indivíduo entrevistado, os pesquisadores de história oral têm há muito andado na corda bamba do individualismo, tentando equilibrar os êxitos de seus narradores com as estruturas socioeconômicas e os padrões históricos mais amplos que restringem suas vidas. Mas no mercado das histórias, as narrativas dos pesquisadores de história oral são muitas vezes complexas demais, sombrias demais e críticas demais em relação à nação. Na contação de histórias, a celebração inequívoca e muitas vezes patriótica da sobrevivência e do sucesso do indivíduo não se deixa constringer pelo contexto histórico. Essas histórias simples, que celebram uma nação de sobreviventes e o Espírito Americano, são muito mais fáceis de digerir. Temo que, ao confundir a história oral com a contação de histórias, em sua tentativa de imitar o sucesso do StoryCorps, os pesquisadores de história oral estejam se expondo cada vez mais ao risco de seguir esse modelo de relato.

A tarefa de diferenciar a contação de histórias é particularmente difícil porque ela alardeia enfaticamente o seu poder de curar os indivíduos e a sociedade. Desde a década de 1970, os americanos aprenderam a falar de si mesmos e a fazê-lo de uma maneira específica: como sobreviventes. A nova linguagem da sobrevivência tem origem nas lembranças do Holocausto, conduzidas principalmente pela geração dos filhos dos sobreviventes do Holocausto, e por ativistas do feminismo que afirmavam que aqueles que sobreviveram ao abuso sexual precisavam contar suas experiências em público para acabar com a epidemia amplamente disseminada de incesto e violência contra as crianças e as mulheres.

Contar uma estória de sobrevivência tirava da pessoa o estigma de ser uma vítima e permitia que as audiências se sentissem ligadas a ela através do “espírito de humanidade” e da subjacente narrativa de esperança (STEIN, 2009, p. 27-53; ROSENFELD, 1995, p. 38; GILMORE, 2010)²⁵.

Na década de 1970, os americanos não apenas aprenderam a falar de si mesmos como sobreviventes; eles também passaram a esperar benefícios da atitude de contar publicamente suas estórias de sobrevivência. Os relatos pessoais eram moldados pela linguagem da psicanálise e da terapia, que se tornara popular como forma de monitorar, diagnosticar e relatar a si mesmo, a própria família e o próprio mundo. De fato, alguns críticos sociais têm notado que, no último meio século, uma cultura terapêutica, ou cultura da terapia, surgiu no Ocidente. No começo da década de 1960, o psicólogo americano Philip Rieff afirmava que as pessoas tinham se distanciado de um compromisso com a comunidade, a igreja ou o partido na direção de um compromisso com elas mesmas, concentrando toda a atenção na sua vida interior e buscando libertar-se com a ajuda de terapeutas e terapias. Os americanos, argumentava Rieff, já não encontravam seu propósito na vida através da comunidade, mas sim garantindo o próprio bem-estar (RIEFF, 1966). Realmente, durante os anos 1970, a demanda por terapia cresceu e o número de psicólogos clínicos nos EUA triplicou (BORSTELMANN, 2012, p. 125). Desde a década de 1980, um número cada vez maior de críticos registra o surgimento da cultura terapêutica e a consequente despolitização da sociedade (BECKER, 2005; ILLOUZ, 2008; WRIGHT, 2011; STEIN, 2009).

O sociólogo britânico Frank Furedi escreveu recentemente a respeito da “cultura da terapia” na sociedade ocidental e descobriu que as pessoas se autoengrandecem muito menos e são muito

²⁵ Alyson M. Cole afirma que os americanos denunciaram narrativas sobre a vitimização e a condição de vítima para encobrir o sofrimento, os ferimentos e as injustiças e abafar a resposta política que eles exigem. Ver COLE (2007).

menos narcisistas do que os antigos críticos nos fizeram acreditar. Na verdade, as pessoas se tornaram vítimas de uma cultura da terapia na qual toda emoção negativa é diagnosticada e demanda tratamento médico, onde elas são encorajadas a se ver como doentes e, conseqüentemente, “a dar sentido a episódios dramáticos através de termos emprestados da saúde mental” (FUREDI, 2004, p. 6-7). Furedi escreve:

Hoje tememos que os indivíduos não possuam a resiliência necessária para lidar com os sentimentos de isolamento, frustração e fracasso. Ao patologizar as respostas emocionais negativas às pressões da vida, a cultura contemporânea involuntariamente encoraja as pessoas a se sentirem traumatizadas e deprimidas por experiências até então encaradas como rotineiras. (FUREDI, 2004, p. 16)²⁶

Essa tendência de perceber uma grande gama de males individuais e coletivos por meio da linguagem terapêutica do trauma, e de recorrer às formas públicas de testemunho, confissão e terapia, foi identificada também por outros críticos (HOFF; SATEL, 2006; FASSIN; RECHTMAN, 2007; PECK, 2010). De acordo com eles, a terapia se tornou uma visão de mundo que domina a sociedade ocidental. Furedi escreve: “Hoje, com o surgimento do tom confessional, o apagamento da linha que separa o privado do público e a poderosa afirmação do emocionalismo, poucos relutam em afirmar que ela se tornou uma força cultural formidável” (FUREDI, 2004, p. 17, 22)²⁷. Furedi vê a cultura da terapia como um fenômeno recente:

²⁶ Os relatos de Illouz (2008) e Wright (2011) são mais nuançados do que os de Rieff (1966) ou Furedi (2004). Wright argumenta contra a “teorização excessivamente negativa” (p. 5) e complica a teoria da virada terapêutica ao concentrar a atenção na “confusa realidade da vida cotidiana” (p. 4), que aparece nas suas entrevistas com pessoas que falam de suas experiências terapêuticas.

²⁷ Furedi, como Rieff e Lasch, afirma que a cultura da terapia pode surgir no vácuo de produção de sentido deixado pelo declínio da igreja e da religião. Considerando a ressonância, nos EUA e em outras partes do mundo ocidental, da igreja e da religião, acredito que precisamos entender melhor

É fácil esquecer que a aplicação promíscua do diagnóstico terapêutico na descrição da condição das pessoas que enfrentam infortúnios é um produto da década passada, mais ou menos. Hoje, mesmo as menores tragédias ocasionam intervenções de conselheiros para situações traumáticas e de terapeutas profissionais. (FUREDI, 2004, p. 19)

O “gerenciamento do eu” está agora aberto às intervenções das instituições estatais, públicas e privadas.

A cultura terapêutica, afirma Furedi, também molda a interpretação histórica e a comemoração pública. Ele até mesmo alega que nós agora temos “uma verdadeira indústria para a reescrita da história de acordo com a imaginação terapêutica corrente” (FUREDI, 2004, p. 21). As comemorações são agora encenadas sob a forma de uma terapia pública em massa, o que “pode predispor as pessoas a reagir a eventos importantes, como o 11 de setembro, como potenciais vítimas de trauma e não como cidadãos preocupados” (FUREDI, 2004, p. 16). Furedi alega que a memorialização do 11 de setembro, depois da memorialização do atentado de Oklahoma, deslocou o foco das comemorações – do propósito comunitário para a terapia individual, “de uma comunidade enlutada para uma comunidade de enlutados... O luto se tornou não tanto um ato de rememoração dos mortos, mas uma afirmação terapêutica a respeito dos sobreviventes” (FUREDI, 2004, p. 14-15).

Posicionados no cruzamento da história com a memória, os pesquisadores de história oral não podem senão desanimar diante da sugestão de Furedi de que, pela sua associação com a contação de histórias, a história oral se enredou na cultura da terapia. Infelizmente, a nossa resposta emocional, e por vezes acrítica, ao fenômeno da contação de histórias fornece evidências adicionais de que, pelo menos em alguns aspectos, precisamos

como as práticas a elas relacionadas alimentaram a cultura terapêutica. A análise realizada por Foucault a respeito da emergência da psicanálise a partir das práticas religiosas confessionais é um começo. FOUCAULT (1990); FREUND (2014).

reaver nosso ceticismo.

O crescimento da cultura da terapia está intimamente ligado à ascensão do movimento de autoajuda, que por sua vez encontra terreno fértil na contação de estórias. Contar estórias – segmentar a vida em episódios inspiradores de sobrevivência individual – se relaciona, sem dúvida, com aquilo que a crítica social americana Barbara Ehrenreich (2009) chama a “ideologia americana do pensamento positivo”. Ehrenreich identificou uma indústria multimilionária – livros e DVDs de autoajuda, oficinas de pensamento positivo, “dezenas de milhares de ‘instrutores para a vida’, ‘instrutores executivos’ e palestrantes motivacionais”, além de vários outros “instrutores, pregadores e gurus de diversos tipos” –, que consegue lucrar brincando com o medo que os americanos têm de não conseguir controlar suas vidas, ensinando a eles um “otimismo injustificável” e uma “autoilusão deliberada”. O pensamento positivo não é causa ou efeito do sucesso, mas “é guiado por uma terrível insegurança”. O pensamento positivo, argumenta Ehrenreich, é um forte aliado das duas forças motrizes do século XX e do começo do século XXI: o nacionalismo e o capitalismo. Ehrenreich escreve que

[...] o pensamento positivo se mostrou útil como uma apologia dos aspectos mais cruéis da economia de mercado. Se o otimismo é a chave para o sucesso material, e se você pode chegar a uma perspectiva otimista através da disciplina do pensamento positivo, então não existe desculpa para o fracasso. O outro lado da positividade é, assim, uma rigorosa insistência na responsabilidade pessoal: se o seu negócio fracassa ou o seu emprego é eliminado, deve ser porque você não tentou o suficiente, não acreditou firmemente o bastante na inevitabilidade do seu sucesso. Conforme a economia trouxe mais desemprego e turbulência financeira para a classe média, os promotores do pensamento positivo foram enfatizando cada vez mais esse julgamento negativo: sentir-se desapontado, ressentido ou desanimado é ser uma “vítima” e um “resmungão” (EHRENREICH, 2009).

Vemos esse pensamento positivo estruturando muitas das estórias manufaturadas no setor de contação de estórias. Ele pode

ser visto também, pelos comentários no Facebook e em outros lugares, no público consumidor. A análise de Ehrenreich aponta outra área que precisamos considerar ao contextualizar o fenômeno da contação de estórias. O StoryCorps pode ter nascido no contexto do 11 de setembro e do furacão Katrina, mas esses dois acontecimentos – habilmente recontados pelas agências do governo e pela Fox como “catástrofes nacionais” – são apenas eventos de superfície. Mais abaixo, a angústia americana é construída sobre as inseguranças econômicas, militares, sociais e culturais que dominaram a vida americana desde a década de 1970. Da desindustrialização à crise financeira de 2008, do Vietnã ao Iraque e ao Afeganistão, da deterioração dos sistemas educacional e de assistência à saúde, e das guerras raciais dos anos 1970 ao aumento estrondoso da violência na cultura popular, os americanos têm boas razões para recorrer ao pensamento positivo e às estórias inspiradoras à *la Chicken Soup for the Soul* [*Canja de Galinha para a Alma*]²⁸.

Contação de estórias versus história oral: a política da história e da memória

Os proponentes da contação de estórias alegam que ela promete um caminho para um mundo melhor precisamente por evitar a política. Para Colbert e outros, a contação de estórias que acontece no StoryCorps é o oposto da política:

Vivemos num tempo em que absolutamente tudo é fonte de divisão. Tudo funciona como uma declaração política. Cidades costeiras x cidadezinhas. Republicanos x Democratas, MSNBC x FOX, Costco x Sam’s Club. Mas você não ouve qualquer agenda política no StoryCorps – você não ouve agenda nenhuma. Você ouve apenas um desejo de compartilhar. (STORYCORPS, 2013)

²⁸ O livro *Chicken Soup for the Soul: 101 Stories to Open the Heart and Rekindle the Spirit*, de Jack Canfield e Mark Victor Hansen (1993), é o primeiro de uma longa e persistente série de livros e outros produtos inspiradores baseados numa compilação de estórias pessoais.

Os pesquisadores de história oral aceitaram essas alegações? Lamothe e Horowitz argumentam:

Através da veiculação de trechos de entrevistas na National Public Radio, o StoryCorps disponibiliza a uma ampla audiência o melhor do que a história oral pode oferecer: ao focar em pequenas narrativas pessoais que ecoam os temas mais abrangentes da experiência humana, essas estórias insistem na inclusão de indivíduos comuns no registro histórico e forçam uma compreensão democrática da história. (LAMOTHE; HOROWITZ, 2006, p. 173)

De modo similar, Abelmann et al. (2009, p. 258) acreditam que “as entrevistas do StoryCorps são uma forma complexa de ritual entre pessoas muito próximas. O que liga essas pessoas não são as coordenadas sociológicas, as grandes narrativas ou a integridade histórica, mas a sua sensibilidade”.

Como apontou Michael Frisch em 1972, uma das três questões básicas a formular sobre qualquer *corpus* de histórias orais é: quem está falando? Ainda que aparentemente o StoryCorps cubra uma vasta gama de pessoas, a falta de dados biográficos básicos torna obscura a composição demográfica dos participantes. Homens e mulheres participam igualmente? Pessoas de todas as idades, raças, grupos étnicos e classes sociais participam em proporções semelhantes às que ocorrem na população como um todo? Pessoas de todas as convicções políticas e crenças religiosas estão proporcionalmente representadas? Como mostrou Filene, pelo menos para os propósitos da contação de estórias na NPR, tais informações são intencionalmente suprimidas. O StoryCorps quer defender a ideia de que todos os americanos são iguais. Faz isso sob a égide da democratização, da inclusão e do humanismo. Por exemplo, o *background* racial ou a classe social dos trigêmeos cegos cuja estória lemos anteriormente não desempenham nenhum papel no enredo – nem o acesso (ou a falta de acesso) da mãe à ajuda pública ou privada. Eles são americanos e, sendo eles brancos ou negros, pobres ou ricos, a mensagem subjacente do StoryCorps é a de que a estória seria a mesma. Tal movimento, no entanto, juntamente com a afirmação populista de que todo debate gera

divisões, é uma estratégia política que visa esvaziar a crítica social. E ela impede que os pesquisadores de história oral investiguem a cultura pública mais ampla e as forças modeladoras da NPR e do StoryCorps que geram as estórias de sobrevivência.

Assim, o que une as estórias não é a sua sensibilidade (o que quer que isso signifique concretamente), mas o fato de que são implicitamente, e em grande parte não intencionalmente (pelo menos da parte dos narradores), modeladas pelos valores de um individualismo antiestatal crasso. O individualismo do início do século XXI na América ignora o *insight* sociológico de que, nas palavras de C. Wright Mills, “problemas pessoais” estão normalmente ligados a “questões sociais”; ignora também o *insight* histórico de que os indivíduos pensam e agem, de acordo com a famosa frase de Karl Marx, “sob circunstâncias já existentes, legadas e transmitidas pelo passado”²⁹. Ao invés de documentar e criticar os efeitos do neoliberalismo, será que o fenômeno da contação de estórias tem apoiado e reforçado os valores neoliberais da competição no livre mercado?

Podemos encontrar uma resposta preliminar examinando como a contação de estórias reformulou o debate sobre a política da história e da memória. Abelman et al. (2009) deram os primeiros passos para inserir o StoryCorps no contexto mais amplo da história, da memória e da recordação e comemoração públicas. O projeto, escreveram, surgiu das catástrofes nacionais americanas do 11 de setembro e do furacão Katrina, como parte da “era de autopublicação” (ABELMANN et al., 2009, p. 260). Dessa origem emergiu uma ênfase no “heroico [que existe] no banal... um jeito de produzir sentido num vácuo de significado”. O StoryCorps, escreveram elas, emergiu no contexto “da nossa cultura insistentemente comemorativa”. No caso do 11 de setembro e do Katrina, “as práticas de documentação e de comemoração do StoryCorps celebravam a resistência e o heroísmo das vítimas e das equipes de resgate” (ABELMANN et al., 2009, p. 260). Essa

²⁹ Citações de Mills e Marx em CALLERO (2013, p. 8-9).

análise é um primeiro passo importante e pode facilmente ser relacionada com o desenvolvimento do hiperindividualismo e da cultura da terapia desde os anos 1970. Isso nos permite ver que, ao invés de um “vácuo de significado”, havia uma disputa pelo sentido que foi rapidamente vencida pelo governo e pela mídia conservadora. Identificar “o heroico [que existe] no banal” era parte da sua estratégia vencedora. Essa narrativa calou fundo num público que tinha sido levado a acreditar, durante as décadas anteriores, que todas as pessoas eram sobreviventes e tinham uma estória para contar, e que contar essa estória publicamente era um expediente de empoderamento e cura.

O StoryCorps também participou de uma cultura da autodocumentação e autopublicação, como notam Abelman et al. (2009): “Ainda que o StoryCorps se apresente como universal em seu interesse e profundamente histórico em sua tradição, tem os dois pés no presente, é parte da onda de autodocumentação sem fim do Facebook, dos *scrapbooks* e dos *blogs*”. Ao invés de registrar uma experiência histórica, muitas pessoas usam o StoryCorps exatamente como usam o Twitter, o Facebook e o movimento digital de contação de estórias: para se documentar no presente. A promessa de que tal autodocumentação será arquivada, seja na Biblioteca do Congresso ou no éter da Internet, cria a esperança de que não seremos esquecidos, de que a atenção de agora vai continuar depois da nossa morte. Além disso, quando o movimento de autoajuda começou a usar a mídia digital para vender seus produtos, a indústria da tecnologia digital encontrou um grande mercado para os seus. A facilidade de acesso *online* e a interatividade se uniram à necessidade de confissão pública para criar o StoryCorps, o Facebook e outras plataformas digitais de contação de estórias. Dessa forma, se encarmos a autopublicação não apenas como uma força democratizante, mas também como resultado de uma indústria multibilionária que lucra com a autopublicação, poderemos entender melhor como os valores da indústria se incorporam à autoexpressão aparentemente individualista e

autônoma do público.

É verdade que, como um dos revisores anônimos deste artigo apontou³⁰, estou juntando as diversas práticas comerciais e não comerciais de contação de histórias, mas este é exatamente o ponto que quero destacar nesse estágio precoce da análise: o conceito abrangente de contação de histórias (públicas, autobiográficas, confessionais) reúne todas essas práticas através das suas promessas de atenção, cura e empoderamento. Uma das futuras agendas de investigação dos pesquisadores de história oral pode ser destrinchar como exatamente o Facebook, a contação de histórias digital e outras práticas de autopublicação modelam [o comportamento de] entrevistados e entrevistadores quando eles se sentam para uma entrevista de história oral.

Neste momento, quero me concentrar na ideia de que a contação de histórias mistura história e memória individual e, dessa forma, despolitiza o discurso público. Esse fenômeno não é novo. Há quarenta anos, Michael Frisch (1979) examinou os produtos da contação de histórias e as respostas populares de outro tempo: a coleção de memórias da Grande Depressão organizadas por Studs Terkel³¹ e as resenhas da mídia popular. Frisch concorda com a maioria dos outros críticos e leitores: a leitura das memórias de 150 americanos que viveram durante a Depressão ou tinham ouvido falar dela posteriormente era “comovente, pungente, intensa, humana e instrutiva”. A resposta atual do público às histórias do StoryCorps/NPR é muito semelhante. Frisch discorda, no entanto, em outro ponto. Ele não concorda com a *Newsweek* quando esta diz que o livro “vai restaurar a nossa fé em todos nós” ou com o *Saturday Review* quando diz que se trata de “um hino em louvor ao Espírito Americano”. Na verdade, ele achou o livro “mais

³⁰ O autor se refere à avaliação feita para publicação do artigo na *Oral History Review*. (Nota da organizadora)

³¹ Outra referência ao livro *Hard Times: an Oral History of the Great Depression*, de autoria de Studs Terkel, cuja primeira edição foi publicada pela Pantheon Books em 1970. (Nota da organizadora)

deprimente do que qualquer outra coisa”, porque demonstrava “o impacto destrutivo da Depressão nas vidas que as pessoas viviam”. De forma semelhante, as estórias do StoryCorps/NPR demonstram o impacto destrutivo do neoliberalismo sobre as vidas americanas atuais. As estórias de Terkel, argumenta Frisch, mostraram “por que os americanos acham tão difícil examinar criticamente a sua cultura e as suas instituições, mesmo quando grandes colapsos tomam tais exames imperativos” (FRISCH, 1979, p. 71). O fenômeno corrente da contação de estórias apresenta evidências similares.

O maior problema da leitura que os críticos faziam do livro, de acordo com Frisch, era o fato de tomar os testemunhos orais ao pé da letra, como representações simples, mas verdadeiras, do que a Depressão realmente foi, não como memórias bem ordenadas e suavizadas, recontadas nos anos 1960, numa época em que as pessoas estavam tentando dar sentido a tantas crises sociais, políticas e culturais: a herança duradoura da pobreza, do desemprego e das oportunidades perdidas na esteira da Grande Depressão, os ecos da Segunda Guerra Mundial, as implicações urgentes do movimento pelos direitos civis e as crescentes tensões raciais, a guerra no Vietnã, o assassinato de líderes políticos e religiosos, as novas recessões econômicas e a subversão dos valores culturais e morais. Os críticos, afirmava Frisch, compreendiam o trabalho da história oral de duas formas: como mais informação sobre o passado (“mais história”) ou como acesso direto a experiências autênticas que falam por si e não precisam de interpretação especializada (“sem história”). A leitura simplista da história oral como evidência era ainda mais surpreendente, notava Frisch, porque o próprio Terkel tinha sido claro: o seu livro era um livro de memória e não um livro de história (FRISCH, 1979).

O que mudou nesses quarenta anos? Hoje, mais do que nunca, os consumidores de estórias de memória, ao que parece, acreditam ser a sua resposta emocional uma indicação de que as estórias que ouvem dão acesso a experiências autênticas. Ganley escreve sobre o que a contação de estórias realiza: “Estamos contando a estória como ela é. Como a experimentamos. Estamos formando

comunidades em torno das nossas estórias” (GANLEY, 2013, p. X). Para os historiadores, esta é uma notícia preocupante; também preocupante é o fato de que (ao contrário de Terkel) os produtores dessas “histórias orais” compartilham da mesma crença. Por exemplo, o StoryCorps alega que está criando um arquivo e, dessa forma, “mais história”. Ao invés de uma história de grandes homens, escreve Isay, “o StoryCorps vai criar uma história do nosso país de baixo para cima, através das estórias e das vozes dos americanos comuns” (ISAY, 2007, p. 163). Quando Filene entrevistou Taylor Cooper, o arquivista do StoryCorps, ele disse: “Esta é a história da América pela América, para a América”. Filene concluiu: “o StoryCorps se propõe a provocar uma mudança na compreensão histórica: quer demonstrar de forma poderosa, visceral, exaustiva, que as pessoas comuns dão forma à história” (FILENE, 2011, p. 176). Ao mesmo tempo, afirma que, por respeito aos contadores de estórias, nenhuma contextualização das estórias individuais (“sem história”) é necessária. Essa visão populista da história como simplesmente a estória do passado se tornou um veículo para a ideologia individualista sob o disfarce da história oral.

Alguns historiadores parecem ter assimilado esse argumento. Filene afirma que o StoryCorps ensina história às pessoas simplesmente por dar a elas a oportunidade de registrar as suas estórias. A partir da sua experiência pessoal carregada de emoção, Lamothe e Horowitz, escrevendo que o StoryCorps oferece “uma experiência em história”, extrapolaram afirmações importantes sobre as contribuições do projeto para a história: “Através dessa poderosa experiência pessoal, o StoryCorps ensina lições gerais sobre a natureza da história. O entrevistado tem a oportunidade de interpretar a sua própria história de vida. O entrevistador também assume o papel do historiador ao identificar alguém com estórias dignas de ser aprendidas e preservadas” (LAMOTHE; HOROWITZ, 2006, p. 171, 173-174). Assim, se entendo corretamente, os autores argumentam que: a) uma conversa de quarenta minutos se aproxima de algo parecido com uma história de vida; b) experiências são sempre e naturalmente interpretadas de uma perspectiva

histórica; c) qualquer pessoa entrevistando outra pessoa é um historiador (ou seja, formula perguntas de um ponto de vista histórico); e d) o ato de identificar alguém importante na vida de uma pessoa (como a sua mãe) é semelhante ao juízo do historiador sobre a significação histórica. Só é possível aceitar tais alegações se concordamos com a suposição implícita de que a história é um modo natural de pensar e não um discurso politicamente carregado e controverso a respeito do passado (WINEBURG, 2001; TROUILLOT, 1995; ver também SHOPES, 2014, p. 257-268).

De modo semelhante, Filene afirma: “Das centenas de histórias que o StoryCorps veiculou, emerge um retrato coletivo da América – uma cidadania de diversidade e força; comprometida com o trabalho duro e sustentada pelo orgulho silencioso; determinada na adversidade e imbuída de uma decência irresistível” (FILENE, 2011, p. 178). Este é o ponto de vista “sem história” que Fritsch criticou em 1972. Essa visão é problemática, como apontaram Frisch e muitos outros pesquisadores de história oral, porque nenhum testemunho fornece um acesso sem filtros ao passado. Toda memória é filtrada pelo tempo e pela experiência vivida. Como escreveu Frisch a respeito das memórias da Depressão:

O fracasso forçou as pessoas a reduzir as experiências gerais a termos pessoais e, dessa forma, uma dor intensa os protegia de verdades históricas mais profundamente ameaçadoras; a sobrevivência, no entanto, parece encorajá-los a elevar a generalização pessoal e biográfica até o nível dos termos históricos, ao mesmo tempo uma mensagem que valida a si própria e uma herança culturalmente validada para a próxima geração (FRISCH, 1979, p. 78).

Lamothe e Horowitz também abraçaram a visão “mais história”, afirmando que o “StoryCorps encoraja uma visão inclusiva de quem e o que é historicamente significativo” (LAMOTHE; HOROWITZ, 2006, p. 173). Novamente, essa afirmação só pode ser aceita se concordamos com a premissa subjacente que mistura passado e história, uma visão segundo a qual tudo e todos são história. Mas a história é um discurso social e uma luta política sobre quais são os eventos e de quem são as experiências importantes. O StoryCorps

e todos os outros projetos de contação de estórias fazem as mesmas seleções e julgamentos sobre quem e o que incluir. A “História Oral da América” do StoryCorps é um produto de seu tempo, não a estória universal e definitiva, como sugere o aceno à “inclusão”. Assim, nas estórias do StoryCorps na NPR, não são as experiências individuais que importam – como aponta Filene, os personagens são suavizados para que os ouvintes possam se identificar com eles (FILENE, 2011, p. 188). Ao contrário, o centro de tudo é a moral da estória, que quase sempre é a estória “americana” de indivíduos que vencem as adversidades, a estória dos homens da fronteira e dos pioneiros, dos exploradores e aventureiros, dos heróis e heroínas, a estória do “Espírito Americano”. Estórias de intervenção estatal bem sucedida ou dos efeitos benéficos de um Estado de Bem-Estar Social são tão raras quanto as estórias de um sistema econômico que destrói vidas e comunidades. O “milagre de Ollie” rejeita a importância da solidariedade publicamente organizada e do apoio estrutural aos fracos. As 50.000 estórias do StoryCorps soam como um disco riscado: como americanos, superamos as adversidades do jeito americano. Somos todos iguais e a nossa sorte está em nossas mãos e apenas nelas. Não há espaço para o Estado. E não há espaço para a crítica social.

Devemos nos alegrar pelo fato de que, quarenta anos depois da análise de Michael Frisch, a história oral parece ter chegado à sociedade hegemônica, mas sugiro que devemos nos alarmar com o fato de que um grande número de pessoas – incluindo os produtores e consumidores das estórias do StoryCorps/NPR – entendem que fazer história oral significa tomar as estórias ao pé da letra, sem qualquer tentativa de historicizá-las. Sob a alcunha de história oral, os empreendimentos de contação de estórias produzem para consumo público estórias de triunfo pessoal para o ouvinte se sentir bem, estórias aparentemente desprovidas de qualquer política. Podem os pesquisadores de história oral tirar qualquer proveito dessa abordagem? Filene, por exemplo, argumenta que os historiadores rejeitam a abordagem do StoryCorps para a história porque não conseguem lidar com a emoção presente nas estórias.

Mas tal alegação se baseia num mal entendido a respeito do StoryCorps. Como o próprio Filene admite, o StoryCorps contorna as referências básicas da disciplina (como a razão, a cronologia e a determinação de causas) e assegura que a história de todas as pessoas “vale por si só” e, ao mesmo tempo “vale por todos nós”. Como escreve Filene: “Os livros e o programa de rádio do projeto sugerem valores atemporais e uma humanidade sempre igual a si mesma” (FILENE, 2011, p. 181-183). E tudo isso acontece sem qualquer autocrítica, nos limites nacionalistas de uma visão de mundo EUA-cêntrica, em que qualquer americano representa qualquer outro americano e mesmo qualquer outro ser humano. Isso não apenas é a-histórico, como Filene acertadamente aponta, mas despolitizante, baseado na fé de que a simples crença na igualdade vai nos tornar iguais. Aparenta-se, dessa forma, com o movimento do pensamento positivo, identificado por Barbara Ehrenreich (2009). Tal abordagem da história destrói a capacidade que as pessoas têm de estudar o passado e de se engajar no presente de forma crítica e significativa.

As conclusões de Filene são problemáticas para os historiadores. Ele argumenta que os historiadores públicos deveriam adotar as ideias do StoryCorps porque elas são populares e bem sucedidas, não porque fornecem uma compreensão melhor do passado. De fato, ele afirma que os historiadores públicos deveriam se curvar diante do StoryCorps, deixando para trás as expectativas históricas convencionais, que parecem incluir as mais básicas balizas do pensamento histórico, tais como o rastreamento da continuidade e da mudança no tempo, a compreensão das causas e dos efeitos históricos e a avaliação da significação histórica:

O StoryCorps tem poder porque demonstra, vez após vez, uma lição muito mais fundamental: o passado existe e podemos carregá-lo conosco todos os dias. Mais do que um projeto para documentar e interpretar a história, em outras palavras, o StoryCorps é uma engenhosa ferramenta capaz de inculcar uma mentalidade histórica [history-mindedness] – a conscientização de que vivemos nos equilibrando entre algo que veio antes e algo que virá depois. (FILENE, 2011)

Tal afirmativa se sustenta apenas se acreditarmos que passado e história são a mesma coisa, e que senso de tempo é o mesmo que senso de história. Como diz Filene, confundindo passado e história: “O poder do StoryCorps nasce da sua habilidade de encorajar as pessoas a se apropriar do passado no aqui e agora – reivindicar a história como sua própria e encontrar significado pessoal nela” (FILENE, 2011). Esta é uma compreensão despolitizada e enganadora da história. A história é um discurso sobre o passado, modelado pelos nossos valores presentes e que ensina os valores desse tempo para a geração seguinte. É uma negociação politicamente investida sobre o que é importante lembrar e o que é uma forma razoável e plausível de explicar e interpretar o passado. Simplesmente gravar uma estória sobre a vida de alguém não leva a uma compreensão da história, e o sentido que muitas pessoas encontram é manifestamente a-histórico. Como Frisch e tantos outros pesquisadores de história oral tão habilmente mostraram, as pessoas geralmente não procuram explicações históricas para as suas experiências.

Conclusão: O que está em jogo?

Comecei a me interessar pela história oral na pós-graduação em 1992 e a gravar entrevistas um ano depois. Rapidamente adotei a ideia de que a história oral era uma ferramenta pouco valorizada, mas muito poderosa, e que o campo era marginalizado e incompreendido. No início dos anos 2000, comecei a sentir uma mudança. A história oral era mencionada com mais frequência na mídia popular e fora da academia, e de maneira positiva. Logo, ouvi falar de projetos não acadêmicos de história oral que produziam excelentes gravações e *websites*, e havia um burburinho a respeito da narrativa e da contação de histórias. A essa altura, eu era um entusiasta da contação de histórias – exatamente como Pozzi-Thanner, Lamothe e Horowitz, Abelman et al. e Filene – porque acreditava que nós – pesquisadores de história oral – tínhamos finalmente chegado lá. Como o início da nossa história datava dos anos 1940, estávamos inquestionavelmente na raiz dessa nova

apreciação popular da história oral. Como praticantes experientes, éramos o centro de tudo. E como acadêmicos letrados, formávamos a sua *intelligentsia*.

Mais ou menos desde 2008, no entanto, meu entusiasmo minguou, em parte porque notei que os pesquisadores de história oral desempenhavam apenas um papel marginal nesse novo movimento de contação de histórias. Nossos financiamentos não aumentaram; os criadores de megaprojetos como o StoryCorps podem falar nas nossas conferências mas raramente leem nossas pesquisas ou contribuem para as nossas discussões de forma significativa. Mais importante, eles moldaram o debate e o entendimento do público a respeito da história oral de um modo que nós historiadores jamais seríamos capazes. Comecei a recuar e repensar a conexão entre a história oral e o fenômeno mais abrangente da contação de histórias, um fenômeno cujos participantes muitas vezes usavam a expressão *história oral* sem qualquer conhecimento substancial do seu real significado. Eu não queria voltar para os alienantes debates dos anos 1960 e 1970 sobre o que propriamente constituía a história oral e o que era jornalismo, folclore etc. Discutir se o StoryCorps ou uma estratégia de negócios baseada na contação de histórias é ou não é história oral faz muito pouco sentido. Ao invés disso, precisamos agora recuar diante da contação de histórias, esse gigantesco fenômeno que nos varreu do mapa, desfazer os nós que nos ligam a ele e começar a estudá-lo como um novo fenômeno social, cultural, econômico e intelectual.

Em jogo está a história oral, porque já não cabe a nós a tarefa de definir os seus parâmetros na esfera pública. Duvido que o nosso pequeno grupo de pesquisadores possa efetivamente mudar os termos do debate no âmbito público e corporativo do complexo da contação de histórias. Mas podemos certamente tentar resistir ao turbilhão da contação de histórias. Por exemplo, Barbara Ganley, a fundadora e diretora da Community Expressions Ltda., escreve que a contação de histórias digital tira “os acadêmicos da sua zona de conforto no domínio racional do discurso crítico para [inserir]-los

no] processo profundamente afetivo de localizar, articular e comunicar histórias pessoais” (GANLEY, 2013, p. IX). Essa afirmação se baseia numa lógica imperfeita, assim como uma grande parte da indústria da contação de histórias, que se equilibra à beira do movimento de autoajuda. A premissa de que o discurso crítico *per se* é uma zona de conforto é insustentável; é contraditório definir a contação de histórias digital como um espaço mais confortável do que a academia e ao mesmo tempo afirmar que ela não é uma zona de conforto. Mas não é o raciocínio falho da empreitada que me preocupa (na verdade, falho ou não, tal argumento é uma propaganda bem melhor do que um formulário de solicitação de financiamento). Ao invés disso, me preocupo com o fato de que, ainda que possa ser interessante para os acadêmicos o engajamento num processo que supostamente é “profundamente afetivo” – como se ler documentos num arquivo e escrever sobre a opressão e discriminação sofridas por pessoas em suas lutas políticas cotidianas fosse um processo desprovido de emoção –, podemos nos esquecer de voltar ao domínio do discurso crítico, permanecendo na zona de conforto da contemplação narrativa do nosso próprio umbigo ao invés de avaliá-la criticamente.

Em jogo está a história. A contação de histórias mescla memória individual – filtrada pelos discursos sociais do individualismo, da sobrevivência e da terapia – e história. Como resultado, estamos ouvindo apenas uma história. E essa história é a história neoliberal do triunfo individual e, implicitamente, do sucesso do livre mercado e do fracasso do Estado. É uma história poderosa. Como historiadores, precisamos cuidar para não sermos hipnotizados pela força emocional do fenômeno da contação de histórias ou pelo sucesso econômico da indústria da contação de histórias. Devo enfatizar: não estou argumentando contra o valor ou a validade das experiências e histórias individuais e não estou argumentando contra o poder da contação de histórias. A contação de histórias é realmente poderosa. Mas precisamos continuar insistindo que memória individual e história não são a mesma coisa.

Em jogo está a cidadania crítica e a democracia. Como a

resposta ao *Hard Times*, as estórias do StoryCorps nos ensinam que os americanos continuam achando “difícil examinar criticamente a sua cultura e as suas instituições” (FRISCH, 1979, p.71). Por que isso acontece? Já afirmei em outros textos que, seguindo Foucault, podemos entender a entrevista como uma tecnologia de si. Por meio da entrevista, em suas múltiplas formas – desde a confissão e a terapia até as entrevistas jornalísticas e a história oral –, aprendemos a nos monitorar e a relatar nossas descobertas para especialistas na esperança de sermos absolvidos ou curados. Esse automonitoramento e esse autorrelato são moldados pelas expectativas da sociedade e dos especialistas a respeito do que e como relatar (FREUND, 2014). O StoryCorps e formas semelhantes de contação de estórias nos ensinam que a confissão pública e as estórias de sobrevivência ou triunfo pessoal são as únicas maneiras de falar de si³²? A história oral, argumenta Frisch, “revela padrões e escolhas que, tomados em conjunto, começam a definir o aparato reforçador e selecionador da cultura geral, e os modos pelos quais ela nos encoraja a digerir a experiência” (FRISCH, 1979, p. 76). Assim, uma das questões que precisamos formular com mais frequência e consistência é de que forma os valores neoliberais, as linguagens da terapia e do trauma e o gênero da estória de sobrevivência modelam as autointerpretações dos nossos entrevistados.

Uma tarefa urgente é começar a escrever uma história do fenômeno da contação de estórias. Os historiadores precisam investigar as origens e os fatores que contribuíram para o surgimento desse fenômeno. Ainda que eu tenha tentado alcançar alguns desses objetivos neste artigo, existem muitas outras questões. A contação

³² Como argumenta Gilmore (2010, p. 657-658), um novo gênero de memórias de queda e redenção “substitui outras narrativas de vida, incluindo aquelas que [...] identificavam a natureza sistêmica da privação de direitos, desmascaravam a indulgência da classe média com relação à privacidade e à violência sexual, ligavam o sofrimento e a violência à pobreza e à indiferença do Estado, e desafiavam as práticas leitoras dominantes em torno do contar a verdade”.

de histórias tem raízes no desencanto com as ciências duras, na esteira das duas guerras mundiais, da matança industrializada e da bomba atômica? Devemos ver o discurso sobre a contação de histórias como pertencendo à “novilíngua” neoliberal (BOURDIEU; WACQUANDT, 2001, p. 2-5)? Quais as raízes religiosas da contação de histórias, se é que existe alguma³³? Qual é, por exemplo, a ligação, se existe, entre a ascensão da contação de histórias e a ascensão do evangelismo desde a década de 1970? Que papel desempenha o fascínio do Ocidente, desde a década de 1960, pelas religiões não cristãs, pela sabedoria indígena, pelas atitudes *New Age*, pelo sobrevivencialismo, pela autoajuda, pelos extraterrestres e outros, na ascensão da contação de histórias (MESERVE, 1977, p. 77)? Como o crescimento da indústria da mídia digital desde a década de 1990 afetou a contação de histórias? De que maneira é construído o mercado de trabalho da contação de histórias sobre as ruínas do jornalismo impresso, da carreira acadêmica e do Estado de Bem-Estar Social? Qual o papel da publicidade? Por que a contação de histórias individual, a confissão e a terapia necessitam de audiências tão grandes quanto se possa imaginar?

Quer seja por intermédio do StoryCorps, de Oprah Winfrey ou da contação de histórias digital, nas sociedades ocidentais do século XXI a entrevista, a confissão e a publicidade estão profundamente entrelaçadas com o individualismo neoliberal e com as indústrias da autoajuda e da tecnologia digital. Os pesquisadores de história oral precisam estudar esse fenômeno social mais amplo, não para desacreditá-lo, mas para explicá-lo e compreendê-lo. Então precisam perguntar como as suas próprias práticas e projetos se relacionam com esse fenômeno. Finalmente, precisam ponderar as ramificações epistemológicas, metodológicas, interpretativas e éticas do (e as respostas ao) entrelaçamento da história oral com

³³ Sobre a ordem moral do neoliberalismo, que lembra, de muitas formas, a ordem moral do individualismo na contação de histórias, ver AMABLE (2011). Sobre a ascensão da religião conservadora e do neoliberalismo nos EUA, ver BORSTELMANN (2012, p. 249-257, 275).

as práticas confessionais de massa da contação pública de histórias no Ocidente. Não devemos esquecer que as alegações grandiosas da indústria da contação de histórias – de que seria capaz de curar os indivíduos e a sociedade e de que estaria escrevendo uma história definitiva – desviam a atenção e os recursos para longe das investigações críticas dos fenômenos sociais e históricos. É tempo de nos afastarmos da celebração descerebrada das histórias e da contação de histórias e de nos dedicarmos à tarefa de historicizar a história oral, a entrevista e a contação de histórias.

Referências

ABELMANN, Nancy et al. What is StoryCorps, Anyway? *Oral History Review*, v.36, n. 2, p. 255-260, 2009.

ADAIR, Bill, FILENE, Benjamin, KOLOSKI, Laura. Introduction. In: ADAIR, Bill, FILENE, Benjamin, KOLOSKI, Laura (Eds.). *Letting Go? Sharing Historical Authority in a User-Generated World*. Philadelphia, PA: Pew Center for Arts & Heritage, distributed by Left Coast Press, 2011. p. 10-15.

AMABLE, Bruno. Morals and Politics in the Ideology of Neo-liberalism. *Socio-Economic Review*, v. 9, n. 1, p. 3-30, 2011.

BBC [*Website*]. The Listening Project. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/radio4/features/the-listening-project>>. Acesso em: 3 mar. 2014.

BECKER, Dana. *Myth of Empowerment: Women and the Therapeutic Culture in America*. New York: NYU Press, 2005.

BENNETT, Ty; YAEGER, Don. *The Power of Storytelling*. American Fork, UT: Sound Concepts, 2013.

BORSTELMANN, Thomas. *The 1970s: A New Global History from Civil Rights to Economic Inequality*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2012.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANDT, Loic. New Liberal Speak: Notes on the New Planetary Vulgate. *Radical Philosophy*, n. 105, p. 2-5, January/February 2001.

BOYD, Brian. *On the Origin of Stories: Evolution, Cognition, and Fiction*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2009.

BROWN, J. S., DENNING, S. GROH, K., PRUSAK, L. *Storytelling in Organizations: Why Storytelling Is Transforming 21st Century Organizations and Management*. Boston: Butterworth Heinemann, 2004.

BRUNER, Jerome. *Acts of Meaning*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1990.

BRUNER, Jerome. *Actual Minds, Possible Worlds*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1996.

BRUNER, Jerome. *Making Stories: Law, Literature, Life*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2002.

BRYAN, Brooke. Interview Project. *Oral History Review*, v. 37, n. 1, p. 71-77, 2010.

CALLERO, Peter. *The Myth of Individualism: How Social Forces Shape Our Lives*. 2nd ed. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2013.

CANFIELD, Jack, HANSEN, Mark Victor. *Chicken Soup for the Soul: 101 Stories to Open the Heart and Rekindle the Spirit*. Deerfield Beach, FL: Health Communications, 1993.

CENTER FOR DIGITAL STORYTELLING [*Website*]. About us. Disponível em: <<http://storycenter.org/about-us/>>. Acesso em: 3 mar. 2014. (2014a)

CENTER FOR DIGITAL STORYTELLING [*Website*]. How it all began. Disponível em: <<http://storycenter.org/history/>>. Acesso em: 3 mar. 2014. (2014b)

COHEN, Noam. David Isay Wins 2015 TED Prize for StoryCorps,

an Oral History Project. *The New York Times*, November 17, 2014. Disponível em: <<http://nyti.ms/11cqenr>>. Acesso em: 17 nov. 2014.

COLE, Alyson M. *The Cult of True Victimhood: From the War on Welfare to the War on Terror*. Stanford, CA: Stanford University Press, 2007.

COMMUNITY EXPRESSIONS [*Website*]. About Community Expressions. Disponível em: <<http://community-expressions.com/about-3/about/>>. Acesso em: 3 mar. 2014.

COX, Allison M., ALBERTS, David H. (Eds.). *The Healing Heart Families: Storytelling to Encourage Caring and Healthy Families*. Gabriola Island, BC: New Society Publishers, 2003.

DENNING, Steve. *The Secret Language of Leadership: How Leaders Inspire Action Through Narrative*. San Francisco: Jossey-Bass, 2007.

DERBER, Charles. *The Pursuit of Attention: Power and Ego in Everyday Life*. 2nd ed. Oxford University Press, 2000.

DESALVO, Louise. *Writing as a Way of Healing: How Telling Our Stories Transforms Our Lives*. Boston, MA: Beacon Press, 1999.

EHRENREICH, Barbara. *Bright-Sided: How Positive Thinking Is Undermining America*. New York: Macmillan, 2009.

ELLIOTT, Anthony. Editor's Introduction, In: ELLIOTT, Anthony (Ed.). *The Contemporary Bauman*. New York: Routledge, 2007. p. 3-18.

FASSIN, Didier, RECHTMAN, Richard. *The Empire of Trauma: An Inquiry Into the Condition of Victimhood*. Trans. Rachel Gomme. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2007.

FILENE, Benjamin. Listening Intently: Can StoryCorps Teach Museums How to Win the Hearts of New Audiences? In: ADAIR, Bill, FILENE, Benjamin, KOLOSKI, Laura (eds.). *Letting Go? Sharing Historical Authority in a User-Generated World*.

Philadelphia: Pew Center for Arts & Heritage, distributed by Left Coast Press, 2011. p. 174-193.

FLANNERY, Tim F. *Here on Earth: A Natural History of the Planet*. New York: Atlantic Monthly Press, 2010.

FOUCAULT, Michel. *The History of Sexuality, V. I: An Introduction*. Trans. Robert Hurley. New York: Vintage Books, 1990.

FREUND, Alexander. “Confessing Animals”: Toward a *Longue Durée* History of the Oral History Interview. *Oral History Review*, v. 41, n. 1, p. 1-26, Winter/Spring 2014.

FREUND, Alexander. Letter to the Editor. *Oral History Association Newsletter*, v.43, n.1, p. 3-6, Spring 2009.

FREUND, Alexander; JESSEE, Erin. “Confessing Animals”, Redux: A Conversation between Alexander Freund and Erin Jessee, edited by Troy Reeves e Caitlin Tyler-Richards. *Oral History Review*, v. 41, n. 2, p. 314-317, Summer/Fall 2014.

FRISCH, Michael. From A Shared Authority to the Digital Kitchen, and Back. In: ADAIR, Bill, FILENE, Benjamin, KOLOSKI, Laura (Eds.). *Letting Go? Sharing Historical Authority in a User-Generated World*. Philadelphia, PA: Pew Center for Arts & Heritage, distributed by Left Coast Press, 2011. p. 134-135.

FRISCH, Michael. Oral History and Hard Times, A Review Essay. *Oral History Review*, v. 7, n. 1, p. 70-79, 1979.

FRISCH, Michael. Oral History and Hard Times, A Review Essay. *Red Buffalo: A Journal of American Studies*, v. 1/2, n. 3, p. 217-231, 1972.

FUREDI, Frank. *Therapeutic Culture: Cultivating Vulnerability in an Uncertain Age*. New York: Routledge, 2004.

GANLEY, Barbara. Foreword. In: LAMBERT, Joe. *Digital Storytelling: Capturing Lives, Creating Community*. 4 ed. New York: Routledge, 2013. p. ix-xi.

GARGIULO, Terrence L. *Stories at Work: Using Stories to Improve*

Communication and Build Relationships. Westport, CT: Praeger and Signorelli, 2006.

GARGIULO, Terrence L. *StoryBranding: Creating Standout Brands Through the Power of Story*. Austin, TX: Greenleaf Books, 2011.

GILMORE, Leigh. American Neoconfessional: Memoir, Self-Help, and Redemption on Oprah's Couch. *Biography*, v. 33, n. 4, p. 657-689, Fall 2010.

GOTTSCHALL, Jonathan. *The Storytelling Animal: How Stories Make Us Human*. New York: Mariner Books, 2013.

HARDY III, Charles, DEAN, Pamela. Oral History in Sound and Moving Image Documentaries. In: CHARLTON, Thomas L., MYERS, Lois E., SHARPLESS, Rebecca (eds.). *Handbook of Oral History*. Lanham, MD: Altamira, 2006. p. 553-554.

HEDGES, Chris. *Empire of Illusion: The End of Literacy and the Triumph of Spectacle*. Toronto: Knopf, 2009.

HERMAN, David. Introduction. In: HERMAN, David (ed.). *The Cambridge Companion to Narrative*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 3-21.

HOFF, Christina, SATEL, Sally. *One Nation Under Therapy: How the Helping Culture is Eroding SelfReliance*. New York: St. Martin's Press, 2006.

ILLOUZ, Eva. *Saving the Modern Soul: Therapy, Emotions, and the Culture of Self-Help*. Berkeley: University of California Press, 2008.

INTERVIEW PROJECT [*Website*]. Disponível em: <<http://interviewproject.davidlynch.com/www>>. Acesso em: 3 mar. 2014.

ISAY, David. *Listening is An Act of Love: A Celebration of American Life from the Storycorps Project*. New York: Penguin, 2007.

JACKSON, Bruce. *The Story Is True: The Art and Meaning of Telling Stories*. Philadelphia, PA: Temple University Press, 2007.

JOHNSON, Anna R. Van Heerden. *The Storytelling Solution to Low Self-esteem*. Maitland, FL: Xulon Press, 2014.

KLEIN, Naomi. *The Shock Doctrine: The Rise of Disaster Capitalism*. New York: Metropolitan Books, 2007.

KURTZ, Ernest; KETCHAM, Katherine. *Experiencing Spirituality: Finding Meaning Through Storytelling*. New York: Tarcher, 2014.

LAMBERT, Joe. *Digital Storytelling: Capturing Lives, Creating Community*. 4 ed. New York: Routledge, 2013.

LAMOTHE, Peter, HOROWITZ, Andrew. StoryCorps. Biltmore Room, Grand Central Terminal, 42d St. between Park and Lexington Avenues, New York, NY 10017. *Journal of American History*, v. 93, n. 1, p. 171-174, June 2006.

LANDSBERG, Allison. Memory, Empathy, and the Politics of Identification. *International Journal of Politics, Culture, and Society* ["Memory and Media Space" - special issue], v. 22, n. 2, p. 222-3, June 2009.

LASCH, Christopher. *The Culture of Narcissism: American Life in an Age of Diminishing Expectations*. New York: Norton, 1979.

LAUNIUS, Roger D. Public History Wars, the "One Nation/One People" Consensus, and the Continuing Search for a Usable Past. *OAH Magazine of History*, v. 27, n. 1, p.31-36, 2013.

LIPMAN, Doug. *Improving Your Storytelling: Beyond the Basics for All Who Tell Stories in Work and Play*. Atlanta, GA: August House, 1999.

LOEHR, Jim. *The Power of Story: Change Your Story, Change Your Destiny in Business and in Life*. New York: Free Press, 2008.

MAZZOCCHI, Rudy A. *Storytelling: The Indispensable Art of Entrepreneurism*. Kingsport, TN: Paladin Timeless Books, 2013.

MESERVE, Harry C. Editorial: The Therapeutic Age. *Journal of Religion and Health*, v. 16, n. 2, p. 77-80, April 1977.

MEYER, Philip N. *Storytelling for Lawyers*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

NATIONAL PUBLIC RADIO [*Website*]. Air The StoryCorps Theme, Cue The Tears. 21 out. 2013. Disponível em: <<http://www.npr.org/2013/10/21/236383017/air-the-storycorps-theme-cue-the-tears>>. Acesso em: 3 mar. 2014. (2013a)

NATIONAL PUBLIC RADIO [*Website*]. Air The StoryCorps Theme, Cue The Tears. 21 out. 2013 - transcript. Disponível em: <<http://www.npr.org/templates/transcript/transcript.php?storyId¼236383017>>. Acesso em: 3 mar. 2014. (2013b)

NATIONAL PUBLIC RADIO [*Website*]. StoryCorps, An Oral History of America: Sound Booths Will Record Ordinary People's Life Stories. 23 out. 2003. Disponível em: <<http://www.npr.org/templates/story/story.php?storyId=1475619>>. Acesso em: 3 mar. 2014. (2003)

NATIONAL PUBLIC RADIO [*Website*]. StoryCorps: Sharing and Preserving the Stories of Our Lives. Disponível em: <<http://www.npr.org/series/4516989/storycorps>>. Acesso em: 3 mar. 2014. (2014a)

NATIONAL PUBLIC RADIO [*Website*]. The Lives of Blind Brothers Changed When 'Dad' Came Knocking. 21 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.npr.org/2014/02/21/280277459/thelives-of-blind-brothers-changed-when-dad-came-knocking>>. Acesso em: 3 mar. 2014. (2014b)

NATIONAL PUBLIC RADIO [*Website*]. The Lives of Blind Brothers Changed When 'Dad' Came Knocking. 21 fev. 2014 – transcript. Disponível em: <<http://www.npr.org/templates/transcript/transcript.php?storyId¼280277459>>. Acesso em: 28 nov. 2014. (2014c)

O'KEEFE, James H.; O'KEEFE, Joan. *Let Me Tell You a Story: Inspirational Stories for Health, Happiness, and a Sexy Waist*. Riverside, NJ: Andrews McMeel Publishing, 2013.

PECK, Janice. The Secret of Her Success: Oprah Winfrey and the Seductions of Self-Transformation. *Journal of Communication Inquiry*, v.34, n. 1, p. 7-14, 2010.

PIKETTY, Thomas. *Capital in the Twenty-First Century*. Trad. Arthur Goldhammer. New York: Belknap Press, 2014.

POLKINGHORNE, Donald E. *Narrative Knowing and the Human Sciences*. Albany: SUNY Press, 1988.

POZZI-THANNER, Elisabeth. Storycorps. *Oral History Review*, v. 32, n. 2, p. 103-104, 2005.

RIEFF, Philip. *The Triumph of the Therapeutic*. New York: Harper and Row, 1966.

ROSENFELD, Alvin H. The Americanization of the Holocaust. *Commentary*, v. 99, n. 6, p. 35-40, June 1995.

SALERNO, Steve. *SHAM: How the Self-Help Movement Made America Helpless*. New York: Crown Publishers, 2005.

SENTEBALE [Website]. Disponível em: <<http://sentebale.org>>. Acesso em: 3 dez. 2014.

SHOPES, Linda. “Insights and Oversights”: Reflections on the Documentary Tradition and the Theoretical Turn in Oral History. *The Oral History Review*, v. 41, n. 2, p. 257-268, 2014.

SIMMONS, Annette. *The Story Factor: Inspiration, Influence, and Persuasion through the Art of Storytelling*. New York: Basic Books, 2002.

SIMMONS, Annette. *The Story Factor: Secrets of Influence from the Art of Storytelling*. 2 ed. New York: Basic Books, 2006.

SIMMONS, Annette. *Whoever Tells the Best Story Wins: How to Use Your Own Stories to Communicate with Power and Impact*. New York: Amacom, 2007.

STEGER, Manfred B., ROY, Ravi K. *Neoliberalism: A Very Short Introduction*. New York: Oxford University Press, 2010.

STEIN, Arlene. Feminism, Therapeutic Culture, and the Holocaust in the United States: The Second Generation Phenomenon. *Jewish Social Studies*, v. 16, n. 1, p. 27-53, Fall 2009.

STEP 5 AA Telling My Story: Hazelden Classic Step Pamphlets. Center City, MN: Hazelden, 2010.

STORYCORPS [*Website*]. About Us. Disponível em: <<http://storycorps.org/about/>>. Acesso em: 3 mar. 2014. (2014a)

STORYCORPS [*Website*]. Frequently Asked Questions. Disponível em: <<http://storycorps.org/about/faqs/>>. Acesso em: 3 mar. 2014. (2014b)

STORYCORPS [*Website*]. I didn't know that there were other blind people except me and my brothers. Disponível em: <<http://storycorps.org/listen/ollie-cantos-and-leo-nickand-steven-argel/>> . Acesso em: 3 mar. 2014. (2014c)

STORYCORPS [*Website*]. StoryCorps 10th Anniversary Gala - The Recap!. 1 nov. 2013. Disponível em: <<http://storycorps.org/storycorps-10th-anniversary-gala-the-recap/>> . Acesso em: 3 mar. 2014. (2013)

THE KITCHEN SISTERS [*Website*]. About. Disponível em: <<http://www.kitchensisters.org/about>> . Acesso em: 3 mar. 2014.

THE MOTH: True Stories Told Live [*Website*]. Disponível em: <<http://themoth.org>> . Acesso em: 3 mar. 2014.

THE STORY PROJECT [*Website*]. About. Disponível em: <<http://www.thestoryproject.org.au/about/>> . Acesso em: 3 mar. 2014.

THE TALE OF A TOWN [*Website*]. What is the Tale of a Town – Canada. Disponível em: <<http://thetaleofatown.com/about-tale-of-a-town/>> . Acesso em: 28 nov. 2014.

TOLAN, Stephanie S. *Change Your Story, Change Your Life*. North Charleston, SC: CreateSpace Independent Publishing Platform, 2011.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silencing the Past: Power and the Production of History*. Boston: Beacon Press, 1995.

TWENGE, Jean M. *Generation Me: Why Today's Young Americans Are More Confident, Assertive, Entitled — and More Miserable — Than Ever Before*. New York: Simon & Schuster, 2006.

TWENGE, Jean M.; CAMPBELL, W. Keith. *The Narcissism Epidemic: Living in the Age of Entitlement*. New York: Free Press, 2009.

VEROFF, Joseph, DOUVAN, Elizabeth, KULKA, Richard. *The Inner American: A Self-Portrait from 1957 to 1976*. New York: Basic Books, 1981.

WIKIPEDIA [Website]. Organizational Storytelling. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Organizational_storytelling>. Acesso em: 3 mar. 2014. (2014a)

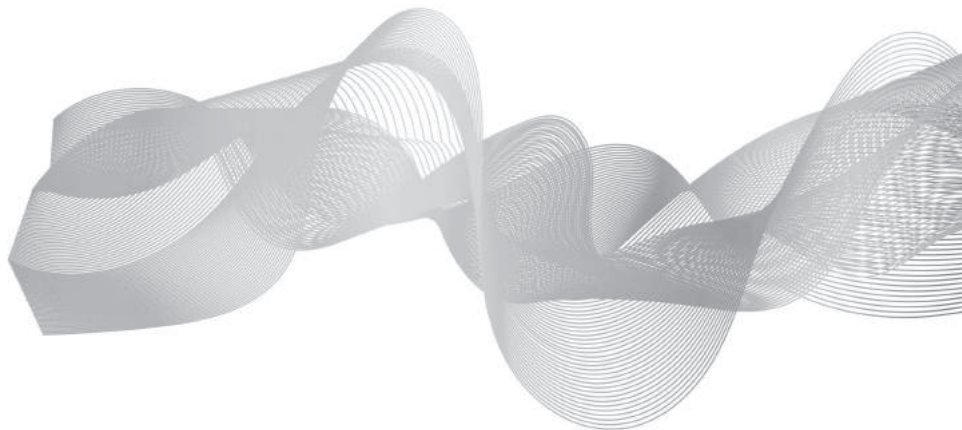
WIKIPEDIA [Website]. Storytelling. Disponível em: <<https://en.wikipedia.org/wiki/Storytelling>>. Acesso em: 3 mar. 2014. (2014b)

WINEBURG, Sam. *Historical Thinking and Other Unnatural Acts: Charting the Future of Teaching the Past*. Philadelphia: Temple University Press, 2001.

WOLFE, Tom. *The "Me" Decade and the Third Great Awakening*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 1976.

WORLDCAT [Website]. Disponível em: <<https://www.worldcat.org/>>. Acesso em: 3 mar. 2014.

WRIGHT, Katie. *The Rise of the Therapeutic Society: Psychological Knowledge and the Contradictions of Cultural Change*. Washington DC: New Academia, 2011.



Sobre as autoras, os autores e a organizadora

Alexander Freund: Professor de História e titular da cadeira de estudos germânico-canadenses na Universidade de Winnipeg, Canadá, desde 2002. Realizou sua formação em nível superior na Universidade de Hamburgo, na Simon Fraser University e na Universidade de Bremen. Suas pesquisas têm se voltado especialmente para a História Oral e para a história da imigração. Entre suas publicações em livro estão: *Oral History and Ethnic History* (Ottawa: Canadian Historical Association, 2014); *Beyond the Nation? Immigrants' Local Lives in Transnational Cultures* (Toronto: University of Toronto Press, 2012); como coeditor, juntamente com Alistair Thomson, *Oral History and Photography* (New York: Palgrave, 2011).

Cristiani Bereta da Silva: Doutora em História e professora do Departamento de História, do Programa de Pós-Graduação em História, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), bem

como do Mestrado Profissional em História - ProffHistória (polo UDESC). Bolsista produtividade em pesquisa do CNPq. Realizou sua formação em nível superior na Universidade Federal de Santa Catarina. Suas pesquisas têm se voltado, nos últimos anos, para o ensino de História, a formação docente e a cultura histórica. Entre suas publicações em livro mais recentes estão: como organizadora, *Educar para a nação: cultura política, nacionalização e ensino de história nas décadas de 1930 e 1940* (Curitiba: CRV, 2014); como organizadora, em conjunto com Ernesta Zamboni, *Ensino de História, memória e culturas* (Curitiba: CRV, 2013).

Dilton Cândido Santos Maynard: Doutor em História; professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, bem como do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Realizou sua formação em nível superior na Universidade Federal de Sergipe e na Universidade Federal de Pernambuco. Suas pesquisas têm se voltado para a História do Tempo Presente, a memória, a mídia, a cibercultura e o ensino. Entre suas publicações em livro estão: *Ao pé do ouvido: Sergipe, o Estado Novo e a criação da Rádio Aperipé* (São Cristóvão: EDUFS, 2015); *Memórias de uma coluna na Internet* (Macapá: EdUNIFAP, 2015); *História, neofascismos e intolerância: reflexões sobre o Tempo Presente* (Rio de Janeiro: Multifoco; São Cristóvão: EdUFS, 2012).

Gerardo Necochea Gracia: Doutor em História e Antropologia. Professor do Instituto Nacional de Antropología e Historia, México. Realizou sua formação em nível superior na Escuela Nacional de Antropología e Historia (México) e na City University of New York. Suas pesquisas têm se voltado para a História Oral, a história do trabalho e a história política mexicana. Entre suas publicações em livro estão: como coordenador, em conjunto com Patrícia Pensado, *Voltear al mundo de cabeza: historias de militancia de izquierda en América Latina* (Buenos

Aires: Imago Mundi, 2011); como organizador, com Antonio Montenegro, *Caminos de historia y memoria en America Latina* (Buenos Aires: Imago Mundi, 2011); como organizador, com Pablo Pozzi, *Cuéntame cómo fue: Introducción a la historia oral* (Buenos Aires: Imago Mundi, 2008).

Itamar Freitas: Doutor em Educação, Mestre e Graduado em História. Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, bem como do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. Realizou sua formação em nível superior na Universidade Federal de Sergipe, na Universidade Federal do Rio de Janeiro e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Suas pesquisas têm se voltado para o Ensino de História, Teoria da História e Historiografia. Entre suas publicações em livro estão: *Didáticas da História – entre filósofos e historiadores (1690-1907)* (Natal: Ed. da UFRN, 2015); *Aprender e ensinar história nos anos finais da escolarização básica* (Aracaju: Criação, 2014); *A experiência indígena e o ensino de História* (São Cristóvão: Ed. da UFS, 2010).

Janice Gonçalves: Doutora em História, professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Realizou toda sua formação em nível superior na Universidade de São Paulo. Suas pesquisas têm se voltado para o patrimônio cultural e para a historiografia de Santa Catarina. Entre suas publicações está o livro *Figuras de valor: patrimônio cultural em Santa Catarina* (Itajaí: Casa Aberta, 2016).

Márcia Ramos de Oliveira: Doutora em História e professora do Departamento de História, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e do Mestrado Profissional em História – Prof-História (polo UDESC). Realizou toda sua formação em nível superior na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Suas pesquisas

têm se voltado especialmente para a canção, a radiodifusão, o cinema e as plataformas digitais. Entre suas publicações está o livro *Lupicínio Rodrigues: a cidade, a música, os amigos* (Florianópolis: Ed. da UDESC, 2013).

Pablo Alejandro Pozzi: Doutor em História e professor da Universidad de Buenos Aires, Argentina. Realizou sua formação em nível superior na Wesleyan University e na State University of New York (Stony Brook). Suas pesquisas têm se voltado especialmente para a história social contemporânea, a história dos EUA, a História do movimento operário na Argentina (pós-1945) e a história dos movimentos armados das décadas de 1960 e 1970. Entre suas publicações em livro estão: como organizador, em conjunto com Claudio Pérez, *Historia oral e Historia política* (Santiago de Chile: LOM, 2012); como organizador, com Gerardo Necochea Gracia, *Cuéntame cómo fue: Introducción a la historia oral* (Buenos Aires: Imago Mundi, 2008); como organizador, em conjunto com Fábio Nigra, *Huellas imperiales: Estados Unidos de la crisis de acumulación a la globalización capitalista, 1930-2000* (Buenos Aires: Editorial Imago Mundi, 2003).

Reinaldo Lindolfo Lohn: Doutor em História, professor do Departamento de História, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e do Mestrado Profissional em História – ProfHistória (polo UDESC). Realizou sua formação em nível superior na Universidade Federal de Santa Catarina e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Suas pesquisas têm se voltado para a história urbana, culturas políticas e a História do Tempo Presente. Entre suas publicações em livro estão: como organizador, em conjunto com Ana Lize Brancher, *Histórias na ditadura: Santa Catarina, 1964-1985* (Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014); como organizador, em conjunto com Luiz Felipe Falcão e Emerson César de Campos, *Florianópolis no tempo presente* (Florianópolis: UDESC, 2011).



Janice Gonçalves (org.)

Alexander Freund
Cristiani Bereta da Silva
Dilton C. S. Maynard
Gerardo Necochea Gracia
Itamar Freitas
Márcia Ramos de Oliveira
Pablo A. Pozzi
Reinaldo L. Lohn



9 788562 459603



PPGH
Programa de Pós-Graduação em História



UDESC
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DE
SANTA CATARINA